

Sérgio Lessa

CAPITAL E ESTADO DE BEM-ESTAR
O Caráter de Classe das Políticas Públicas

© do autor

Creative Commons - CC BY-NC-ND 3.0

Diagramação: Estevam Alves Moreira Neto

Revisão: Pablo Polese de Queiroz

Capa: Luciano Accioly Lemos Moreira

Catálogo na fonte

Departamento de Tratamento Técnico do Instituto Lukács

Bibliotecária Responsável: Fernanda Lins

L638c Lessa, Sérgio.

Capital e estado de bem-estar : o caráter de classe das políticas
públicas / Sérgio Lessa.— São Paulo : Instituto Lukács, 2013.
248 p.

Bibliografia: p. 227-246.

ISBN 978-85-65999-12-0

1. Marxismo. 2. Políticas públicas. 3. Classes sociais. I. Título.

CDU: 141.82:316.342.2

Esta obra foi licenciada com uma licença Creative Commons - Atribuição - NãoComercial - SemDerivados 3.0 Brasil.

Para ver uma cópia desta licença, visite www.creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/ ou envie um pedido por escrito para Creative Commons, 171 2nd Street, Suite 300, San Francisco, California, 94105, USA.

Esta licença permite a cópia, distribuição e transmissão desde que: 1) deem crédito ao autor; 2) não alterem, transformem ou criem em cima desta obra e 3) não façam uso comercial dela.

1ª edição: 2013

INSTITUTO LUKÁCS
www.institutolukacs.com.br
institutolukacs@yahoo.com.br

Sérgio Lessa

CAPITAL E ESTADO DE BEM-ESTAR
O Caráter de Classe das Políticas Públicas

1ª edição

Instituto Lukács

São Paulo, 2013



Sumário

Introdução.....	7
Capítulo I – Estado de Bem-Estar: o conceito.....	11
1. Dois autores, entre muitos possíveis.....	11
2. Um axioma: a distribuição de renda.....	23
3. Cornia <i>et alli</i>	26
4. Esping-Andersen e <i>The Three Worlds of Welfare Capitalism</i>	28
Capítulo II – Saúde, moradia, educação, racismo e direitos civis, migrantes, crianças e adolescentes.....	35
1. Saúde.....	35
2. Moradia.....	42
3. Educação.....	47
3a. As universidades e o Estado de Bem-Estar.....	51
4. Racismo e direitos civis.....	67
5. Imigração e unidade dos trabalhadores.....	74
6. Crianças e adolescentes.....	76
Capítulo III – Vitória dos Trabalhadores?.....	89
1. As condições de trabalho.....	89
2. O sindicalismo de colarinho branco.....	99
3. Crescimento da aristocracia operária.....	101
4. A estratégia burguesa.....	104

5. A cooptação dos sindicatos.....	109
5.1. França.....	110
5.1.1 O campo.....	116
5.1.2 A greve de 1936.....	117
5a. Os outros países.....	122
Capítulo IV – Democratizando a democracia?.....	135
1. Ditaduras e transnacionais.....	141
2. A política externa dos EUA.....	145
3. A repressão e a tortura.....	149
Capítulo V– O que é, mesmo, o Estado de Bem-Estar?.....	175
1. A gênese do conceito.....	186
1.1. Capital Monopolista e Imperialismo.....	187
1.1.1 A Alemanha.....	190
1.1.2. A aristocracia operária e o reformismo.....	194
1.1.3. A Alemanha, novamente.....	199
1.2. O Estado carente de fundamentos.....	201
1.2.1. O “compromisso” entre capital e trabalho.....	206
Epílogo – Aos assistentes sociais.....	221
Bibliografia.....	227

Introdução

Devemos iniciar por chamar a atenção para as debilidades do presente estudo. Nosso esforço de pesquisa não foi capaz de abarcar senão uma pequena porção da bibliografia sobre o assunto. Nosso questionamento de algumas das noções mais frequentes acerca da relação do Estado com a sociedade pela mediação das políticas públicas talvez conduza o leitor à falsa impressão de que desprezamos as modificações verificadas nesta área ao longo do século 20. O fato de não sermos especialistas no tema, o que significa que não pudemos contar com a maturidade e a massa de informações propiciadas pela familiaridade por décadas com uma investigação, deixou marcas em todos os capítulos. Em não poucas passagens, o leitor certamente se dará conta de que uma investigação mais circunstanciada seria desejável.

Apesar de todas essas debilidades (e possivelmente outras que serão apontadas), decidimos pela publicação, esperançosos de que, ao articular uma série de informações acerca dos assim chamados “30 anos dourados”, possamos contribuir para a discussão de algumas teses reformistas que dificultam a crítica revolucionária à sociedade burguesa. Uma porção não significativa da perda da potência crítica de setores da esquerda para com os governos que sucederam os partidos mais conservadores na aplicação do receituário neoliberal (o petismo no Brasil, os partidos socialdemocratas na Europa etc.) se alicerça ideologicamente em um mistificado Estado de Bem-Estar. As concepções idealistas e reformistas concebem, com enorme frequência, que um Estado portador de uma política parametrada pela Ética (com letra maiúscula) seria a mediação desta sociedade desumana para uma outra, emancipada. A prova “empírica” da possibilidade de um Estado “Etico” seriam os Estados de Bem-Estar. Somem-se a isso as muitas teses que, de Claude Lefort a Norberto Bobbio, de Carlos

Nelson Coutinho de “A democracia como valor universal” ao último Poulantzas, afirmam que o Estado dos nossos dias deixou de ser “o comitê encarregado de administrar os negócios do conjunto da burguesia” para ser a expressão da sociedade como um todo. Tais teses possuem em uma idealizada concepção da ação do Estado nos “30 anos dourados” um ponto de apoio significativo.

Em 1960, foi criada em Londres uma importante revista de esquerda, com forte presença marxista, a *New Left Review*. O contexto geral em que surge a revista é marcado pela cada vez maior evidência de que na URSS não se caminhava para a superação do capital; pela Guerra Fria e a construção do arsenal nuclear (a hipertrofia do complexo industrial militar); e, ainda, pela ilusão de que a (então) possível volta do Partido Trabalhista ao governo significaria a abertura da transição a um socialismo democrático na Inglaterra e, depois, na Europa e o restante do mundo¹. Em suas páginas, ao longo da década de 1960 e 1970 (aproximadamente 100 edições), encontramos parte significativa do debate no seio da esquerda anglo-saxã (e, em menor medida, mundial) acerca dos rumos do que hoje se denomina de Estado de Bem-Estar.

¹ Esta ilusão se apresentou nas formas as mais diversas. Cf., por exemplo, a sofisticada análise da trajetória do Partido Trabalhista na Inglaterra por Tom Nairn (1964; 1964a). E. P. Thompson (1965) criticou as teses de Nairn e de Perry Anderson (1964) em “Origens of the present crisis”, no artigo “The peculiarities of the English”, na *The Socialist Register* (Londres), de forma dura e abrangente. Perry Anderson (1966) respondeu não menos acerbamente em “Socialism and Pseudo-Empiricism”. Exemplos dessa ilusão são, ainda, Anderson, P. e Hall, S. (1961) “Politics of Common Market”, E. P. Thompson (1960) “Revolution” e do mesmo autor, “Revolution Again!” (1960a). Interessante é a crítica de Hobsbawm (1961) ao cretinismo parlamentar dos social-democratas na sua resenha do livro de Ralph Miliband, *Parliamentary Socialism*. Verificar também a polêmica entre Bob Rowthorn (1965), “The Trap of an Incomes Policy”, de um lado, e de outro, Michael Barratt Brown and Royden Harrison (1966), “Incomes Policy – a reply”, seguido por uma curta nota de Rowthorn, “Reply”. Ver ainda, Anderson, 1965, e Robinson, J. (1964) “The Final End of Laissez-faire”, e a dura avaliação de Blackburn (1971) em “The Heath Government: A New Course for British Capitalism”, sobre a futilidade de tais ilusões. Um texto do final dos anos de 1970, instigante e provocador, é Rustin, M. (1980) “The New Left and the Present Crisis”. Já um texto típico daqueles que viam na Suécia o modelo para se transitar aos poucos e pacificamente ao socialismo é o de Korpi (1980: 83, 85 e 331, entre outras passagens). Um bem humorado texto de Perry Anderson comenta o caso sueco e vale também para assinalar as ilusões com o poder que teria um plano econômico democraticamente decidido nas urnas para superar a alienação do trabalho, compartilhadas até mesmo por aqueles que, como este autor, criticavam a direita do Partido Trabalhista britânico. (Anderson, 1961a e 1961b).

Esta foi a principal fonte de nossa investigação. A partir dela, localizamos a maior parte dos outros textos. Fizemos também um esforço para incluir algo da bibliografia que circula no Brasil. Estas palavras são, também, a confissão de que a bibliografia francesa e de língua espanhola praticamente não foi explorada; a italiana, nem sequer investigada. A ampliação da bibliografia possivelmente não traria uma mudança substancial das conclusões – mas isto está ainda para ser comprovado.

Nas muitas citações, quando acréscimos foram inevitáveis para possibilitar uma melhor compreensão, inserimo-los entre colchetes. Já todos os *itálicos* ou *negritos* nas citações são dos autores citados.

Um parágrafo com os devidos agradecimentos. Ao Prof. Bertell Ollman, da New York University, que, por generosa solidariedade revolucionária, possibilitou nossos dois meses de investigação naquela universidade. Nossas refeições, o caos de sua sala de trabalho, a afetuosidade com que trata seus jovens alunos, deixaram em mim uma profunda impressão. A Francis, Harriet e Hoover, por uma convivência que tornou os meses em Nova Iorque muito menos solitários. Aos bibliotecários e bibliotecárias da *Tamiment Library*, originalmente a biblioteca da *Rand School*, uma universidade para operários organizada e mantida pelos revolucionários da região de Nova Iorque, que sobreviveu, heroicamente, de 1906 até os anos do macarthismo. Hoje, a *Tamiment Library* é um oásis de liberdade em meio à *Bobst Library*, a principal biblioteca da NYU, que exsuda privatização do que deveria ser público, em cada um dos seus luxuosos ambientes. Nas modestas instalações da *Tamiment Library*, cruzamos com revolucionários de vários países, pesquisando o movimento operário. Aos trabalhadores que mantêm ainda hoje, neste pequeno canto da NYU que é a *Tamiment Library*, o espírito revolucionário da *Rand School*, nossos mais sinceros agradecimentos. Sem seus esforços nossa pesquisa não teria sido possível. Mariana Andrade fez uma cuidadosa revisão de todo o texto, Gilmaisa Costa e Edlene Pimentel leram o manuscrito e encaminharam sugestões, quase todas elas incorporadas na versão definitiva. Para com os alunos do Mestrado em Serviço Social da UFAL, que pacientemente assistiram a primeira exposição deste texto em 2010, o reconhecimento do nosso débito. Por fim, mas não por último, a Cristina Paniago, cujas indicações, sugestões e lições sobre a obra de Mészáros impulsionaram muito mais este estudo do que a aparência pode sugerir.



Capítulo I – Estado de Bem-Estar: o conceito

Das ciências humanas mais próximas ao tema, qualquer estudante de graduação sabe o que é o Estado de Bem-Estar. Se há conceitos que se tornaram consensuais, o de Estado de Bem-Estar certamente está entre eles. As dificuldades começam quando é exigida uma definição. Todos sabemos do que se trata, mas definir o Estado de Bem-Estar é um problema que tem desafiado décadas. Não estaríamos muito longe da verdade ao afirmar que, para cada autor, se impõe uma definição particular, por vezes oposta à de autores não menos citados. Todos sabemos o que é o Estado de Bem-Estar, mas não há uma definição que seja aceita, se não universalmente, pelo menos pela grande maioria. E, quando se trata da relação entre o Estado de Bem-Estar e as décadas imediatamente anteriores ou posteriores, a disparidade é ainda maior.

A imprecisão do conceito e a divergência entre os autores são características marcantes do debate envolvendo o Estado de Bem-Estar. Tomemos dois exemplos como nosso ponto de partida: Gosta Esping-Andersen e Ferran Coll – o primeiro, muito citado no Brasil; o segundo, mais presente no debate latino-americano.

1. Dois autores, entre muitos possíveis

Em que pesem os aspectos originais das formulações de Esping-Andersen e Ferran Coll, estes autores se limitam a reproduzir uma concepção de mundo conservadora que tem sua origem no pós-guerra. Naqueles anos, o mito de que a pobreza generalizada teria sido triunfalmente superada era tão universalmente corrente, tão largamente aceito por políticos, sociólogos, antropólogos, artistas e pelo público em geral dos países imperialistas, que, por mais de duas décadas, as discussões políticas foram polarizadas pelos novos (e

fundamentalmente mais “encorajadores”) problemas do que as pessoas gostavam de chamar de “Sociedade da Afluência”. O período a partir do final da Segunda Guerra Mundial era interpretado como sendo o de um mais ou menos contínuo e ininterrupto crescimento econômico, com a nova riqueza sendo distribuída de forma cada vez mais equitativa. O mal secular da pobreza, longe de ser um problema endêmico atingindo massas da população, era tido por uma pequena ressaca social; um problema afetando pequenos grupos de pessoas que, por sua incompetência ou fraqueza, não estavam conseguindo compartilhar da nova riqueza (Galbraith, 1958:323; Rose, 1974:179 e ss., Hanson, 1960)

Este “espírito conservador” (Howe, 1993:ix-x) sobrevive – renovado, é verdade – em *The three worlds of Welfare Capitalism*, de Gosta Esping-Andersen (1990, cito da edição de 1997²), um dos textos mais mencionados em nosso país. Sua maior originalidade é a introdução da categoria da “desmercadorização” (*de-commodification*, o ato de se desfazer mercadoria). O texto, do ponto de vista metodológico e do ponto de vista formal, é muito pobre. Suas críticas ao estruturalismo, ao liberalismo, ao pensamento conservador, ao marxismo etc. não vão além de lugares-comuns e não têm outra função senão sugerir a superioridade, diante de todas essas vertentes teóricas, de sua tese acerca da desmercadorização. Deixando de lado as críticas superficiais aos seus oponentes em potencial, para Esping-Andersen o que caracterizaria o Estado de Bem-Estar seria uma radical virada na história:

O que no passado eram Estados vigilantes (*night-watchman States*), Estados de lei e ordem, Estados militaristas, ou mesmo órgãos repressivos de uma ordem totalitária, são agora instituições predominantemente preocupadas com a produção e distribuição do bem-estar. Estudar o Estado de Bem-Estar é, portanto, um meio de entender um fenômeno novo na história das sociedades capitalistas. (Esping-Andersen, 1997:1)

Este “fenômeno novo” foi por ele assim caracterizado:

O Estado de Bem-Estar (...) Economicamente, se afastou das ortodoxias do puro nexo de mercado e exigiu a extensão da renda e da segurança do emprego como um direito da cidadania. Moralmente, estava destinado a defender as ideias da justiça social, solidariedade e universalismo. Politicamente, o Estado de Bem-Estar fez parte de um projeto de construção nacional, afirmando a democracia liberal contra o fascismo e o bolchevismo. (Esping-Andersen, 1994:1)

² Nossos agradecimentos a Malu Durriguetto por nos chamar atenção para este autor.

E, mais à frente, em *The three worlds...*

(...) o Estado de Bem-Estar moderno, avançado, (...) esposou princípios inteiramente novos (...) [ao] se compromete[r] a otimizar as capacidades de trabalho das pessoas, a encontrar emprego, e até mesmo a contar com um bom emprego, com um bom pagamento e ambiente de trabalho. O objetivo é permitir aos indivíduos harmonizar a vida de trabalho com a condição familiar, resolver os dilemas de ter crianças e trabalhar, e combinar atividade produtiva e lazer com significado compensador. (Esping-Andersen, 1997:141)

O “critério decisivo” desta nova atuação do Estado estaria em sua capacidade de “desmercadorizar”, isto é, sua capacidade de diminuir o “*status* do cidadão enquanto uma mercadoria” (Esping-Andersen, 1997:3).

Desmercadorização ocorre quando um serviço é prestado como uma questão de direito e quando uma pessoa pode manter um padrão de vida sem depender do mercado. (...) Uma definição mínima [de Estados de Bem-Estar desmercadorizadores] implica que os cidadãos podem livremente e sem uma potencial perda de emprego, renda, ou bem-estar geral, optar por se ausentar do trabalho quando eles próprios considerarem necessário. (...) Estas condições, vale notar, são aquelas normalmente gozadas por acadêmicos, servidores públicos e os escalões elevados dos trabalhadores de colarinho branco. (Esping-Andersen, 1997:23)

A desmercadorização teria repercussões sociais e políticas que Esping-Andersen coloca nestes termos:

(...) os assalariados no mercado são inerentemente atomizados e estratificados – compelidos a competir, inseguros e dependentes das decisões e forças para além do controle deles. Isto limita suas capacidades de solidariedade coletiva e de mobilização. Os direitos sociais, a segurança de renda, equalização e erradicação da pobreza que persegue um universalístico Estado de Bem-Estar são as precondições necessárias para a força e unidade que requer o poder da mobilização coletiva. (Esping-Andersen, 1997:16)

Com todas as letras:

(...) sem desmercadorização os trabalhadores são incapazes de ação coletiva; é, portanto, o alfa e o ômega da unidade e da solidariedade requeridas para se desenvolver o movimento dos trabalhadores. (Esping-Andersen, 1997:37)

Portanto, para ele, a

Desmercadorização fortalece o trabalhador e enfraquece o poder absoluto do empregador. É precisamente por isso que os patrões sempre se opuseram à

desmercadorização. (Esping-Andersen, 1997:22)³

Todavia, não devemos exigir demasiado. A desmercadorização não significa a igualdade (Esping-Andersen, 1997:32), e tampouco o fim da estratificação em classes sociais – nem mesmo o fim do trabalho assalariado:

(...) desmercadorização não deve ser confundida com a completa erradicação do trabalho como uma mercadoria; esta não é uma questão de tudo ou nada. Ao invés, o conceito se refere ao grau em que os indivíduos, ou famílias, podem sustentar um aceitável nível de vida independentemente de participação no mercado. Na história das políticas sociais, os conflitos giraram principalmente ao redor do grau⁴ de independência do mercado que seria permitido; isto é, a força, o alcance e a qualidade dos direitos sociais. Quando o trabalho se aproxima da livre escolha ao invés da necessidade, desmercadorização pode se equiparar a deproletarização. (Esping-Andersen, 1997:37 e 21)

Como seria possível compatibilizar a “livre escolha” com o caráter de mercadoria da força de trabalho, não é, para Esping-Andersen, sequer um problema digno de ser mencionado. É este silêncio que lhe possibilita articular a desmercadorização com sua afirmação de que o Estado de Bem-Estar não passaria de uma maneira de organizar as desigualdades. “Os Estados de Bem-Estar são instituições-chaves na estruturação de classe e da ordem social” (Esping-Andersen, 1997:55). “Estruturação” da “ordem social” pela criação de uma solidariedade que supera as fronteiras das classes, uma solidariedade da nação (Esping-Andersen, 1997:25). Esta solidariedade acima das classes, por sua vez, apenas é possível graças ao Estado, pois é pelo Estado que vem a ser viável a ação coletiva dos trabalhadores. O Estado de Bem-Estar funda não apenas a luta dos trabalhadores, mas também as suas identidades de classe (Esping-Andersen, 1997:55).

³ Há pérolas, como esta: “(...) a beleza da estratégia social-democrata era que a política social também resultaria em mobilização de poder. Ao erradicar a pobreza, o desemprego e a completa dependência do mercado, o Estado de Bem-Estar aumenta as capacidades políticas e diminui as divisões sociais, que são barreiras para a unidade política entre os trabalhadores” (Esping-Andersen, 1997:12). Ainda que com uma consistência aparentemente maior e à esquerda, também é um elogio das políticas públicas do Estado de Bem-Estar como elemento de coesão dos trabalhadores as loas ao reformismo de Adam Przeworsky (1980). Uma contraposição interessante é o depoimento de um trabalhador inglês sobre o salário desemprego: J.N.K., 1966.

⁴ Que isto seja uma brutal falsificação histórica – as políticas públicas nunca tiveram por referência libertar o indivíduo do mercado – não impede o autor de mensurar este fato, como veremos no Capítulo V.

Esta ação coletiva acionada pelo Estado, ao mesmo tempo que funda a identidade das classes trabalhadoras, tem também o efeito de uma deproletarização, na medida em que avança a desmercadorização. Em poucas palavras, a identidade de classe do proletariado “acionada” pelo Estado implica uma “deproletarização”, ou perda da sua própria identidade enquanto classe. Esta contradição não parece sequer ter sido notada pelo autor.

Além disso, operar-se-ia uma profunda transformação das classes sociais pelo “acionamento” via Estado da ação coletiva. Acerca da profundidade e extensão desta transformação, Esping-Andersen não nos fornece esclarecimento algum⁵.

A desmercadorização, não devemos duvidar, é capaz de milagres! Liberta as pessoas do mercado, converte o trabalho (assalariado) em trabalho voluntário e não obrigatório, reverte o individualismo em solidariedade para além das classes (*cross-class*), faz do lazer algo pleno de sentido e humanamente compensador, libera as mulheres do trabalho doméstico e da criação dos filhos, transforma as classes sociais em mediações da solidariedade *interclasses* – sem que seja necessária a superação do capital! E tudo isso graças à ação coletiva “acionada” pelo Estado de Bem-Estar!⁶

O segundo autor, Ferran Requejo Coll, em seu texto mais citado, *Las democracias* (2008), parte de uma história universal das democracias para demonstrar como o Estado de Bem-Estar é um importantíssimo estágio no desenvolvimento que conduziu da Grécia clássica à democracia “pós-materialista” dos nossos dias. Na sua narrativa histórica, não há grandes novidades, e os velhos equívocos da historiografia liberal-conservadora são repetidos *ad nauseam*. Associa a tradição republicana a Aristóteles, tradição esta que teria sido retomada no Período Moderno e conduziria, no estágio seguinte, ao Estado de Bem-Estar, por ele definido como as “estruturas políticas vigentes nos sistemas democráticos de tradição liberal a partir, sobretudo, da Segunda Guerra Mundial” (Coll, 2008:139 e 142). Nestas “estruturas políticas”,

⁵ Como é corriqueiro nas teses sobre o fim do proletariado e do trabalho (Lessa, 2011, principalmente Partes I e II), a deproletarização não significaria o fim da burguesia. As classes não são uma coisa, mas uma relação social. Se o proletariado desaparece, o que sucederá com a classe que vive da expropriação do trabalho proletário? Para Esping-Andersen, a sobrevivência da burguesia com a deproletarização não é problema.

⁶ Outras tentativas de operar o critério de desmercadorização podem ser encontradas em Menahen, 2007, e Laurell, 1995. Os resultados, contudo, não são melhores.

(...) se foi impondo a ideia de que sem uma dimensão *social* que elimine a dependência fática, material, dos cidadãos situados abaixo de certos limites socioeconômicos, a própria *lógica* democrática carece de uma base efetiva para sua realização. Com isto chegamos aos conceitos de *Estado social* e de *Estado de Bem-estar*.

Segundo o autor, de Bismarck até 1929, as intervenções estatais tinham por finalidade “corrigir” os excessos do mercado. Depois de 1929, as intervenções passaram a se guiar por outro critério: a racionalidade da totalidade do sistema (Coll, 2008:148-9). E, finalmente, com a crise dos anos de 1970, “Questiona-se (...) de diversas frentes, tanto a racionalidade *funcional* do sistema como sua racionalidade ética” (Coll, 2008:159), abrindo-se assim o espaço para uma transição, que teria ocorrido nos anos de 1980, para

um *sistema supraestatal de bem-estar* nos países industrializados ocidentais, especialmente na Europa ocidental, na sequência da criação do Euro como moeda única (...) e do Banco Central europeu (...). (Coll, 2008:162-3)

O que, para os mortais, é o neoliberalismo, do Olimpo se divisa algo inteiramente distinto:

Destaquemos (...) a existência de um novo fenômeno organizativo no período de revisão dos Estados de Bem-Estar que incidiu parcialmente na lógica representativa e, sobretudo, na opinião pública estruturada normalmente pelos meios de comunicação, o sistema educativo e os partidos tradicionais: os “novos” movimentos sociais.

Os “novos” “movimentos sociais” – “ecologismo, feminismo, pacifismo etc.” (Coll, 2008:194) – impuseram uma alteração decisiva nos processos de legitimação dos Estados: introduziram uma nova contradição entre uma racionalidade “funcional” e uma outra, “ética”.

O êxito do componente social da “racionalidade ética” nas democracias atuais consiste em haver introduzido *os valores* da dimensão social (segurança e igualdade socioeconômica, bem-estar) nos *critérios e princípios de atuação* do sistema político. (Coll, 2008:169)

A história da humanidade, a se acreditar em Coll, seria impulsionada por um dado “horizonte ético”, o qual, de Aristóteles ao presente (caracterizado por valores “pós-materialistas” em um mundo marcado pela solidariedade⁷) teve no Estado de Bem-Estar um estágio deci-

⁷ “(...) se tratará de uma solidariedade mais de tipo hegeliano que kantiano. Uma solidariedade que não se contrapõe de modo excludente às tendências

sivo, já que possibilitou a transição da “razão” do sistema à “ética” do universal. Assim, no interior e após o Estado de Bem-Estar,

O êxito destes movimentos sociais não está tanto em haver preconizado modelos sociais *alternativos* ao sistema das democracias sociais (...) mas em haver conseguido que alguns de seus valores *pós-materialistas* e de suas reivindicações formem parte dos *objetivos* e dos *critérios de atuação* dos atores políticos e sociais, tanto públicos quanto privados, em âmbitos civis distintos aos do sistema político estrito (família, educação, consumo, sexualidade etc.⁸). (...) Hoje, pode-se falar da emergência de outras dimensões normativas nas democracias sociais que começam a conviver com as clássicas dimensões liberal, democrática e social. Uma delas é a dimensão *pós-materialista*. (Coll, 2008:199)

O futuro da humanidade, nada mais do que o prosseguimento linear de toda a história até o presente, seria marcado pela transição à “pós-materialidade” dos valores a presidirem as políticas públicas e, portanto, a ação do Estado e de seus agentes. Nosso futuro seria uma etapa “pós-materialista” da democracia. O Estado de Bem-Estar, para Coll, teria sido um elo entre o Estado da época de Bismarck (que intervinha para “corrigir” os excessos do mercado) e o Estado contemporâneo (o “pós-materialista”), e se caracterizaria pela busca da racionalidade “funcional do sistema”.

Esping-Andersen e Ferran Coll não são, aqui, mais do que dois exemplos de um vasto campo com uma miríade de autores. O que há de comum neste campo são três pontos: 1) afirmam a existência de um Estado de Bem-Estar, 2) postulam que este Estado seria um fenômeno fundamentalmente novo (ainda que o conteúdo desta novidade varie de autor para autor); e 3) que teria ampliado a justiça e a democracia pela aplicação das políticas públicas.

Uma definição mais precisa, contudo, não parece ser possível. Teria existido antes ou apenas depois da Segunda Grande Guerra? Teria terminado com a “contrarrevolução neoliberal” ou evoluído para o Estado “pós-materialista”? Incluiria países da periferia do sistema do capital, como Brasil, Argentina, Costa Rica, Nova Zelândia, Uruguai, Austrália, Rodésia (atual Zimbábwe) etc., ou ficaria restrito apenas às

do *próprio interesse* das coletividades, antes conforma a outra face deste interesse. Uma solidariedade cujo motor não é o altruísmo, mas precisamente o interesse próprio. Trata-se de uma lógica que faz que se seja solidário quando não há outro remédio, quer dizer, quando o requer o próprio interesse. Uma solidariedade ‘egoísta’ de raízes hegelianas” (Coll, 2008:182). Os bons hegelianos devem estar horrorizados!

⁸ Na página 280, ele acrescenta: “ecológicos, pacifistas, de liberação dos costumes e estilos de vida, etc.”.

potências europeias? Incluiria ou não os Estados Unidos? Teriam de ser democracias liberais, com economia de livre mercado, ou incluiriam também países do antigo Leste Europeu? Neste último caso, a Alemanha nazista ou a URSS não deveriam estar também entre os Estados que aplicaram as políticas públicas, com maior razão que países como França e Inglaterra? Em poucas palavras, agem como se soubessem o que é o Estado de Bem-Estar, mas não são capazes de fornecer uma definição científica, precisa, de tal Estado. Este é um conceito que, como veremos no Capítulo V, apenas pode ter a ampla aceitação que atualmente goza justamente por ser impreciso e indefinível⁹.

The Three Worlds... e *Las Democracias* são obras de 1990 e 2008. Defendem as teses que, em linhas gerais, aqui expusemos. Tais teses, bem pesados os argumentos, são o prolongamento de uma visão de mundo muito frequente nos “30 anos dourados”:

Não era verdade que o nível dos salários estava aumentando? As vitrinas das lojas não mostravam um vasto e sempre crescente estoque de novas mercadorias a preço que, com a ajuda dos créditos, as colocava ao alcance da renda da maior parte das pessoas? Não era verdade que a nova geração de crianças era maior, mais forte e mais pesada que a dos seus pais, graças à melhoria tanto na dieta quando no ambiente físico? Onde estavam as marchas contra a fome dos anos 30? (...) De fato, para a maior parte das pessoas, esse direto e vívido contraste entre os anos 30 e os anos 50 é o que era tão impressionante. (Coates e Silburn, 1973:26-7)

Não era, também, lógica a explicação para “a notória e aparentemente permanente melhoria no padrão de vida das pessoas”? (Howe, 1993). Crescimento econômico ininterrupto, pleno emprego e ação das políticas públicas não eram razões suficientes para tornar este quadro

⁹ Não é raro que uma dada noção apenas possa cumprir sua função ideológica se for imprecisa. Isto é mais frequente, como fenômeno ideológico, do que pode parecer à primeira vista. Considere-se, por exemplo, o termo “mundo do trabalho”. Atua, na maior parte das vezes, como substituto da categoria, precisa e cientificamente estabelecida, de relações de produção. Sua enorme imprecisão possibilita que adquira, não apenas entre autores distintos, mas também no interior de um mesmo texto de um mesmo autor, significados tão distintos quanto o local de trabalho (que pode ser do escritório à fábrica, dos *shopping centers* a uma repartição estatal), a linha de montagem, a totalidade das atividades produtivas de uma sociedade ou da humanidade; uma postura de classe, como na expressão mundo do trabalho *versus* o mundo do capital, o sujeito revolucionário etc. Sugere, mais do que conceitua. No debate de ideias em uma sociedade de classes, toda imprecisão serve à classe dominante; sendo as ideias dominantes aquelas da classe dominante, as imprecisões tendem a ser interpretadas no sentido mais adequado a esta última.

possível? Desse modo, “(...) a pobreza que ainda existia era tida como um problema residual menor, concentrada principalmente entre os idosos”, e pequenos ajustes nas políticas públicas seriam suficientes para dar conta do problema. “Esta explicação plausível, baseada nas políticas econômicas e sociais do pós-guerra, parecia satisfazer a todos os comentaristas, incluindo os da direita e os da esquerda.” A direita cantava os benefícios do capitalismo; a esquerda trabalhista elogiava seu próprio governo e sua preocupação com os trabalhadores. *O Affluent Society* (1958), de Galbraith¹⁰, estava nos seus dias de glória.

E, ainda assim (...) sabemos que por toda a década de 1950 [na Inglaterra], o número de pessoas na pobreza podia já ser contado em milhões e estava crescendo, não diminuindo; que a distribuição da riqueza nacional estava se tornando menos, não mais, equitativa; que a tão alardeada igualdade de oportunidade era em grande medida promessas que não saíram do papel; e mais, que entre 1950 e 1960 a dieta de uma seção substancial da população deteriorou bem abaixo dos níveis médicos recomendados.

Como foi que políticos de todos os partidos, comentaristas de todas as convicções, “especialistas” em pesquisa social, e profissionais engajados no serviço social, aceitassem tão rápida e prematuramente que a pobreza havia se tornado uma memória do passado? (Coates e Silburn, 1973:26)

Como dizia até mesmo o moralista Titmuss (1964:34 e ss), para quem o socialismo era uma questão moral e brotaria do desenvolvimento da solidariedade espontânea dos pobres e necessitados,

pressupõe-se (...) que o estabelecimento de assistência social necessária e inevitavelmente contribui para a disseminação do humanismo e a resolução de injustiça social. O reverso pode ser verdadeiro. Bem-estar, como meio institucional, pode servir a diferentes senhores. Uma multidão de pecados pode ser cometida em seu prestigioso nome. Bem-estar pode ser usado simplesmente como um instrumento de crescimento econômico, beneficiando uma minoria, indiretamente promovendo maior desigualdade. (...) Bem-estar pode ser usado para servir fins militares e raciais – como na Alemanha de Hitler. Mais cuidados médicos foram fornecidos pelo Estado e agências voluntárias, não devido à crença no caráter único de cada pessoa, mas ao ódio entre os homens. Bem-estar pode ser usado para restringir solidariedade e, não, para difundi-la – como em sistemas de *fringe benefits* dos empregadores. Ganho individual e

¹⁰ A pobreza, “como uma aflição generalizada, terminou pela crescente oferta” de bens, que reduziu a “pobreza de um problema da maioria para o problema de uma minoria. Deixou de ser um caso geral e se converteu em um caso especial” (Galbraith, 1958:323). Uma crítica sintética de suas teses principais pode ser obtida em Lipton, 1966. Uma discussão também interessante deste clima ideológico na Inglaterra do pós-guerra se acha em Saville, 1965.

quietismo político, promovidos pelo novo feudalismo das corporações, podem agir como substitutos da percepção de uma única humanidade, alimentados por sistemas não discriminatórios de ajuda mútua. (Titmuss, 1964:33)

Charles Taylor (1960:5-11), em um texto dos mais claros e precisos, expõe este mesmo argumento de um outro ângulo, ao questionar a origem desse clima de orgulho e autoelogio que predominava nos anos de 1950:

O que justifica tudo isto? Seja o que for o que nos trouxe os anos cinquenta, certamente não era uma sociedade humana e justa. Para além de Suez, Hola e Niassalândia¹¹, podemos chamar de “justa” a uma sociedade que foi tão incrivelmente mesquinha para seu povo na velhice? Qual a razão na Terra para que devamos estar satisfeitos com uma despesa pública em educação na ordem de £ 670,000,000, quando sabemos que muitas escolas estão desmoronando e há quarenta crianças para uma sala de aula? Por que não poderíamos gastar mais? Contudo, podemos ter recursos para gastar £ 400,000,000 em publicidade. Por que criticar o serviço de saúde pelos seus £ 700,000,000, quando nossos hospitais tão obviamente precisam de reconstrução? Devido à falta de recursos urgentes? Por que então o refrão “nunca estivemos tão bem”? Se estamos tão “duros”, a indústria de embalagens realmente precisa engolir até £ 500.000.000 por ano?

Ele continua justapondo o ritmo de construção de prédios luxuosos para sede de grandes empresas e a deterioração das escolas, hospitais, asilos etc. Por exemplo, ao citar B. Abel-Smith:

Não é possível para os edifícios do Estado de Bem-Estar manter uma equivalência com os edifícios que abrigam empresas privadas? Ao nosso redor vemos palácios escritórios de prestígio, novas lojas, novas fábricas – fazendo vergonha às carcomidas e antigas instituições de bem-estar... Li no *Times* de 12 de maio de 1958 que um banco abriu uma nova filial em Piccadilly Circus. “A decoração interior incorpora o vermelho do mármore extraído em Óran, granito preto ébano da Suécia, mosaico de vidro italiano, ardósia cinza e italiano (...)”. Não haverá nenhum mármore para os hospitais – nem mesmo mosaicos de vidro. Têm utilidade para atrair clientes casuais para o banco. Mas não precisamos desperdiçá-los com mães preocupadas, esperando todas as manhãs no hospital de la Loire, no departamento de pacientes não internados. (Abel-Smith, 1958:65)

E, então:

Temos apenas de arranhar a superfície da nossa sociedade para ver que as nossas prioridades estão todas erradas. Elas não são apenas injustas: estão divorciadas

¹¹ Guerras imperialistas levadas a cabo pela ou com a participação ativa e importante da Inglaterra nos anos de 1950.

de qualquer percepção real de necessidade humana e são surpreendentemente irracionais. Não é apenas que muito pouco é gasto em bem-estar. (...) É que nossa sociedade coloca a produção para o lucro sempre antes do bem-estar. O problema não é apenas que as prioridades são irracionais. Elas também refletem o tipo de sociedade que somos e em que estamos nos tornando cada vez mais – uma sociedade na qual os valores comerciais são os mais importantes, onde o que conta é o que vende. (...) Estas falsas prioridades estão incorporadas em nossa própria noção de prosperidade. O crescimento da prosperidade nos últimos anos é medido quase que inteiramente em termos de aumento no produto nacional bruto e no número de TVs, máquinas de lavar roupa, carros vendidos, e assim por diante. (...) Por que este fetichismo do consumo durável? Porque vivemos em uma sociedade de negócios, e isso significa que as coisas que nós produzimos para venda no mercado são vistas como intrinsecamente mais importantes que os serviços que fornecemos a nós próprios enquanto uma comunidade. A produção para o lucro é considerada a mais importante das atividades econômicas – frequentemente como a mais importante de todas as atividades – em nossa sociedade.

Taylor argumenta, ainda, que a estatização da economia também não era uma solução¹². Servia tão só como “colchão de amortecimento” para a maior lucratividade do capital privado.

A única maneira que podemos realmente endireitar nossas prioridades é acabar com a influência dominante do sistema de lucro e colocar em seu lugar um sistema baseado primariamente na propriedade comum. Qualquer tentativa de ajustar o capitalismo às necessidades da comunidade se chocará agudamente contra o caráter inato e os impulsos do próprio sistema. (Taylor, 1960:5-11)

Trinta e três anos depois, na “Introdução” ao clássico *The Other America*, de Michael Harrington, Irvin Howe fez uma observação facilmente generalizável para além dos Estados Unidos:

O espírito conservador (*the conservative mood*) – que reapareceria nos anos de 1980 – havia encontrado sua grande expressão no pós-guerra dos anos de 1950. Muitos

¹² Logo após a Segunda Grande Guerra, o governo trabalhista inglês estatizou uma parcela muito significativa das indústrias e dos serviços, para evitar que fossem à falência e provocassem uma crise geral da economia. Naqueles anos, a Inglaterra era uma das economias capitalistas mais estatizadas do mundo. “Todos os bens públicos estão irremediavelmente hipotecados ao sector privado (...) Quando a nacionalização envolve a compensação para os antigos proprietários – e a sempre foi generosa na Grã-Bretanha – a distribuição de propriedade [entre as classes sociais] não é muito afetada. Além disso, as indústrias públicas têm sido predominantemente aqueles que eram incapazes de lucro – ou indústrias em declínio (estradas de ferro e carvão) ou indústrias nascentes susceptíveis de ser rentáveis por algum tempo (potência atômica). O ditado de Marx ainda se mantém: ‘a única parte da chamada riqueza nacional que realmente entra na posse coletiva dos povos modernos é sua dívida nacional.’” (Blackburn, 1967)

americanos, então, começaram a assumir que as recessões cíclicas características das economias capitalistas haviam sido erradicadas ou ao menos suprimidas nos Estados Unidos; que as crises econômicas e as desigualdades sociais que haviam prevalecido antes da Segunda Guerra Mundial, as quais as reformas de Franklin Roosevelt de modo algum haviam eliminado, agora estavam se tornando coisa do passado. Na verdade, estávamos vivendo dos benefícios do *boom* econômico do pós-guerra e, em parte como consequência, um espírito de autocongratulação varreu o país. Isto era particularmente perceptível entre intelectuais, alguns deles ex-radicais que logo se converteriam nos “novos conservadores”. Atitudes de complacência social predominariam nos anos da presidência de Dwight Eisenhower, alcançando até mesmo segmentos da comunidade liberal. Hoje parece mesmo cômico recordar que intelectuais liberais de primeira linha escreveram solenes ensaios baseados na certeza de que havíamos resolvido nossos problemas sociais e que, portanto, poderíamos nos voltar a questões “mais elevadas”, de caráter espiritual. Os intelectuais, sendo breve, foram cativados, como frequentemente ocorre, pelo *Zeitgeist*, a mais traiçoeira das ilusões. Mary MacCarthy, por exemplo, pôde escrever algo tão absurdo quanto isto: “As barreiras de classe desaparecem ou tendem a se tornar porosas; o trabalhador da fábrica é um trabalhador aristocrata em comparação com o *clerk* de classe média (...) A América (...) de vastas desigualdades e contrastes dramáticos está rapidamente deixando de existir”. (Howe, 1993:ix-x)

Este *Zeitgeist* conservador dos anos de 1950, que “reapareceu nos anos de 1980”, continuaria sua trajetória pelos anos de 1990 e entraria pelo século 21, como vimos nos exemplos de Esping-Andersen e Ferran Coll¹³. Também nesses autores, a noção de Estado de Bem-Estar se nutre deste ambiente conservador e conformista típico do pós-1945. Este *Zeitgeist*, nela incorporado como integrante de seu núcleo ideológico, “aponta” (não define) que teríamos conhecido um “novo fenômeno”, um Estado “moralmente” superior, universalista (Esping-Andersen), e que atuaria na superação das desigualdades pela “demercadorização” e pela distribuição da renda e da riqueza. A “lógica” de um mercado consumidor em expansão é muito rapidamente convertida em uma ilusão: como se consome mais, a sociedade estaria superando suas desigualdades e distribuindo renda. É assim que tem sua origem o que se conver-

¹³ Neste texto estamos mais interessados na literatura de esquerda, num sentido muito amplo e impreciso do termo, do que na produção claramente mais à direita do espectro ideológico ou político. Para um autor neste último campo, interessante é o texto de Gabriel Jackson, *Civilization and Barbarity in 20th Century Europe* (1999). Não deixa de chamar a atenção como passagens inteiras que tratam do Estado de Bem-Estar poderiam ser reproduzidas em muito da literatura nacional mais progressista. Conferir, por exemplo, a passagem entre as páginas 218-220: “Pessoas que antes viviam em choças, e pegam a água manualmente de poços, agora vivem em blocos de apartamentos com água encanada, eletricidade e gás. Pessoas que nunca puderam pagar médicos e dentistas agora recebem um mínimo de cuidado médico (...)”, e assim sucessivamente.

terá em um autêntico axioma do “mito” do Estado de Bem-Estar: o da distribuição da renda e da riqueza nos “30 anos dourados”.

2. Um axioma: a distribuição de renda

É frequente autores afirmarem que houve distribuição de renda nos Estados de Bem-Estar sem sequer citarem uma fonte! Assim, por exemplo, Esping-Andersen:

A questão é, claro, não se a desigualdade geral de renda declinou – um fato absolutamente disputável – mas até que ponto o nexo entre impostos/gastos do Estado de Bem-Estar joga um papel decisivo. (Esping-Andersen, 1997:56)

Algo semelhante podemos encontrar em Coll (“uma série de mecanismos de redistribuição” (2008:177) e mesmo em autores de esquerda, como Avelãs Nunes (uma “redistribuição de rendimentos a favor dos mais pobres” (Avelãs Nunes, 2010:50-51, tb. 84)). Em Alan Bihr há um procedimento curioso. Menciona uma política pela qual os “ganhos de produtividade se dividiam ‘equitativamente’ entre salários e lucros” (1998:42) sugerindo, sem, contudo, afirmar com todas as letras, uma melhor distribuição de riqueza entre as classes. Assume-se ou sugere-se que o Estado de Bem-Estar distribuiu renda e riqueza sem nenhuma comprovação.

Isso é mais do que problemático.

Um texto que deveria fazer parte dos nossos cursos de graduação, *Demystifying social statistics*, de Irvine, Miles e Evans (1979), fornece muitos exemplos de como, das estatísticas sobre as condições de vida da população, aquelas acerca da distribuição de renda e de riqueza são das mais influenciadas pelas necessidades políticas imediatas e pela perspectiva ideológica. Nada melhor para legitimar um político ou governo do que a sua capacidade de promover justiça social “comprovada”, não raramente, pela manipulação estatística. O que terminou por conduzir a uma situação paradoxal: não existem dados confiáveis e seguros quando se trata da distribuição da renda e da riqueza. Além disso, a manipulação dos dados chega a ser grosseira, como teremos oportunidade de examinar.¹⁴

A começar pela própria definição de pobreza. Uma das formas mais

¹⁴ Por exemplo, em *The militant*, jornal do *Socialist Workers Party*, dos EUA (vol 75, nº 30, 2010:2) vemos como, mantidos os mesmos critérios do governo Clinton (em 1994), o índice de desemprego em 2011 seria de 25%, e não de 9%, como afirma o governo de Barack Obama.

frequentes de mostrar a melhoria na distribuição de renda é reavaliar para baixo a linha de pobreza. Retiram-se da miséria, com um golpe de caneta, sem alteração alguma da estrutura produtiva, parcelas inteiras da população.

Outro artifício é a avaliação do que seria o consumo mínimo indispensável – a “cesta básica”, por exemplo, no Brasil. Um dos mais importantes índices empregados nas estatísticas que indicavam haver uma diminuição da pobreza na Inglaterra nos “30 anos dourados” pressupunha uma “ração alimentar” em que todas as semanas do ano se deveria comer exatamente o mesmo, exatamente na mesma quantidade, sob pena de não se alcançar o mínimo nutricional! Adotado um critério guiado pelo consumo real das pessoas, os milhões de pobres seriam muito mais. (Coates e Silburn, 1973:33 e ss.)

Além disso, com frequência misturam-se os dados da distribuição da renda com os dados da distribuição da riqueza. Renda e riqueza se relacionam, obviamente, mas não são o mesmo. Ser proprietário de meios de produção é muito diferente de ser proprietário da televisão ou da geladeira, da moradia ou do carro que é o transporte da família. Muito diferente das ações de uma DuPont é a riqueza representada pela poupança do trabalhador. Ao desconsiderarem as diferentes funções sociais das diferentes propriedades, as estatísticas velam a concentração real da riqueza que decorre do fato de que, tipicamente, o 1% ou os 2% mais ricos da população concentram a propriedade dos meios de produção e os 50% mais pobres possuem principalmente carros, geladeiras, televisões etc.

Outra medida que faz com que, nas estatísticas, o mundo apareça muito melhor que a realidade é incluir na renda dos mais pobres aquilo que não é renda. Renda é o que vem do trabalho assalariado, de lucros ou de dividendos. Contudo, se incluirmos como “renda” dos mais pobres os gastos com programas de auxílio desemprego, complementação da renda familiar, “bolsa família”, subsídio ao financiamento dos custos escolares, subsídios ao atendimento médico etc., estatisticamente assistiremos a uma melhora na distribuição de renda sem nenhuma modificação da concentração da propriedade dos meios de produção ou da capacidade desta população se tornar independente da esmola estatal. Inflam-se, desse modo, os dados da renda dos assalariados mais pobres com somas e quantias que cumprem funções sociais entre si muito distintas. Afirmarções como, por exemplo, “o crescimento do orçamento social em todos os países da Europa que integravam a OCDE” medido pela “média de gasto em relação ao produto interno bruto, passou de 3% em 1914 para 5% em 1940, entre 10% e 20% em 1950 e 25% em 1970” (Behring e Boschetti, 2006:92), sem um melhor exame dos critérios empregados (por exemplo, na definição de “orçamento social”) e sem uma

exposição dos dados brutos, podem ser desencaminhadoras.

Um artifício a mais que contribui para que as estatísticas não revelem a desigualdade real tem sua origem no fato de que a legislação propositalmente deixa muitas brechas para os ricos mascararem suas rendas e fugir dos impostos. Nas estatísticas, a da renda dos ricos é contabilizada bem abaixo do real, sugerindo uma menor desigualdade (Leiman, 1993:96-7; 365-6 nota 14; Westergaard e Resler, 1975:40-44; Titmuss, 1964:32-3). Nos EUA, por exemplo,

Certos tipos de renda não são contados. Entre estes estão os ganhos de capital, presentes e heranças, *expense account income*¹⁵, salário em espécie... renda agrícola, renda de aluguéis. (...) Os brancos recebem uma porcentagem muito maior da sua renda bruta nestas formas que os negros (...) 98,3% dos salários e ou pagamento em dinheiro (*wage*) foram declarados [enquanto] apenas 45% dos dividendos, juros, *net rental income*, renda de propriedades e *trustes* e lucros líquidos foram declarados. (Leiman, 1993:97)

A tudo isso é preciso acrescentar que as estatísticas não consideram que o trabalhador pode oscilar acima e abaixo de uma dada linha de pobreza ao longo de sua vida (o ciclo de pobreza de Rowntree).

A vida de um trabalhador é marcada por cinco períodos de necessidade e relativa abundância que se alternam. Durante os primeiros anos da sua infância, a menos que seu pai seja um trabalhador especializado, provavelmente estará na pobreza até que ele, ou alguns de seus irmãos e irmãs, comece a ganhar dinheiro e aumente os ganhos de seu pai até elevar a família acima da linha de pobreza. Então vem o período no qual ele está ganhando dinheiro e vivendo junto com seus pais; por alguma porção deste período ele estará ganhando mais do que o necessário para abrigo, comida e roupas. Esta é sua oportunidade para poupar dinheiro – este período de prosperidade pode continuar após seu casamento até ele ter duas ou três crianças, quando a miséria o abarcará novamente. O período de pobreza vai durar talvez por dez anos, isto é, até a primeira criança ter quatorze anos e começar a receber salários; contudo, se houver mais de três crianças pode durar mais tempo. Enquanto as crianças gerarem algum dinheiro e antes que deixem a casa dos pais para se casarem, o indivíduo gozará de um outro período de prosperidade; todavia para, possivelmente, afundar uma vez mais na pobreza quando suas crianças se casarem e o deixarem e ele já for muito velho para trabalhar. (Coates e Silburn, 1973:45-6)

As estatísticas, ao ignorarem que “qualquer indivíduo pode ser arrastado para dentro ou para fora da pobreza diversas vezes durante a sua vida”, “revelam” “apenas uma fração do número daqueles que estarão na pobreza em algum momento de suas vidas”. Desse

¹⁵ Contas corporativas com as quais os elevados assalariados pagam despesas pessoais (alimentação e roupas, carro, escola para os filhos, planos de saúde, casas etc.)

modo, milhões de miseráveis deixam de ser, a cada ano, estatisticamente contabilizados. (Coates e Silburn, 1973: 45-46)

E, por fim, uma gravíssima falha no procedimento mais frequente na coleta e processamento dos dados:

Em princípio, em economia política, nunca se deve deduzir leis gerais à base de cifras referentes a um só ano. Deve-se sempre tomar a média de seis a sete anos – lapso de tempo durante o qual a indústria moderna passa pelas diferentes fases de prosperidade, de superprodução, de estagnação e de crise, no percurso do seu ciclo fatal. (Marx, 1985b:189)

Hoje, possivelmente, o ciclo necessário não seja mais de seis ou sete anos – talvez seja preciso ainda mais. Todavia, o fundamento da observação de Marx se mantém correto: dados pontuais não possibilitam a avaliação de tendências.

Quando se trata da relação entre o Estado de Bem-Estar e a distribuição de renda, os dados raramente são apresentados – e, quando o são, quase sempre sugerem um “mito” (Glyn e Sutcliffe, 1972:225; Rossdale, 1963:92): o da distribuição mais igualitária da renda. Tem toda razão Westergaard quando afirma que os

(...) argumentos e indícios indistintamente têm sido com frequência assumidos como evidentes, ao invés de expostos de modo claro e submetidos a cuidadoso escrutínio. Retórica tem obscurecido tanto os elos quantos as falhas na cadeia de argumentos. Palpites, impressões e pressupostos (*assumptions*) são equiparados a fatos. Mudanças pequenas são infladas até se tornarem decisivas, indicações inseguras são convertidas em provas inquestionáveis. (Westergaard, 1964:1-2)¹⁶

Vejamos dois exemplos desta manipulação a que Glyn, Sutcliffe e Westgaard se referem.

3.Cornia et alii

Em um texto de Giovanni A. Cornia, Tony Addison e Sampsa Kiiiski (2003), “Income Distribution Change in the Post-World War

¹⁶ Para a incerteza dos dados na Suécia, cf. Korpi, 1980:103. Glyn e Sutcliffe (1972:112 e ss.) mencionam dificuldades estatísticas semelhantes em um texto exemplar pela sua clareza, *British Capitalism, workers and the profits squeeze*. Sobre a má qualidade dos dados estatísticos, ver também Blackburn, R. (1967). De um ponto de vista meramente contábil, sem a menor postura crítica e o menor indício de consciência de onde as dificuldades aparentemente técnicas se originariam, cf. *Income distribution*, de Jan Pen (1974). Cf., ainda, Saville (1965:150 e ss.), ao comentar as estatísticas apresentadas pelo *The Economist*.

II Period”, lemos que, “nas economias desenvolvidas de mercado”, a “concentração da renda (...) declinou persistentemente ao longo dos anos de 1950, 1960 e na maior parte dos anos de 1970.”

Como prova desta queda “persistente” da “desigualdade de renda” “ao longo dos anos de 1950, 1960 e da maior parte dos anos de 1970”, apresentam uma tabela da razão entre a distribuição de renda dos dez por cento mais ricos e os dez por cento mais pobres – em países arbitrariamente escolhidos pelos autores e sem ponderação alguma sobre a diferença de critérios para a coleta e sistematização dos dados nos distintos países. Ou seja, não consideram que

Comparações internacionais são circundadas por dificuldades especiais. Diferenças nos impostos e sistemas de benefícios, em procedimentos contábeis e definições de agregados relevantes e categorias, significam que comparações entre nações são temerárias, na melhor das hipóteses. (...) A desigualdade em todos os lugares coloca obstáculos para a sua própria descrição. (Westergaard & Resler, 1975:118-122; cf. tb. Part I e II)

Em Cornia et alii, são arbitrários os critérios de escolha dos países que tomaram como típicos; não descrevem os critérios adotados, em cada país, para a coleta nem para a análise dos dados, tampouco os critérios pelos quais compatibilizaram as distintas bases de dados nacionais. Do mero ponto de vista metodológico, as conclusões do paper já deveriam ser invalidadas. Contudo, não consiste nisso o seu principal problema.

A principal manipulação está no artifício de substituir os dados primários sobre a distribuição de renda pela razão entre a participação na renda nacional dos 10% mais ricos e mais pobres de cada país. A diferença entre os dados primários e a razão da participação na renda pode ser facilmente compreendida pelo seguinte exemplo: imagine-mos que, em um país hipotético, a participação dos mais ricos e mais pobres na renda nacional apresentasse o seguinte comportamento:

Participação na renda nacional entre os anos X e Y			
	Ano X	Ano Y	Variação (ano Y – anos X)
10% mais ricos	60%	56%	-4%
10% mais pobres	25%	27%	+2%
Razão (10% mais ricos dividido pelos 10% mais pobres)	$60/25 = 2,4$	$56 / 27 = 2,07$	2,07 é 13,59% menor que 2,4

A perda de 4% da renda pelos mais ricos e o ganho de 2% dos mais pobres constituem também uma queda de 13,59% na razão de 2,4 para

2,07! Pode-se, deste modo, afirmar que houve uma queda de 13,59% na *razão* da distribuição de renda, sem que se seja obrigado a ponderar: 1) que os mais pobres tiveram acrescidos apenas 2% em sua participação na renda e, portanto, 2) a metade dos 4% perdidos pelos 10% mais ricos não ficou com os mais pobres. Pode-se, assim, velar a pequena (de 2%) elevação na participação da renda dos mais pobres pela afirmação da queda de 13,04% na *razão* da desigualdade! Sem nenhuma inverdade!

Mesmo com esses procedimentos mais do que suspeitos, os dados apresentados por Cornia, Addison e Kiiski não demonstram uma “persistência” na queda da desigualdade social, nem mesmo nos países arbitrariamente “escolhidos”. No Canadá, o movimento é inverso aos da França, Alemanha, Itália e Japão. Já dois países ficam praticamente estáveis (Grã-Bretanha e Estados Unidos). E, das três maiores economias escolhidas, a maior de todas (EUA) e a segunda maior (Grã-Bretanha) no pós-guerra praticamente não teriam alterado a desigualdade de renda; a terceira maior (Alemanha) teria se movido apenas 2,2% (Cornia et alii, 2003).

Giovanni A. Cornia, Tony Addison e Sampsa Kiiski fazem um jogo estatístico, e não ciência. Velam, ao invés de desvelar, o movimento do real.

4. Esping-Andersen e *The Three Worlds of Welfare Capitalism*

Não é menos questionável a tão mencionada classificação proposta por Esping-Andersen, em *The three worlds of Welfare Capitalism* (Esping-Andersen, 1997), dos “regimes” do Estado de Bem-Estar a partir dos graus de “liberalismo”, “socialismo” e de “conservadorismo” atuantes em cada nação. Deixando de lado o fato de que entre liberalismo e socialismo não há uma diferença de “graus”, mas uma diferença ontológica que se refere ao modo de produção, os critérios empregados pelo autor são de um arraigado subjetivismo.

O ponto de partida de Esping-Andersen é uma avaliação de diversas políticas públicas (pensão, benefícios doença e desemprego etc.) a partir da maior ou menor universalidade a ser mensurada com base na letra dos programas governamentais. Desconsidera que há uma grande distância entre a letra dos projetos governamentais e sua real efetivação¹⁷. Para os critérios mais universais na aplicação das políticas, ele conferiu um valor 3; para os critérios mais restriti-

¹⁷ Para não deixar dúvidas: este critério faria com que o Brasil fosse muito positivamente avaliado no quesito cuidado de suas crianças e adolescentes, pois *no papel* muitos dos projetos fundamentados no ECA são, de fato, universais. Na prática, sabemos, as determinações de classe do Estado convertem a letra do texto em quase nada (cf., sobre as políticas para as crianças e adolescente em situação de rua, Malta, 2009).

vos, o valor conferido foi 1 (Esping-Andersen, 1997:54).

Algumas questões metodológicas a que o autor não responde: 1) Por que uma baixa universalidade equivale a um terço de uma alta? Por que não vale um décimo ou um centésimo? 2) Por que não se considerou a relação entre o montante efetivamente gasto nestas políticas públicas com o PIB de cada país ao longo dos anos? Não seria relevante levar em conta se um determinado país em anos de crescimento econômico mantém as mesmas políticas de seguro desemprego, aposentadoria etc. que em períodos de depressão econômica? 3) Por que não se considerou a distribuição de renda e de riqueza, entre as classes e, também, entre homens e mulheres, o grau de concentração da propriedade dos meios de produção, e assim sucessivamente? 4) Por que o único dado relevante a ser examinado são os critérios oficiais declarados nos programas governamentais?

Tal como em Cornia *et alii* (2003), também neste texto de Esping-Andersen os dados brutos não são apresentados. Não sabemos o quanto foi alocado em cada país para as políticas públicas que ele selecionou, não sabemos qual a participação destes recursos nos PIBs nacionais, nem sabemos o quanto e como tal participação tem evoluído ao longo de um período suficientemente longo de tempo. A classificação dos “graus” de liberalismo, socialismo etc. levada a cabo por Esping-Andersen implica um elevado grau de subjetivismo. Revela pouco do mundo real, mas muito dos valores e das concepções ideológicas do autor. Não é muito mais do que a conversão em números das opiniões de Esping-Andersen.

Como veremos no Capítulo V, poucos anos depois, Esping-Andersen reconheceu que a sua categoria de Estado de Bem-Estar Social tinha sido muito mais a expressão da opinião corrente (do *Zeitgeist*, dirá ele) do que uma categoria científica. O que depõe a favor de sua honestidade intelectual é, também, a confissão do fracasso de suas teses enquanto reflexo científico do real.

Podemos, agora, encerrar o capítulo.

A literatura mais conhecida sobre o Estado de Bem-Estar assume que houve uma melhor e mais equilibrada distribuição de renda e/ou riqueza. Contudo, nos raros casos em que apresentam dados, as estatísticas são metodologicamente tão falhas que não passariam por uma banca de doutorado minimamente séria. O raro emprego dos dados estatísticos não é consequência de insanáveis dificuldades técnicas. É apenas o singelo resultado de vivermos em uma sociedade de classes em que os poderosos precisam velar as desigualdades inerentes ao sistema. A imprecisão e a manipulação estatísticas facilitam as con-

clusões que interessam aos poderosos do dia. Por isso, as estatísticas, principalmente as que tratam da distribuição da renda e da riqueza, devem ser empregadas com cuidado, buscando diversas fontes e verificando, sempre que possível, os dados brutos, sua origem e os critérios de suas coletas. Muitas vezes as estatísticas oficiais, mesmo as mais falhas, são as únicas disponíveis, e não há alternativa senão empregá-las. Ainda assim, facilmente se encontram na literatura textos que examinam criticamente os dados oficiais e oferecem interpretações mais confiáveis. Portanto, ao tratarmos da distribuição de renda e riqueza, devemos estar cientes que os dados não revelam toda a realidade e, com enorme frequência, escondem mais do que revelam.

Reservas e ressalvas feitas, em nossa investigação acerca do Estado de Bem-Estar não encontramos sequer um único autor que tenha apresentado dados consistentes que, se não comprovam de forma cabal, ao menos indicam uma melhor distribuição de renda e riqueza durante os “30 anos dourados”. O que encontramos foram muitos dados, de fontes e períodos diversos, com metodologias variadas e envolvendo muitos países, a indicar o contrário, ou seja, que houve uma concentração da renda entre 1945 e 1975 nos países capitalistas centrais (aqueles mais frequentemente listados como os de Bem-Estar). Assim, por exemplo, Blackburn, em um artigo repleto de dados sobre a concentração de renda e publicado na *New Left Review* em 1967, comentava que até mesmo o insuspeito *The Economist* reconhecia haver,

(...) sem dúvida, uma tendência permanente e inerente à desigualdade (...). Não é apenas o que os ricos são financeiramente mais sofisticados. Eles também estão realmente melhores alocados para assumirem riscos e precisam manter uma proporção menor do seu dinheiro como reserva líquida. O fato peculiar é que qualquer tendência para uma distribuição mais uniforme da riqueza na Grã-Bretanha está sendo neutralizada o tempo inteiro por essas diferenças em sua [da riqueza] composição. (Blackburn, 1967)

Blackburn é preciso:

Mesmo quando a economia apenas expande a um ritmo moderado, como tem ocorrido nos últimos anos, a propriedade privada dos meios de produção poderosamente gera desigualdades. Este é o coração de um sistema que tem sistematicamente derrotado as tentativas igualitárias que falham em desrespeitar os direitos de propriedade. (Blackburn, 1967)

Ralph Miliband, em *The State in Capitalist society*¹⁸, se contrapõe fron-

¹⁸ Um histórico debate teve lugar, na *New Left Review*, entre Miliband e Poulantzas ao redor deste livro do primeiro. Poulantzas inicia o debate com “The

talmente à ideia de que o Estado de Bem-Estar na Inglaterra, mesmo quando sob o governo trabalhista, estava voltado à melhor distribuição da renda e da riqueza a favor dos trabalhadores e dos mais pobres. A principal finalidade da “política de renda” (*incomes policy*) do governo trabalhista de Wilson, denuncia ele, era “manter baixos os salários” (Miliband, 1969:154; cf., no mesmo sentido, Glyn e Sutcliffe, 1972:180-2; Coates, 1965), conter as greves (Topham, 1965). Avança vários argumentos contra as teses de que o Estado de Bem-Estar estava tornando a sociedade mais igualitária e democrática.

O exemplo mais óbvio da última forma de desigualdade [ele se refere à frase anterior, na qual cita as palavras do Professor Mead: “uma desigualdade realmente fantástica na posse da propriedade”] é fornecida pela Grã-Bretanha, na qual 1% da população possuía 42% da riqueza pessoal em 1960, 5% possuíam 75% e 10% possuíam 83% [enquanto], em 1959-60, 87% dos que pagavam impostos na Grã-Bretanha possuíam 3,7% da riqueza total, a riqueza média possuída sendo de 107 libras esterlinas. (Miliband, 1969: 25 e ss.)

Quanto aos Estados Unidos, ele cita os resultados de uma *Conference on Economic Progress in the United States* promovida por órgãos oficiais do governo estadunidense: “Um total de 77 milhões compõem dois quintos da população dos EUA em 1960”; destes,

34 milhões de pessoas em famílias e 4 milhões de pessoas sem família [isto é, não associados economicamente a nenhuma unidade familiar] vivem na pobreza; 37 milhões de pessoas em família e 2 milhões sem família vivem em privação. [Privação, aqui, significa que se vive acima da linha de pobreza absoluta (*stark poverty level*) e abaixo do que o *Labour Department* considerava uma “modesta, porém adequada” renda familiar para o trabalhador.] (Miliband, 1969:27, nota 2)

E Miliband conclui (o livro é publicado em 1969):

Pobreza, como se diz com frequência (pelo menos por pessoas que não são por ela afligidas), é um conceito fluido. Mas agora é muito mais difícil que há alguns anos, quando a “sociedade da afluência” foi inventada, negar a existência nas sociedades do capitalismo avançado de pobreza e privação em uma enorme escala e frequentemente de um modo extremo. Desde o início dos anos de 1960 surgiram evidências suficientes em relação a países como Grã-Bretanha, Estados Unidos e França, que mostram, sem qualquer lugar a dúvidas, que este não é um fenômeno residual ou marginal, mas uma condição endêmica que

problem of the Capitalist State”, na *New Left Review* I/58, 1969; Miliband seguiu com “The Capitalist State: Reply to Nicos Poulantzas” (I/59, 1970) e “Poulantzas and the Capitalist State” (I/82, 1973). Poulantzas respondeu com “The Capitalist State: a reply to Milband and Laclau” (I/95, 1976). Parte deste debate foi publicada no Brasil pela revista *Crítica Marxista*, nº 27 (2008).

afeta uma parte substancial de suas populações. (Miliband, 1969:27)

David Harvey:

Tenho concentrado minha atenção nos mecanismos que governam a redistribuição de renda e tenho sugerido que eles parecem estar nos movendo para um estado de maior desigualdade e injustiça. A menos que a presente tendência seja revertida, eu sinto que com quase certeza estamos nos movendo para um período de intenso conflito (que pode ser violento) no interior do sistema urbano. (...) Portanto, considero a noção de que estamos nos movendo em estágios escalonados para uma era de enorme afluência e abençoada pela eletrônica inaceitável, já que não conflui com minha análise nem com a evidência diante dos meus olhos. (Harvey, 1973:94-5)

Westergaard e Resler (1975) é um dos muitos textos (cf., por exemplo, Glyn e Sutcliffe, 1972:109) que comentam um detalhe que pode ser significativo para entendermos o movimento da renda e riqueza nos “30 anos dourados”: a “redistribuição como resultado do sistema de impostos e benefícios” parece ocorrer “principalmente no interior das classes ao invés de entre elas”. A renda teria passado “de assalariados para aposentados, por exemplo, muito mais do que de proprietários e altos assalariados para os assalariados comuns” (Westergaard e Resler, 1975:118-122).

E isto não se restringiria à Inglaterra.

O reforço, visto na Grã-Bretanha, das desigualdades de classe por desigualdades de sexo [hoje diríamos, de gênero], pela ampliação da disparidade entre os ganhos dos homens e das mulheres, conforme se desce na escala ocupacional, é confirmada por evidências da Alemanha e, menos marcantes, da França. (...)

O predomínio da iniciativa e da propriedade privadas impõe limites muito intensos ao “bem-estarismo” social-democrata (*social democratic “welfarism”*) – na Suécia tal como na Grã-Bretanha, apesar de todos os contrastes entre estes países e os Estados Unidos. Quase em todos os lugares as disparidades de renda permaneceram constantes, ou mesmo se alargaram, desde a mudança dos anos de 1940. Grã-Bretanha, neste caso, não é um desvio do padrão, mas um exemplo moderadamente bem documentado do capitalismo do final do século 20. (Westergaard e Resler, 1975:118-122)

Os indícios de que o Estado de Bem-Estar não distribuiu renda são muito significativos¹⁹. O que, para Esping-Andersen, não passava de

¹⁹ Poderíamos converter este capítulo em um catálogo telefônico de dados a problematizar as afirmações de que houve distribuição de renda ou, então, a negar frontalmente uma maior igualdade de riqueza nos “30 anos dourados”. Para poupar o leitor, fornecemos alguns textos:

Muito cedo Peter Townsend denunciava que “quase imperceptivelmente as necessidades do 1/5 do fundo do poço (*submerged fifth*) aumentaram e as diferenças entre ricos e pobres nos seus padrões de vida se ampliaram” (Townsend, 1958:117). Em fevereiro de 1960, Audrey Harvey, uma assistente social, publicou seu panfleto “Casualties of the Welfare State”, seguido entre 1962 e 1965 “por uma série de livros e *papers*, cada um fornecendo evidências sistemáticas do crescimento da gravidade do problema” da pobreza. Entre 1950 e 1960, na Inglaterra, “a dieta das famílias com três ou mais crianças deteriorou para bem abaixo dos limites determinados pelos especialistas em nutrição” e, entre 1953 e 1960, saltou de 7,3% para 14,2% a população “vivendo na pobreza”, “perto de 7,5 milhões” (Coates e Silburn, 1973:30-1). Titmuss: “Desde 1949, a desigualdade de riqueza tem crescido nos EUA a uma taxa mais do que o dobro do declínio entre 1922 e 1949. (...) Não há evidências de que a Inglaterra não está evoluindo na mesma linha desde o final dos anos de 1940 (...) possivelmente mais rapidamente que nos EUA. (...) Tendências similares (...) na França e na Alemanha” (Titmuss, 1964:32-3; tb. o comentário sobre Titmuss em Saville, 1965:157-9). Wederburn (1965:132): não é verdade que houve uma distribuição da renda, mesmo depois de contabilizado o efeito do aumento dos impostos para os mais ricos, e uma tendência similar é encontrada nos principais países do Ocidente. Shonfield denunciava a política do Estado francês de deliberadamente concentrar a renda (Rowthorn, 1966). *The rich and super-rich*, de Ferdinand Lundberg (1968), é um vasto panorama da evolução da distribuição de renda no século 20 nos EUA. Em se tratando dos “30 anos dourados” nos EUA, conclui, depois de muitos exemplos e ponderações, que a tese de que o Estado de Bem-Estar teria distribuído riqueza e democratizado o poder nos Estados Unidos não passaria de pura insensatez. Robin Blackburn, em “Inequality and Exploitation” (1967), após comentar tabelas e tabelas (o artigo é muito rico em dados e comparações entre diferentes pesquisas e critérios de coleta e tratamento dos dados), conclui que “os 10% mais ricos da população de fato recebem 99% de toda a renda de propriedades” (Blackburn, 1967). N. Mackenzie, um socialista moderado na Inglaterra do pós-guerra, postula que “O Partido Trabalhista impediu o pobre ou trabalhador esforçado de se tornarem ricos, enquanto permitiu que o rico se tornasse ainda mais rico” (Johnson, 1958). Em 1973, David Yaffe indicava uma constante queda na participação da renda familiar (salário e pagamentos por serviços prestados) na renda nacional. Em 1957 esta participação era de 60,0%, caindo para 58,8% em 1960, 57,4% em 1965, 56,4% em 1970 e 55,9% em 1971 (Yaffe, 1973). Yaffe também demonstra como os aumentos salariais, principalmente dos trabalhadores manuais, foi muito menor do que seu aumento em numerário ou que a renda bruta – porque, entre outras coisas, o Estado de Bem-Estar descontou do trabalhador uma porção desproporcionalmente maior que da burguesia para financiar as políticas públicas e o aumento da produtividade foi sistematicamente superior aos aumentos salariais. Desde 1950 tem havido na Inglaterra “uma distribuição da renda nacional desfavorável aos que recebem pagamentos e salários em termos do que levam líquido para casa” (Yaffe, 1973). Glyn e Sutcliffe concluem que a parcela do trabalhador no total produzido teria aumentado apenas 0,13% nos anos de 1949-59, e os salários reais em 2,16%. E, ainda mais, que para o período bem mais longo de 1871 a 1959, os anos de 1949-59 não mostrariam uma variação significativa a favor dos assalariados (Glyn e Sutcliffe, 1972:47). Em 1959 e 1960, “os aumentos de salários foram corroídos pela elevação tanto dos impostos quanto da seguridade

um “fato absolutamente inquestionável” (1997:56), muito mais provavelmente não passou de miragem, fruto do “*Zeitgeist* conservador” – o “*Zeitgeist*, a mais traiçoeira das ilusões”, como diria Howe em 1993.

Caso desejemos investigar seriamente o que seria o Estado de Bem-Estar, é preciso que nos livremos dos preconceitos e pressupostos que o envolvem e recuperemos os fatos históricos. Afirmarções soltas e “verdades” solidamente estabelecidas em muitos autores não servem, neste caso, mais do que para mitificar os “30 anos dourados”. Recuperar a história: com este propósito analisaremos as mais importantes políticas públicas em países tidos como típicos Estados de Bem-Estar e no período em que a enorme maioria dos comentadores considera ter sido sua vigência, entre o final da Segunda Grande Guerra e a crise que se inicia na década de 1970.

nacional (...) uma parcela crescente das rendas dos trabalhadores foi tomada pelo governo” (Glyn e Sutcliffe, 1972:108). A.B. Atkinson, em *Unequal shares, wealth in Britain* (1974:22): “Parece, portanto, que a redistribuição que houve aqui não foi entre os ricos e os pobres, mas entre os muito ricos e os ricos”. Westergaard e Resler, *Class in a capitalist society* (1975), demonstram com muitos dados como, tanto nos EUA quanto na Europa, “As disparidades podem até mesmo ter se ampliado desde 1950. Certamente elas não se estreitaram significativamente desde os primeiros anos de 1950 até o início da década de 1970, sob governos trabalhistas ou conservadores” (Westergaard e Resler, 1975:118-122). Como os países nórdicos, Suécia entre eles, são tidos como Estados de Bem-Estar exemplares, algumas informações: “A desigualdade na distribuição da posse da propriedade não parece ter diminuído desde 1930” (Korpi, 1980:104-5). George and Wilding: “Os ganhos dos 10% mais baixos dos trabalhadores manuais adultos empregados *full time* constituíam 68% do ganho semanal médio dos trabalhadores manuais em 1886, 69% em 1960 e 65% em 1973. (...) Não tem havido nenhuma tendência inerente geral para uma maior igualdade de distribuição de renda” na Inglaterra (George e Wilding, 1976: 113). Jim Kincaid, em “Poverty in the Welfare State” (1979): “uma larga proporção dos gastos em bem-estar é dirigido para a classe média mais rica”, que fica com a maior e melhor parte dos recursos públicos (Kincaid, 1979:212 e ss.). Contra este privilégio das classes mais abastadas se ergueu um movimento social para auxiliar as pessoas mais pobres a superarem os impasses burocráticos ao acesso aos benefícios (Rose, 1974). Eric Hopkins: “(...) parece ser inescapável a conclusão de que, apesar do pleno emprego e do Estado de Bem-Estar, uma formidável quantidade de pobreza ainda existia, e é muito provável que tenha crescido nas duas décadas” de 1945 a 1965. (Hopkins, 1991:50). Quase todos esses textos (junto com outros materiais investigados) podem ser baixados em www.sergiolessa.com, no “Dossiê Estado de Bem-Estar”.

Capítulo II – Saúde, moradia, educação, racismo e direitos civis, migrantes, crianças e adolescentes

Vimos como teses que postulam uma distribuição de renda pelo Estado de Bem-Estar são, ao menos, questionáveis. Não apresentam estatísticas confiáveis e há muitos dados que as desautorizam. Todavia, por mais importante que seja, não é este o único aspecto que deve ser investigado. É preciso, também, um exame de outras políticas públicas. Por vezes as consideram mecanismos para os trabalhadores recuperarem (com a mediação do Estado) aquilo que a burguesia deles expropria. Neste capítulo examinaremos as políticas públicas voltadas à saúde, educação, igualdade racial e direitos civis, aos migrantes, crianças e adolescentes. O complexo industrial-militar será abordado no Capítulo III. A única política pública significativa que não investigamos foi a voltada aos transportes.

1. Saúde

Em *How we die – reflections of life's final chapter* (1994), S. Nulan descreve como o médico de família foi sendo, ao longo do século 20, convertido em empregado de grandes empresas, hospitais, planos de saúde etc.; como o contato do médico com o paciente foi sendo substituído pela rápida, indolor e emocionalmente vazia relação do médico com os exames clínicos. No passado o conhecimento de seus pacientes e suas famílias, de suas histórias e dos seus parentes próximos, do ambiente e tipo de vida fornecia o necessário ao bom diagnóstico. O remédio era formulado e muitas vezes até mesmo manipulado pelo médico. Hoje, o contato com o médico é, com algum exagero, quase dispensável na maior parte dos casos: os resultados quantitativos dos exames determinam o diagnóstico e os remédios industrializados a serem prescritos. De profissional liberal

o médico se converteu em um assalariado dos planos de saúde, hospitais, fundações – e a medicina passou a priorizar procedimentos que dão lucro a tais empresas.

O que em Nulan é um depoimento pessoal, *Rockefeller's medicine men*, de E. Richard Brown (1979), é um longo estudo de como a tradicional medicina de família nos EUA foi destruída para dar lugar ao modelo de mercado. Mostra como a especialização foi fundamental para ordenar e civilizar a concorrência entre a elite médica (Brown, 1979: 91 e ss.) e como Rockefeller, já no começo do século 20, percebeu a chance de grandes lucros no médio e longo prazos através de um “investimento social” na medicina. Sob sua direção e estímulo, as escolas médicas alteraram seu currículo, as associações médicas ordenaram a profissão em especialidades dependentes de tecnologias cada vez mais custosas (e lucrativas) e o Estado passou a financiar a medicina que se denominava de “bases científicas” para se diferenciar da anterior, presumivelmente menos científica.

Os primeiros passos na mercantilização da medicina foram dados logo após a Primeira Guerra Mundial e,

Após a Segunda Guerra Mundial, o Estado se converteu em canal para mais fundos a fim de expandir e racionalizar os cuidados de saúde, tirando das fundações o principal papel de financiador das reformas na educação médica e, depois, fornecer os fundos necessários para o funcionamento das escolas médicas e dos cuidados médicos enquanto tais. (...) O Estado se tornou importante para a medicina do mesmo modo que se tornou importante para a economia em geral. (Brown, 1979:200)

Como resultado, nos anos de 1960, com a aprovação do *Medicaid* e do *Medicare*²⁰,

(...) os seguros privados de saúde [nossos planos de saúde] forneciam um fluxo de caixa estável do qual os hospitais podiam depender e se expandir. Eles alimentaram a competição mercantil entre hospitais e a avaria dos administradores de hospitais, companhias de construção, bancos, a indústria de suprimentos médicos e outros que puderam colocar suas mãos nos cofres públicos. Na sequência da introdução do *Medicaid* e do *Medicare*, as taxas dos médicos e dos hospitais aumentaram cada ano o dobro que sua taxa de aumento anterior e o custo dos cuidados médicos em geral aumentou duas vezes mais rápido que a inflação em toda a economia. (...) Bancos estavam

²⁰ “*Medicare* é um programa de seguridade social que cobre a maior parte dos custos de hospitais, médicos e serviços associados para mais de 95% dos americanos com mais de 65 anos de idade.” O *Medicaid* é o programa governamental de subsídio para as pessoas “medicamente indigentes (*medically indigents*)” (Brown, 1979:202-4).

entre aqueles que mais lucraram desta expansão por fornecer aos hospitais lucrativos empréstimos comerciais, geralmente garantidos pelo governo. Laboratórios clínicos, suprimentos médicos e hospitalares, remédios e a indústria dos cuidados de saúde em casa (*nursing home*) floresceram do mesmo modo. (...) A pessoa “média” gasta 7 a 8 vezes mais em serviços médicos e dentários em 1977 que em 1950, mas gasta 12 vezes mais em cuidados hospitalares e 49 vezes mais em cuidados de saúde domésticos (*nursing house care*). (Brown, 1979:203-4)

Falando dos dias em que escrevia o livro, no final da década de 1970, afirma Brown (1979:1-2):

(...) uma porção duas vezes maior do PIB está sendo alocado para os cuidados médicos no final dos anos de 1970 do que era gasto em 1950. (...) O presidente Carter estimou que um trabalhador médio americano trabalha um mês por ano apenas para pagar os custos do sistema médico.

As coisas chegaram a tal ponto que a economia como um todo começou a ficar prejudicada.

Os empregadores começaram a se preocupar com o custo crescente dos planos de saúde que estavam pagando para seus trabalhadores. Em 1976 a General Motors gastou mais nos planos da *Blue Cross* e *Blue Shield*, cerca de um bilhão de dólares, do que gastou em compras da *US Steel*. Siderúrgicas, bancos, companhias de aviação e a maior parte das indústrias estavam descontentes com os de 10% a 25% de aumento anual nos custos dos seguros de saúde para seus funcionários. (Brown, 1979:208)

“Na medida em que o capitalismo das corporações se desenvolveu, ele alterou muitas instituições na sociedade, a medicina entre elas.” Como resultado, o novo

sistema de mercado nos cuidados médicos ger[ou] grupos particulares de interesse – hoje incluindo os médicos, hospitais, companhias de seguro, fábricas de remédios e companhias de provisões e equipamentos médicos – com a possibilidade de desenvolver suas próprias bases de poder econômico e as capacitando para moldar e defender seus territórios no mercado. A grande classe de negócio paira acima destes grupos de interesse, tentando domar e controlar o Leviatã, mas de todos os modos comprometida com a propriedade e os lucros privados e também se aproveitando das funções legitimadoras e culturais da medicina. As relações e contradições que emergem entre a classe corporativa e tais grupos de interesses da medicina influenciam profundamente a organização e o conteúdo da medicina atual. (Brown, 1979:4-5)

Como seria inevitável, a situação evoluiu para uma crise geral:

Médicos de primeiros socorros – cirurgiões gerais, pediatras, internos (*internists*) e ginecologistas – são poucos. Médicos e hospitais estão enclausurados (*clustered*) nas “melhores” partes das cidades e em larga medida ausentes das seções mais pobres e das áreas rurais de nosso país. Para os milhões de americanos cobertos pelo *Medicaid* a cobertura tem sido tão esparsa e degradada quanto as clínicas de péssima reputação que deveria substituir. A classe média e os pobres compartilham ao menos o longo período de espera por atendimento, uma das maiores limitações na acessibilidade dos médicos. Ao invés de criar um sistema humano e acessível de cuidados médicos, o *Medicaid* e o *Medicare* ajudaram a impulsionar a inflação nos custos médicos por jogar (*dumping*) novos fundos em um sistema controlado privadamente pronto para absorver cada centavo em sua expansão, sua tecnologia, seus altos salários e lucros. (Brown, 1979:1-2)

Além do atendimento de baixa qualidade, há ainda outra tragédia: o da qualidade de vida.

Um segundo elemento, de algum modo menos amplamente discutido, é o relativamente pequeno impacto que os cuidados médicos fazem no *status* de saúde da população. (...) Ao invés de a medicina nos libertar do sofrimento e da dependência das doenças, constatamos que seus elementos opressivos têm crescido ao menos tão rapidamente quanto suas realizações técnicas. (Brown, 1979:2)

Ajustes se tornaram imprescindíveis. E significavam cortes. De todos os setores da saúde, o economicamente mais frágil e desprotegido era o dos médicos: sobre eles recaiu o maior peso do corte de custos que se seguiu! (Brown, 1979:204 e ss.). Como os cirurgiões, por exemplo, recebem por cirurgias e não por casos que avaliaram como sem necessidade de intervenção cirúrgica,

Um relatório do Congresso [estadunidense] estimou que em 1974 aproximadamente 2,4 milhões de operações desnecessárias foram realizadas (...) resultando em 11,9 mil mortes que poderiam ser evitadas e um custo de 3,9 bilhões de dólares.

Nacionalmente, os pacientes do *Medicaid* se tornaram a principal fonte de receita para cirurgiões “subempregados” e facilidades hospitalares subutilizadas. Os pacientes do *Medicaid* passam por cirurgias ao dobro da taxa da população em geral e para algumas operações eletivas (isto é, por condições que não constituem ameaça de vida) a diferença é ainda maior. Muitas pessoas bem cobertas por seguro – quer sejam membros da classe média ou dos trabalhadores cobertos por planos de seguro privados ou membros da camada pobre ou quase-pobre subsidiados pelo governo – têm sido vítimas de excesso de cuidado, tal como os pobres têm sido vítimas históricas por serem excluídos dos cuidados médicos adequados. (Brown, 1979:214)

As consequências negativas continuam: excesso de exames que garantem bons lucros aos médicos, concentração dos médicos nas áreas mais ricas às expensas das áreas mais carentes, excessiva especializa-

ção que valoriza a mão de obra médica, ainda que piore a qualidade do tratamento etc. (Brown, 1979:216 e ss.). Isto em 1979. No século 21, como em *Sickel*, o filme de Mike Moore, toda a ciência da medicina estadunidense servirá para que o trabalhador possa escolher, com mais conhecimento de causa, qual de seus dedos será amputado!

Brown descreve a “dialética” que constitui a tragédia da classe médica americana: os médicos estimularam o crescimento da indústria farmacêutica e da medicina de base tecnológica como uma forma de aumentar seu prestígio, poder e riqueza (não apenas na sociedade em geral, mas também em relação aos outros profissionais de saúde, como enfermeiros, terapeutas de todas as modalidades, parteiras etc.). Desenvolveram-se, deste modo, com o apoio da classe médica, as grandes corporações, fundações, indústrias e planos de saúde necessários para a reprodução dos grandes capitais envolvidos. Em seguida, estas mesmas instituições reduziram o médico a mero trabalhador assalariado, que recebe “por peça”.

Em se tratando da Inglaterra – um Estado de Bem-Estar que com frequência é citado como modelo de atuação na área da saúde –, Sheyla Lyn argumenta como, diferentemente do caso estadunidense, o sistema nacional contou com a oposição encarnizada da maioria dos médicos (Lynd, 1960)²¹. Uma oposição semelhante da classe médica encontramos na França (Dutton, 2002).

As importantes diferenças com o caso americano não impediram que, no essencial, os mesmos constrangimentos terminassem se impondo para a medicina nos três países (Lynd, 1960; George e Wilding, 1976:106). Após a enumeração de dados de distribuição geográfica de médicos, hospitais, clínicas etc., e de analisarem os custos mais elevados por paciente nos bairros das classes mais ricas, continuam:

²¹ A minoria progressista dos médicos ingleses criou a *Socialist Medical Association* (SMA) em 1930, com a finalidade de “introduzir um sistema nacional de saúde baseado em princípios socialistas” (Murray, 1971:VII). Neste texto, laudatório da contribuição e da experiência da SMA, Murray descreve como a SMA foi evoluindo de um órgão mais combativo antes da Segunda Grande Guerra, para um órgão de entusiástico apoio às políticas trabalhistas no pós-guerra (Beveridge etc.). É interessante observar, através deste texto nada crítico (muito pelo contrário), como a integração da SMA ao horizonte do Partido Trabalhista e sua maior aproximação ao Estado têm um efeito análogo ao da integração dos sindicatos aos órgãos do Estado, como veremos no Capítulo III. Cada vez mais, procura-se contribuir com o Estado, aceitando assim suas inerentes limitações e rebaixando o horizonte da crítica ao possível nas circunstâncias. Toda crítica que vá às raízes dos males sociais está, então, abolida. O socialismo permanece no horizonte ao preço de ser travestido em capitalismo de face humana.

[a] igualdade de acesso aos cuidados médicos não foi alcançada. É também evidente que nos primeiros vinte anos de serviço poucos esforços efetivos para equalizar o acesso foram levados a termo. A questão não é apenas de recursos insuficientes, mas de distribuição dos recursos e de compromissos com determinados fins. (George e Wilding, 1976:109)

Patrick Kinnersly acrescenta mais detalhes desta desigualdade:

Condições de trabalho insalubres, salários baixos, moradias de péssima qualidade e má nutrição continuam a minar a saúde de milhões. Mesmo assim, sob o *National Health Service* supostamente igualitário, as áreas de maior necessidade recebem a pior assistência médica. (...) Duas vezes mais crianças dos pobres morrem na primeira semana de vida do que crianças dos bem de vida (*well-to-do*). (...) as doenças e sua [da pessoa] posição na sociedade são intimamente relacionadas. (Kinnersly, 1974:7-8²²)

Os problemas de saúde se relacionam com a posição social (um mineiro das minas de carvão tinha 2,9 vezes mais possibilidade de contrair tuberculose ou câncer do que a média nacional; um engenheiro tinha 82 vezes menos possibilidade de contrair tuberculose e 77 vezes menos possibilidade de contrair um câncer do que a média nacional etc.). Ao mesmo tempo, os serviços de saúde são distribuídos de modo desigual pela sociedade, mesmo na Inglaterra que, reconhecidamente, possuía um dos melhores serviços de saúde dos “30 anos dourados”. Como veremos ao examinar as condições de vida e trabalho dos trabalhadores e operários, muitas das doenças – várias delas as que mais mortes causavam – estavam diretamente relacionadas com a profissão. As doenças, como quase tudo na sociedade capitalista, também são uma questão de a qual classe social se pertence; neste fato as políticas para a saúde dos “30 anos dourados” nem chegaram a tocar (mais sobre este aspecto no Capítulo III, ao tratarmos das condições de saúde e das condições de trabalho).

É preciso, ainda, assinalar que nem sequer mencionamos o que talvez seja a questão mais importante na área da saúde: a própria concepção do que é medicina, do que é o corpo humano, do que são e como devem ser tratadas as doenças. O fato de os serviços de saúde terem por finalidade o lucro impõe restrições enormes ao desenvolvimento não apenas da medicina enquanto ciência, mas também da relação dos médicos com seus pacientes e da própria relação da medicina enquanto ciência teórica e prática com a totalidade da

²² Mais dados sobre a situação na saúde na Inglaterra no período podem ser encontrados na troca de argumentos entre Dr. Geoffrey Richman (1966), funcionário do governo, e Martin Rossdale, “Socialist Health Service?” (1966).

sociedade. *Sem anestesia* (Botsaris, 2001) é uma pujante denúncia do processo de alienação na medicina, para o qual Martin Rossdale²³, em um artigo intitulado “Health in a sick society”, chamava a atenção já em 1965. Como exemplo da impotência da medicina, ressaltava que, apesar de todo o desenvolvimento técnico, ela é incapaz de intervir de modo decisivo na relação entre a indústria de tabaco e o governo – este, dependente dos impostos do cigarro; os fabricantes de cigarro produzindo doentes aos milhares; e a indústria que vive das doenças, fazendo fortuna ao tratá-los.

Por vezes tenta-se justificar a mercantilização da medicina como uma decorrência necessária do desenvolvimento científico e tecnológico, como se esta fosse a única maneira de aproveitarmos as benesses de tal desenvolvimento. Nada mais falso. Argumenta-se, ainda, que a mercantilização democratizou o acesso aos serviços de saúde e, não menos raramente, credita-se esta alegada democratização ao Estado de Bem-Estar.

Os dados não indicam nada semelhante. Pelo contrário, predominantemente indicam que as políticas de saúde do Estado de Bem-Estar fizeram da doença da população uma mediação para o lucro. É provável que, na esfera da saúde, a verdadeira realização do Estado de Bem-Estar tenha sido converter a medicina (e, mais tarde, também o trabalho dos médicos, enfermeiros etc.) em mais uma atividade lucrativa para o capital. A expansão do sistema público de saúde nos “anos dourados” converteu a saúde em um dos elos da reprodução do capital monopolista – e o seus profissionais, não raramente, tiveram o “azar” de ser convertidos em produtores de mais-valia e em assalariados por peça, a forma mais dura de assalariamento, lembremos o Marx de *O Capital*²⁴. Este duro destino dos profissionais da saúde é apenas o outro lado da moeda da conversão da doença em fonte de lucros para a indústria farmacêutica, as grandes corporações e fundações, para os planos de saúde e seus negócios correlatos.

Desta perspectiva mais ampla, as significativas diferenças entre países como a Inglaterra e a França (com sistemas mais universalizados) e os Estados Unidos, por exemplo, ganham um novo conteúdo. A questão decisiva não está na maior ou menor universalização das políticas públicas voltadas para a área, mas em sua maior ou menor submissão – e na forma desta submissão – ao grande capital. O fato de a mercantilização da medicina ter avançado mais nos EUA fez com

²³ Conferir, do mesmo autor, também a dura crítica que faz às posturas, que hoje chamaríamos de privatistas, de Almond Lindsey, em “Health and the Efficiency Criterion” (Rossdale, 1963).

²⁴ Ser trabalhador “produtivo não é sorte, é azar” (Marx, 1985:106).

que tenham surgido neste país as grandes corporações do setor. As políticas protecionistas na Europa interferem também em como se dará a relação entre o capital local e o estadunidense, o que impacta a forma e o modo pelo qual o capital vai dominar a medicina em cada país. Fatores desta ordem se fazem sempre presentes em cada caso; interferem na forma particular a cada nação no processo mais geral de mercantilização da medicina. Mas a mercantilização está sempre presente, e o Estado de Bem-Estar foi um elo importante neste processo.

2. Moradia

Em 1958, Peter Townsend escrevia:

Tanto quanto 2,5 milhões de residentes neste país (17% do total) não possuem água encanada, bem mais de 3 milhões não possuem banheiro (23%) e 6,5 milhões não possuem onde tomar banho (45%) (*fixed bath*). (Townsend, 1958:115)

Ele não se referia ao Quênia, Namíbia ou Filipinas, mas à Inglaterra! E esses números excluem os(as) solteiros(as), viúvos(as), separados(as) – ou seja, todos os que não fazem parte de agrupamentos familiares – e, também, as crianças que ficam sob a custódia do Estado por serem sem-teto ou que são “emigradas” para as ex-colônias. Mesmo com esta artimanha, as estatísticas demonstram um aumento substancial das “pessoas” em “acomodações temporárias” entre 1966 e 1972 (George e Wilding, 1976: 115). Demonstram, ainda, que milhares de moradores em Londres nem sequer contavam com os “três equipamentos básicos” de “uma moradia – uma banheira, água quente e um banheiro interno” (George e Wilding, 1976: 116)²⁵.

Como o Estado de Bem-Estar na Inglaterra enfrentou esse problema?

Raphael Samuel, James Kincaid e Elizabeth Slater, em “But nothing happens” (1962), ao examinarem os programas de eliminação das favelas (*slums*) dos sucessivos governos ingleses, trabalhistas ou conservadores, antes e depois da Segunda Grande Guerra, constataram que “há sempre mais favelas ao final dos programas de remoção do que no início” (Samuel, Kincaid e Slater, 1962²⁶).

²⁵ Mais dados estatísticos que confirmam esta situação deplorável nas condições de moradia, em Thompson, E. P. (1960) “Revolution”; Donne, H. (1962); sobre a situação na Escócia, cf. Weir, J., e D. (1962).

²⁶ Este é um artigo que seria cômico, não fosse trágico. Os autores transcrevem declarações de primeiros-ministros, secretários de Estado, burocratas da alta

As campanhas vêm e vão em uma longa e obsessiva sequência, sem alterar em substância absolutamente nada. Objetivos que foram reiterados incansavelmente desaparecem sem explicações ou desculpas. As prioridades de uma lei de subsídios desaparecem na próxima; estatísticas incorretas são sucedidas por outras. E no meio desta desordem que vai se acumulando, o Ministro responsável por este gravíssimo problema social do país passa furtivamente de uma solução final à outra (...) E nada acontece (*but nothing happens*) (...) Os construtores continuam construindo nos subúrbios [que concentram as classes mais ricas] (...) e a remoção das favelas continua indefinidamente. (Samuel, Kincaid e Slater, 1962)

George e Wilding, no texto *Ideology and social welfare*, afirmavam em 1976 que os resultados de “25 anos” das políticas habitacionais demonstram que a atuação do Estado visa a impulsionar a acumulação do capital, ao invés de atender às necessidades dos mais pobres. “As forças do mercado, e não escolha ou necessidade, determinam o tipo de moradia na Grã-Bretanha” (George e Wilding, 1976: 116). Ao final do Estado de Bem-Estar, as políticas públicas voltadas para a moradia apenas confirmaram o “predomínio das forças de mercado”.

Michael Harrington (1963, cito da edição de 1993), em *The other America – poverty in the United States*, identificava a tendência de a reforma urbana, mesmo quando pretendia melhorar as condições de moradia dos mais pobres, apenas piorar a situação dos menos privilegiados. O crescimento dos grandes prédios e das áreas comerciais gera a impressão de que o problema da moradia estaria sendo superado. A “(...) verdade é aproximadamente o oposto (...). O impacto total dos programas de moradia na América do pós-guerra tem sido o de forçar mais e mais americanos para os cortiços (*slums*)”, com os “subsídios” se concentrando nas moradias “dos que recebem salários médios e altos”, e não nas “moradias dos pobres” (Harrington, 1993:5).

Dois autores distintos, em anos também diferentes, confirmam os textos acima citados. Leiman:

As renovações urbanas têm agravado os problemas de moradia dos pobres ao pôr abaixo casebres deteriorados, mas de aluguéis baixos, frequentemente substituindo-os por prédios comerciais ou moradias de renda-média ou mesmo

hierarquia, e encontram um padrão. Invariavelmente, no lançamento dos programas o discurso é exageradamente otimista e ufanista. Durante a aplicação dos programas, o discurso se converte em confiante de que as dificuldades encontradas serão superadas e, ao final, os burocratas se contentam em listar os avanços (pequenos) conseguidos e anunciam que, no próximo programa estatal a ser lançado em breve, o problema finalmente será superado. O artigo tem algo de *O Inspetor Geral*, de Gógol, tal a distância entre o discurso oficial e o mundo real.

de luxo. (...) Ao invés de melhorar o bem-estar dos estratos mais pobres ao prover moradias de baixo custo, o objetivo do governo foi o de consolidar a estabilidade dos bairros pela manutenção de grupos raciais homogêneos, o que de fato intensificou a segregação racial (Leiman, 1993:138),

já que, com a segregação das moradias estabelece-se também, na prática, a segregação escolar.

O segundo, A. Harvey, em “Medical Rehousing” (1962), nos oferece um depoimento de um profissional diretamente vinculado ao problema. A necessidade de moradia para os mais pobres em Londres, depois da Segunda Guerra, foi parcialmente atendida pela divisão em pequenos cômodos das casas mais amplas, típicas dos bairros de classe média do período anterior. Como nestas reformas o lucro do proprietário exigia que não se investisse o imprescindível às mínimas condições de vida, a maioria das famílias vive em um ou dois cômodos, sem cozinha, lavabo, lugar para banho ou vaso sanitário privados²⁷.

Com frequência, bairros que superficialmente parecem respeitáveis escondem por trás de suas portas de entrada as condições mais insalubres imagináveis. (...) No último exemplar do *British Medical Journal* um médico de uma de tais áreas, *West Hammersmith*, descreveu como consultou um senhor com uma doença de pele a quem (...) foi recomendado que tomasse um banho diário – mas que não tinha acesso a um local de banho em sua casa. Motivado pelo caso, o médico fez uma pesquisa com 500 de seus pacientes, a maioria pais e suas crianças. Um dos resultados foi que 44% foram encontrados sem qualquer acesso a banheiros e 56% tinham de usar banheiros coletivos.

A. Harvey comenta ainda que, onde ele trabalhava, as condições eram piores e que apenas aqueles poucos que conseguiram uma moradia dos programas estatais contavam com esta amenidade da “vida civilizada” que é um banheiro privativo.

Isto pode parecer algo não tão intolerável, digamos, como a situação de famílias que têm de comer, dormir e viver em um mesmo cômodo – especialmente se o marido trabalha no turno da noite e precisa tentar dormir durante o dia. Em tais casos, a falta de um banheiro ou de um lavatório dentro da casa não é mais do que uma frustração adicional, que deve ser aceita como parte da infernal existência cotidiana. Mas quando há doenças, esta falta imediatamente se torna insuportável. (Harvey, 1962)

²⁷ Na Inglaterra é comum a separação em distintos cômodos entre o lavabo (pia), o banheiro (vaso sanitário) e o local de banho (chuveiro ou banheira). Com maior frequência uma residência conta com um lavabo do que com um vaso sanitário e, menos frequentemente ainda, com um local de banho. Neste último caso é comum o emprego de uma tina em um dos cômodos.

As razões para que os programas, ainda que variem em estratégias e em instrumentais ao longo de décadas de Estado de Bem-Estar, não conseguissem enfrentar o problema da moradia são explicitadas por David Harvey, no livro que já citamos no capítulo anterior, *Social justice and the city*. Começa por descrever em que medida as “cidades cresceram muito rapidamente nos últimos 20 anos”, promovendo uma “significativa reorganização na alocação e distribuição de várias atividades no sistema cidade”. Ainda que gerem a impressão de que tais alterações são “naturais”, “tais ajustes na forma espacial da cidade provavelmente levaram à redistribuição de riqueza em vários modos” dos pobres para os mais ricos. “Mudanças na disponibilidade de transporte afetam certamente os custos para se obter acesso a oportunidades de emprego a partir dos locais de moradia” (Harvey, 1973:60-1). Considerando “dois grupos da população (um rico e outro pobre)”, “podemos prever onde cada um deve viver”,

já que os pobres têm pouco dinheiro para gastar em transporte, sua habilidade em pagar pelo uso da terra [aluguéis] decai rapidamente com a distância entre o emprego e o local de residência. O grupo rico, por outro lado, (...) não tem sua habilidade em pagar pelo uso da terra alterada pelo gasto em transporte. Quando em competição um com o outro, encontraremos que o grupo pobre será forçado a morar no centro da cidade, com o grupo rico vivendo fora (tal como Engels²⁸ previra). Isto significa que os pobres são forçados a viver em lugares de aluguéis mais caros [por metro quadrado]. O único modo como eles podem se adaptar a esta exigência é, claro, economizando na quantidade de espaço que consomem e se amontoando em áreas muito pequenas. A lógica do modelo indica que os grupos pobres se concentrarão atulhados (*in crowded conditions*) nas áreas de aluguéis mais caros, próximas ao centro da cidade. (Harvey, 1973:134-5; cf. tb. 61-3)

O grupo mais rico, pelas mesmas forças de mercado, será alocado nos subúrbios. A ação do Estado, através do zoneamento urbano, impede a formação de bairros populares, pobres, com alta densidade de moradores nos subúrbios, dos quais o capital espera vultosos retornos, mais um fator a forçar a ida dos trabalhadores para os guetos nos centros das cidades.

Todavia, as condições de transporte e outros fatores podem alterar este padrão, como tem ocorrido até agora nas nossas cidades latino-americanas, ainda que nas últimas décadas isto esteja se alterando. Ou seja,

é perfeitamente possível encontrar os ricos morando no centro da cidade e os pobres morando nas áreas externas. Neste caso, os pobres são forçados a

²⁸ Harvey cita *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*.

se ajustar, por exemplo, trocando tempo pelo custo da distância, de tal modo que gastam muito tempo caminhando para o emprego para economizar nos custos de transporte (uma condição não desconhecida nas cidades latino-americanas). (Harvey, 1973:135)

Para a dinâmica de evolução das cidades sob o Estado de Bem-Estar, “tudo isso significa que o grupo rico sempre pode forçar suas preferências sobre um grupo pobre porque tem mais recursos, quer seja para o transporte ou para obter terra em qualquer lugar que queira” (Harvey, 1973:135).

Não há “reforma urbana” que possa dar conta deste mecanismo do mercado. Por isso, se “Nosso objetivo é eliminar os guetos (...), a única política válida (...) é eliminar as condições que dão origem [a eles]” (Harvey, 1973:137; cf. tb. 139-41). Para tornar curta uma longa história: eliminar os mecanismos de mercado que regulam o uso do solo urbano²⁹. Tudo o mais apenas fará mudar a alocação da moradia dos ricos e a dos pobres, mantendo estes últimos nos guetos ou bairros pobres, e os ricos, nas áreas mais valorizadas, com melhores serviços urbanos etc. Ou seja, muda-se algo para que tudo permaneça essencialmente o mesmo. “*But nothing happens*” (Mas nada acontece), como afirmam Samuel, Kincaid e Slater (1962).

Esses os resultados das políticas urbanas dos Estados de Bem-Estar, que alegadamente seriam distribuidoras de renda – quando não “socializantes” ou “desmercadorizadoras”. E não é por outra razão que a dinâmica do desenvolvimento urbano do pós-guerra se mantém não apenas em sua essência, mas em muitos de seus detalhes, como incômoda continuidade entre o Estado de Bem-Estar e o Estado “mínimo” dos neoliberais.

3. Educação

Nada mais distribuidor de renda e promotor da justiça, nada mais homogeneizador das oportunidades de ascensão social do que

²⁹ No mesmo sentido, Duncan Macbeth (1960): “A força motriz por trás destes desenvolvimentos é o lucro, e a decisão de reconstruir um determinado local ou não depende não da idade ou obsolescência dos edifícios a serem demolidos, mas da diferença no valor entre os edifícios antigos e os novos. (...). Mais e mais capital é derramado nas já congestionadas zonas centrais de Londres, Birmingham e outras cidades prósperas, enquanto as autoridades públicas ficam carentes de capital para reconstruir as putrefatas áreas industriais e da classe trabalhadora, particularmente em Midlands e no North, e são incapazes de fornecer escolas, parques, casas, estradas”.

a universalização da educação ocorrida nos “30 anos dourados” – a acreditarmos no “mito” do Estado de Bem-Estar.

Miliband, em *State in capitalist societies* (1969), demonstra como, ao final dos “anos dourados”, a concentração dos estudantes nas Universidades, em toda a Europa Ocidental, indicava que a alta classe média e as classes mais elevadas compunham 56% dos estudantes na Suécia e mais de 80% nos Estados mediterrâneos. Das classes trabalhadoras, na melhor das hipóteses, 10 a 15%, mais frequentemente de 4 a 8%. Na Alemanha Federal, a proporção de estudantes oriundos dos 50% mais pobres não ultrapassou 5 a 6%! (Miliband, 1969:41) Quanto à Inglaterra,

a proporção de jovens que entram na educação superior *full-time* é de 45% para aqueles cujos pais estão no grupo profissional “mais elevado”, comparado com apenas 4% para aqueles cujos pais estão nas ocupações manuais especializadas. (Miliband, 1969:41)

E, citando Bourdieu e Passeron (*Les Héritiers*, 1964), comenta que

um cálculo aproximado das chances de acesso à Universidade segundo a profissão paterna mostra que estas são da ordem de menos de 1% para os filhos de assalariados na agricultura para aproximadamente 70% para os filhos de *businessmen* e de mais de 80% para os filhos de profissionais liberais. Tais estatísticas claramente mostram que o sistema educacional opera, objetivamente, um processo de eliminação que é mais evidente (*throughout*) conforme nos aproximamos das classes menos privilegiadas. (Miliband, 1969:41)

Mesmo nos casos em que a proporção de filhos de trabalhadores nas universidades tinha, ainda que ligeiramente, aumentado, isso se deu “não pela última razão (*not least*) de que o capitalismo avançado requer pessoal mais bem treinado que o velho sistema industrial” – e, assim, “a expansão educacional *per se* não diminui necessariamente a participação diferenciada entre classes” na riqueza e no poder. A expansão da rede universitária, além disso, foi acompanhada por uma nova diferenciação: aos mais ricos, sempre as melhores universidades (Miliband, 1969:43). A diferença de classe, desse modo, se reproduz não apenas distinguindo os “com-diploma” dos “sem-diploma”, mas agora também os com-diploma de uma universidade de qualidade dos com-diploma de universidades de segunda linha.

Autores como George e Wilding (1976:109-110) confirmam a avaliação de que as desigualdades na educação se mantêm durante os anos do Estado de Bem-Estar. A estrutura educacional reproduz tais desigualdades ao gastar de modo diferenciado nos bairros po-

bres e nos bairros ricos. “Algumas crianças estão claramente sendo preteridas (*disadvantage*)”. Os filhos das classes trabalhadoras exibem um desempenho consistentemente inferior ao das camadas mais ricas, e “as desigualdades entre as escolas têm sido permitidas que se desenvolvam e continuem” (George e Wilding, 1976:110). Por fim, denunciam: não apenas no lar, mas também nas escolas, as meninas e os meninos são educados para cumprir os seus papéis na sociedade patriarcal. “Classe e sexo são ainda fontes de importantes desigualdades e injustiças” (George e Wilding, 1976:111)³⁰. Mais ou

³⁰ Sobre o caráter patriarcal da educação na Inglaterra: “Talvez a diferença mais importante de todas, a segregação de meninas e meninos em separadas escolas e o diferencial de educação que eles recebem mesmo nas escolas mistas (...) é que há um caráter claramente vocacional. Isto é verdade mesmo no sentido mais simples de que um *curriculum* crescentemente diferenciado condiciona as escolhas futuras de emprego e dirige as garotas para os ‘trabalhos de mulheres’, mas mais importante ainda no sentido de que a segregação reforça a ideologia do papel das mulheres como distinto do dos homens, e as condiciona para aceitar como delas o trabalho doméstico não pago e a criação das crianças. Claro que a doutrinação das mulheres começa em casa em um sentido literal, mas a questão é que o sistema educacional, ao invés de combater, compõe tal discriminação” (Hoare, 1965). Em outro artigo, Mitchell (1964) descreve como as mulheres deveriam ser educadas para servir aos maridos: “Em 1960, M. L. Jacks, diretor do *Department of Education* na Universidade de Oxford, escreveu para o *The Sunday Times*: ‘uma maneira como as mulheres podem desempenhar o papel que é particularmente delas na promoção da paz pode muito bem ser deixando empregos de homens para os homens..’ (...) ‘a educação superior baseia-se na suposição de que será um processo contínuo, pelo menos até os 21 anos de idade, para médicos e pesquisadores até a metade dos anos 20; para as mulheres, um longo processo nesta fase da sua vida é completamente inadequado e é, em si, a causa de alguma discriminação na admissão de mulheres para escolas de medicina e outros cursos. De fato, é de se perguntar quanto no aumento no número de mulheres no ensino superior seria aceitável para estudantes do sexo masculino mais velhos que dependem de suas esposas trabalhadoras para uma vida mais confortável do que é possível com uma bolsa’ (George Taylor no *Guardian*). Os dados que cita são impressionantes: no ano acadêmico de 1962-3, 73,7 por cento dos alunos eram homens, 26,3 por cento eram mulheres. Esta figura mostra um aumento na graduação de mulheres de exatamente três por cento desde 1938. Nos anos seguintes, ele oscilou em torno desta marca. Esta é uma porcentagem marginalmente inferior de estudantes de mulheres do que na França, na Suécia e na Alemanha Ocidental, mas ligeiramente maior do que em outros países capitalistas avançados. O que é impressionante em todos esses países é a estabilidade da porcentagem durante um período de aproximadamente 25 anos. A exceção sinistra são os EUA, o país capitalista mais desenvolvido. Nos EUA o percentual diminuiu substancialmente, e mesmo dentro desta diminuição há evidência de que um maior número de mulheres está escolhendo cursos que serão úteis para o casamento e a maternidade, não para uma carreira (...)”. Sobre como a introdução dos

menos o mesmo pode ser encontrado em Q. Hoare, “Streaming and its supporters” (1965), e no texto de Rene Saran, *Policy Making in Secondary Education* (1973): “A pirâmide hierárquica do sistema secundário (...) permaneceu” (Saran, 1973:268-9).

O editorial da *New Left Review* nº 11 (1961), num momento em que o comitê editorial da revista apostava na possibilidade de se avançar democraticamente para o socialismo através do retorno ao governo do Partido Trabalhista inglês, fazia uma avaliação muito parecida. Apesar do aumento da quantidade do número de crianças e adolescentes nas escolas, mantinha-se no fundamental e em muito do secundário o processo de seleção pelo critério da classe social. Um dos principais mecanismos nesta seleção era o exame, já aos 11 anos de idade, cujo desempenho determinava se a criança seria educada para atividades profissionais e cursos profissionalizantes ou para a universidade³¹. Este exame, argumenta o editorial citando especialistas, leva muito mais em conta a posição de classe que qualquer outro elemento da vida da criança³²; “o sistema educacional tanto reflete quanto auxilia na perpetuação da atual estrutura de classe” (Editorial, 1961; Hall, 1961, afirma exatamente o mesmo).

O processo confirma a si próprio. Ele ativamente ajusta a criança ao seu *status* educacional e de classe predeterminado. Uma criança julgada “burra” aos onze tem uma grande chance de ser de fato uma aos quinze. A escola moldará sua própria estimativa do que ela vale para ela e para a sociedade: a trágica queda de competência e confiança nos secundários modernos [aqueles que se preparam para a Universidade] – algumas vezes referido como o processo de deseducação (*de-education*), é um trágico testemunho do sucesso do sistema em fazer das pessoas o que ele primeiro avalia que elas são. (Editorial, 1961)

Ralph Miliband, no livro já por nós tão citado, *State in capitalist society*, assinala como,

(...) para a maior parte das crianças da classe trabalhadora, os “compromissos (*commitments*) e as capacidades” [Miliband cita Parsons] que suas escolas “desenvolvem” (uma palavra que não deixa de ter neste contexto algumas conotações irônicas) são aqueles apropriados para o “desempenho do futuro papel” de assalariado de baixa qualificação. É obviamente verdade

testes de inteligência forneceram, sob a aparência de uma “igualdade formal de oportunidades”, os meios para a educação segregada dos trabalhadores de colarinho branco (e, para estes cargos, dos homens e mulheres) necessários ao fordismo, cf. “Intelligence and Ideology”, de A. H. Halsey (1961).

³¹ Este sistema de seleção se mantém em nossos dias!

³² Conferir, precisamente neste sentido, também Hall, S. (1961).

que as escolas para algumas crianças das classes trabalhadoras são meios de mobilidade social ascendente: afinal de contas, sociedades capitalistas avançadas precisam contar com um suprimento cada vez maior de pessoal mais ou menos treinado. Para a enorme maioria, contudo, a escola joga um papel crucial em *confirmar* seu destino de classe e seu *status*. Elas o fazem, mais efetivamente, em virtude da míngua (*starved*) educação que ofertam e pela *contenção*, e não pelo “desenvolvimento” de mais oportunidades educacionais, o que se combina com as circunstâncias de um ambiente desfavorável que proporcionam. O fato de que algumas das crianças da classe trabalhadora são capazes de superar esses obstáculos serve para fortalecer a noção de que aqueles que não o conseguem são eles próprios, por causa de suas próprias incapacidades, os demiurgos de seus próprios destinos rebaixados, e que suas situações são de responsabilidade apenas deles. O sistema educacional, deste modo, conspira para criar a impressão, principalmente entre suas vítimas, de que as desvantagens pessoais são, de fato, uma questão de incapacidade pessoal, inata, dada por Deus. (Miliband, 1969:241)

Isto, do ponto de vista da alegada igualdade na educação que se oferecia. Do ponto de vista do seu conteúdo ideológico, as coisas não são melhores. Os valores, as formas de organização, as rezas matinais³³, o sistema de monitoria (*prefect system*), os esportes, a competição, a segregação sexual, típicos da estrutura educacional inglesa (e, em alguma medida importante, estadunidense), têm uma função social precisa:

(...) o caráter hierárquico e antidemocrático da educação na Grã-Bretanha (...) apenas pode ser apreciado adequadamente quando sua estrutura é relacionada com todo o tecido social da sociedade britânica, e quando sua função como um componente básico da estrutura de poder é considerada. (...) [As escolas privadas] são um elemento-chave na formação e continuidade da eminência da atual classe hegemônica (...) [e servem] como um modelo para todo o sistema público, que é infectado por seu *curriculum*, seus valores, suas formas organizacionais e seu estilo. (Hoare, 1965a)

Ou seja,

A ideia é “integrar” as crianças da classe trabalhadora em uma *dada* sociedade; aquelas que são “brilhantes” são auxiliadas a se preparar para escapar de sua condição de classe trabalhadora, e o restante é levado a aceitar sua subordinação. (Miliband, 1969:243)

3a. As universidades e o Estado de Bem-Estar

³³ O Estado de Bem-Estar manteve a religião como a única disciplina obrigatória em *todas* as escolas inglesas.

Em todos os países capitalistas avançados, as universidades conheceram um grande, por vezes explosivo, processo de expansão nos “30 anos dourados”. Os recursos investidos, o número de diplomados, a produção científica, a quantidade de pesquisadores e professores – quaisquer que sejam os critérios adotados, nestes anos a expansão das universidades é um fato sempre presente.

Tal expansão poderia ser indício de um processo de democratização da vida universitária, com a entrada de estudantes que, em outras circunstâncias, a ela não teriam acesso. Uma análise mais cuidadosa nos obriga a algumas ponderações importantes.

Nas universidades estadunidenses, a perseguição aos “radicais” ou “não conformistas” tem início bem antes do macarthismo. Na verdade, este nada mais é que uma fase peculiar de uma perseguição que já havia antes e continua a acontecer até os nossos dias³⁴. A caça às bruxas já estava em andamento nos anos de 1920, com os *Palmer Raids*; “a conhecida *House of Un-American Activities Committee* já estava em operação antes da Segunda Guerra Mundial (...) e continuou depois da guerra (...)” (Lewontin, 1997:18). Laura Nader, em “The phantom fator” (1997), comenta que

desde a Guerra Civil [1861-65] os poderes militar e industrial começaram a moldar às suas necessidades a universidade norte-americana. Desta perspectiva, o impacto político da Guerra Fria nas universidades norte-americanas não foi uma aberração política. Houve um silenciamento do debate intelectual aberto e uma sanitização de conceitos como o de materialismo. Para a antropologia [a área de Laura Nader] isto significou a administração política do trabalho de antropologia. Hoje, no mundo, provavelmente mais antropólogos trabalham para os militares e para as forças das corporações do que estudam estas mesmas forças. Nós antropólogos somos hoje participantes voluntários nas ilusões democráticas. (Nader, 1997:140-1)³⁵

No período histórico que nos interessa, os “30 anos dourados”, o primeiro sinal de caça às bruxas foi dado pelo discurso de Churchill em Fulton, Missouri, em março de 1946, em que propôs uma aliança anglo-americana para repelir “o crescente perigo à civilização” re-

³⁴ Ellen Schrecker (1986:3-11 e tb. no Capítulo I) relata os casos, digamos, corriqueiros de perseguições ideológicas tanto antes quanto depois do macarthismo: “Estas demissões representavam um tipo de ruído de fundo, o nível ‘normal’, se se pode empregar tal termo, de repressão política que tendia a recair sobre os radicais mais ruidosos e conspícuos”, o que diferenciava da repressão típica do macarthismo, centrada na “filiação política” ao Partido Comunista ou outras organizações consideradas não americanas (Schrecker, 1986:63).

³⁵ No mesmo sentido, Chomsky, 1997:22-3.

presentado pela “5ª coluna comunista” (Montgomery, 1997:XII-III; Zinn, 1997:39). Naqueles mesmos dias, um programa de rádio, gravado pelos cientistas de Los Alamos, alertando a população sobre os perigos da bomba atômica, não apenas não é transmitido como ainda todos os que trabalhavam em Los Alamos foram proibidos de testemunhar quando o tema fosse radiação³⁶. No ano seguinte, em 1947, Truman declarou que o principal objetivo da política externa estadunidense era a contenção do comunismo, e tomou das mãos britânicas a tarefa de derrotar o levante comunista na Grécia. Na sequência, investigou a lealdade de todos os funcionários públicos federais, elaborando uma Lista Geral de Organizações Subversivas (Montgomery, 1997:XVIII); já o emprego federal passou a exigir uma “*security clearance*” a partir de 1947 (Montgomery, 1997:XIX; Zinn, 1997:39).

(...) no período pós-1945, vários Estados [dos EUA] aprovaram leis exigindo o não pertencimento ao Partido Comunista ou em organizações designadas pela Procuradoria-Geral como subversivas. Um efeito de tais exigências é barrar do ensino algumas pessoas que possam esposar opiniões políticas subversivas. O outro efeito é barrar do ensino um grande número de pessoas cujas opiniões políticas e econômicas, quando avaliadas alguns anos antes ou alguns anos após, poderiam ser vistas não como subversivas ou perigosas, mas meramente como impopulares ou não conformistas. (Miliband, 1969:245)

Ainda em 1947, teve início a “primeira das muitas buscas por professores subversivos nas universidades estaduais” no pós-guerra.

Administradores acadêmicos, com algumas notáveis exceções, se apressaram em oferecer seus serviços para remover os membros do corpo docente identificados pelos comitês de investigação. O presidente [para nós, o reitor] de Yale, Charles Seymour, explicou sua simplória política de recusar emprego aos comunistas e de fazer de um administrador do *campus* um agente de ligação com o FBI, como um modo de assegurar a independência do controle governamental. “Não haverá caça às bruxas em Yale”, disse Seymour, “porque não haverá bruxas.”³⁷ (Montgomery, 1997:XX)

³⁶ Montgomery, 1997:XV. Os testes nucleares jogavam na alta atmosfera material radioativo que, depois, voltava ao solo sob a forma da chuva radioativa (*fall-out*). Esta contaminação por radiação era tão elevada que o governo estadunidense comunicou à Kodak que esta deveria envolver seus filmes para fotografia, vendidos nos EUA, em finas folhas de chumbo, para evitar que fossem revelados pela radiação. Das inúmeras histórias sobre a bomba atômica americana, a mais rica em detalhes e informações está no livro de DeGroot, *The bomb* (2005), de onde colhemos esta informação.

³⁷ Como a posição de Seymour, com a sua aparência liberal, auxiliou as forças mais à direita, bem como também foi útil às posições mais reacionárias a defesa, por vários liberais, de uma concepção de liberdade de cátedra que fazia

Em 1948, as demonstrações de rua que colocaram o poder na Tchecoslováquia nas mãos do PC e o bloqueio de Berlim, exploradas pela propaganda oficial, favoreceram o crescimento do apoio popular às perseguições aos “não conformistas” de todo tipo, e “onze líderes do Partido Comunista foram indiciados sob o *Smith Act*”³⁸ (Montgomery, 1997:XVIII-IX). Dois anos depois, a Guerra da Coreia auxiliou a elevação do orçamento militar de 13 para 54 bilhões de dólares, permanecendo acima dos 10% do PIB por mais de dez anos. Do ponto de vista da evolução da vida universitária, “os gastos militares (...) também abrigaram verbas (*grants*), bolsas (*fellowships*), e o cultivo de novos campos de pesquisa na educação superior” (Montgomery, 1997:XIX).

Os anos de 1949 a 1954 constituíram a época “nomeada após o senador Joseph McCarthy”: a caça às bruxas entrou na mídia (Montgomery, 1997: XX). A massa de manifestantes, ao redor da *Union Square* em Nova Iorque, aguardando o perdão até o último minuto ao casal Rosenberg, com a notícia da execução se transformou em uma “manifestação silenciosa e enfurecida” que “percorreu a 5ª Avenida”.

Pela primeira vez em minha vida eu vi a polícia de Nova Iorque fugir aterrorizada. Mas nossa fúria era inútil. A era do conformismo já estava sobre nós. (Montgomery, 1997:XX-XXI)

Em 1950, Thomas Bailey publicou o livro sobre diplomacia mais adotado nas universidades americanas naqueles anos. Afirmava textualmente que

Nem todos os americanos (...) estão preparados para reconhecer que seu modo de vida é comprometido pela ameaça comunista. Muitos estão resmungando acerca dos gastos com a defesa, não se dando conta de que para Moscou a linguagem mais eloquente é a da força. (Bailey, 1950, apud Zinn, 1997:39)

concessões aos anticomunistas, são temas discutidos por Schrecker (1986:109 e ss). Uma descrição mais detalhada, que sugere uma colaboração mais intensa e íntima entre Harvard, a CIA, o FBI e o *House of un-American Activities* (o comitê utilizado pelo senador MacCarthy) do que a descrita por Montgomery, Schrecker e Zinn, pode ser encontrada em Diamond (1992). Contratar agentes ou ex-agentes do FBI para investigar os membros da comunidade universitária foi uma medida também tomada pelos dirigentes da University of Colorado e por muitas outras (Schrecker, 1986:250; 279).

³⁸ O *Smith Act*, de 1940, estabelecia como criminoso qualquer atividade que advogasse a derrubada do governo norte-americano e exigia que todo adulto estrangeiro se registrasse com os órgãos federais.

The American Association of Universities (uma associação dos chanceleres e presidentes das universidades, a nossa ANDIFES) criou um comitê presidido pelo Presidente de Yale, A. Whitney Griswold, para redigir *The rights and responsibilities of Universities and their Faculties*, adotada pela direção de 37 universidades nos EUA. Esta declaração de “direitos” e “responsabilidades”

Descrevia a universidade como “uma associação de catedráticos individuais” (individual scholars) que “estão unidos pela lealdade ao ideal do aprendizado, pelo código moral, e sua forma de governo”. Acrescentava: “a livre-iniciativa é tão essencial ao intelecto como ao progresso econômico”. (Montgomery, 1997:XXII)

A mesma Association, em 1953, declarou que “ser membro do Partido Comunista exclui o direito a uma posição universitária” (Zinn, 1997:42).

Em Harvard, a busca por comunistas infiltrados e espiões era comentada em voz baixa em todos os corredores. (...) O medo se esparramou por todo o sistema universitário. (...) Em 1950, os Regents [similares aos nossos pró-reitores] da Universidade da Califórnia adicionaram um juramento de lealdade ao contrato de trabalho³⁹. O coração do documento de juramento de lealdade chamava a atenção para que há inimigos dos Estados Unidos, que eles estão aqui e no exterior – inimigos estrangeiros e domésticos são equalizados. (...) vozes dissidentes eram marcadas como sediciosas, deste modo encorajando uma cultura de falso patriotismo e conformismo, uma sociedade em que independência de pensamento e de ação era severamente desaprovada. (Nader, 1997:110-1)⁴⁰

Para avaliar a situação a que se chegou nos “anos dourados” nos EUA, Robert Hutchins cita a seguinte passagem

de uma carta endereçada a todos os professores em uma cidade do Meio-Oeste pelo superintendente das escolas, o qual, pelas leis do Estado, tem o poder de excluir do emprego quase todo mundo: “A ameaça para as instituições americanas pelo comunismo internacional torna imperativo que grande ênfase seja dada em nossas escolas ao estudo do significado, conteúdo e valores da Democracia Americana. Doutrinação nunca foi bem valorizada entre educadores nos Estados Unidos... Agora parece ser necessário às escolas nos Estados Unidos doutrinaremos os jovens americanos para a Democracia

³⁹ Schrecker discute em detalhes o impacto deste juramento na vida acadêmica da Califórnia (1986:117-125).

⁴⁰ O caso da Universidade da Califórnia teve uma grande repercussão, entre outras razões por contar com a oposição do então governador do Estado. A disputa alongou-se, e as repercussões extravasaram os muros dos *campi* da Universidade e as fronteiras estaduais. Cf. Schrecker, 1986:117-126.

Americana. Em nosso confuso mundo presente, é essencial que ensinemos para nossos jovens que a Democracia Americana é o melhor governo no mundo e que nos expliquemos porque é o melhor... Eles devem entender que a Democracia Americana foi fundada na propriedade privada e que este sistema econômico resultou em uma grande e poderosa nação que continuará a crescer ainda mais forte, perpetuando e protegendo a iniciativa privada.” (Miliband, 1969:243-4, nota 6)

David Henry, reitor da Wayne University, na primavera de 1949, justificando seu veto à palestra de Herbert Phillips, um “filósofo comunista”, declarou que “(...) os comunistas não devem ser considerados cidadãos comuns (...) mas como inimigos do bem-estar da nação” (Schrecker, 1986:91-2). Laura Nader:

O efeito da Guerra Fria como uma condição de permanente emergência e constante prontidão do Estado de segurança nacional para defender a civilização da “pura agressão” por poderosas forças comunistas deixou marca nos discentes⁴¹. Nós, os estudantes de 1950, fomos tachados de “a geração silenciosa” – conformista, cautelosa, passiva, paralisada. O Reitor Conant sumariou a situação em Harvard quando assinalou que “a moral estudantil foi bem pro brejo” (is pretty weel gone to the pot). (Nader, 1997:111; cf. tb. Siever, 1997:161)

Do final da década de 1940 até meados da década de 1960, uma blacklist de profissionais indesejáveis teve enorme sucesso em manter muitos professores, estudantes e pesquisadores excluídos da vida acadêmica⁴². Muitos foram perseguidos pelo governo estadunidense, mais frequentemente com a “visita” de agentes do FBI aos seus possíveis empregadores ou, ainda, com a recusa de emissão de passaportes. Outros profissionais, já com empregos no exterior, tiveram dificuldades porque seus passaportes foram cassados pelo Departamento de Estado dos EUA. Outros, ainda, principalmente

⁴¹ A história tem lá sua ironia. Muitos cientistas, progressistas ou “radicais” (como são denominados, genericamente, nos EUA aqueles que questionam o *status quo*, de quackers a socialistas), que em outras circunstâncias não teriam chamado atenção das forças repressivas, ao concordarem em colaborar com o Projeto Manhattan (a construção das primeiras bombas atômicas), passaram a ser “suspeitos” e, enquanto tais, foram vigiados e investigados. Esta “suspeita” continuou nos anos da Guerra Fria e, mesmo depois de 1945, praticamente todos eles foram perseguidos de uma forma ou de outra. Alguns foram expelidos para sempre da vida acadêmica, outros perderam empregos. O Caso Oppenheimer é o mais famoso, mas longe de ser o único. Nenhum ficou imune ao anticomunismo. (Schrecker, 1986:127 e ss.)

⁴² Informações detalhadas sobre a interferência do FBI na vida acadêmica, mesmo após a década de 1960, encontram-se em Diamond, 1992, em especial na Conclusão.

médicos, eram convocados para servir o Exército apenas para serem processados em Cortes Marciais e receberem, então, uma “dispensa sem honra” (dishonorable discharge), com consequências nefastas para a vida futura. Outros casos, como os de Clarence Hiskey, contou com uma intervenção direta do Departamento do Estado. Ante uma oferta de emprego na Índia, o Departamento de Estado se prontificou a enviar um outro professor, com todos os custos e salários pagos pelo governo dos EUA (Schrecker, 1986:297).

As vidas pessoais também sofreram. Poucos foram os professores da lista negra que não mencionaram amigos e colegas que os desertaram. A comunidade acadêmica produziu sua porção de covardes, pessoas que atravessam a rua para não ter de cumprimentar um antigo colega ou que se recusaram a reconhecer um que estivesse na lista negra em uma convenção acadêmica. (Schrecker, 1986:299; tb. 300-306)

Quando, em meados da década de 1960, a lista negra de fato estava deixando de ter influência, muitos dos acadêmicos perseguidos puderam voltar à vida acadêmica. Boa parte deles nunca conseguiu, teórica ou profissionalmente, recuperar o terreno perdido. Outros, empregados no exterior, não mais retornaram ao seu país. Outros, ainda, haviam profissionalmente migrado para o setor privado ou para outras áreas que não a educação ou pesquisas (muitos se tornaram psicoterapeutas). Ellen Schrecker, em *No Ivory Tower* (1986), é a fonte a quem devemos essas e muitas outras informações. Ela comenta, caso por caso, centenas de perseguições em modalidades e em um espectro aqui apenas aludidos (Cf., por exemplo, 1986, capítulos X e XI). Na década de 1960, contudo, os primeiros questionamentos conseguiram se expressar mais abertamente.

Os anos de 1960 foram anos de traição e indignação (outrage), questionamentos pessoais sobre a perseguição de inocentes membros da família [dos antropólogos], reuniões universitárias ferozes, o gás jogado sobre Berkeley [os militares americanos aplicaram gases a partir de helicópteros sobre o campus da Universidade de Berkeley], a presença onipresente da polícia. (...) Com o Vietnã, o que estava em segundo plano veio à vista – a brutalidade da infecção ideológica pelo estado de segurança nacional. (Nader, 1997:114)

Foi nesse contexto de perseguição aos progressistas e revolucionários que ocorreu uma extraordinária expansão da universidade nos EUA. O Estado, naquelas circunstâncias, teve de se converter em “um importante comprador de bens e serviços”, em um fornecedor “de capital aos setores subcapitalizados pela [suas] nacionalizações temporárias” e em financiador dos custos da “criação de novas tec-

nologias e dos quadros treinados, exigidos tanto para a implementação de tecnologias já existentes como para criar mais inovações” (Lewontin, 1997:2-3). No que diz respeito à academia, deu-se continuidade à prática, que já vinha desde a Segunda Guerra Mundial, de financiar com recursos públicos as pesquisas para o desenvolvimento das plantas industriais imprescindíveis (química, eletricidade, nuclear, máquinas, automotiva e aeronáutica) (Lewontin, 1997:3).

A pesquisa científica se tornou um empreendimento estatal, do qual o Projeto Manhattan⁴³ era apenas o exemplo mais visível, e as universidades foram incorporadas ao aparato de treinamento para os militares. (Lewontin, 1997:39⁴⁴)

Análoga interferência do complexo industrial-militar pode ser encontrada na França, Itália e Inglaterra, com pequenas variações (Lewontin, 1997:4). Este fenômeno, contudo, não se encerrou com o fim do Estado de Bem-Estar; a Guerra Fria terminou, mas este “papel do Estado se tornou permanente” (Lewontin, 1997:6).

Do ponto de vista das pesquisas de base imprescindíveis ao desenvolvimento do capitalismo no pós-guerra, a vantagem da atuação do Estado não estava somente no fato da socialização dos custos, mas também no fato de que a concorrência e a anarquia na produção capitalista não possibilitam a mobilização eficiente dos recursos necessários nem a criação e manutenção dos imprescindíveis “canais de comunicação dos resultados preliminares” (Lewontin, 1997:8) – “ou seja, tanto o custo como a condução da pesquisa e educação tecnológica deveriam ser socializadas” (Lewontin, 1997:9; tb. 27).

Não é suficiente que seja encontrado algum dinheiro para o desenvolvimento de uma peça de engenharia... Para produzir o efeito generalizado da inovação na economia, os patronos e os encarregados da pesquisa devem inicialmente estar fora do sistema dos interesses dos proprietários, [enquanto “processos ou serviços, em vez de mercadorias competitivas no mercado”]. Apenas quando uma inovação se aproxima de assumir uma forma concreta, como uma mercadoria de fato, uma firma individual tem condições de se apropriar dela como propriedade. Antes de tal ponto, o processo de inovação deve ser socializado. É óbvio que apenas o Estado pode ser o instrumento desta socialização. Não é preciso que se seja um seguidor de Marx para reconhecer a profunda verdade em sua afirmação de que o Estado é “o comitê para administrar os interesses

⁴³ Para construir as primeiras bombas atômicas, o governo americano, sob controle militar, reuniu cientistas, administradores e empresas privadas em Los Alamos, Novo México. Este foi o Projeto Manhattan; uma competente história dele pode ser encontrada no já mencionado DeGroot, 2005.

⁴⁴ Para as “ciências da Terra”, em especial a oceanografia, cf. Siever, 1997.

comuns da burguesia como um todo”. (Lewontin, 1997:9)

Se até a Segunda Grande Guerra não havia uma “modelo de apoio centralizado”, o Projeto Manhattan e “a bomba atômica” alteraram este quadro.

O notável sucesso de um projeto com um único foco e sob financiamento e controle do governo teve um poderoso efeito na consciência tanto dos planejadores acadêmicos como dos políticos. Não era apenas que um projeto científico centralizadamente financiado e planejado houvesse funcionado tão bem, mas também que integrou vários ramos da ciência e, mais significativo do ponto de vista da academia, fora completamente dependente dos esforços dos cientistas universitários. (Lewontin, 1997:13)

As universidades eram as “mais óbvias candidatas” a sediar a “socialização” dos custos das pesquisas. Possuíam laboratórios, bibliotecas e muito da infraestrutura necessária, não se viam obrigadas a produzir diretamente para o mercado e eram o berço natural de formação de técnicos, engenheiros e cientistas (Lewontin, 1997:10). Já descontando a desvalorização do dólar, entre 1946 e 1991 nos EUA aumentou em vinte vezes o orçamento total das universidades e faculdades, em 2,5 vezes o ganho médio dos professores full-time e estáveis e o número de diplomados por ano aumentou em nove vezes (Lewontin, 1997:24).

O modelo de financiamento que terminou se impondo atendia tanto às demandas dos pesquisadores quanto aos interesses mais gerais do sistema do capital. A expansão das universidades gerou uma carência de força de trabalho especializada (Lewontin, 1997:29), conferiu grande poder de “barganha” aos acadêmicos, e a estes (e não às instituições) foi garantido acesso aos grants e scholarships. O acesso quase exclusivo dos pesquisadores às verbas para pesquisa

alterou a balança de poder entre empregadores e empregados (...) Os professores não mais trabalhavam para as universidades, mas nas universidades, plenamente conscientes de que poderiam mudar o local de suas operações se conseguissem melhor oferta em outro lugar. (Lewontin, 1997:29; tb. 31)

Por outro lado, com o financiamento do Estado ficava assegurado que as áreas a serem pesquisadas estavam sob algum controle centralizado. O principal controle, contudo, não vinha da direta intervenção estatal, mas sim do papel peculiar que os pesquisadores passavam a exercer. Nas palavras de Lewontin: “Ao buscarem e gastarem fundos de pesquisa, os acadêmicos agem como empreendedores independentes” (Lewontin, 1997:17). Enquanto empreendedores, o sistema

do capital pode contar com a própria concorrência entre os acadêmicos e com as suas relações com o mercado para garantir que as pesquisas fiquem no campo que interessa ao sistema como um todo. Segundo Raymibd Siever (1997), este processo marca “uma mudança da lealdade dos cientistas. Antes, a lealdade era devida exclusivamente para a universidade, depois, se dirigia predominantemente aos comitês das disciplinas científicas e governamentais em Washington” (Siever, 1997:154). Terminada a Guerra Fria, a justificativa ideológica do sistema teve de ser alterada. O novo discurso, “neoliberal”, substituiu o anterior. Contudo, o sistema de financiamento funcionava tão bem que se mantém, no fundamental, até hoje: “a socialização do trabalho intelectual está aqui para ficar” (Lewontin, 1997:33).

A eficiência do sistema é ainda mais admirável porque, ao mesmo tempo que centraliza o que precisa ser centralizado sob a regência do capital, também fornece uma aparência de liberdade e de isenção científica. Investigando o que se passava entre os antropólogos, Laura Nader comenta a ação de “uma ilusão de financiamento livre e aberto, baseado na presença de antropólogos nos comitês que decidiam as bolsas e os fundos para pesquisa (grants and funds)” (Nader, 1997:119). Velava-se – ou não se fazia muita questão de enxergar – que, por exemplo, a

antropologia social era serva do colonialismo, um papel documentado por Lucy Mair em sua pesquisa das contribuições práticas dos antropólogos britânicos para a administração colonial e o “desenvolvimento econômico” de 1943 a 1960. (...) a maior parte das pesquisas em antropologia social nas colônias [britânicas] não eram apenas financiadas pelo governo britânico, mas também pela Carnegie Corporation, pela Rockefeller Foundation, pelo Rhodes Trust e outros que tinham interesses financeiros e minerais na África. (Nader, 1997:115)

“Aqueles que financiam podem determinar o que você estuda e o que você descobre, livre de impostos” (Nader, 1997:113) – e não apenas na periferia dos impérios:

A antropologia no Novo Mundo também foi criada para ajudar a facilitar a administração dos Nativos Americanos, mais recentemente, de populações que trabalhavam nas minas de urânio que alimentavam as tecnologias nucleares e que, hoje, são alvos para locais para se enterrar o lixo nuclear. Minhas aulas e pesquisas em solução alternativa de disputas estão necessariamente mescladas com as novas instâncias de persuasão dos representantes oficiais do governo. (Nader, 1997:116; cf. tb. 140)

O recém-criado Departamento de Ciência Política do MIT na década de 1960 “era abertamente financiado pela CIA; isto nem

sequer era segredo” (Chomsky, 2003:181).

O Departamento de Ciência Política era (...) o único departamento no campus que tinha seminários fechados, secretos. Fui uma vez convidado a falar para um destes seminários, por isso fiquei sabendo. Eles tinham uma villa em Saigon na qual estudantes estavam trabalhando sobre projetos de pacificação para suas teses de doutorado e este tipo de coisas. Neste esquema, não tenho dúvidas de que a relação com o governo era muito poderosa ao moldar atitudes políticas e mesmo talvez selecionar os professores e estudantes. (Chomsky, 2003:181)

Um pouco abaixo, no mesmo texto, Laura Nader prossegue:

(...) entre meados e o fim dos anos de 1960, o estado de espírito da contrainsurgência vinha sendo aplicado a questões domésticas. (...) a segurança nacional agora incluía problemas urbanos antes fora da definição convencional de segurança nacional. As forças que se organizavam contra a pobreza no país se tornaram um problema de segurança nacional. (...) Para trás havia ficado a ideia ingênua de conduzir uma pura de contaminação e objetiva ciência livre de política. (...) A insurgência doméstica e internacional foram conceitualmente fundidas, tal como nos juramentos de lealdade. Aqueles que protestavam contra o racismo [nos EUA], como antes na África, foram amalgamados com provocadores comunistas. (Nader, 1997:128-9)

O resultado:

As universidades enterraram as emoções, e os seus membros buscaram opiniões “equilibradas”. Antropólogos críticos documentaram numerosos antropólogos que se juntaram a outros cientistas sociais em empregos e projetos financiados por órgãos governamentais e não governamentais. Antropólogos trabalharam para a Agency for International Development (AID), para a CIA, para a Advanced Research Projects Agency (ARPA) do Departamento de Defesa, para o Center for Research in Social System (CRESS – antigo Special Operation Research Organization – SORO) e outras agências governamentais. Além disso, corporações privadas de pesquisa como a Arthur D. Little e a Atlantic Research Corporation se especializaram em pesquisas secretas governamentais. (...) A Ford Foundation se preparou para “prover assistência (...) em conceber pesquisas de tal modo que fossem úteis ao governo e aos negócios”, e para este fim destinou US\$ 138 milhões de 1952 a 1964. (...) O projeto conjunto MIT-Harvard, The Cambridge Project (CAM), era financiado pelo ARPA do Departamento de Defesa para desenvolver um sofisticado conjunto de técnica de programação de computadores capaz de usar massas de data das ciências sociais sobre as populações. (...) Questões tais como sob quais condições os camponeses se revoltam, ou informações sobre condições de estabilidade eram usadas para administrar os povos como se fossem atores isolados e autônomos independentes de interferência de governos estrangeiros e interesses dos negócios internacionais. (Nader, 1997:118)

Os exemplos são muitos:

Project Simpatico em Columbia e *Project Colony* no Peru envolveram trabalhos relacionados ao estado de integração dos camponeses e, depois, dos povos indígenas, tudo parte de um programa coordenado de pesquisas de ciências sociais em apoio à contrainsurgência. [Não restava dúvida alguma] acerca do envolvimento de antropólogos no trabalho de contrainsurgência. (...) A Universidade da Califórnia e a USAID assinaram um contrato com um grupo de acadêmicos que também tratava com problemas de desenvolvimento e contrainsurgência na Tailândia. (...) Planejar para uma eventual insurreição na Tailândia se tornou uma indústria em crescimento, e parte dela incluía o desenvolvimento rural para enfrentar o desafio comunista. A própria ARPA tinha um orçamento anual entre US\$ 5 e US\$ 12 milhões. (Nader, 1997:124-6)

As coisas chegaram a tal ponto que “Na Tailândia um destes grupos [de ‘resistência política’] foi bombardeado e atingido por napalm no início de 1969. Nós sabíamos que isto estava ocorrendo” (Nader, 1997:126). Uma notável antropóloga, Kathleen Gough Aberle, “foi taxativa: ‘Devemos nos dissociar de atos dos governos que visam destruir povos sobre os quais nós colhemos informações’” (Nader, 1997:123-4). A Fundação Ford, através de seu African Research Group, não poderia ser mais clara:

Em uma era de complexa organização e operações multinacionais, nenhum império pode conter os conflitos ou administrar as mudanças sem coletar, analisar e agir com base em informações detalhadas sobre Estados e povos. (Cowan, 1958:1 *apud* Nader, 1997:119)⁴⁵

Todavia, por mais importantes, as consequências das políticas educacionais do pós-guerra não se restringiram ao financiamento das pesquisas e a quanto isto interferiu no desenvolvimento científico.

Os projetos para a contrainsurgência financiados pelo governo eram apenas parte do quadro. Domesticamente, a relação entre poder e discurso na academia norte-americana também assumiu a forma de intervenção do Estado na sala de aula. (Nader, 1997:120)

Professores não eram contratados, outros eram “diretamente” questionados sobre o que ensinavam em sala de aula, comunistas “dedaram nomes” de outros comunistas, “centenas de professores

⁴⁵ Para os inúmeros casos documentados de como a ciência foi colocada a serviço do grande capital nos anos do Estado de Bem-Estar, bem como sobre o papel das universidades e centros de pesquisas como “repositórios” de especialistas disponíveis para o governo estadunidense e sua política imperialista, ver Wallerstein, 1997; sobre a interferência na seleção das conclusões das investigações, dos métodos usados por estas e também dos objetos a serem investigados, ver Katznelson, 1997, Wallerstein, 1997, e Schrecker, 1986:338 e ss.

perderam seus empregos, muitos deixaram o país; alguns cometeram suicídio” (Nader, 1997:120).

Enquanto classe, os intelectuais foram aprisionados pela burocracia industrial-militar. Nós praticamos o que Dorothy Lee chamava de não liberdade. (Nader, 1997:136; tb. Schrecker, 1986:171-81, 312)

James e George Cockcroft, em “The High Cost of Dissent in the U.S.A.” (1965), com a palavra:

Um intelectual dos EUA é livre para ter qualquer opinião que deseje sobre o Vietnã, Cuba, Congo ou outras questões de política externa, mas sua liberdade para expressar publicamente tais visões é muitas vezes limitada de diversas maneiras sutis. A mais eficaz delas é dinheiro. De bolsas, subsídios e centros de investigação, públicos e privados, o dinheiro está disponível aos intelectuais que desejam estudar uma grande variedade de temas não controversos. (...) Tais fatos econômicos têm duas consequências desastrosas. O número de livros e artigos expressando qualquer divergência significativa é vastamente reduzido, diminuindo assim a variedade de pontos de vista contrários ao *establishment* disponível para o público diplomado. Mas, pior, jovens intelectuais sofrem uma pressão constante e sutil para perseguir apenas aqueles interesses que podem levar a recompensas econômicas e profissionais; estudar apenas o que é seguro (por exemplo, cientistas políticos, com lucrativos subsídios, estão entrevistando exilados cubanos em Miami para aprender a verdade sobre a Cuba de Fidel Castro). Aquele que escolher outro caminho será descrito como “polêmico”, e é uma indicação da doença das universidades americanas que esta palavra seja tão depreciativa. Não conseguirá uma promoção ou seu contrato não será renovado. A moral, para os jovens docentes, é simplesmente que eles não devem dizer nada provocativo se esperam ascensão na carreira. Caso contrário, a mania de pensar pode ser fatal. A subvenção de livros e revistas pela CIA é apenas o pior sintoma de uma doença mais geral. (...) O que vem acontecendo nos Estados Unidos na última década [ou seja, de 1955 a 1965] não é uma série de perseguições, abertas e brutais, contra alegados “criptocomunistas”, como na era de McCarthy, mas sim uma série menos aberta e mais ampla, variando de pressões indiretas contra todos aqueles que se atrevem a desafiar as premissas principais da política externa dos EUA. Esta expandida e institucionalizada pressão contra dissidências também se deu nas universidades, que têm se tornado cada vez mais dominadas por pressões econômicas do governo e fundações. As vozes publicadas pela universidade já não discrepam (*dissent*); ao contrário, como papagaios sem imaginação, conscientemente ou não, repetem as posições das grandes empresas, do governo federal e dos militares. Aqueles que discordam, por vezes, são demitidos de seus empregos, como no caso do antigo professor de história da *Michigan State University*, Samuel Shapiro – e inúmeros outros que, em casos menos divulgados, tornaram-se “suspeitos”, por seus pontos de vista heterodoxos sobre o castrismo (como no caso de Shapiro), socialismo ou outros temas controversos. (...) Quando uma voz discordante alcança um fórum público, a comunidade universitária muitas vezes move-se para abafá-la. Por exemplo, a análise de C. Wright Mills, “elite do poder” americana, que

ganhou respeito internacional, gerou entre seus pares não aclamação, mas uma série de artigos eruditos nas principais publicações demonstrando que Mills “errou” em vários aspectos. Eventualmente, Mills viu-se condenado ao ostracismo por grande parte da comunidade universitária – ele era muito “polêmico”. (James e Cockcroft, 1965:44 e ss.)

Comentando os congressos científicos e acadêmicos, assinala que “É como se o dinheiro que financia estes encontros intelectuais comprasse não apenas os *drinks*, mas também as mentes” (James e Cockcroft, 1965:48). No mesmo ano de 1965, James Petras descrevia a repressão ativa e consistente na Universidade de Berkeley contra “aquele pequeno número de estudantes com alguma preocupação com os problemas sociais” (Petras, 1965). Em meados de 1960, em plena Guerra do Vietnã, Staughton Lynd, conhecido historiador, foi despedido da Universidade de Chicago sob a alegação de que “suas convicções interferem com sua capacidade de ensinar (*scholarship*)” (Zinn, 1997:55). O quanto se submeter a tais pressões requer a alienação não apenas dos professores, mas de toda a relação pedagógica!

Em suma, nos “30 anos dourados”, nos EUA,

Tanto pelas suas manifestações materiais e pela atmosfera ideológica (...) a Guerra Fria foi responsável por uma sem precedentes e explosiva expansão da academia. Além disso, ao fazer dos professores empreendedores os canais pelos quais extraordinárias somas de dinheiro público fluíram para as universidades, a Guerra Fria possibilitou aos acadêmicos uma profissão com uma potente arma na sua luta pelo poder no interior das instituições, e deste modo deu a eles um extraordinário poder de controle sobre as condições de seus empregos. Apesar de ser um rude golpe no seu senso de correte moral e autoestima, os acadêmicos tiveram de encarar o fato de que a Via Dolorosa, pela qual muitos de seus colegas, amigos e camaradas foram levados ao crucifixo, era também a via adequada para a prosperidade profissional da grande maioria. (Lewontin, 1997:2; tb. Nader, 1997:131)

Os estragos foram incalculáveis, nas palavras de Ellen Schrecker:

O marxismo e seus seguidores foram marginalizados, senão completamente banidos da academia. A crítica aberta ao status quo político desapareceu. (...) Toda a extensão em que os acadêmicos americanos censuraram a si próprios é difícil de avaliar. Não há modo seguro de avaliar os livros que não foram escritos, os cursos que não foram ensinados e as pesquisas que nunca foram realizadas. (Schrecker, 1986:339; tb. Zinn, 1997:43)

Instalou-se um “opressivo consenso” (Schrecker, 1986:218) na academia, segundo o qual deveriam ser investigados todos os seus

membros citados em uma investigação por um comitê qualquer.

Exceto por um minúsculo e muito marginalizado núcleo de defensores das liberdades civis, poucos acadêmicos questionaram este aspecto da colaboração com os comitês (...). Poucos pareceram notar como, ao colocar em questão os empregos de testemunhas que se recusavam a colaborar, as faculdades e universidades americanas concederam a Joseph McCarthy e aos membros da HUAC [*House of Un-American Activities Committee*] um poder de decisão na seleção dos membros de suas faculdades. (Schrecker, 1986:218)

E ainda:

Professores e administradores passaram por cima das liberdades civis de seus colegas e empregados a serviço de tais supostamente mais elevados valores como lealdade às instituições e segurança nacional... A extraordinária facilidade com que o establishment acadêmico se acomodou às demandas do Estado pode bem ser o aspecto mais significativo da resposta da academia ao macarthismo. (Schrecker, 1986:340; Zinn, 1997:49)

A conclusão da investigação de Schrecker é muito esclarecedora. Caiu a qualidade da produção científica em várias áreas do conhecimento, a “crítica aberta do status quo político desapareceu”. O que deveria ser o “santuário” do “dissenso” converteu-se em instrumento do consenso mais conservador. A frequentemente explícita tendência antimarxista do main stream da produção teórica “certamente coloca questões sobre a sua relação com os expurgos (purgas) anticomunistas que ocorriam no mesmo lugar e exatamente no mesmo momento”. Como nunca, antes ou depois, a academia teria tal influência na conformação da opinião pública. “As ideias que moldaram como os estadunidenses percebiam a si próprios e à sua sociedade se desenvolveram nos campi” universitários. E, todavia, “a academia não lutou contra o macarthismo. Contribuiu com ele”. Foi um momento em que a universidade estadunidense dependia cada vez mais – e devia prestar contas ao – do governo federal (como vimos acima, ao tratar da relação entre as universidades e o complexo industrial-militar). A “colaboração com o macarthismo foi parte deste processo”, com o efeito colateral, não desprezível, de “conferir respeitabilidade aos elementos mais repressivos da cruzada anticomunista” (Schrecker, 1986:338-341).

A imposição pela academia do macarthismo silenciou toda uma geração de intelectuais radicais e evaporou toda oposição significativa à versão oficial da Guerra Fria. Quando, nos anos de 1950, as investigações e as demissões diminuíram, não foi porque encontraram resistências, mas porque não mais eram necessárias. Tudo estava quieto no front acadêmico. (Schrecker, 1986:341)

Laura Nader arremata:

A colonização das mentes pela autocensura é o efeito mais eficiente das relações de repressão ou censura. Uma vez tenhamos laboratórios de armas nas universidades, então o Pentágono enxerga a universidade como um problema de segurança nacional. A universidade responde selecionando cabeças administrativas que protegerão os interesses estatais de segurança nacional para os quais os acadêmicos se convertem não em uma força independente, mas subsidiária, de um sistema que requer mais conformismo que o chão das fábricas. (...) A segurança nacional do Estado requer lealdade. “Mantenho minha boca fechada” se traduz em respeito a tabus, e a autocensura se torna emissária da cultura de tabus. Questões importantes não são perguntadas. O maior número de bombas atômicas foi explodido nos EUA. A loucura de tudo isso raramente ocorreu aos antropólogos. (Nader, 1997:142)

Isso não era específico da área de antropologia, como argumenta Immanuel Wallerstein em “The unintended consequences of cold war area studies” (Wallerstein, 1997:210-12). A subordinação da busca do conhecimento às necessidades políticas do dia a dia traz, nas palavras que ele cita de W. C. Smith, o

perigo de se adquirir um aparente conhecimento que, de fato, é falso. (...) O conhecimento almejado *ad maiorem American gloriam*, não apenas nos estudos orientais, mas em todas as ciências humanas, falhará como conhecimento confiável (...) (Wallerstein, 1997:212)

E Miliband confirma:

(...) a noção de que as universidades, como algo distinto daqueles que nelas trabalham, são centros de dissensão é mera mitologia. A universidade, incluindo a maioria dos seus professores, sempre tendeu, particularmente em tempos de crise nacional, e precisamente quando agudos problemas morais estavam envolvidos, a ter uma má opinião de seus dissidentes, membros do seu *staff* e alunos, e frequentemente ajudou o Estado a agir contra eles. (Miliband, 1969:248)

E há, ainda, um tópico que nem sequer abordamos, que diz respeito à educação sob o Estado de Bem-Estar: as condições de trabalho nas escolas secundárias e básicas. Seremos mais do que breves: o autoritarismo, a burocratização e os péssimos salários e condições de trabalho são os traços predominantes. Veja-se, por exemplo, a descrição do dia a dia nas escolas destinadas aos trabalhadores na Inglaterra, no depoimento de Brian Jackson, “Notes from Two primary schools” (Jackson, 1961) ou, ainda, a descrição de uma greve de professores em Suddaby, J. (1979), que apenas atestam o que segue:

As salas de aula são sombrias e inadequadas, todas com mais de cinco metros de pé direito e uma área muito pequena para acomodar o número habitual de crianças (...). As divisórias entre as salas de aula, longe de serem à prova de som, com suas duras e brilhantes superfícies das outras paredes, refletem o ruído das crianças. Reentrâncias e radiadores mal colocados e ineficientes tornam difícil encontrar espaço para colocar as coisas na altura das crianças. As janelas altas deixam entrar pouca luz, e para enxergar para fora é preciso subir em uma cadeira. Lá fora, ladeado pelos banheiros, o sombrio *playground* asfaltado não estimula jogos tranquilos. Não há bancos nem flores. (...) Os outros professores da escola ensinam de várias formas, mas para a maioria deles, a escola existe para desenvolver uma submissão a uma cultura de classe média que não pode ser questionada (...). (H.R., 1966:44-6)

O Estado de Bem-Estar articulou como nunca antes a produção do conhecimento e o ensino às necessidades do grande capital. Para isso, foi preciso expandir tanto a educação primária e secundária, quanto as universidades e centros de pesquisa. O complexo industrial-militar jogou, nesta expansão, um papel fundamental no financiamento e na determinação do quê e de como seria pesquisado. As “conquistas” no campo da educação que caracterizaram o Estado de Bem-Estar fortaleceram o capital, as classes dominantes e contribuíram para manter a sociedade de classes em escala planetária. Esta conexão não operava apenas no nível da reprodução da sociedade como uma totalidade, mas se particularizava mesmo no nível dos indivíduos. Por exemplo, em 1952, o *Comitee for the Present Danger*, literalmente, *Comitê para o Perigo Presente*, que fazia *lobby* por um maior envolvimento militar dos EUA na Europa, contava entre seus fundadores com Tracy S. Voorhees, James Bryant Conant e Henry M. Wriston. O primeiro fora subsecretário do Exército e o indicado por Lewis Webster Jones, presidente (reitor) da Rutgers University, para fazer parte do comitê desta universidade a fim de avaliar as sanções contra dois professores que se negaram, sob a proteção da Segunda Emenda da Constituição estadunidense, a apontar nomes de colegas professores para serem investigados como comunistas ou desleais aos EUA. Os dois últimos eram, respectivamente, os presidentes (reitores) de Harvard e da Brown Univesity (Schrecker, 1986:175).

A educação, enquanto uma política pública dos Estados de Bem-Estar, não teve o conteúdo “desmercadorizador” e equalizador das oportunidades, ou distribuidor de renda, que apregoam.

4. Racismo e direitos civis

Melvin Leiman publicou em 1993 *The political economy of racism* (Pluto Press), o melhor texto que encontramos sobre o problema

do racismo e com muitas indicações interessantes sobre a migração. Na maior parte das vezes, ele se refere especificamente aos Estados Unidos, mas há indicações interessantes em relação a outros países.

Inicia Leiman por examinar as dificuldades para a unificação dos trabalhadores estadunidenses acima das raças e nacionalidades. A imigração, desde o século 19, foi um elemento complicador. Ao “constantemente mudar a composição da classe trabalhadora,”

(...) muito eficazmente evitou o estabelecimento de uma base organizativa estável. Cada grupo étnico tentava se elevar sobre as costas do mais fraco, e cada um era, assim, vulnerável a ser jogado um contra o outro. A cultura profundamente calada do racismo fornecia uma ampla justificativa para esta prática; os negros passaram [com o fim da escravidão] de escravos legais a *Untermenschen*.⁴⁶ Neste sentido, a discriminação racial e a étnica se completavam como serviços (*handmaidens*) do capitalismo estadunidense pós-Guerra Civil. (Leiman, 1993:51)

O “trabalhador branco tinha de fato seu salário rebaixado pela presença do trabalho escravo e, portanto, via neste – e não no capitalista – a raiz de seus males. Negros e trabalhadores brancos entram, deste modo, na história do capitalismo monopolista americano como inimigos de fato, ainda que aliados históricos reais” (Leiman, 1993:77)⁴⁷. A miséria do negro, não raras vezes, tornava-o presa fácil dos patrões que os contratavam como fura-greves, o que “(...) exacerbava o racismo dos trabalhadores brancos ao ‘demonstrar’ que os pretos estavam ansiosos para lutar pelos seus próprios interesses às expensas dos brancos.” A filiação aos sindicatos era, então, vetada aos negros. “O que os sindicatos brancos almejavam, especialmente em períodos de mercados em contração, era a impossível combinação de eliminar os pretos de seus sindicatos sem que eles se tornassem fura-greves” (Leiman, 1993:58).

Após a vitória do Norte na Guerra Civil, formalmente os negros foram elevados a cidadãos. Contudo, para que a oligarquia sulista aceitasse seu papel subordinado ao capital do Norte em troca de seu poder absoluto no Sul, foi reconstruída a aliança dos trabalhadores brancos com a oligarquia, contra a “concorrência” dos trabalhado-

⁴⁶ Literalmente, sub-homens. “Como trabalhadores livres, (...) ganhavam muito pouco. Os salários pagos para os homens livres em 1867 [ou seja, após o fim da escravidão] eram mais baixos do que os que antes eram pagos aos escravos alugados (*bired slaves*)” (Frankling, 1974:191 e 198, *apud* Leiman, 1993:48).

⁴⁷ Diferentemente do que ocorreu na Inglaterra e nos países nórdicos, por exemplo. Para uma comparação nesse sentido, conferir Westgaard e Resler (1975, em especial, *Parte One – Themes and Issues*).

res negros (Leiman, 1993:51). Esta foi a base social para que, entre 1900 e 1910, a segregação em lugares públicos e nas escolas já fosse a regra geral (Leiman, 1993:61). Consolidou-se, assim, uma tendência que já vinha de longe: a enorme maioria dos negros, não por acaso trabalhadores não especializados na agricultura, foi excluída do movimento sindical até 1930 (Leiman, 1993:58-9), resultando no enfraquecimento da luta dos trabalhadores como um todo e na manutenção, de fato, dos negros como *Untersmenchen*.

A industrialização dos Estados Unidos e, depois, o desenvolvimento econômico gerado pelas duas Guerras Mundiais alteraram o perfil do negro estadunidense. Ele se proletarizou e se urbanizou. A população negra terminou se concentrando em algumas poucas cidades. Na década de 1990, enquanto os negros não eram mais do que 13% do total da população dos EUA, 26% da população negra morava em apenas seis cidades. Esta urbanização e concentração fizeram com que a segregação não ocorresse como nas áreas rurais, mas isso não significou uma substancial alteração da posição social do negro (Leiman, 1993:93-4). Nas décadas de 1950-60, os negros continuavam na “base da pirâmide social e econômica” (Leiman, 1993:93-4). Foi neste momento em que o dourado dos “anos gloriosos” ofuscava com máxima magnitude, quando a economia crescia e a aristocracia operária e a pequena burguesia viam seus rendimentos em ascensão, que as políticas racistas foram questionadas e os direitos civis foram conquistados. Pra, todavia, logo em seguida, nas décadas de neoliberalismo, assistimos a um retorno do racismo, do conservadorismo e da perda de força da luta dos negros (e dos indígenas e imigrantes). Qual foi, de fato, o alcance dos avanços e recuos e, mais importante, qual a razão para que tais oscilações tenham tido os limites que conheceram?

Para determinar o alcance e profundidade dos avanços e recuos do lugar dos negros na sociedade estadunidense, Leiman assinala como a Segunda Guerra e a Guerra da Coreia trouxeram uma diminuição da distância entre a renda da “família média não branca” (das quais, “95% são negras”, exceto no Meio-Oeste) e a da família branca (Leiman, 1993:95). O ganho teria sido ao redor dos 10% e, exceto o pico de 56%, atingido durante a Guerra da Coreia, a renda da família não branca se estabilizou entre 54% e 55% em relação à da branca (Leiman, 1993:95-6).

(...) até que, no meio dos anos de 1960, a escalada da guerra [do Vietnã] possibilitou uma nova forte melhoria para as minorias. A renda média da família negra atingiu 61% do da branca na última metade dos anos de 1960,

ficou relativamente estável até 1975 e, então, iniciou uma erosão constante (...). (Leiman, 1993:95)

Leiman nos alerta para o fato de que “uma relativamente estável relação percentual necessariamente significa um aumento da distância conforme se eleva o nível dos salários (...)”. Em números absolutos, esta distância passou de 12.600 dólares em 1970 para 15.800 dólares em 1989, e deve ter continuado a aumentar de lá para cá (Leiman, 1993:95-6). Do ponto de vista da distribuição da renda, as alterações foram sensíveis, porém não decisivas. A quantidade de

(...) negros mais pobres [era] (...) quase quatro vezes maior do que o seu equivalente branco, apesar de uma percentagem muito maior de famílias negras contar com mais de uma pessoa assalariada [o que raramente ocorria com família branca]. (Leiman, 1993:97)

Outro dado importante é que a desigualdade entre os negros é mais intensa que entre negros e brancos (Leiman, 1993:107-8); há uma elite negra, pequena, que se distancia da média das famílias negras de modo mais intenso do que a elite branca em relação às famílias médias brancas.

Mudanças, portanto, ocorreram – e para melhor. A questão é: por que ocorreram? Por que o fizeram na extensão e profundidade com que o fizeram? E, por fim, por que parte ponderável dos avanços nos “anos dourados” pôde ser revertida nas décadas imediatamente seguintes?

Na sociedade americana dos anos de 1950 e 1960, um conflito intracapitalista se desenvolveu (algumas vezes silencioso, outras vezes ruidosamente manifesto) entre os interesses dos capitalistas locais e nacionais. O termo capitalista local se refere àqueles em pequenos negócios (por exemplo, varejistas, atacadistas, firmas de construção locais, pequenos industriais) que operam em pequena escala em um ambiente competitivo, vendem em áreas locais e sofrem pressões, vitais, para diminuir os custos a um nível mínimo. Maximização do lucro imediato é o pré-requisito para sua sobrevivência; todavia, tais lucros são rapidamente erodidos pela entrada de novas firmas. Operando em um mercado com um potencial de crescimento limitado, os capitalistas locais individuais estão quase que só preocupados, por necessidade, com a redução dos custos. No geral, tais indústrias que aplicam intensivamente o trabalho (*labor intensive*) se caracterizam por baixos salários, baixa produtividade e baixos lucros. O interesse consciente, assim como de fato, dos capitalistas locais está em manter a discriminação, porque ela provê um mercado de trabalho barato, não especializado e que eles tentam reforçar através do controle da máquina política. A discriminação beneficia particularmente firmas cuja produção requer grande número de trabalhadores não especializados, já que a qualquer nível de demanda [da força de trabalho], a oferta artificialmente inflada

criará custos salariais mais baixos. (...) Mesmo que tais firmas empreguem uma força de trabalho toda branca, a ameaça, implícita ou explícita, de empregar trabalhadores negros age como um eficiente controle de salários (...) do mesmo modo como a ameaça de usar escravos manteve os salários dos brancos que não possuíam escravos num baixo nível de subsistência antes da Guerra Civil. (Leiman, 1993:172)

Por outro lado,

Os capitalistas nacionais (...) são representantes do capital monopolista avançado e operam em uma escala nacional ou multinacional. Eles incluem poderosos líderes das corporações, banqueiros, a hierarquia militar e os administradores políticos. Apesar de preocupados em maximizar os lucros, mantêm uma perspectiva de longo prazo. Os líderes capitalistas nacionais asseguram seus interesses econômicos através do controle político, com frequência tirando licença de seus empreendimentos corporativos para ir ao governo. Eles, assim, estão numa posição de superar parcialmente os efeitos de uma política de elevação dos salários ao controlar o preço de mercado de seus produtos e ao receber ajudas governamentais através de tarifas, subsídios ou legislações que os favoreçam. Preocupados com os aspectos da expansão da produção e da redução de custos das novas tecnologias, eles usam seus recursos econômicos consideráveis para reduzir seus custos com salários através da automação. Pelo controle do mercado (...) as firmas monopolistas nacionais foram capazes de manter altas margens de lucros. (...) (Leiman, 1993:172-3)

Deste modo,

Num sentido imediato, os interesses econômicos dos trabalhadores (particularmente trabalhadores negros) estavam claramente mais em conflito com os capitalistas locais que com os nacionais, já que os últimos poderiam pagar salários maiores. (Leiman, 1993:173)

Foi assim que

O sistema sulista de brutalidade, discriminação social e perseguição legalizada (ou extralegalizada) se tornou cada vez mais disfuncional, econômica e politicamente. (...) Escalões de liderança dos capitalistas nacionais começaram a se dar conta de que, em especial nos momentos de falta de trabalhadores, que acompanhavam os cíclicos periódicos de crescimento, a discriminação racial havia criado irracionalidades no mercado de trabalho especializado que atrapalhavam suas lucrativas operações. O artificialmente reduzido estoque de trabalho neste setor afetava de modo prejudicial os interesses das grandes corporações, que se abasteciam intensamente neste mercado de mão de obra. (Leiman, 1993:174)

Esta situação histórica mais geral, bem como o fato de a industrialização avançar em algumas das tradicionais áreas agrícolas do

sul, fez com que algumas empresas eliminassem as discriminações “mais grotescas”, com um duplo efeito. Se melhorou a situação de alguns indivíduos, também renovou a rivalidade entre os trabalhadores brancos e negros (Leiman, 1993:73). Os primeiros viam os negros como a razão para o rebaixamento de seus salários e, mais recentemente, como a causa da perda de empregos. Os negros sempre encontraram nos trabalhadores brancos seus inimigos de raça. A década de 1960 não propiciou novas bases para uma aliança de classe dos trabalhadores acima das raças, ao mesmo tempo que a capacidade de a elite sulista manter a discriminação, a negação do direito de voto e o terrorismo estava perdendo força (Leiman, 1993:174).

Esta confluência objetiva entre a luta dos negros e os interesses do grande capital é a razão tanto para o avanço quanto para o limite da luta dos negros estadunidenses pela cidadania. A luta poderia se desenvolver desde que levasse a marca de uma luta cívico-democrática e não evoluísse para um conteúdo anticapitalista. Leiman reconhece com todas as letras que

(...) sem esta luta os processos de mudança teriam sido muito mais graduais, mesmo que coincidissem com os interesses reais objetivos do capital monopolista. (...) Esta luta por direitos civis obteve frutos porque a tecnologia em mudança, em um período de avanço [econômico] (...) exigia passos no sentido da igualdade racial. (Leiman, 1993:175)

Isto não cancela nem diminui o fato de que o momento predominante deste processo foram as necessidades do grande capital.

O movimento dos direitos civis nos anos de 1950-60 coincidia cada vez mais com o desejo dos capitalistas nacionais de superar a alocação prejudicial e a insuficiente utilização das habilidades do trabalho negro.⁴⁸ O movimento dos direitos civis desafiou com sucesso o governo, em larga medida, porque era interesse material da ala dominante dos capitalistas modificar as políticas raciais. A democratização posta em marcha pelo movimento negro pela liberdade era parte das reformas que a ala avançada da classe capitalista avaliou ser

⁴⁸ Os “baixos salários dos negros discriminados eram desfavoráveis ao crescimento da produção em larga escala para mercados de massa e (...) isto desarticulava a economia voltada ao mercado de massa. Por deprimir o poder de compra dos negros e das camadas mais baixas dos trabalhadores brancos, a discriminação e a segregação tendiam a acentuar a instabilidade do sistema estadunidense. Associado a uma ineficiente utilização do trabalho negro, isto retardava o desenvolvimento econômico. (...) No período de recuperação no pós-guerra, mais capitalistas começaram a perceber que a discriminação estava impondo um peso econômico que excedia os benefícios” (Leiman, 1993:176). Passagens importantes, também nas páginas 179-181).

econômica e politicamente útil em uma escala nacional (e internacional). Não resta dúvida de que as raízes do movimento negro pela liberdade era moral, enquanto as da reforma capitalista eram fundadas em fatores econômicos. (Leiman, 1993:174-5. Cf. tb. 176, 178-81 e 342)

Em poucas palavras,

O movimento dos direitos civis foi em parte bem-sucedido porque suas demandas coincidiam com os interesses do capital (...). (Leiman, 1993:342)

Além disso, assinala Leiman, também em outro sentido o alívio na discriminação interessava aos grandes capitalistas.

Apesar das diferenças entre o período anterior (de 1920 aos anos de 1940) e estas duas décadas [de 1950 e 1960], há uma continuidade fundamental. A política anterior de discriminação racial teve o efeito de manter baixos os salários da mão de obra branca e não especializada ou semiespecializada em um período no qual a tecnologia se baseava predominantemente neste tipo de mão de obra. A política posterior de aliviar a discriminação teve o efeito de manter baixos os salários dos trabalhadores brancos especializados ao fazer o trabalho negro mais competitivo com o trabalho branco em um momento no qual a tecnologia se baseava crescentemente no trabalho especializado. Portanto, a política de discriminação, tal como a política posterior de aliviar as barreiras discriminatórias, fizeram sentido do ponto de vista dos capitalistas dominantes. (Leiman, 1993:180-1)

Ou seja, tanto a política de discriminar (no passado) quanto a de discriminar menos (no pós-guerra) “(...) visavam aumentar os lucros nas condições presentes, e a manutenção e ampliação dos lucros é chave para a viabilidade do sistema capitalista” (Leiman, 1993:181).

O início da crise estrutural (Mészáros), com as novas necessidades para a reprodução do capital, fez com que “gradualmente se paralisasse” “a confluência de forças favoráveis a uma diminuição significativa da discriminação racial, que parecia tão poderosa no período precedente (...)” (Leiman, 1993:181). Porção significativa da produção estadunidense é transferida para os mercados de mão de obra mais barata. “Nesta nova situação, as velhas pressões econômicas que induziam o setor dominante da burguesia a superar o racismo evaporam quase totalmente” (Leiman, 1993:181). O racismo volta a ter importância porque auxilia a classe dominante a evitar que as ações da classe trabalhadora se radicalizem (Leiman, 1993:182-3). Este declínio na economia, assinalava Leiman profeticamente,

muito provavelmente será acompanhado por uma mudança na ideologia dominante. A visão dos intelectuais liberais (com sua ênfase na expansão e no

aprofundamento do Estado de Bem-Estar e, claro, na superação do racismo), dominante no período expansionista prévio, possivelmente será eclipsada pela nova visão conservadora que enfatiza a autoajuda através do competitivo sistema de mercado, associado a apelos ao patriotismo, religiosidade e racismo disfarçado. (Leiman, 1993:183)

Na avaliação de Leiman, esta reversão também foi facilitada porque

O movimento dos direitos civis deixou o essencial da estrutura social intacto, apesar de que a melhoria que ele trouxe para o dia a dia para muitos negros deve ser reconhecida. O objetivo deste movimento, todavia, era limitado a demandas por igualdade política e econômica no interior da estrutura capitalista. Mesmo nas raras instâncias em que tais objetivos foram alcançados, apenas mudou o *status* dos negros de um de *exploração desigual* para um outro de *igual exploração*. A cirurgia social exigida neste estágio da história necessariamente vai para além, requer extirpar o racismo pela raiz. Apesar disso, combater o racismo permanece, reconhecidamente, uma exigência básica para a mudança progressista. (Leiman, 1993:323)

No século 19, quando da Guerra da Secessão, “os negros ganharam sua emancipação e novos direitos através de uma disputa entre os brancos”, e os perderam “pela reconciliação dos homens brancos”, mediante um acordo que selou o predomínio dos grandes agricultores no Sul e a subordinação econômica deste mesmo Sul ao Norte (Leiman, 1993:55). Nas lutas das décadas de 1950-60 foi uma cisão entre o grande, o pequeno capital e o Sul agrário que abriu a possibilidade das vitórias negras. Tal como no passado, a “reestruturação produtiva”, após os anos de 1980, fez com que o racismo deixasse de ser um obstáculo à reprodução do capital (além de ser um poderoso instrumento para a divisão dos trabalhadores). Assim, o espaço de luta cívica dos negros se fecha e o movimento sofre as derrotas que conhecemos. Resultado: os trabalhadores negros,

raramente representados na máquina sindical, isolados e humilhados tanto pela administração como pelos companheiros brancos explorados, se encontraram forçados a empregos que ninguém mais aceitaria. As linhas de produção manipuladas por negros são 20% a 30% mais velozes que as manipuladas por brancos. (Bosquet, 1972:26)

Para um quadro histórico mais preciso, é importante recordarmos que nem tudo no movimento democrático dos negros americanos se reduzia ao pacifismo e à moderação política de seus principais líderes. Malcolm X é, talvez, o caso mais conhecido entre nós

de sua ala mais à esquerda.⁴⁹

5. Imigração e unidade dos trabalhadores

O problema do peso do trabalho do imigrante nas economias capitalistas mais desenvolvidas já era significativo na década de 1970. Andre Gorz, por exemplo, comentava como:

Não há qualquer país na Europa Ocidental em que o trabalho imigrante seja uma força negligenciável, ou mesmo uma quantidade marginal que flutue com a conjuntura econômica. Em nenhum lugar os trabalhadores imigrantes fornecem apenas um “regulador” do emprego, ou apenas um instrumento para a burguesia ampliar o “exército industrial de reserva”. Eles compõem 6% da população ativa e quase 14% do número de trabalhadores manuais na Alemanha e na Grã-Bretanha; 10% da população ativa e 20 a 25% do trabalho industrial na Bélgica (incluindo as indústrias da construção e extrativistas); 11% da população ativa (isto é, mais de dois milhões) e mais de 25% do trabalho industrial na França; 26% da população ativa e 35% da força de trabalho industrial na Suíça. (Gorz, 1970:28)⁵⁰

Argumenta Gorz que a presença dos imigrantes é tão expressiva que a sua expulsão provocaria uma crise do sistema e um desemprego generalizado e não, como querem as posições xenófobas, melhores condições de vida e trabalho para os assalariados autóctones (Gorz, 1970:31).

Do ponto de vista do capital, o trabalho imigrante traz ganhos consideráveis: os trabalhadores são criados em seus países de origem, as despesas com seus anos improdutivos não são pagas pela burguesia que os explora; uma parcela considerável (90% dos trabalhadores turcos na Alemanha, segundo Gorz) não traz consigo as famílias, o que possibilita economia em moradia, escola, assistência médica, transporte etc. Claro, temos principalmente uma maior extração de mais-valia absoluta pelo pagamento de salários mais baixos (Gorz, 1970). Se tudo isso não bastasse, o trabalho imigrante ainda promove

a exclusão de uma parte importante do proletariado das ações sindicais; um decréscimo considerável do peso político e eleitoral da classe trabalhadora;

⁴⁹ Para uma ideia da heterogeneidade deste movimento, conferir no número inaugural da *New Left Review*, de autoria de Williams, R. F. (1960), “Can Negroes Afford to be pacifists?”.

⁵⁰ Sobre a importância do trabalhador imigrante para o capitalismo avançado, ver também a resenha do livro de Stephen Castles e Godula Kosack, *Immigrant Workers and Class Structure in Western Europe* (1973), por Tom Nairn (1973).

um ainda mais considerável enfraquecimento de sua força e coesão ideológica. Em uma palavra, efetiva a “desnacionalização” de setores decisivos da classe trabalhadora ao substituir o proletariado autóctone por um proletariado importado, com uma existência marginal e cultural privada de direitos políticos, civis e sindicais. (Gorz, 1970:28, tb. 30)

As centrais e os sindicatos tiveram, nos “30 anos dourados”, posições bastante distintas em relação ao trabalho imigrante. Nos polos opostos se situam os sindicatos alemães, que tentaram e tiveram algum sucesso em integrar o trabalho do imigrante na estrutura sindical, e os suíços, com uma marcada oposição à entrada dos estrangeiros (ainda assim, 35% da força de trabalho industrial nestes países era de estrangeiros). Inglaterra e França assistiram a seus sindicatos oscilarem entre momentos de maior simpatia e rejeição para com o trabalhador estrangeiro (na França, de 1945 a 1947 eram aceitos nos sindicatos, rejeitados em seguida até o início da década de 1960; na Inglaterra predominou a oposição e acordos foram firmados para restringir o trabalho imigrante) (Castles, Kosack, 1973:176). O quadro mais geral

(...) indica que os sindicatos não tiveram sucesso na representação dos trabalhadores imigrantes, nem em defendê-los contra formas específicas de exploração e vitimização por parte de empregadores e autoridades. (...) A tendência é os sindicatos defenderem os interesses dos imigrantes apenas quando coincidirem com aqueles dos trabalhadores autóctones. (...) Em alguns casos – por exemplo, a questão das diferenças de remuneração para os trabalhadores especializados e para os não especializados, redundância, horas extras – pode mesmo haver conflitos de interesse, e em tais casos o sindicato representa os trabalhadores autóctones. (Castels, Kosack, 1973:178)

A situação era de tal forma grave que, ao final da década de 1970, Castels e Kosack cogitaram a hipótese de os sindicatos não serem “estruturalmente” capazes de representar os imigrantes, tornando necessário que eles criassem seus próprios sindicatos (Castels, Kosack, 1973:178-9).

Como veremos no capítulo a seguir, uma das novidades trazidas pelo pós-guerra foi a integração crescente dos sindicatos às estruturas do Estado. Estes mesmos sindicatos não representavam todos os trabalhadores – analogamente a como, apenas nas fantasias mais descompromissadas com o mundo real, pode o Estado representar todos os que sob ele vivem. O caráter elitista da representação sindical terá também na sua incapacidade de representar os imigrantes um dos seus traços marcantes. E a razão última deste fato reside em que, para o capital, é importantíssimo que os trabalhadores se dividam em aristocratas e plebeus, brancos e negros, amarelos e pardos, homens e mulheres.

Os imigrantes, portanto, não encontraram nos Estados dos países capitalistas centrais, durante os “30 anos dourados”, nada que se aproximasse de uma instituição que, pela “desmercadorização”, “fortalece[sse] o trabalhador e enfraquece[sse] o poder absoluto do empregador” (Esping-Andersen, 1977:27). O oposto seria mais próximo ao real.

Podemos, agora, passar à última política pública a ser investigada: o cuidado com as crianças e adolescentes “despossuídos”.

6. Crianças e adolescentes

Entre os feitos do Estado de Bem-Estar praticamente não se mencionam as políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes. Nesta área, nem sequer a aparência serve ao mito do Estado de Bem-Estar.

Os detalhes [do caso Albert Stanhope] falam por si mesmos.

Em agosto de 1946, uma jovem secretária e mãe solteira, Patricia Stanhope, redigiu esta carta para um orfanato em Liverpool:

“Cara Senhora, poderia, por favor, me dizer se há algum lugar sob seu cuidado para meu menino? Tem sido difícil encontrar emprego e, agora, que eu tenho um trabalho em uma fábrica em Bristol, sou incapaz de mantê-lo comigo. Ele tem quatro anos neste momento e não é nenhum incômodo. Caso possa cuidar dele por algum tempo, até eu conseguir me organizar, irei buscá-lo novamente. Estou disposta a pagar pelo seu sustento. Espero que compreenda, eu não quero que ele seja adotado. Apenas cuide dele, por favor, por um curto período”.

A resposta foi redigida em 18 de setembro.

“Cara Sra. Stanhope,

Obrigado por sua carta recebida na última terça-feira. Talvez tenhamos uma vaga para seu menino, e incluo um formulário de aplicação. Exigimos descrição pormenorizada do seu passado e do novo emprego. Uma carta de referência de seu empregador seria útil. Se forem satisfatórias, poderemos dar-lhe uma decisão no início de outubro.”

Um memorando do orfanato esclarece que sendo a filha mais velha em uma família que perdeu o pai na Primeira Guerra, Patricia Stanhope teve de cuidar dos irmãos mais novos e, por isso, não pôde estudar. Uma vaga foi aberta para Albert, seu filho.

Ela trabalhou duro em seu novo emprego, tentando economizar dinheiro suficiente para trazê-lo para casa. Visitou o orfanato quinzenalmente, mas as tarifas de trem eram caras, e as reuniões tão emocionais que ela começou a

visitar menos e menos, passados os meses.

“Patrícia se apaixonou pelo filho do proprietário da fábrica” e, depois que se casaram, começaram os esforços para trazer Albert ao novo lar. Um memorando de 19 de fevereiro de 1950 registra

telefonema de um Senhor Henry Archer, que alegou ser o novo padrasto de Albert Stanhope. Aparentemente, Miss Patricia Stanhope, agora casada com o Senhor Archer, quer recuperar Albert imediatamente. Ela foi informada de que ele não estava mais neste país.

O Senhor Archer enviou imediatamente uma carta à instituição:

“Caro Senhor,

Eu não sei por onde começar. Minha aflição e o choque não poderiam ser maiores com a notícia de que o filho de minha esposa emigrou sem o consentimento, por escrito ou verbal, dela. Não há papéis de adoção assinados por ela e, na verdade, eu tenho uma cópia de uma carta que ela lhes enviou no dia 6 de agosto de 1946, em que expressamente afirma que seu filho não era para ser adotado. Sob qual autoridade foi ele transferido ao exterior? Por que isso foi feito sem a permissão de minha esposa? Estas são perguntas às quais eu exijo uma explicação completa.

Exijo também que informe do seu paradeiro exato e que inicie as medidas imediatas para devolvê-lo. Ele é meu enteado e vai ser criado em um lar amoroso. Certamente vocês não podem ter deixado de perceber que sua mãe o iria querer de volta. Ela o afirmou claramente quando ele foi colocado sob seus cuidados. Peço-lhe uma resposta imediata e o retorno da criança.

Seu fielmente, H. Archer.”

A resposta do orfanato veio no dia 4 de março de 1950:

“Caro Senhor Archer,

Obrigado por sua carta datada de 23 de fevereiro de 1950. O senhor pode não estar ciente de todos os fatos relevantes da decisão de emigrar Albert Stanhope. Ele foi colocado neste orfanato em 9 de novembro de 1946. Nosso livro de visitantes não mostra nenhum registro de alguém o visitar entre janeiro de 1948 e novembro do mesmo ano. Não tivemos nenhuma carta da Sra. Stanhope nesse período explicando suas ausências, nem foi qualquer dinheiro enviado para a manutenção de Albert. Este foi um ato de deliberada deserção e ficou evidente que alguém tinha de assumir direitos parentais e agir em nome da criança. Ao invés de ficar aborrecida, sua esposa deveria considerar-se afortunada. Albert está vivo, bem e desfruta de um futuro muito mais saudável e mais brilhante. Isso não é, de modo algum, mérito de sua esposa. As ações dela prejudicaram o bem-estar dele, e procuramos protegê-lo. Albert foi enviado para a Austrália em 1949 sob o esquema de migração infantil. Está sob a jurisdição das autoridades australianas e não é mais da nossa alçada. Gostaria de preveni-lo contra toda tentativa de recuperá-lo. Ele

estabeleceu-se em uma nova vida e é muito feliz. Qualquer tentativa de retirá-lo seria prejudicial ao seu bem-estar.”

“O último documento” é a resposta do Senhor Archer ao orfanato:

“12 de março de 1950

Ref.: Albert Stanhope

Agradecemos sua carta. Ela foi um ataque estúpido e ignóbil à minha esposa. Você simplesmente desconsidera o fato de que o lugar de uma criança é com sua mãe, não com você ou outra pessoa, e ainda que ele foi retirado deste país ilegalmente. Fiquei chocado ao ler esta carta de um membro de uma ordem religiosa que se orgulha em cuidar de outros e prega o perdão. Como você ousa acusar minha esposa de desertar o filho? Como ousa mandá-lo ao exterior ilegalmente? Certamente é ilegal, e eu já estou procurando informações sobre tais assuntos. Nesse meio-tempo, aconselho que você e sua Igreja empreguem todos os poderes que possuírem e tragam Albert de volta a este país.

Seu fielmente, H. Archer.”

Albert Stanhope não retornou para casa – não por mais de quarenta e três anos. (...) Em algum momento seus pais desistiram, curvando-se às pressões (...). Patrícia, no entanto, nunca deixou o luto por seu filho. Ela, pelo menos, sabia que ele estava vivo; a outros disseram que seus filhos tinham morrido. (Humphreys, 1994:314-17)

A Grã-Bretanha, desde o final do século 17, desenvolveu “esquemas” (*schemes*) para “deportar” (a expressão é de Humphreys) crianças e adolescentes para Austrália, Canadá, Nova Zelândia, África do Sul, Caribe e Rodésia (atual Zimbábwe⁵¹) (Humphreys, 1994; Bean e Melville, 1989:1). Membros da nobreza (Bean e Meville, 1989:89 e ss.), de várias Igrejas, Exército da Salvação, assistentes sociais (Bean e Meville, 1989:102) e os governos se articularam em tal iniciativa (Humphreys, 1994:56; tb. 170).

Milhares de crianças foram enviadas para as colônias, quase sempre sem autorização ou conhecimento dos pais e, muitas vezes, ainda que os pais não quisessem entregar seus filhos para a custódia do Estado. A escala da migração foi tal que, calcula-se, cerca de 100 milhões de canadenses são descendentes de crianças imigrantes (Humphreys, 1994:131; Bean e Melville, 1989:28; tb. capítulos 4 e 5). A estas crianças, com regularidade espantosa, era-lhes dito que seus pais tinham morrido e que, agora, eram órfãs. Com regularidade não menos espantosa, isto era falso.

⁵¹ Para informações sobre a migração de crianças para a Rodésia, ver, em particular, Bean e Melville, 1989:25 e ss., além do capítulo 8 do mesmo livro.

Muitas das ex-crianças migrantes contaram histórias semelhantes (...). À medida que recolhia mais e mais reportagens de jornais, imagens de noticiário e discursos políticos, as crianças eram invariavelmente descritas como “órfãos de guerra” chegados da Grã-Bretanha. Infelizmente, repetidas vezes, eu tinha descoberto que as crianças migrantes não eram órfãs. Da mesma forma, aprendi que, na maioria das vezes, tinham sido enviados ao exterior sem o conhecimento ou o consentimento de seus pais. (Humphreys, 1994:198; 311 e ss.; tb. Bean e Melville, 1989: 4, 8)

Do outro lado da equação,

(...) as tentativas dos pais para encontrar as crianças se chocavam com mais mentiras. A muitos era dito que seus filhos e filhas haviam sido adotados ou, pior ainda, haviam falecido. Poucos sabiam que os jovens haviam sido transportados para fora da Grã-Bretanha. (Humphreys, 1994:313)

O resultado foi desastroso:

As histórias de seus pais são igualmente tão trágicas. As mães de Madeleine e Pamela [duas crianças migrantes] foram, ambas, levadas a acreditar que suas filhas estavam na Inglaterra, adotadas por famílias amorosas. A verdade era muito diferente, porém havia mentiras ainda mais terríveis. Algumas mães que voltavam aos orfanatos para recuperar seus filhos ou filhas foram informadas que seus filhos haviam morrido de doença ou acidente. Elas velaram por quarenta anos crianças que achavam que estavam mortas. Agora [quando os filhos reencontram os pais] tiveram de enfrentar a verdade quando já estavam idosas e vulneráveis. (Humphreys, 1994:199)

O sofrimento não pode ser mensurado. “A história da migração infantil na Austrália é, em muitos aspectos, uma história de crueldade, mentiras e fraude” (Bean e Meville, 1989:111).

Às vésperas da Segunda Grande Guerra, em 1938, contatos oficiais e formais entre o primeiro- ministro australiano e *Downing Street* (a sede do governo inglês) firmaram três acordos envolvendo a migração de crianças para a Austrália (Humphreys, 1994:259). Em janeiro de 1945 (a Guerra terminaria na Europa em abril e, no Pacífico, em agosto), o primeiro-ministro britânico convocou uma conferência de primeiros-ministros em Camberra (Austrália) para discutir os esquemas de migração de crianças e adolescentes. Aos australianos presentes, a oportunidade era avaliada como “única” para trazer ao país os “bebês da guerra” (Humphreys, 1994:260). Estes “bebês” fazem

(...) do presente um momento de oportunidade potencialmente sem paralelo para a Austrália incrementar sua população com crianças migrantes que, devido à sua assimilação mais fácil, adaptabilidade, uma longa vida de trabalho

à frente, e que aceitam mais facilmente as condições de moradia, constituem uma categoria particularmente atrativa de imigrantes nos primeiros anos do pós-guerra. (Humphreys, 1994:260)⁵²

Como diria uma destas crianças, décadas depois, “(...) nós não devíamos ter sentimentos” (Bean e Meville, 1989:11): o que importava era nossa “longa vida de trabalho à frente”. Por isso deveriam ser mantidas em instituições, mesmo quando houvesse famílias que as quisessem adotar. Um jornal em Adelaide publicou a notícia de que

várias ofertas foram feitas para adotar órfãs de guerra britânicas que chegaram no *Ormonde* e estão agora vivendo no orfanato de *Goodwood*. Elas, todavia, não estão disponíveis para adoção. Um porta-voz do Departamento Católico de Serviço Social disse hoje “que para as crianças britânicas estarem disponíveis para adoção dependia da aprovação da organização responsável pelas crianças. Neste caso, a Igreja Católica não tinha intenção de torná-las disponíveis para adoção. As crianças seriam criadas na instituição sob os cuidados da Igreja Católica até sua colocação no mercado de trabalho sob supervisão, disse ele”. (Humphreys, 1994:313)

A conferência dos primeiros-ministros em Camberra aprovou recomendações para que seus países apoiassem os esquemas de migração de crianças e adolescentes. A fim de que não restem dúvidas:

O raciocínio era bastante simples. Como vítimas da ilegitimidade, da pobreza ou de lares desfeitos, estas crianças foram consideradas como “destituídas” e um fardo para a sociedade. (...) Elas iriam crescer como ladrões e arruaceiros e, provavelmente, terminariam na cadeia. Estes destroços urbanos já estavam enchendo orfanatos e casas para os pobres – onerando as instituições de caridade, ordens religiosas e agências governamentais de bem-estar que cuidavam delas⁵³. (Humphreys, 1994:56-7)

Depois da Segunda Guerra Mundial, com receio da migração de asiáticos empobrecidos devido ao conflito, o governo australiano tomou a iniciativa para povoar seu país com um “bom plantel”, branco

⁵² Um certo Capitão Stanley Carr, com a palavra: “A migração de crianças destituídas é preferencial à de adultos”. Isso foi dito em meados do século 19, em uma audiência na Prefeitura de Londres que tratava do envio de crianças ao Caribe (Bean e Meville, 1989:33).

⁵³ “O Conselho de Guardiões [de Londres] calculou o custo da emigração como equivalente à manutenção [da criança] por um ano em uma *workhouse* paroquial. Uma criança enviada ao exterior aos sete anos economizaria à paróquia seis anos de manutenção [já que ficaria na *workhouse* até os 14 anos]. Como a passagem era subsidiada pelo *Poor Law Fund*, a economia seria ainda maior” (Bean e Meville, 1989:34). Este é um relatório de meados do século 19! A “lógica”, como diria Humphreys, continuaria a mesma nos “30 anos dourados”.

(Bean e Meville, 1989:90). A imigração de crianças inglesas foi a “resposta ao problema” (Humphreys, 1994:237). Em 1953, o governo britânico criou o *Overseas Migration Board* (Humphreys, 1994:306), que “entusiasticamente apoiou os esquemas de migração” infantil (Bean e Meville, 1989:169). A “lógica”, nas palavras de Humphreys,

por trás dos esquemas estava (...) clara. A Grã-Bretanha pagava para remover um problema de bem-estar social; a Austrália aumentava sua população. Enquadrava-se perfeitamente na lógica das instituições de caridade, muitas das quais acreditavam que a urbanização e a industrialização eram as raízes de todos os males. Qual a melhor maneira de inverter esta tendência senão retirar crianças dos cortiços e transformá-las em agricultores? (Humphreys, 1994:235-6)

O relatório⁵⁴ da comissão do Parlamento inglês encarregada de investigar o tema, concluiu:

O número exato de migrantes de criança para Austrália e Nova Zelândia não é conhecido, mas acredita-se que durante o último período em que operou a política de migração, de 1947 a 1967, entre 7.000 e 10.000 crianças foram enviados para a Austrália. (...) Durante o mesmo período, 549 crianças foram enviadas para a Nova Zelândia. (...) A migração de crianças teve lugar num quadro de legislação promulgada pelo Parlamento. Detalhes completos dos atos e regulamentos pertinentes constam das minutas de prova. Um marco particular foi *Empire Act* de 1922. (...) O *Child Act* de 1948 previa também a emigração de crianças, sob certas condições.

Após citar várias instituições “voluntárias” que operaram o esquema, continua o mesmo relatório:

Neste trabalho as agências voluntárias receberam o incentivo e o apoio financeiro dos sucessivos governos britânicos e de sucessivos governos dos países receptores.

“Não pode haver desculpas – nem acobertamentos. A importação de crianças para a Austrália foi uma deliberada política social” (Humphreys, 1994:260). Bean e Melville confirmam:

A migração de crianças não se tratava apenas de deslocar crianças de uma sociedade na Grã-Bretanha para outra, além-mar. Tratava-se de selecionar alguns tipos de crianças e adestrá-las para ocupar determinadas posições naquela sociedade. Isto era amarga e compreensivelmente sentido pelas crianças, em particular pelos migrantes pós-Segunda Guerra Mundial, as quais reconhecem

⁵⁴ <http://www.publications.parliament.uk/pa/cm199798/cmselect/cmhealth/755/75504.htm>. Acesso em 8 de novembro de 2012.

que uma das coisas mais duras que tinham de suportar era a concepção de que estavam lá para ser servos de outros. (Bean e Meville, 1989:36)

Continuariam, por toda a vida, como cidadãos de segunda categoria. Alguns jamais conseguiram seus registros de nascimento, por desconhecerem os nomes de seus pais ou o local de nascimento. “Não sabe nem o nome de sua mãe?”, era a reação, incrédula e rotineira, dos burocratas australianos e ingleses. Outros descobriam que seus dados, incompletos ou incorretos, não possibilitavam tirar um passaporte para, décadas depois, conhecer as mães ou familiares que ficaram na Inglaterra – ou, com dolorosa frequência, visitar seus túmulos. Outros não tinham direito de votar, nem sua cidadania reconhecida pelo Estado australiano... na década de 1980. Ser “deportado” para a Austrália, Nova Zelândia etc. marcou as crianças para sempre como *Untermenschen*, sub-humanos.

Esta política social dos Estados da Inglaterra, Austrália, Nova Zelândia e Rodésia nos “30 anos dourados” foi alvo de seguidas denúncias de maus-tratos, trabalho escravo e abusos sexuais, encaminhadas aos órgãos oficiais e publicadas na imprensa. Já o *Doyle Report*, de 1874, denunciava que se tratava de “esquemas para fornecer trabalho barato aos fazendeiros canadenses”, que “o único” “que importava” era “trazer crianças pobres para serem exauridas até quase a morte (*pounded half to death*)” (Bean e Meville, 1989:64), e, ainda, que cada criança “dava um lucro de 100%” àqueles que organizavam o “esquema” (Bean e Meville, 1989:69). O Estado de Bem-Estar, aquele fundado por Beveridge e que desmercadorizaria a vida cotidiana, aperfeiçoou o “esquema”. A emigração infantil para a Austrália teve o seu apogeu entre “1956 e 1966”, “com navios lotados de 750 até 1.000 crianças”. Terminou em 1967 “por razões práticas”: “a economia da Austrália não mais necessitava desta espécie de trabalho barato” (Bean e Meville, 1989:114).

Durante os “30 anos dourados”, Humphreys documenta denúncias de vários teores nos anos de 1945, 1946, 1947, 1948 (duas denúncias), 1954 etc. (Humphreys, 1994:260 e ss., 303 e ss.). Todas, sistematicamente ignoradas. O relatório oficial do *Child Welfare Department* de 5 de julho de 1948 é particularmente ilustrativo:

cubículos geralmente sujos e mal iluminados; pisos manchados sob as camas por líquido, que, sem dúvida, era a urina lá caída de colchões continuamente saturados. Em vários casos, havia ainda uma quantidade de urina no chão, que não tinha sido absorvida e nenhum esforço tinha sido feito para limpá-la. Sob uma cama parecia haver uma área em que a urina tinha secado nos ladrilhos, deixando uma crosta salgada. Muitas molas destes colchões exibiam uma

mancha enferrujada na área de contato com a urina. Os próprios colchões se encontravam em um estado deplorável; sujeira havia impregnado a área afetada pela urina. A cobertura do colchão era suja e encardida. Os próprios colchões se foram rasgando, e no primeiro cubículo à direita, saindo do pátio do primeiro bloco, o colchão quase fora rasgado ao meio, expondo uma massa de fibra de enchimento marrom.

Neste caso, o gerente, o irmão McGee admitiu que um rapaz estava usando esta cama (...)

O relatório continua:

Os cobertores inspecionados eram miseravelmente finos, sendo, creio, do estoque do Exército e das Forças [armadas] Americanas; dois e três cobertores para uma cama e totalmente inadequados, tanto em quantidade e qualidade, para fornecer o calor necessário às crianças de tenros anos dormindo nessas varandas sujeitas às condições frias do inverno. (...) Praticamente todos os pijamas vistos sob os travesseiros infantis estavam bichados e sujos, úmidos de urina (...). É preciso lembrar que esta casa foi construída para um propósito totalmente diferente daquele para o qual está agora sendo utilizada e, ainda, sua deterioração geral deve ser motivo de preocupação para as autoridades católicas. *Castledare* é um alojamento para crianças que são ainda pouco mais que bebês, que precisam de amor, carinho, cuidado e atenção que uma criança de tal idade receberia de uma mãe (...) (Humphreys, 1994:265-6)

Exceções existiram, mas as crianças e adolescentes eram frequentemente “deportadas” às colônias para construir, sob regime de trabalho escravo, mosteiros, igrejas, escolas etc., para várias organizações católicas. Em *Bindoon Boy's Town*, por exemplo,

(...) construíram três grandes prédios com grandes salões e capelas, dormitórios e salas de aula. Cada edifício era de pedra e granito, que os garotos traziam do campo (*bush*) e cimentavam no lugar. Assim como os edifícios escolares principais, construíram açudes para os fazendeiros, escavando a terra com as mãos, pás e enxadas, além de numerosas edificações nas fazendas e monumentos católicos. (Bean e Meville, 1989:19)

Em um jornal de 1953, noticiou-se que

um menino de dezesseis anos alegou ser tratado como uma criança escrava por seus pais adotivos em uma fazenda em *North Island*. O menino disse que trabalhava dezoito horas por dia e era espancado frequentemente. Outra criança, debilitada por uma operação de hérnia e com um braço e perna destruídos pela poliomielite, se tornou incapaz de fazer o trabalho da fazenda que se esperava dele. (Humphreys, 1994:171)

Da literatura sobre o assunto, a mais impactante é *Empty Cradles* (1994), de Margaret Humphreys. Com mais de 300 páginas, o livro

narra como, por acaso, Margaret Humphreys, uma assistente social, foi incumbida de encontrar a família de uma destas crianças “deportadas” para a Austrália. O relato, na carta que solicitava ajuda, de como a pessoa fora enviada de navio junto com mais crianças, para outro continente, com a autorização do governo inglês e sem nenhum guardião legal, pareceu a Humphreys algo tão absurdo, que apenas por obrigação profissional ela foi investigar.

Tão poucas pessoas na Inglaterra sabiam que crianças ainda estavam sendo enviadas para a Austrália até meados de 1960, que um homem, compulsoriamente internado em um hospital psiquiátrico britânico, por muitos anos teve sua alegação de ter sido enviado para a Austrália de navio desconsiderada por delírio. (Bean e Meville, 1989:110)

Da absoluta certeza de que poderia escrever a, agora, senhora, que o relato de sua viagem à Austrália era ficcional, até a descoberta de uma política oficial de exportação de crianças e adolescentes em vigor até o ano de 1967, a dolorosa evolução de Margaret Humphreys ocupa cerca de noventa páginas do livro. Quando seu marido, depois de uma pesquisa, disse-lhe que a coisa era muito mais séria que apenas aquele caso isolado, foi esta sua reação:

“Mas pelo menos parou há muito tempo. (...) Não pode haver muitas crianças migrantes”.

“Você não vai acreditar, Margaret,” disse Merv [o marido], balançando a cabeça. As últimas crianças partiram em 1967!”

Eu olhei para ele em total descrença. Vinte anos atrás! Não me parece credível. Os anos 60 foram tempos de abundância na Grã-Bretanha. A economia estava crescendo e não houve mais pobreza pós-guerra ou terríveis dificuldades econômicas. Qual, no universo, poderia ser a necessidade, mesmo que mal compreendida, de enviar uma criança ao exterior? (Humphreys, 1994:56-7)

As 220 páginas restantes do livro são para descrever, através de depoimentos de crianças, adolescentes e outros participantes, as condições em que estas crianças foram retiradas de suas mães e desterradas à periferia do Império inglês; as condições de vida, educação e trabalho que encontraram lá onde foram enviadas.

“Vivíamos, nas palavras de um dos meninos, com medo dos espancamentos. Com medo de ser notado e distinguido dos outros. Eles costumavam bater-nos com cintos, de couro grosso, daqueles com fivelas pesadas. Batiam-nos na frente de outros meninos. Baixavam nossas calças na frente de todos (...). Era brutalmente humilhante (...)

“Não era o pior, Margaret. (...) Os espancamentos não eram o pior. Eles

eram pedófilos e sádicos. Alguns irmãos se excitavam ao bater-nos e outros se animavam de outras maneiras. Margaret, você não sabe o que é assistir aos meninos pequenos sendo acordados em seu sono e retirados de suas camas. Nós ouvíamos um irmão vindo – seus passos sobre o piso de madeira – e orávamos para que ele não parasse ao lado de nossa cama. Eu me deitava em um colchão molhado [de urina], rezando para que não acontecesse comigo. E, então, alguém seria acordado e levado do dormitório ao quarto de um Irmão.” (entrevista com Grahan, Humphreys, 1994:83)

Em um único ano, dos 250 garotos na *Clontarf Boy's Home* (Austrália), “50 foram abusados sexualmente” (Humphreys, 1994:257; Bean e Meville, 1989:21).

Nigel Fitzgeborn (o nome é verdadeiro) descreveu assim as condições em *Bendoo Boys's Town*:

“uma quantidade de outros irmãos abusaram sexualmente dos meninos. Este cara, em quatro ou cinco oportunidades, fez isso comigo. Ele apalpava a área de sua genitália com um ardil ou outro, como aquele que era um exame médico para infecções de vermes, para explorar plenamente a sua região anal”. Mas o que realmente parece ter quebrado o espírito de Nigel e deixado uma cicatriz ao longo da sua vida, foi a brutalidade física e o sadismo do Irmão Keaney.”

“Keaney tinha uma vara especial, com uma – e eu sou um homem que serviu no exército – com uma bala na sua ponta. Se você soubesse o que é uma bala 303! Ela vem dentro de um cartucho como uma concha, mas uma concha com rebites. O que ele fazia com esta vara, depois de lhe bater, era em um único movimento enfiar, dar uma torcida, e retirar do seu reto; o intestino inferior vinha junto para fora do corpo. Isso aconteceu comigo uma vez. Ele deve ter imaginado que me machucara muito, porque me inspecionou algum tempo depois”.

Nigel continua:

“O mesmo Irmão fez isso com outro rapaz. Algumas horas depois, Nigel disse ao rapaz: ‘está chorando por causa de sua bunda; precisa de algum tratamento, algum tratamento médico. Você sente alguma coisa?’ E ele disse: ‘Eu tenho algo entre as minhas pernas’. Levantei a calça e vi esse tecido rosa, parte inferior do seu reto, pendurando para fora. Disse-lhe: ‘Há uma caixa que tem coisas e pomadas na leiteria’. Vacas tinham muitas vezes o que chamavam de úberes recolhidos ou algo assim e, então, eu tinha visto como se coloca, novamente, de volta. Peguei uma chave de fenda, na sua ponta larga, fiz bolas de algodão que eu lubrifiquei um pouco e, então, lenta e cuidadosamente, retornei o intestino, o intestino inferior, ao seu reto. ‘Você não deve ir ao banheiro, lhe disse, porque acho que vai sair novamente’” (Bean e Meville, 1989:21)

Humphreys sumariza a situação:

Homens contaram ser açoitados com tiras de couro, correias e cabos de machado; um disse ter sido obrigado a andar sobre o corpo esmagado de

um jovem migrante morto debaixo das rodas de um caminhão. Comeram mingau fino no café da manhã, misturado com farelo de ração de galinha, e a fome constante levou-os a roubar alimento. Um homem não derramou uma lágrima ao descrever seu estupro, mas não aguentou e chorou inconsolável quando relembrou subir em caminhões e ir para um colégio privado vizinho. “Margaret, costumávamos esvaziar suas latas de lixo. E costumávamos comê-lo! Comemos suas sobras.” Isto o machucava muito mais do que ter sido violado sexualmente. O que isto lhe ensinara sobre ele mesmo, sobre seu valor? (Humphreys, 1994:86-7)

Para as meninas, sob as freiras católicas de *Goodwood*, a sorte não era melhor:

As punições em *Goodwood* eram rápidas e às vezes brutais. Foram contadas histórias de meninas açoitadas com varas por um buraco em suas meias, uma mancha no seu vestido ou recitando orações erradas. Esses espancamentos eram frequentemente públicos, meninas tinham de baixar suas calças e dobrarem-se em suas camas. “A reverenda madre veio com aquela cinta enorme e mandou-me um direto através do rosto. Então ela rasgou minha camisola; lá estava eu nua, tentando encobrir-me. Ela continuou batendo-me até que eu estar coberta de vergões.” (Humphreys, 1994:95)⁵⁵

Para estas crianças, o Estado de Bem-Estar estava longe de ser uma conquista das classes menos favorecidas. Uma delas enviou uma carta a Humphreys, em que se pode ler:

Eu nunca perdoei à Inglaterra por me enviar embora. Como pode um país não ter lugar, comida ou abrigo para suas crianças indefesas? Oh, que vergonha! Quando meu filho mais velho atingiu a maioridade, chamaram-no para lutar por eles. Este país no qual não tínhamos um lugar. Tentei explicar-lhe que já tinha perdido meu pai e quatro de seus irmãos na Primeira Grande Guerra e “veja pelo que eles lutaram – um país que enviou seus filhos para a escravidão”. (Humphreys, 1994:132)

Grahan (alguns dos nomes foram alterados por Humphreys para garantir o anonimato, entre eles deste agora senhor), uma das crianças deportadas, expôs as coisas em termos precisos:

“O que eu quero saber é por que o governo britânico nos enviou aqui para a Austrália para sermos usados como trabalho escravo? E eu estou tratando dos anos quarenta, cinquenta e sessenta, não do século 19”. Ele fez uma pausa, e num instante seus ombros cederam (...). Ele se virou para mim, olhando diretamente em meus olhos pela primeira vez e disse: “Nós éramos apenas

⁵⁵ Mais detalhes sobre a vida e condição de trabalho, em Goodwood, Bean e Meville, 1989:120 e ss.

inocentes meninos. Alguns de nós com apenas quatro ou cinco anos de idade”. (Humphreys, 1994:80)

A resposta, nós sabemos: para maior honra e glória de *Monsieur Capital* (Marx, 1985:247, nota). Nos Estados Unidos, os reformatórios mantidos pelo Estado foram a aplicação das políticas sociais para crianças e adolescentes “problema”. Rejali descreve com algum detalhe as violências e punições que faziam parte do cotidiano de trabalho escravo destes jovens⁵⁶. Apenas ao final da redação deste livro tomamos contato com as políticas sociais para crianças e adolescentes dos Estados de Bem-Estar. Decidimos por não ampliar a pesquisa incluindo países como a França, a Suécia, a Alemanha e, mesmo, os Estados Unidos a fim de não atrasar a publicação. Há, contudo, dados a respeito.

Saúde, educação, moradia, racismo e a política em relação aos imigrantes, crianças e adolescentes: nessas áreas os alegados elementos democratizantes da vida social não puderam ser encontrados. Nenhum sinal de “desmercadorização”, de um “Estado moralmente mais elevado”, voltado ao bem-estar dos mais carentes. A história tem lá suas ironias. A cidadania estendida aos negros estadunidenses reafirma sua subalternidade de classe. As doenças e seus tratamentos, a educação e sua qualidade, as moradias, os direitos civis, o destino dos jovens... em cada um desses setores o que determina o que o indivíduo vai receber da sociedade não é sua cidadania, mas a classe a que pertence. Há, portanto, que analisar com realismo as políticas públicas, suas finalidades e suas consequências. Há que ir para além do discurso fácil e apologetico do *status quo* na análise das finalidades reais e das realizações do Estado de Bem-Estar. Todos os dados encontrados indicam que as políticas públicas do Estado de Bem-Estar voltadas ao desemprego, aos idosos, ao racismo e à xenofobia, à saúde, à educação, à moradia, às crianças e adolescentes

⁵⁶ Por exemplo: no sistema prisional para jovens em Massachusetts, “*falaka* [a tortura de longa tradição na Turquia de bater na sola dos pés] era uma prática padrão (...) ‘Os pés de um menino eram amarrados ao estrado da cama e batidos nas solas desprotegidas com palmatórias de madeira ou com as costas de madeira dos escovões de chão’. Arquivos secretos recordavam as surras: ‘Donald, 16 [anos de idade], batido nas solas de seus pés descalços com tiras.’” (Rejali, 2007:275) E, também: “Espancamento sem deixar marcas era também rotina em vários centros de detenção juvenil, nos quais ‘meninos eram frequentemente esmurrados no estômago ou estapeados na cara como uma forma de punição’” (Rejali, 2007:336-7).

afirmam o predomínio da lucratividade e da estabilidade do sistema do capital sobre toda e qualquer outra consideração. Tal como antes dos “30 anos dourados” e tal como depois, nos anos de neoliberalismo.

Do ponto de vista da realização das finalidades declaradas pelas políticas oficiais – lembremos que muito do “mito” do Estado de Bem-Estar tem sua origem nos textos e discursos do Estado e de seus burocratas –, Vic George e Paul Wilding são taxativos:

Um dos aspectos mais impressionantes das políticas sociais desde o final da Segunda Guerra Mundial tem sido o fracasso em atingir objetivos que eram tidos como fundamentais nos anos entre 1944 e 1948. O fracasso não é um fracasso em termos de esperanças extravagantes de reformadores otimistas e radicais ou de visionários acadêmicos. É fracasso nos termos dos objetivos específicos no estatuto ou nos discursos dos responsáveis por inaugurar ou reestruturar os serviços. (George e Wilding, 1976:106)

O mesmo, *mutatis mutandis*, pode ser verificado em relação à política para os transportes (Duncan (1960); Hughes (1960), para com os homossexuais (cf. Horsfall, 1961) e, ainda, para com os idosos (Lynes, 1963). O “mito” do Estado de Bem-Estar não encontra nenhuma sustentação nas políticas públicas que analisamos neste capítulo.

Capítulo III – Vitória dos trabalhadores?

1. As condições de trabalho

Nos primeiros anos da década de 1960, Graham Turner, um jovem repórter em início de carreira, dizia-se fascinado pelo “paradoxo” de que os trabalhadores da indústria automobilística, “entre os mais bem pagos do país, fossem à greve com tal frequência e, aparentemente, com tal empenho” (Turner, 1964:7).

Em 1958, diz ele, mais de um milhão de carros foram produzidos pela primeira vez na Grã-Bretanha, e a realização foi comemorada como o começo de uma nova era. O sonho de “um carro em cada casa” parecia estar prestes a se tornar uma verdade. Contudo, o *slogan* era velho, e o conceito, tomado emprestado – 42 anos antes, em 1916, a produção americana de carros tinha batido em 1,5 milhão de unidades, e quando da Grande Depressão, estava se aproximando de 5 milhões de carro por ano. Hoje, continua ele, de cada 10 trabalhadores [nos EUA], seis vão todos os dias de carro ao trabalho. Em 1960 o crédito para compra de carros chegou a 18,25 bilhões de dólares e havia um carro para cada três pessoas. A cada ano mais de 4 milhões destes carros vão para a destruição nos ferros-velhos, mantendo a linha de montagem rodando, e a compra regular do consumidor de um novo modelo a cada ano se tornou vital, não apenas para a Ford ou a General Motors, mas também para o governo federal. O que é bom para a General Motors pode não ser bom para os Estados Unidos, mas o que é ruim para a General Motors provoca recessões em várias partes da economia. O carro trouxe a obsolescência planejada para todas as casas. (Turner, 1964:9)

Depois de comentar como o carro mudou a sociedade americana, das cidades dos transportes à “moral” (a famosa primeira experiência sexual “no banco de trás”...), assinala o que lhe parece o mais importante: o surgimento de uma nova classe social.

Os sinais são mais visíveis em Coventry que em qualquer outro lugar. Mais cópias do *The Guardian* podem ser vistas na fábrica; uma noite para jantar fora em um *posh* de um hotel é agora de *rigueur* para homens que, antes, apenas levavam suas mulheres ao *pub* local – homens que, dez anos atrás, dificilmente ousariam entrar num restaurante por medo de alguma gafe. Jovens trabalhadores especulam na bolsa de valores – um que eu conheci até saía de seu posto no trabalho para consultar seu corretor na bolsa e sonhava comprar um pedaço de terra na Bahamas ao se aposentar. (Turner, 1964:13)

Turner está convencido: o mais importante é que o automóvel cumpriu seu papel na criação de uma classe de trabalhadores industriais que é “extremamente móvel” (isto é, em plena ascensão social) e que deixou de se considerar como classe trabalhadora; “auxiliou a gestar uma sociedade na qual mesmo os trabalhadores são burgueses” (Turner, 1964:9).

Comparemos Turner com os depoimentos de três trabalhadores, a saber, Bosquet, B. S. e P. C. (os nomes de dois deles foram velados para evitar retaliações em seus empregos).

Tente colocar 13 pequenos pinos em 13 furinhos sessenta vezes por hora, oito horas por dia. Solde 67 placas de aço por hora e, em seguida, encontre-se em um dia enfrentando uma nova linha de montagem que necessita de 110 em uma hora. Encaixe 100 bobinas em 100 carros a cada hora; aperte sete parafusos três vezes por minuto. Faça seu trabalho com o ruído “no limite de segurança”, em uma névoa fina de pó de metal, solvente e óleo. Negocie o direito de dar uma mijada – ou aliviar-se furtivamente por trás de uma grande prensa, para não quebrar o ritmo e perder seu bônus. Acelere o ritmo para ganhar o tempo para assoar o nariz ou tirar uma partícula de metal de seu olho. Devore seu sanduíche sentado em uma poça de graxa, a cantina fica a dez minutos e você só tem quarenta para o almoço. Ao atravessar o limiar da fábrica, perca a liberdade de expressão, a liberdade de fala, o direito de se reunir e se associar, supostamente garantidos pela Constituição. Obedeça sem discutir, sofra punição sem o direito a apelar, obtenha os piores postos de trabalho se o gerente não for com sua cara.

Bosquet continua:

Experimente ser um trabalhador de linha de montagem. Imagine todas as manhãs como irá resistir até de noite; a cada segunda-feira, como vai aguentar até sábado. Chegue em casa sem força para nada além de assistir a TV, dizendo a você mesmo que vai certamente morrer um idiota. Saiba, aos 22, que você ainda vai ser um trabalhador de linha de montagem aos sessenta anos, a menos que você morra ou fique aleijado primeiro. Estará tão envelhecido biologicamente aos 35 ou 40 quanto um lenhador aos 65. Anseie por arrebentar tudo pelo menos uma vez por dia; sinta-se mal consigo mesmo por ter trocado sua vida por uma mera sobrevivência; tema, mais que tudo, que a raiva que se acumula em você se acalme ao final, que as pessoas, ao final

de contas, tinham razão quando dizem: “Aah, você pode se acostumar com qualquer coisa. Tem sido assim há cinquenta anos. Por que deveria mudar agora?” (...). Por quanto tempo, de fato, se pode tocar uma fábrica pela repressão e intimidação? Qual é o valor do trabalho realizado por alguém com um supervisor respirando no seu cangote, sob ameaça de punição ou perseguição arbitrárias? Quanto custa esta atmosfera de caserna em termos de peças desperdiçadas, sabotagem disfarçada, acidentes que rompem a produção, quebras, perturbações diárias, crescentes dificuldades em substituir os trabalhadores que partem? O que é se tornar um país industrial que tem de olhar tão distante quanto a África do Sul para buscar sua mão de obra, já que seus próprios cidadãos, mesmo os desempregados, rejeitam ser aprisionados em suas fábricas? (Bosquet, 1972:23-4)

B. S.:

Há, ao todo, nove homens que trabalham em nossa linha, e cada um é uma pessoa, um indivíduo por seu próprio direito. Meu trabalho chega a mim de forma totalmente automática, pelos gestos de um autômato. Com um pano ao redor dos meus olhos eu ainda poderia fazê-lo, e poderia fazer dezenas de vezes antes que eu percebesse ter feito sequer o primeiro. Mas, por baixo, minha mente nunca para de funcionar. Ela vive por si só. Alguns chamam de sonhar, e se assim for, eu sonho o dia todo, cinco dias por semana. Toda linha de montagem sonha deste modo. É uma galera de autômatos trancada em sonhos. Alguém que tenha algo a lhe dizer tem de vir até ao seu ouvido e gritar para que você acorde ou responda. Se você não está trabalhando – ou sonhando – dessa forma, você diz que você não está no gingado (*in the swing*), e produz menos em sua jornada. Eu sonho que sou um pintor de grandes paisagens, cheias de cores vivas. Um dia na semana passada me encontrei sonhando que era um coveiro, minha mente revirando solo e raízes enquanto meu corpo batia um painel de uma chapa. Alguns dias eu sou um assassino de aluguel, ou que estou dando conta de todos os problemas em uma revolução detalhista e fantasiosa. Ou que estou escrevendo um livro sobre os sonhos que estou sonhando ou sobre os pensamentos que passam pela minha cabeça quando não estou fazendo nem uma coisa nem outra na fábrica. (...) Se você não sonhar, o trabalho o faria louco. Não é o trabalho real que te mata em uma fábrica. É a repetição. (...) O ruído na nossa linha é o que o faz quase louco. Você nunca realmente consegue se acostumar com isso, e eu tenho estado lá por dez anos (e em outra fábrica, dez anos antes desta). Faria você louco, se você não resistir. Imagine nove homens batendo martelos e marretas de aço. Se houvesse pelo menos algum tipo de ritmo, não seria tão ruim. (BS., 1967:58-62)⁵⁷

⁵⁷ Interessante comparar com a inocente descrição do trabalho de um aprendiz e, provavelmente, de um futuro membro da aristocracia operária: “Trabalhei sob sua orientação quase três anos completos. Com o tempo fui amadurecendo e passando de ajudá-lo a produzir ferramentas completas de natureza mais simples a fazê-las sozinho, apenas com uma pequena e criteriosa orientação dele. Mais tarde, a capacidade de produzir, a maior parte eu mesmo, uma ferramenta bastante complexa que foi aprovada pelo olho experiente do inspetor, deu-me um sentimento de satisfação que realizações posteriores

P. C.:

Uma fábrica, que eu costumava pensar ser uma prisão ruim o suficiente, é pelo menos suficientemente grande para você vagar fisicamente e visitar seus companheiros em outras seções. Se você, como um funcionário, pode escapar de sua escrivaninha, é muito sortudo, embora seja verdade que nenhum trabalho em dois escritórios são iguais. O pior de todos, e eles deveriam ser abolidos, são aqueles escritórios com as escrivaninhas alinhadas em fileiras voltadas para frente, com o olho vigilante da águia sobre você e sem absolutamente nenhuma desculpa para se mover. Eu tinha um exatamente assim, um vasto armazém de material bélico, novamente, serviço público. O local de trabalho era nada mais do que um enorme galpão frio, vigas no telhado e sem teto. Detinha cerca de 50 funcionários, homens e mulheres, espaçados igualmente num chão de concreto, nas mesas de cavalete, todos voltados para a caixa de vidro que continha o pessoal administrativo. O chefe neste fantástico cenário era uma mulher, e o contato com esta dragoa – não que qualquer um desejasse – era impossível, a menos que você estivesse sob suspeita de algum crime. Os trabalhos a serem feitos por todos nós naquele andar eram idênticos, tanto quanto eu pude perceber. Tínhamos um monte de *vouchers* de lojas, um registro e, indelevelmente, um lápis. Havia números no seu registro que correspondiam aos comprovantes. Você tinha de encontrar o número correspondente, marcar um espaço, virar o comprovante de uma pilha à sua direita a uma do seu lado esquerdo. Sem falar, sem contato, sem nada – a menos que você contasse suas viagens ao banheiro. Eu tinha de mover minhas pernas só para me convencer de que ainda estava vivo, assim minhas idas ao banheiro foram se tornando cada vez mais frequentes. (PC, 1966:70)

Ele continua:

Havia pouca chance de sair do escritório ou de falar com outras pessoas. A única vez que o escritório parecia vivo era durante duas horas, às tardes de sexta-feira, quando recebíamos o pagamento. Então, um pouco de cor e movimento se inseria na semana de trabalho. As empregadas domésticas, de verde, faziam comentários desbocados com o pessoal da cozinha e a equipe de enfermagem, enquanto agiotas e cobradores dos sindicatos se acumulavam lá fora. No interior, nós tentávamos justificar nossos lapsos de concentração. Gradualmente, a mente vai caducando. No final do dia, o corpo doía e sentia-me apático. Toda noite, tocava piano por meia hora para purgar. Os finais de

não puderam rivalizar. Ao mesmo tempo, minha personalidade sofreu uma mudança que reflete essa satisfação em criar algo. Adquiri o instinto para o trabalho criativo e a percepção de que apenas no trabalho pode a realização pessoal ser encontrada. O artesão não é socialmente superior porque ele pode executar uma determinada tarefa que outros não podem; ele é pessoalmente superior porque, dentro de seu trabalho, ele pode encontrar-se. A tragédia da maior parte das ocupações industriais é sua incapacidade de dar satisfação a este nível pessoal” (J. P., 1969:72-3).

semana e feriados assumiram uma importância exacerbada. (PC, 1966:75)⁵⁸

Como é possível o paraíso descrito por Turner conviver com o inferno partilhado por Bosquet, B. S. e P. C., *na mesma época e no mesmo país*? Como um trabalho em que “um trabalhador pode encontrar a si mesmo” pode coexistir com empregos tão distintos como os descritos por P. C., B. S. e Bosquet? A resposta está no próprio texto de Turner. Logo depois de comentar o caso do trabalhador especulador na bolsa – que muito provavelmente perdeu seu capital e sua aposentadoria quando da crise de 1970 e terminou seus dias bem longe das Bahamas –, pondera que “Eles são apenas uma minoria, ainda, mas a mudança está lá para ser vista.”

Eles eram “uma minoria”. Nisso Turner não se enganou. Todavia, permaneceriam uma minoria: esse o equívoco de Turner. A razão da impossibilidade de o operário de Turner virar um trabalhador típico pode ser identificada no próprio texto de Turner. A estrutura de produção de carros impõe tal divisão social de trabalho que desencadeia dois processos correlatos. Em primeiro lugar, produz uma massa de trabalhadores mais bem remunerada que se distingue, já nas próprias montadoras, daqueles que realizam operações menos ou não especializadas e com salários muito mais baixos. Típico dessa divisão é o depoimento de J. P. logo acima. (No Japão, a distância entre tais setores cristalizou-se na divisão dos trabalhadores que têm

⁵⁸ Imaginemos que, por um dia ao menos, Esping-Andersen tivesse razão e os Estados de Bem-Estar, de fato, desmercadorizassem a vida cotidiana e que, então, “os cidadãos pudessem, livremente e sem uma potencial perda de emprego, renda ou bem-estar geral, optar por se ausentar do trabalho quando considerassem necessário” (Esping-Andersen, 1997:23). Em sendo assim, o que ocorreria com as fábricas, os escritórios, etc. nos “30 anos dourados”? Ficariam vazios de trabalhadores! Mais dados sobre as condições de vida e trabalho nos “anos dourados” do Estado de Bem-Estar podem ser encontrados na série *Work*, publicada na *New Left Review* sob a coordenação de Ronald Fraser. Alguns exemplos: “Trabalho em uma fábrica, como contador. Por oito horas por dia, cinco dias por semana, eu sou a exceção à regra de que a vida não pode existir no vácuo. O trabalho, para mim, é o vazio, e eu lamento cada precioso minuto do meu tempo que ele me rouba” (D. J., 1965: 51). Sobre o trabalho em uma agência de propaganda, cf. R. F., 1965; nas estradas de ferro, J.L., 1960; professora numa escola secundária: TS., 1966: 50: “O conteúdo de todo livro didático de inglês voltado ao exame [de seleção que todos os alunos devem prestar aos 11 anos de idade na Inglaterra] contém a mesma porcaria da mentalidade da alta classe média”. Também há observações interessantes em T. C.N., 1965; Armstrong, 1961; Fraser, 1969. Há ainda o clássico de Braverman, *Trabalho e Capital Monopolista* (1981).

emprego vitalício e o resto, a escória⁵⁹.)

Em segundo lugar, os grandes fabricantes de carros não passam de montadoras das autopeças que vêm, literalmente, de milhares de pequenas e médias indústrias⁶⁰. Nestas se concentra a força de trabalho que gerará a mais-valia absoluta para sustentar os melhores salários dos trabalhadores especializados das montadoras. É mais fácil, agora, compreender por que o diretor de uma das indústrias automobilísticas inglesas tinha o mesmo objetivo dos governos trabalhistas da época: um carro para cada trabalhador de sua fábrica. Com base no enorme montante de mais-valia transferido do setor de autopeças para as montadoras, era uma possibilidade real fazer com que seus trabalhadores gastassem parte de seus salários comprando os carros que eles próprios montavam. O capital retornaria ainda mais rapidamente para a fábrica, o trabalhador seria elevado a um “burguês” e o político podia dizer que estava promovendo a ascensão social dos trabalhadores. Mas, para isso, era preciso desconsiderar que esta “riqueza” nunca chegaria aos demais trabalhadores.

Do ponto de vista da organização da produção, o que está na base deste fenômeno é o fato do fordismo ter promovido uma divisão social do trabalho e uma decomposição dos atos na produção, que eram a expressão, naquele momento histórico, de um nível de alienação⁶¹ até então inédito na história dos processos de trabalho. Um capitalismo que necessitava um consumo ascendente de mercadorias cada vez mais baratas e novidadeiras implicou no desgaste físico re-

⁵⁹ Uma vívida descrição do dia a dia operário no início do toyotismo se acha em *Japan in the passing lane*, de S. Kamata (1983). Gounet (1999) continua muito interessante; com muitas informações da realidade brasileira, Carvalho, 1987. Um texto mais recente, rico em dados e informações, é Hirata, 2002.

⁶⁰ Na Inglaterra do início da década de 1970, revela Turner, a *British Motor Company* possuía 4 mil fornecedores e a *Standart Triunf* ao redor de 3 mil (Turner, 1964:64). Cf., também, Topham, 1964. Em parte, estas indústrias também compravam componentes e matérias-primas de outras – uma enorme cadeia que se esparramava por praticamente toda a economia. Uma análise mais ponderada da situação das montadoras inglesas e de seus trabalhadores, do mesmo período, pode ser encontrada em dois artigos de Denis Butt, “Men and Motors” (1960) e “Workers Control” (1961). O caráter recente da organização sindical destes trabalhadores favoreceu o caráter localista das lutas. Se no curto espaço de tempo levou tanto à elevação dos salários em alguns setores estratégicos como ao fortalecimento dos delegados sindicais (*shop stewards*) – como Butt demonstra –, no longo prazo permitiu que o capital utilizasse esta divisão no interior da categoria para impor os enxugamentos típicos depois dos anos de 1970.

⁶¹ Como tradução de *Entfremdung*, das desumanidades socialmente postas.

sultante de jornadas de trabalho intensas (e também, não raro, mais prolongadas), com uma rotina maçante, monótona, infinitamente repetitiva. Momentos ainda mais intensos de vigilância e pressão se sucediam quando da introdução de novidades nos produtos. Enormes plantas industriais, com milhares de trabalhadores produzindo 24 horas, sete dias por semana, eram cercadas por bairros inteiros, com milhares de casas ou apartamentos também produzidos em série (por vezes, muitas dezenas de milhares, como em Detroit, Chicago e Los Angeles; Paris, Londres, Manchester, Milão...). À monotonia do trabalho na fábrica somava-se a monotonia da paisagem urbana. Ambas, vida produtiva e paisagem urbana, articulavam-se com uma existência cujo único sentido era o consumo em série dos produtos fabricados em série. A obsolescência planejada passava a fazer parte do dia a dia da humanidade em uma escala historicamente inédita. Eram os dias que preparavam a passagem para a produção destrutiva, como mostra Mészáros em *Para além do capital*.

Da fábrica aos escritórios e ao comércio, das escolas aos serviços de saúde e ao funcionalismo público, o “estilo fordista” foi se impondo por quase toda a sociedade. Braverman, em *Trabalho e capital monopolista* (1981), e muito mais consistentemente, Gorz, em *Crítica da divisão social do trabalho* (1980), descreveram as mazelas deste aprofundamento das alienações típicas do capitalismo avançado; Marcuse as denunciou em *O Homem Unidimensional* (ainda que reparos mais ou menos sérios possam ser feitos a seus fundamentos e conclusões); Lukács, não apenas, mas também em sua *Ontologia*, discutiu os processos de alienação do que ele chamava de “processos de manipulação”; Mészáros, em *A teoria da alienação em Marx*, fez o que talvez seja a crítica mais radical, até então, das desumanidades produzidas pela etapa fordista/Estado de Bem-Estar do capitalismo dos países imperialistas. Não cabe aqui repetir os argumentos e as críticas, nem comentar as diferenças teóricas entre tais autores. Basta mencionar que tais investigações já foram realizadas, e as conclusões já foram fundamentadas. O fordismo representa uma elevação das alienações fundadas pelo capital a um novo e superior patamar histórico. Mészáros sintetizou a essência desse novo patamar de desumanidade: intermediar a destruição produtiva e a produção destrutiva⁶².

Os danos à vida e à saúde vinham com uma determinação de classe:

Uma vez aceito como material adequado à indústria, sua expectativa de vida,

⁶² Mészáros, 2002, em especial o capítulo 15.

que já se reduz por ter nascido na classe trabalhadora, pode ser ainda mais reduzida pelo trabalho que irá executar. [As estatísticas oficiais do governo mostram que] seus ganhos caem na medida em que sua velocidade e sua força declinam, uma vez passado dos quarenta anos de idade (...) [que,] na idade de 65 anos, 10% dos trabalhadores já se aposentaram por questões de saúde, [que] um em três trabalhadores tem bronquite depois dos sessenta, [que] a cada inverno 10 mil pessoas idosas morrem de hipotermia, uma combinação de má nutrição com exposição ao frio. (Kinnersly: 1974:7-8)

Em comparação com a média nacional, na Inglaterra dos “30 anos dourados” um mineiro das minas de carvão tinha 2,9 vezes *mais* chances de contrair tuberculose ou câncer e 1,4 vez *mais* chances de sofrer de bronquite. Um pescador tinha 1,7 vez *mais* possibilidade de contrair tuberculose, 1,9 vez *mais* possibilidade de ter bronquite e 1,5 vez *mais* de possibilidade de morrer de câncer. Um estivador tinha 1,8 vez *mais* possibilidade de sofrer de tuberculose, 1,7 vez de ter bronquite e 2,2 vezes de ter um câncer. Em contraste, um engenheiro tinha 82 vezes *menos* chance que a média nacional de ter tuberculose, 44 vezes *menos* possibilidade de ter bronquite e 77 vezes *menos* possibilidade de adquirir um câncer. Um ministro do governo ou parlamentar, 71 vezes *menos* possibilidade de ter tuberculose, 31 vezes *menos* possibilidade de ter bronquite e 72 vezes *menos* possibilidade de ter câncer. Um professor, 77 vezes *menos* possibilidades de ter tuberculose, 66 e 77 vezes *menos* possibilidade de vir a ter bronquite ou câncer, respectivamente (Kinnersly, 1974:9). Justaposto ao sofrimento físico, o afetivo: de 1955 a 1970

os dias perdidos pelos efeitos de *stress* mental severo cresceram 152% para os homens e 302% para as mulheres. (Kinnersly: 1974:7-8)

E,

No bastante industrializado norte da Inglaterra, os amplificadores no cinema são ajustados mais altos que no sul [devido à perda da audição pelos trabalhadores]. Nos EUA, um relatório governamental recente estimou que até 16 milhões de trabalhadores podem já ter perda de audição. Na Austrália, uma pesquisa com 5 mil trabalhadores em todos os setores de atividade constatou que um terço deles tinha perda de audição. Uma pesquisa com 743 metalúrgicos na Itália mostrou que todos tinham danos no aparelho auditivo. Em um estaleiro na Itália, todos os rebitadores e calafetadores tinham sido afetados. Na França, quase a metade dos trabalhadores em forja tinham sua audição prejudicada pelo barulho. (Kinnersly: 1974:45)

Belleville, escrevendo no início de 1960, cita exemplos da ampliação da jornada e também da intensidade do trabalho (Belleville,

1963: 63 e seguintes; cf. tb. 32-3). Em “An Overview” (1974), Charles Levinson traça um panorama dos males que atingem os trabalhadores nos países capitalistas mais desenvolvidos no início de 1970. O fato de defender que uma revolução estaria em marcha, uma Revolução Democrática na Indústria, pela qual os trabalhadores estariam assumindo o controle da produção em um movimento por dentro do capitalismo, não diminuiu o caráter dramático das informações que organizou: não apenas a saúde dos trabalhadores estava entrando em colapso, mas também as relações familiares e as próprias personalidades. “O Comissário Municipal de Saúde de Nova Iorque declarou, sem que estivesse fazendo piada, que não mais de 20% da população da cidade poderia ser considerada em boas condições de saúde mental.” Os casos de maus cuidados de crianças devido à exaustão dos pais nos empregos são comuns não apenas em Nova Iorque, mas também na Suécia (Levinson, 1974:48). Jürgen Kuczynski, com uma perspectiva bastante distinta e em um texto publicado anos depois, comenta sobre a diminuição da expectativa de vida dos trabalhadores metalúrgicos na Alemanha devido à piora das condições de trabalho na década de 1960.

Não apenas em razão do número crescente de acidentes, mas, sobretudo, devido ao desgaste mais rápido dos corpos humanos, pela primeira vez depois de centenas de anos, a duração da vida do trabalhador “em tempos de paz normal” está regredindo. Já em 1963, o órgão do sindicato dos trabalhadores metalúrgicos reportou que “se cai doente mais facilmente”, que aumentam os casos de invalidez prematura, que a duração da vida se encurta (...) “Tanto são os sinais de brutal degradação à qual são expostos hoje os trabalhadores.” (Kuczynski, 1969: 221-2)

Podemos, agora, perceber como as condições de trabalho do operário de Turner puderam conviver com as de Bosquet, P. C. e B. S. O desenvolvimento industrial deu a origem a duas tendências aparentemente opostas, mas na verdade, complementares. A primeira são os crescentes parcelamentos dos processos de trabalho e a decorrente especialização dos operários. As tarefas são decompostas em seus movimentos mais elementares e, a seguir, tais movimentos passam por um rearranjo para possibilitar maior produtividade. O resultado é uma rotina de trabalho insuportavelmente monótona, repetitiva e mecânica, com um não menos desumano e rigoroso controle e pressão sobre os trabalhadores. Para que esta organização taylorizada da produção fosse possível, era necessária a presença de uma camada de operários cada vez mais especializados, que vão produzir as máquinas e ferramentas a serem empregadas nas rotinas

taylorizadas típicas. Assim, por exemplo, numa estamparia, os que fazem os moldes mantêm ainda várias das características do trabalho artesanal do operário do passado – com uma relativa autonomia e liberdade. Os ferramenteiros eram outro exemplo clássico desta camada que se distinguia do conjunto dos “peões”. Como sempre na vida, apenas nos textos essas duas tendências se separam de forma tão nítida. Nas plantas industriais e também nos serviços, a distinção por vezes não será tão clara⁶³. Mas, como um fenômeno geral, a coexistência dessas duas tendências é amplamente reconhecida.

As piores condições de trabalho, tais como as descritas por Bosquet, B. S. e P. C., são complementares às descrições da vida operária por Turner e J. P. Esta diferenciação entre os operários faz parte de um processo, ao qual voltaremos, de aumento da diferenciação entre a aristocracia e a massa dos operários. Esta complementaridade entre tais tendências aparentemente antagônicas é o pano de fundo para aqueles relatos, famosos nas décadas de 1960, que analisando apenas parte do processo, concluem pelo desaparecimento da classe operária como uma consequência inevitável do desenvolvimento do fordismo. Não apenas Turner, que citamos neste texto, mas uma variedade de autores que navegaram por estas searas apenas serviu para justificar o *status quo* (Cf. Lessa, 2011, em especial partes I e III). Os trabalhadores (ainda que nem todos) nunca tiveram tantos carros, casas, eletrodomésticos, roupas, escolas etc. como agora, diriam eles, para sustentar a promessa de que no futuro essas benesses do capital chegariam a todos. Sabemos os resultados. Nossos dias estão aqui, dolorosamente, a evidenciá-los.

Se o Estado de Bem-Estar foi uma vitória dos trabalhadores, esta vitória não chegou às condições de trabalho não apenas dos operários, mas da grande maioria dos trabalhadores. A degradação nas condições de trabalho e a ampliação da mais-valia extorquida são tendências universais ao longo dos “30 anos dourados”. O que já era muito ruim tornar-se-ia ainda pior após os anos de 1970, com a dita “reestruturação produtiva”.

Para nosso estudo do Estado de Bem-Estar, é importante o fato de que, durante os “30 anos dourados”, a degradação das condições de trabalho dos operários e dos trabalhadores em geral esteve articulada a dois outros fenômenos. Por um lado, tivemos a integração dos sindicatos ao Estado burguês, com a resistência operária sendo

⁶³ Veja-se a descrição da organização do trabalho na ITT feita por Gorz em *Crítica da Divisão do Trabalho* (1980). Carvalho (1987) tem informações interessantes sobre o mesmo tema nas montadoras brasileiras.

desorganizada de forma sistemática e persistente. Esta tendência, que já no século 19 era perceptível, alcança um nível e uma generalização qualitativamente superiores nos Estados de Bem-Estar⁶⁴. O segundo fenômeno foi a transferência da força de trabalho das indústrias para os serviços, resultando em um vertiginoso crescimento do sindicalismo de colarinho branco. Examinaremos cada um destes processos e suas inter-relações.

2. O sindicalismo de colarinho branco

“O crescimento da força de trabalho de colarinho branco é uma das características mais aparentes do desenvolvimento econômico e social do século 20”, afirmava Georges Sayers Bain em 1970 (Bain, 1970:11). Na Inglaterra, esse crescimento teria sido menor que em outros países; ainda assim os números que ele cita são impressionantes:

Entre 1911 e 1961 o número de trabalhadores de colarinho branco aumentou 147%, enquanto o número de trabalhadores manuais aumentou apenas 2%, tendo de fato diminuído depois de 1933. O crescimento tão diferente destes dois grupos se refletiu na crescente importância relativa das ocupações de colarinho branco. A parcela de colarinhos-brancos na força de trabalho aumentou de 18,7% para 35,9% entre 1911 e 1961, enquanto a porção manual decresceu de 74,6% para 59,3%. (Bain, 1970:12)

O crescimento dos “colarinhos-brancos” não foi homogêneo: “os funcionários de escritórios se apoderaram da maior parte do terreno cedido pelos trabalhadores manuais” e houve um crescimento “extraordinário” dos empregados técnicos e cientistas (Bain, 1970:13), cujo número (pequeno) “aumenta mais rapidamente que qualquer componente da força de trabalho de colarinho branco” (Bain, 1970:13). No mesmo ritmo cresceu a participação feminina: “Entre 1911 e 1961 a proporção de mulheres nos empregos de colarinho branco aumentou de 29,8% para 44,5%”, ainda que sua

⁶⁴ Sobre a integração dos sindicatos ao Estado já no século 19 e início do século 20, conferir Nairn, 1964, 1964a e 1964b, 1970. James Hinton, resenhando o livro de Royden Harrison, *Before the socialists*, concorda com a tese de que o movimento trabalhista (*Labour Movement*) era, no final do século 19, o movimento da aristocracia operária, “*the best part of the working classes*”, e, por isso, o mais capaz para falar em nome de todos os trabalhadores (Hinton, 1965:72). No mesmo sentido, Westergaard, J. E. Resler, H. (1975). Sobre o crescimento da aristocracia operária na Alemanha e seu efeito no desenvolvimento do sindicalismo no final do século passo, cf. Salvadori, 1979: 73 e seguintes.

presença se concentrasse no setor inferior e mais mal remunerado (Bain, 1970:14). Nos Estados Unidos, “os trabalhadores de colarinho branco superam numericamente os manuais” (Bain, 1970:20).

Na Inglaterra, embora a porcentagem de sindicalizados tenha aumentado de forma sustentada na primeira metade do século 20, depois de 1946 há um declínio persistente, ainda que não acentuado (8% desde aqueles anos até o final da década de 1960)⁶⁵. Mas, para Bain, mais significativo que esses números é o fato de que

houve um encolhimento (*shrinkage*) de emprego em um número de indústrias básicas que possuem uma longa tradição de atividade sindical e a maior densidade de filiação ao sindicato – estradas de ferro, minas de carvão, governo nacional, algodão e empregos manuais em geral. Ao mesmo tempo tem havido uma rápida expansão do emprego naquelas áreas que têm provado ser as difíceis para se organizar e que têm uma densidade de sindicalização baixa – profissionais e serviços de comércio (*professional and business service*); seguros, bancos e finanças; distribuição; química; comida, bebida e tabaco; e empregos de colarinho branco em todas as indústrias. Claramente, a densidade de sindicalização é maior nas indústrias em declínio e menor nas indústrias em expansão, e isto está fazendo a densidade geral de sindicalização cair. (Bain, 1970:23-4)

A posição social e econômica dos trabalhadores de colarinho branco é consistentemente superior, e os seus ganhos são maiores até que os dos trabalhadores manuais especializados; suas condições de trabalho são significativamente melhores e menos duras (Bain, 1970:50,63). Os trabalhadores manuais, por exemplo, contavam

⁶⁵ No sindicalismo americano, ao contrário, no imediato pós-guerra tivemos um aumento dos sindicalizados, com as taxas mais altas da história sendo alcançadas naqueles anos (87% de todos os trabalhadores na construção civil, 65% dos mineiros, 76% nas estradas de ferro. Em 1953 foi atingida a maior marca para as manufaturas (*manufacturing*), de 42% – entre estes últimos, a maior parte filiou-se à CIO), e a maior onda grevista desde os anos de 1930 ocorreu em 1946. A resposta do governo e do sindicalismo moderado foi a mesma: isolar a ala esquerda, com a campanha anticomunista que então crescia (o macarthismo viria logo a seguir) e negociar melhores contratos de trabalho. A Ford contratou como seu funcionário John Buglas, diretor do FBI; entrou em ação a *Subversive Activities Board*, e as companhias com contrato com o Estado deveriam ter escritórios encarregados da “segurança”. O indiciamento de sindicalistas, sob o *Smith Act* (de 1940, que tornava crime qualquer atividade para subverter o governo dos EUA), continuou a todo vapor. (Montgomery, 1997:XXIII-V). Howard Zinn com a palavra: “Com a lei *Taft-Hartley* (de 1947, que limitava o poder de greve dos sindicatos e proibia a posse de dirigentes sindicais “radicais” eleitos), os próprios sindicatos passaram a caçar comunistas entre suas lideranças, adaptando-se ao clima da Guerra Civil” (Zinn, 1997:47).

com salários semanais que variavam de acordo com as horas trabalhadas, enquanto os de colarinho branco recebiam salários mensais fixos, prolongadas licenças de doença, pagamento de feriados etc. A jornada de trabalho semanal de um trabalhador manual é de 44 horas, sendo de 37,5 horas a do colarinho-branco: quase um dia a menos de trabalho por semana (Bain, 1970:64-5). As condições para a aposentadoria são significativamente melhores para o trabalhador de colarinho branco médio que para o manual (Bain, 1970:66). Os diferentes níveis de segurança no emprego “talvez seja[m] a diferença mais significativa entre o trabalhador manual e o não-manual” (Bain, 1970:67), com vantagem para o primeiro.

Novamente, é difícil quantificar a influência que teve tal desenvolvimento nas lutas sindicais e no processo de acomodação dos sindicatos ao *status quo*. Todavia, é sensato indicar que o papel não foi secundário ou desprezível. Primeiro, porque cresceram em número e em peso econômico as profissões sem tradição e com menos disposição de luta anticapitalista. Depois, porque tornou a unidade política e sindical dos trabalhadores mais difícil, não apenas, mas também pela crescente rivalidade e ressentimento entre os trabalhadores manuais e os colarinhos-brancos. Talvez seja instrutivo reproduzir ao menos um dos casos que Bain comenta:

A questão se um funcionário de escritório é ou não “produtivo” é evidentemente levantada com tamanha frequência pelos trabalhadores manuais da BISAKTA [*British Iron, Steel and Kindred Trades Association*] que um dos membros colarinho-branco dos sindicatos sentiu-se estimulado a escrever em um jornal sindical: “Quem pergunta é frequentemente um mal informado membro da força de trabalho manual e, de fato, ele não está fazendo uma pergunta qualquer, mas polidamente sugerindo que um funcionário de escritório é um parasita social vivendo do trabalhador ‘produtivo’ e, se o parasita for masculino, então este *bobby (scribbling)* não-digno-de-homens (*unmanly*) deveria ser deixado para as mulheres, enquanto ele consegue para si um ‘trabalho de homem’. Exatamente o que constitui um ‘trabalho de homem’ quase nunca é especificado, mas presumivelmente requer uma combinação de ‘força bruta e ignorância.’” (Bain, 1970:102)

3. Crescimento da aristocracia operária

Ao lado do maior peso das categorias profissionais com menor tradição e disposição de luta anticapitalista, o que, por si só, aumenta as dificuldades para uma ação conjunta dos trabalhadores, o segundo fator que favoreceu a integração à ordem das grandes estruturas sindicais foi o avanço da aristocracia operária.

Assinalaremos, rapidamente, apenas o que é fundamental, pois voltaremos com mais vagar a este tema no Capítulo V.

A força de trabalho é a única mercadoria que, uma vez consumida, produz um maior valor do que o seu próprio; seu valor de uso é ser portadora deste *quantum* a mais de valor produzido pelo seu consumo na produção. A venda da mercadoria produzida permite a conversão em dinheiro do valor nela contido, o qual, então, pode ser distribuído entre o trabalhador (que recebe o salário) e o capitalista (que fica com a mais-valia). A mais-valia é o *quantum* de riqueza que corresponde à diferença entre o valor da força de trabalho e a riqueza por ela produzida.

Para ampliar esta mais-valia, o burguês pode aumentar a jornada de trabalho ou diminuir o salário, ou pode, pela adoção de novas tecnologias, novos maquinários, pela industrialização dos bens de primeira necessidade, pelo subsídio estatal etc., diminuir o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da força de trabalho. No primeiro caso, há o confronto aberto: se os trabalhadores não conseguirem resistir, terão de trabalhar o “a-mais” exigido pelo patrão. O aumento da mais-valia é obtido pelo aumento absoluto das horas de trabalho (ou pela diminuição absoluta do salário): é a mais-valia absoluta. No segundo caso, temos a diminuição relativa do valor da força de trabalho em relação à riqueza produzida. A jornada de trabalho e o poder aquisitivo do salário não se alteram, todavia uma parte menor das horas trabalhadas é consumida para produzir o valor correspondente à força de trabalho. Neste caso o confronto não é tão aberto, o que constitui uma vantagem para o capital. O aspecto desvantajoso é que requer um maior investimento de capital, o que, tendencialmente, diminui a proporção da mais-valia em relação ao capital investido.

Um aspecto deste processo é particularmente importante para nosso estudo. A produção industrial dos bens de que o trabalhador necessita para sobreviver – da comida às roupas, da moradia aos transportes, da saúde à educação etc. – faz com que estes passem a custar menos e, portanto, faz com que o trabalhador necessite de menos horas de trabalho para comprar o que já faz parte de seu consumo. Em outras palavras, na medida em que o capitalismo vai passando de seu período concorrencial (entre a Revolução Industrial e a crise de 1871) para sua etapa monopolista (desde 1871 até hoje), a crescente industrialização vai tornando os bens de primeira necessidade mais baratos, promovendo a queda do custo da força de trabalho. À medida que o tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho decresce, a porção da mais-

valia relativa na jornada de trabalho tende a uma ampliação.

O desenvolvimento de indústrias avançadas, com intenso investimento de capital, tecnologias de ponta e grande concentração de operários fortalece, no outro extremo – como vimos ao tratar da indústria automobilística –, o desenvolvimento do outro setor industrial. Este emprega intensamente mão de obra não especializada, de baixo custo, com pouca segurança no emprego, que sofre a concorrência imediata do exército industrial de reserva e inunda o mercado com mercadorias fabricadas em série e de baixo valor. Destas mercadorias fazem parte os bens de primeira necessidade, a serem consumidos também pelos trabalhadores, e, ainda, os componentes e matérias-primas que farão parte dos processos produtivos nos setores industriais mais avançados em que se gera a mais-valia relativa. No setor mais atrasado, o peso da mais-valia absoluta é muito maior que no setor mais desenvolvido da indústria – a rigor, nele é produzida a mais-valia absoluta, que servirá de base para a ampliação da mais-valia relativa.

Como retornaremos com mais vagar a estas questões, deixaremos por ora outros fatores importantes que interferiram na ampliação da mais-valia relativa. O que agora importa é que, no contexto do final da Segunda Guerra Mundial, o aumento da extração da mais-valia requer e possibilita, tendencialmente, o desenvolvimento de um setor da classe operária que se diferencia do restante pela sua maior qualificação, maior estabilidade e maior renda. É o que Lenin, no início do século 20, depois de Engels, já chamava de “aristocracia operária”. Esta tende a se comportar como parceira da burguesia, porquanto a expansão econômica requer a ampliação da sua participação no mercado consumidor. Como, todavia, só pode haver mais-valia relativa se houver sido produzida mais-valia absoluta, o desenvolvimento da aristocracia operária será sempre acompanhado pelo desenvolvimento, nos países imperialistas e na periferia do sistema (porém, de modo diferenciado, na periferia e no centro), do outro setor operário, desqualificado e bem menos organizado, e que é a fonte da mais-valia absoluta, imprescindível ao funcionamento de todo o sistema do capital⁶⁶.

⁶⁶ A aristocracia operária significa o surgimento de um setor da classe operária que passa a ser mais maleável às pressões do capital e que mais facilmente é cooptado por ele. Todavia, este surgimento não decorre de uma alteração das relações de produção e, portanto, não significa o surgimento de uma nova classe, nem implica que a determinação essencial da classe operária tenha sido alterada. A aristocracia operária é parte da classe operária, e não uma nova classe. A crítica de Mandel (1964) a Baratt Brown, neste particular, é precisa: a

O que é importante para a nossa investigação é que o crescimento do sindicalismo de colarinho branco e a expansão da aristocracia operária contribuíram para, por um lado, aumentar em número e em peso social a parcela do movimento sindical disposta a limitar sua ação ao horizonte da negociação com a burguesia, e, por outro lado, diminuir a possibilidade de uma ação conjunta dos trabalhadores contra o capital. O papel deste desenvolvimento objetivo da sociedade capitalista como fundamento da gênese das ilusões envolvendo os “30 anos dourados” será tratado no Capítulo V.

4. A estratégia burguesa

A burguesia, no passado como hoje, tem sabido extrair os melhores proveitos da inclinação da aristocracia operária a se comportar como sua aliada nas lutas de classe. Em um estudo sobre as classes sociais na Inglaterra do final do século 19, Gareth S. Jones mostra como o surgimento da aristocracia operária e as suas potencialidades políticas já eram então detectados por setores da burguesia.

Em 1889, a série de “arruaças” e quebra-quebras pelos trabalhadores em Londres três anos antes deu lugar a uma mais do que ordeira greve de estivadores. A liderança grevista conseguiu impor tal disciplina e ordem “à turba”, que suas passeatas por Londres eram saudadas pelos setores burgueses e pequeno-burgueses. As

aristocracia operária faz parte do movimento operário, e nele se distingue politicamente do restante da classe. Mas esta distinção no movimento não significa que tenha havido a gênese de uma nova classe. As implicações ontológicas e políticas aqui são vastas, e não podemos nos estender em uma nota de rodapé. Queremos apenas assinalar como, já em 1964, Mandel trabalhava com a distinção, hoje tão necessária e rara, entre as relações de emprego, as condições de empregabilidade, as relações de produção e a determinação ontológica (do ser) das classes. É bem-humorada a crítica de Miliband a Sergio Mallet, que em seu *La nouvelle classe ouvrière* (1963) havia defendido a dissipação da distinção entre operários e diretores de fábrica com base no fato de que seus filhos passavam férias juntos, nos mesmos bangalôs nas praias do Haiti e dançando as mesmas músicas. Comenta o autor inglês que “quaisquer que sejam as relações nos feriados entre ‘jeune metallos’ e ‘filles de directeurs’, a relação entre os primeiros para com os próprios diretores permanece a mesma”, pois isso em nada altera “as divisões de classes que são firmemente enraizadas no sistema de propriedade das sociedades capitalistas avançadas” (Miliband:1969:28). Mandel e Miliband — claro está — se acham na oposição a muitos outros autores do início dos anos de 1960, desde um Belleville (1963) até a ingenuidade jornalística de um Turner (1964), que confundiam o desenvolvimento da aristocracia operária no contexto do desenvolvimento do mercado de consumo de massa com o fim da classe operária.

famílias dos bairros burgueses saíam às ruas para apreciar a marcha dos grevistas e elogiar o seu comportamento “civilizado” (Jones:1971:315-7). Esta greve favoreceu uma nova “atitude” das classes proprietárias para com os sindicalistas. Passam a ser tidos “como agentes de autoajuda e de desenvolvimento moral” dos trabalhadores (Jones, 1971: 316-7). Jones cita Llewellyn Smith, que em sua *History of the Dock Strike*, publicada em 1889, postulava que

Um corpo desorganizado não tem porta-voz autorizado nem um programa definido; suas reclamações e exigências são frequentemente vagas e impalpáveis: é mais possível que seja arrastada por um impulso irracional; que se mova no momento errado e na direção errada. (Jones, 1971:317, nota 8)

Nessa medida, continua Jones:

Um sindicalismo eficiente serviria tanto para incorporar as classes trabalhadoras no sistema social, como para aumentar a distância entre a classe trabalhadora “respeitável” e o *residuum*. (Jones, 1971:317)

Os estivadores esperavam da greve mais equitativas condições de trabalho e a reserva do emprego aos sindicalizados. A finalidade, contudo, das classes médias e “ilustradas” ao simpatizarem com a greve era separar a “classe trabalhadora” do *residuum*, retirando deste último sua força social. Sem o apoio dos trabalhadores empregados, os trabalhadores desempregados ou subempregados possuem quase nenhuma força de contestação. Em um relatório logo depois da greve, Llewellyn Smith escrevia, com todas as letras, que

O feito da organização do trabalho dos estivadores – bem como de todas as classes de trabalho – será o de forçar para fora (*squeeze out*) – o *residuum*. O preguiçoso, o pedinte, o fracassado na concorrência industrial, (...) não tirarão vantagens na mudança, antes encontrarão outra porta fechada (...). (Llewellyn Smith e Nash, 1889:164-5, *apud* Jones, 1971:318)

Não demorou muito para que os próprios empregadores das docas percebessem as vantagens de um novo sistema que “classificasse” os trabalhadores – com a participação do sindicato, se eles não pudessem evitar; sem a participação do sindicato, se tivessem força para tanto. A greve impôs que a contratação dos estivadores deveria passar pelo sindicato. Mas, no inverno seguinte, os patrões conseguiram quebrar o sindicato e impor um sistema de classificação dos trabalhadores em três classes, A, B e C. A primeira com mais estabilidade e salário, e a C, a mais precarizada e com menores ganhos.

De agora em diante, continua Llewellyn Smith, todas essas diferentes classes de trabalho chocam-se entre si nos portões das docas, e o padrão de vida da mais baixa estabelece o padrão para todas as outras. Agora eles serão divididos mais intensamente. O trabalhador que se auto-respeita não será desmoralizado e convertido em um vagabundo. (...) [O problema dos indesejáveis (*dregs*) continuará no futuro], mas será simplificado por uma mudança que fará impossível, ou ao menos imperdoável, misturar o problema, que é essencialmente aquele de tratar uma doença social com a questão radicalmente distinta das demandas do trabalho. (Llewellyn Smith e Nash, 1889:7, *apud* Jones, 1971:320)

Já estava presente, ao final do século 19, a divisão no interior dos trabalhadores entre os sindicalizados (menos mal pagos e mais estáveis, com melhores condições de barganhar a venda da sua força de trabalho) e o *residuum*. Em seu estudo sobre o movimento dos trabalhadores ingleses entre 1861 e 1881, Harrison (1965) assinala como

Pelo terceiro quarto do século [19] o *Labour Movement* havia se convertido eminentemente em um movimento da *Labour Aristocracy*. As mais importantes e estáveis instituições trabalhistas (*Labour institutions*) estavam constituídas de tal modo a excluir a vasta maioria dos trabalhadores. (...) Este profundo abismo entre a “aristocracia” e os “plebeus”, entre os organizados e os desorganizados, não impediu que os porta-vozes destes últimos supusessem que falavam em nome de todas as classes trabalhadoras. Socialmente e nas indústrias, a aristocracia do trabalho tomava as precauções para se separar da enorme maioria dos que trabalham, mas, na política, algumas vezes achou conveniente posar como autêntica porta-voz da classe trabalhadora como um todo. (Harrison, 1965:32)

Nesse contexto, continua Harrison, “(...) não há dúvidas que nos anos de 1860 e 1870 um número de grandes empregadores adotou uma nova e positiva postura para com as *Trade Unions* em particular e com o *Labour Movement* em geral” (Harrison, 1965: 37).

Charles Taylor, escrevendo em 1960:

Estamos rapidamente nos movendo para uma sociedade na qual os trabalhadores em prósperas indústrias avançadas podem usar seu poder de barganha para arrancar concessões, enquanto aqueles nas indústrias ou áreas em declínio ficam com a rapa, até que caiam na confortável malha (sic) da “rede de segurança” [dos programas de bem-estar]. (Taylor, 1960)

Glyn e Sutcliffe (1972:109-10) fornecem um quadro semelhante:

Durante os últimos anos de 1960, quando uma política de renda estava em andamento, a qual, ao menos nominalmente, visava redistribuir renda para os trabalhadores de menor renda, e quando ocorreu o que tem sido denominado

de revolta dos trabalhadores mais mal pagos, a distribuição dos salários parece que piorou ao invés de melhorar. Entre 1965 e 1969, o quarto mais mal pago dos trabalhadores (avaliado pelo pagamento médio em suas indústrias) recebeu aumentos percentuais em suas rendas que estavam mais ou menos na média. Mas os 10% mais mal pagos dos trabalhadores estavam fazendo pior (*were doing worse*) que a média na maior parte do tempo. Durante a explosão de salários de 1969-70 muitas evidências parciais apontam o fato de que as indústrias com piores pagamentos fizeram pior que a média (...). No interior das indústrias, parece que os trabalhadores mais mal pagos frequentemente obtiveram aumentos menores que os de pagamentos mais elevados. Há também evidências de que trabalhadores nas indústrias que pagam pior receberam aumentos em intervalos maiores do que aqueles nas indústrias que pagavam melhor. As políticas de renda quase certamente falharam em afetar a taxa geral de aumento de salário. (Glyn e Sutcliffe, 1972:109-10)⁶⁷

A estratégia de dividir os trabalhadores entre sua aristocracia e “*residuum*” continuaria durante os anos do Estado de Bem-Estar.

⁶⁷ Dos mesmos autores: “Todavia, as médias [de elevação de salários] escondem o duro destino de certos setores da classe trabalhadora. Entre 1965 e 1969, a renda real disponível dos *council manual workers*, por exemplo, não aumentou em nada, e a dos trabalhadores em eletricidade na verdade caiu. E em 1970 todo trabalhador que não recebeu um aumento de cerca de 9% teve uma queda na sua renda real disponível” (Glyn e Sutcliffe, 1972:109). Em nota, Glyn e Sutcliffe apresentam mais dados desta situação: “Em abril de 1971, 21,8% de trabalhadores manuais empregados *full-time* tinham ganhos semanais brutos (antes dos impostos e contribuições à seguridade nacional – *national insurance contributions*) de não mais de £ 35, 12,9% recebiam menos de £ 20, cerca de 4% recebiam menos de £ 17 e cerca de 11% faziam menos de £ 15. No geral, indústrias não manufatureiras, nas quais quase 18% dos trabalhadores manuais recebiam menos de £ 20 por semana, eram piores pagadoras do que as indústrias manufatureiras, nas quais a proporção era de menos de 8%, e as indústrias de serviço, tal como as de distribuição, eram particularmente ruins. Mas a pior indústria de todas em relação ao pagamento era a agricultura, na qual quase 50% dos trabalhadores recebiam menos do que £ 20 e cerca de 8% menos de £ 15. Entre as indústrias manufatureiras, as menores pagavam menos. Um quinto dos trabalhadores na indústria de couro percebia menos do que £ 20, enquanto na produção de veículos a proporção era de menos de 2%. O salário médio em 1970 era de £ 294 para trabalhadores manuais *full-time*. Os 10% mais mal pagos de todos os trabalhadores manuais conseguiam 2/3 do salário médio ou menos. Os 10% mais bem pagos recebiam 47% a mais que o salário médio. E parece que estas proporções permaneceram surpreendentemente constantes sobre um período de tempo muito longo – talvez desde 1886 ou mesmo antes (J. R. Thatcher, *Journal of the Royal Statistical Society*, vol. 30, parte 2). Tem havido uma melhoria muito lenta nos anos na proporção do pagamento das mulheres trabalhadoras. Mas, em 1969, o salário das mulheres na indústria frequentemente não era mais do que 3/4 dos homens, e por vezes, ainda menos. A proporção de trabalhadores manuais *full-time* que recebiam menos do que £ 20 por semana na Escócia, East Anglia e no South-West era o dobro da proporção no East Midlands” (Glyn e Sutcliffe, 1972: 109-110).

Melvin Leiman, em *Political economy of racism* (1993), confirma que

Nosso Estado de Bem-Estar se caracteriza por padrões agudamente divergentes; crescente afluência para alguns e miséria abjeta para outros; trabalho com sentido e propósito para alguns e trabalho alienado e degradante para outros (...). (Leiman, 1993:327)

A distinção entre o trabalhador “digno” e o *residuum* fez escola entre os reformadores ingleses. Em um artigo publicado em 1906, “The problem of the unemployed”, Beveridge (o mesmo do Relatório Beveridge de 1942, o “fundador” do Estado de Bem-Estar na Inglaterra) apregoava que uma vez dado emprego para aqueles que conseguiam trabalhar,

a linha divisória entre independência e dependência, entre o eficiente e o inimpregável (*unemployable*) deve se tornar mais clara e maior (...) [Estes, os inimpregáveis] devem se tornar os reconhecidos dependentes do Estado, afastados da livre indústria e adequadamente mantidos em instituições públicas, mas com uma completa e permanente perda de todos os direitos de cidadania, incluindo não apenas o direito ao voto, mas também as liberdades civis e a paternidade.⁶⁸

Esta concepção de Beveridge se manteve em seu famoso Relatório de 1942⁶⁹: as políticas públicas não deveriam jamais possibilitar que um indivíduo recebesse do Estado o equivalente ao que conseguiria trabalhando. As políticas públicas não deveriam encarecer a força de trabalho. Como o mínimo que o trabalhador empregado recebia no mercado mal era suficiente para fazê-lo flutuar acima e abaixo da linha de miséria⁷⁰, o máximo que as políticas públicas poderiam fazer era garantir uma vida abaixo da linha de miséria – não da miséria real, mas daquela fantasiosa, estabelecida pelo Estado que, como vimos, está bem abaixo da miséria real. A separação entre os trabalhadores “respeitáveis” e o *residuum* continuou a expressar também a “filosofia” das políticas públicas dos “30 anos dourados”. O que dizer, por exemplo, da alegada desmercadorização promovida pelas políticas públicas, a acreditarmos em Esping-Andersen?

A burguesia apostou com afincos nesta divisão dos trabalhadores. Entre outras estratégias, possibilitou que o setor empregado e

⁶⁸ *Sociological Papers*, vol 111, p. 323-341, *apud* Jones, 1971:335.

⁶⁹ Publicado em um momento muito favorável politicamente, logo após a vitória inglesa em El Alamein contra as tropas de Rommel (Page, 2002:166).

⁷⁰ O ciclo de pobreza de Rowntree. Cf. Capítulo I, acima.

com maiores salários e vantagens participasse do Estado e das definições das políticas, ainda que sempre como parceiros menores e subordinados, e sob a condição de que a supremacia do capital não fosse sequer lembrada, quanto mais questionada. A cisão entre os “respeitáveis” e o “*residuum*”, para continuar com a expressão Llewellyn Smith, não apenas foi importante do ponto de vista econômico por favorecer a reprodução do capital, como ainda criou um campo de cooptação para o Estado burguês do sindicalismo de colarinho branco e do setor mais organizado e tradicionalmente mais lutador dos operários. De acordo com as circunstâncias em cada país, a burguesia agiu para tornar esta cooptação mais efetiva. Veremos a seguir como esta cooptação ocorreu na França com tal perfeição que as próprias centrais sindicais terminaram por assumir a administração dos fundos de previdência.

A entrada em cena das transnacionais, no pós-Segunda Guerra, impulsionou este processo de diferenciação no interior dos trabalhadores e operários e, concomitantemente, acelerou a cooptação pelo Estado dos antigos organismos de luta dos trabalhadores. Deixaremos para o Capítulo V o exame da relação entre as transnacionais e a aristocracia operária; agora nos deteremos na cooptação dos sindicatos pelo Estado.

5. A cooptação dos sindicatos

Nos “30 anos dourados”, aumentou o peso das grandes estruturas sindicais na vida social. Na Europa, onde estas estruturas já existiam, elas passaram por transformações importantes e se adaptaram à nova qualidade da sua relação com os “poderes estabelecidos”. Em linhas gerais, aumentaram seu peso político ao preço da domesticação do seu horizonte estratégico e da diminuição da influência dos organismos de base nas decisões da cúpula dirigente.

Enquanto as organizações se burocratizavam e os dirigentes não eram mais colocados sob o controle de sua base, tendiam a se tornar membros remunerados inamovíveis dos sindicatos e, com isso, adquiriam interesses próprios distintos dos de sua base. (Bihr, 1998:48)

Esta burocratização⁷¹ e a integração ao Estado dos sindicatos

⁷¹ Em um texto rico em informações da vida sindical estadunidense no período posterior à crise de 1929, Mike Davis demonstra como esse processo de burocratização estava bem avançado no início de 1950 e chama atenção para um detalhe que é pouco mencionado em outros textos: “Velada tem sido a

estão diretamente relacionadas ao aumento do peso social e político da aristocracia operária e do sindicalismo de colarinho branco e, por sua vez, é um elemento decisivo na “integração” das estruturas sindicais ao Estado. Vejamos o caso francês.

5.1. França

Paul Dutton, em *Origins of the French Welfare State* (2002), descreveu em detalhes a formação de um dos mais “generosos” (Dutton, 2002: 209) Estados de Bem-Estar. Ainda que os primeiros movimentos deste processo de formação possam ser identificados já no século 19 (Dutton, 2002:39-45), foram as consequências da Primeira Guerra Mundial que lançaram a França em direção ao que viria a ser o seu Estado de Bem-Estar⁷².

Tal como ocorreu na Inglaterra e nos Estados Unidos, o aumento da produtividade, a racionalização e a padronização da produção, imprescindíveis ao esforço de guerra, conduziram à criação de órgãos estatais de gestão econômica, em íntima colaboração com as grandes organizações patronais (Dutton, 2002:14-16)⁷³. O deslocamento da massa de trabalhadores para uma guerra que se revelou mais prolongada e custosa do que o antecipado, a carência de trabalhadores, a entrada das mulheres no mercado de trabalho e a peculiar racionalização do fordismo contribuíram, por um lado, para o crescimento do movimento grevista do final da Primeira Guerra até 1919, e, por outro lado, para a constituição de uma aristocracia operária que se diferenciava cada vez mais da massa dos proletários.

Em um ambiente econômico em que os maciços empréstimos

mais profunda, menos unilateral, dialética entre a ossificação do sindicalismo industrial em um espírito burocrático e a alteração no conteúdo e na trajetória da militância de massa”. (Davis, 1980b) O resultado, nos anos iniciais do neoliberalismo, foi a enorme derrota dos trabalhadores estadunidenses, que Davis sumariza desta forma: “Se uma emergente maioria republicana está ocupando o lugar da antiga coalizão do *New Deal* como fulcro do sistema eleitoral estadunidense, é apenas porque quarenta anos de casamento entre o sindicalismo (*labour*) e os democratas produziu uma classe trabalhadora politicamente sem espírito e alienada” (Davis, 1980a:44 e 84). Sobre o processo de burocratização da vida sindical na Suécia e o peso que teve na derrota dos sociais-democratas em 1976, depois de 44 anos no poder, ver Korpi, 1980:229-30, 331.

⁷² Uma descrição do desenvolvimento do sistema de bem-estar na França, ainda que bem mais resumida e com menos detalhes, também pode ser encontrada em Spicker, 2002.

⁷³ Para o mesmo fenômeno nos Estados Unidos, Schaffer, 1991; para a Inglaterra, Avelãs Nunes, 2010.

estatais para financiar a Guerra geravam pressões inflacionárias, do ponto de vista do *grand patronat* era imprescindível evitar que os aumentos salariais reivindicados pelos trabalhadores em greve conduzissem a uma espiral inflacionária (Dutton, 2002:18 e seguintes, 26). Foi nesse contexto que os organismos patronais e o Estado implementaram um critério de remuneração que dividia os salários em duas porções largamente autônomas. Uma porção advinha da produtividade do trabalhador a ser negociada entre empregadores e trabalhadores. A outra porção, o “*salaire vital*”, corresponderia ao custo mínimo para a manutenção do trabalhador e sua família e seria estabelecido pelos órgãos de seguridade social, sob controle patronal. O salário vital considera as diferentes necessidades das famílias, nas diversas regiões da França, de tal modo que um trabalhador metalúrgico em Paris solteiro seria remunerado de modo diferente de seu companheiro casado com um filho. O metalúrgico com dois filhos em Paris receberia um pouco mais, e um com três filhos, ainda mais um pouco. Por sua vez, um trabalhador em uma cidade do interior receberia menos do que outro em Paris, já que o custo de vida era mais baixo – e assim sucessivamente.

Para compensar o fato de que algumas indústrias tinham vantagens por empregarem trabalhadores mais jovens que contavam com uma maior porcentagem de solteiros ou famílias com poucos filhos, foram criadas caixas de compensação (Dutton, 2002:22-3). Os empregadores e os trabalhadores depositavam suas contribuições nestas caixas, de tal modo que as contribuições fixadas segundo uma média eram distribuídas segundo as diferentes demandas de cada planta industrial. Pela legislação, tais caixas eram controladas pelos empregadores (alguns deles, por exemplo o grupo Michelin, criaram caixas próprias e se recusaram a participar na divisão coletiva, que tendia a igualar os custos entre os ramos econômicos) e eram elas que fixavam o quanto cada trabalhador deveria receber em seu contracheque correspondente ao “salário vital”. Os custos médios para as empresas eram muito baixos, algo em torno de 1,2% do total dos salários a cada três meses (Dutton, 2002:25-6), muito menor que qualquer aumento geral dos salários e com a vantagem de fazer os trabalhadores pagarem pelo custo do controle da inflação. O “salário vital” se converteu em uma “arma poderosa” dos patrões contra a vinculação dos salários ao aumento do custo de vida. A inflação era enfrentada com um aumento dos benefícios que contemplava os trabalhadores com muitos filhos. “Certamente os patrões pagavam por tais aumentos, mas o faziam com menos despesas do que com aumentos gerais dos salários, e com a certeza de que o peso seria

igualmente compartilhado entre todos os produtores” – isto é, empregadores (Dutton, 2002:28).

Além de atender às necessidades de estabilidade econômica, a criação do “salário vital” aumentou os dispositivos de controle da força de trabalho. Possibilitou fragmentar os trabalhadores em diversos grupos com interesses conflitantes. Os trabalhadores com famílias mais numerosas, uma minoria, viam com bons olhos o aumento do “salário vital” em detrimento de um aumento geral dos salários. Tendiam a apoiar negociações que confluíam com o objetivo da burguesia e do governo de evitar um aumento geral dos salários. O “salário vital”, além de separar os trabalhadores com grandes famílias dos solteiros ou com poucos filhos, ainda punha uma cunha entre os trabalhadores de diferentes ramos industriais, bem como entre aqueles das grandes cidades e do interior do país. Nas indústrias e ramos econômicos em que predominavam famílias maiores, nas negociações e lutas econômicas contavam com maior apoio as propostas que aumentavam o peso do “salário vital” na totalidade dos ganhos, o oposto do que se dava em outros ramos. A diferente situação salarial entre o interior do país e os grandes centros industriais acrescentava mais um elemento a dificultar uma ação conjunta dos trabalhadores.

Em segundo lugar, as mulheres poderiam ser estimuladas a entrar ou a se afastar do mercado de trabalho, conforme as necessidades do momento, pela simples alteração dos critérios de concessão do “benefício”. Um aumento do “salário vital” para os trabalhadores cujas esposas não trabalhavam fora do lar, ou um aumento para as trabalhadoras que tivessem um ou mais filhos, por exemplo, poderia servir de estímulo numa direção ou na outra. O efeito econômico sobre a força de trabalho feminina dividiu ainda mais os trabalhadores (Dutton, 2002:4, 17, 29, 92, 120-1, 152, 154-5, 158). Em vários momentos, o fundamental do movimento feminista francês aliou-se aos setores mais conservadores (católicos e “radicais”, isto é, adeptos do Partido Radical, de direita), que defendiam o aumento populacional como imprescindível para o poderio militar francês (Dutton, 2002: 130-135), na defesa de “benefícios” para as mulheres, contrapondo-se à luta dos setores sindicais mais à esquerda que, naqueles anos iniciais de implantação do “salário vital”, defendiam a tese de um salário igual para trabalho igual, independentemente de gênero (Dutton, 2002:17). A mera entrega do benefício diretamente para as mulheres, em vez de inserido no contracheque do chefe da família, fez com que feministas se aliassem ao patronato contra os sindicatos que lutavam contra o “salário vital” (Dutton, 2002:30,

74). Na crise de 1929, avaliando que o desemprego seria causado também pela presença das trabalhadoras nas fábricas, os sindicatos aliaram-se ao que de mais conservador havia na política francesa ao redor da proposta de retorno das mulheres às tarefas domésticas. Some-se a isto que consolidar a diferenciação salarial entre homens e mulheres era parte importante da racionalização do mercado de trabalho exigida pelo fordismo-taylorismo em ascendência. Este requeria, ao lado de uma significativa, porém reduzida, aristocracia operária, uma enorme massa de trabalhadores desqualificados e com os piores salários (Dutton, 2002:17).

O “salário vital” também possibilitou o emprego de formas mais diretas de controle dos trabalhadores. Ao longo dos anos, novas exigências foram sendo acrescidas para que os trabalhadores recebessem os benefícios. Apenas determinadas ausências eram toleradas (“doenças, ferimentos”..., “morte de familiar”). “Atividades sindicais, paralisações do trabalho e greves eram causas para a redução de benefícios” (Dutton, 2002:29).

Um deputado comunista assinalou que os “benefícios familiares são fonte de múltiplos abusos. Alguns patrões os negam quando seus trabalhadores decidem protestar. De fato, no interior da própria família, ocasionalmente é a esposa que se converte em assistente do patrão. Ela diz ao seu marido: ‘Não faça greve. Não proteste – nós perderemos o benefício no próximo pagamento que nos permite chegar ao final do mês. Pense em suas crianças!’ E o trabalhador a segue, *amarela*, traindo seus camaradas que estão comprometidos com a luta”. (Dutton, 2002:30)

Desde muito cedo, o “salário vital” revelou sua utilidade para a burguesia. Já em 1923, por ocasião de greves organizadas pela CGTU (ligada ao PCF) em fábricas da organização patronal intitulada “Grupo das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Conexas da Região Parisiense”, um dos dirigentes patronais delineou a estratégia a ser perseguida:

Benefícios familiares permitem colocar nossas comparações de salários do pré e do pós-guerra em um fundamento mais justo e mais bem definido... Vocês compreendem, portanto, *gentlemen*, a solução precisa que seu corpo dirigente propõe. Nos salários, nenhuma alteração uniforme: se certos casos individuais estiverem abaixo da média, então alguns ajustes podem ser feitos em bases individuais, *mas não pode haver aumentos gerais*. (Dutton, 2002:26)

A “solução” patronal para a greve incluiu a ampliação dos benefícios familiares de um trabalhador com quatro crianças de 440 para 570 francos (cerca de 30%). Para o trabalhador com nove crianças,

passou de 490 a 970 francos (96%). Como eram muito poucos os casos de trabalhadores com tantos filhos (menos de 0,5%), “estes exemplos serviam de estupenda propaganda para os empregadores enquanto de fato lhes custavam muito pouco” – muitíssimo menos do que custaria um aumento geral dos salários (Dutton, 2002: 27).

A estratégia do patronato possibilitou que, “nas disputas salariais”, se alcançasse “a mais elevada satisfação geral entre os trabalhadores, com o custo mínimo” (Dutton, 2002:16). Um aumento geral dos salários foi evitado com sucesso, e a cada ciclo de greves um aumento dos benefícios aos trabalhadores casados ou com famílias mais numerosas servia de importante instrumento de controle. Foram sucessivamente derrotadas as campanhas pela criação de um gatilho salarial segundo a inflação (Dutton, 2002:20). Os ganhos econômicos da burguesia foram imediatos, mensurados (Dutton, 2002:20-21), e o sistema se generalizou por toda a economia francesa, ainda que não de modo uniforme. Ao final de década de 1920, “os empregadores industriais e comerciais haviam criado um sistema nacional de *welfare* familiar que estava completamente fora de qualquer supervisão estatal” (Dutton, 2002:37). O sucesso da iniciativa patronal era uma evidência.

A presença do “salário vital” em um sistema de seguridade social controlado pelo patronato generalizou-se nos anos de 1920. Tornou-se importante mecanismo de controle dos trabalhadores. A oposição frontal dos sindicatos (a esta altura, a CGT havia se dividido com a formação da CGTU, na esteira da criação dos PCs após o II Congresso da Internacional Comunista) foi sendo aos poucos substituída pela aceitação do fato de que o “salário vital” era inevitável e que o máximo que se poderia fazer era negociar dentro dos padrões estabelecidos. Esta situação seria mantida sem maiores alterações até o governo da Frente Popular e as greves de 1936, impulsionados pelos efeitos da crise de 1929.

Contudo, desde o início da década de 1920 problemas já surgiam no horizonte.

O processo de industrialização e o crescimento das grandes plantas fordistas, com as típicas concentrações de trabalhadores e a transferência de parte da força de trabalho do campo para a cidade, introduziam tensões no sistema. Como dependia, em larga medida, de uma decisão dos patrões quando e em que circunstâncias os novos trabalhadores e as novas empresas entrariam nas caixas de compensação do benefício familiar, muitos trabalhadores e indústrias não se achavam cobertos pelo sistema ou demoravam em demasia

para aderir. Além disso, os serviços médicos não eram cobertos, um crescente problema devido à concentração dos trabalhadores em alguns poucos centros urbanos.

Outro complicador foi a incorporação da Alsácia e Lorena, províncias que haviam passado à Alemanha após a derrota francesa de 1871, ao território francês, após a Primeira Guerra Mundial. O modelo germânico de assistência, centralizado e controlado pelo Estado, chocou-se com o modelo privado, controlado pelos grandes empregadores, que se desenvolvia na França. A aposentadoria, os serviços médicos e o seguro contra o desemprego, ofertados pelo sistema germânico, não possuíam equivalentes no restante do país. As tensões produzidas pelas tentativas de homogeneizar os dois sistemas por meio de uma maior intervenção estatal – aliadas às iniciativas para promover um sistema de assistência à saúde, às aposentadorias e um apoio ao desempregado involuntário – foram se somando ao longo dos anos de 1920 às contradições que se desenvolviam no seio da própria burguesia francesa, que passava por um processo de rápida modernização no sentido fordista. Ainda assim, por mais de uma década, os empregadores conseguiram manter seu controle sobre o sistema em geral e evitar que se rompesse o mecanismo de controle dos trabalhadores criado nos anos anteriores (Dutton, 2002: 107-110)

Outro ponto de tensão do sistema era a relação com os médicos. As poucas caixas patronais que haviam passado a garantir os serviços de saúde acusavam os médicos de tratar os pacientes de acordo com os seus interesses econômicos privados, colocando em segundo plano o bem-estar destes. Os médicos, por sua vez, defendiam o direito de adotar tratamentos que julgassem melhores, independentemente dos custos a serem cobertos pelas caixas de compensação e outras organizações assemelhadas (mutuais etc.). Os interesses econômicos, privados, dos médicos contrapunham-se à busca dos menores custos pelos que deveriam pagar tais serviços – no meio do fogo cruzado, estavam os trabalhadores e seus dependentes (Dutton, 2002:112 e seguintes). Em 1930 foi adotada uma legislação para supervisionar os trabalhos médicos de modo a evitar fraudes ou procedimentos indevidos. O conflito se generalizou, levando muitos trabalhadores a não receber o reembolso dos custos médicos a que teriam direito. O sistema foi se tornando “fortemente tensionado” (Dutton, 2002:115-6).

As coisas não melhoraram com a aproximação da crise de 1929. Verificou-se um aumento na tendência das indústrias e ramos industriais que empregavam trabalhadores mais jovens, solteiros ou com

poucos filhos para criar seus próprios mecanismos de pagamento dos benefícios familiares e mesmo serviços de saúde, recusando-se a compartilhar dos custos gerais de toda a economia, em média mais altos (Dutton, 2002:123 e seguintes). Com a eclosão da crise de 1929, o sistema chegou “próximo ao colapso” (Dutton, 2002:137).

5.1.1. O campo

Como resultado da aliança histórica entre o campesinato e a burguesia, desde Napoleão consolidou-se na França uma estrutura agrária marcada por pequenas propriedades familiares, que sazonalmente – e ainda hoje – contratam trabalhadores quando a força de trabalho familiar não é suficiente. Parte da força de trabalho, nestes casos, também era proprietária de terra e necessitava deste emprego sazonal para complementar a renda insuficiente de suas propriedades. Outra parte dos empregados era composta por membros diretos (filhos e filhas) de famílias proprietárias. Por isso, a distinção entre empregadores e empregados, entre proprietários e assalariados, é menos nítida e mais difícil de ser tipificada do que nos centros urbanos, conduzindo, no dizer de Dutton, a “uma transcendência da noção urbana de classe” (Dutton, 2002:145, 166-8). Ampliando ainda mais a heterogeneidade, o desenvolvimento da agricultura francesa fez com que, em algumas regiões, a estrutura agrária evoluísse para grandes propriedades rurais, com trabalhadores assalariados e patrões em relações de emprego muito mais semelhantes às dos centros industriais.

Desde o final da Primeira Guerra Mundial, desenvolveu-se no campo uma rede de seguro social muito regionalizada, ao redor de sindicatos ou associações mutuais locais, com elevada autonomia de qualquer regulamentação geral, que correspondia às situações muito peculiares de cada região. Todavia, em uma tendência oposta, nas regiões rurais em que as grandes propriedades se afirmaram, desenvolveu-se uma organização de benefícios familiares mais assemelhada à dos centros urbanos, com caixas de compensação e outros mecanismos copiados das regiões industriais.

A heterogeneidade era a marca da situação no campo francês. Os organismos locais tradicionalmente apoiaram as reformas que mantinham ou fortaleciam as suas autonomias – e esta tendência se acentuou na passagem da década de 1920 à de 1930 com o crescimento dos recursos envolvidos (Dutton, 2002:138-9). Muitos sindicalistas rurais argumentavam que, já que a população rural era muito mais saudável que os trabalhadores urbanos, um sistema comum

faria com que os camponeses financiassem os custos mais elevados dos centros industriais (Dutton, 2002:141). Isso os aproximava daqueles setores da burguesia que empregavam trabalhadores mais jovens, solteiros e com menos filhos, e que se negavam a participar dos caixas de compensação (Dutton, 2002:141-2, 174).

O governo de Léon Blum, eleito pelo *Front Populaire* em 1936, quando da generalização das greves, procurou atrair o apoio rural e estendeu a todos os trabalhadores do campo uma mesma e única legislação de seguro social, concedendo o benefício familiar a todos os trabalhadores rurais e criando um sistema unificado com as cidades, sob controle centralizado (Dutton, 2002:161-2).

A situação tornou-se insustentável. A reação do campo foi fortíssima (Dutton, 2002:159). Por um lado, já com a situação agravada pela crise de 1929, os pequenos proprietários que sazonalmente contratavam trabalhadores não tinham como absorver os custos do pagamento dos benefícios familiares. Passaram a contratar apenas os trabalhadores sem filhos, os únicos que poderiam pagar (Dutton, 2002: 164). Por seu lado, os pequenos proprietários, obrigados a buscar empregos para complementar a renda insuficiente de suas propriedades, eram ou não contemplados pelo benefício, dependendo de sua renda anual, enquanto os filhos dos proprietários que recebiam salários de suas famílias não faziam jus ao benefício (Dutton, 2002:166). “As únicas regiões em que os benefícios pagos pelos empregadores encontraram sucesso substancial foram aquelas nos quais as fazendas se assemelhavam às fábricas urbanas (...)” (Dutton, 2002:165).

Dois anos depois, em 1938, com a derrota eleitoral da Frente Popular, a legislação foi fundamentalmente revista, sem que houvesse sido inteiramente aplicada, principalmente devido ao boicote sistemático dos governos e organismos locais à iniciativa da Frente Popular (Dutton, 2002:162-3). Em vez de conseguir o apoio dos camponeses, a tentativa do governo Léon Blum resultou no oposto.

Enquanto a situação do governo da Frente Popular se deteriorava no campo, a situação nas cidades também passava por transformações.

5.1.2. A greve de 1936

A eleição do governo da Frente Popular foi saudada por uma gigantesca onda grevista, a maior de toda a história da França. No contexto da crise de 1929 e do crescimento da ameaça fascista, os

trabalhadores franceses passaram à ofensiva⁷⁴.

A primeira tentativa de controle da ofensiva dos trabalhadores, o Acordo de Matignon, entre empregadores, sindicatos dos trabalhadores e governo, manteve a distinção entre o *salaire vital* e o restante do salário, que já vigorava desde a década anterior. Aos patrões interessava manter o sistema que tinha funcionado tão bem a seu favor e, além disso, os seguidos aumentos salariais resultantes das greves aumentavam o fundo nos caixas de compensação, abrindo assim oportunidades significativas para que os patrões novamente recorressem à tática de dividir os trabalhadores pelo aumento dos benefícios. E assim o fizeram (Dutton, 2002:146-7). Aos sindicatos dos trabalhadores, que estavam conseguindo aumentos salariais importantes, não pareceu tático dividir os trabalhadores pela proposta de terminar com os benefícios para as famílias mais numerosas (Dutton, 2002:148). O impasse resultante da generalização das greves levou o governo a criar uma instância de arbitragem. A burguesia, que sempre lutara para manter sua autonomia, aceitou esta intervenção como um mal inevitável. Os sindicatos, contando com um governo que avaliavam ser favorável aos trabalhadores, aceitaram de bom grado esta intervenção estatal (Dutton, 2002:149-51).

Em menos de dois anos, em 1938, as diferentes capacidades de mobilização dos distintos setores dos assalariados resultaram em aumentos muito diferenciados tanto dos salários quanto do salário vital. Somado ao boicote do campo e à desorganização do modelo germânico nas províncias próximas ao Reno (Dutton, 2002: 157-8), as diferenças entre os salários levaram o mercado de força de trabalho ao desequilíbrio e à desordem. Os patrões passaram a preferir qualquer intervenção estatal – ainda que ao preço de perderem o controle sobre os recursos das caixas de compensação e não mais poder contar com os benefícios familiares como instrumento privado de controle do trabalho (Dutton, 2002:151-2). Entre 1929 e 1938, a crise econômica e suas repercussões no cenário francês, em um contexto de crescente perigo de uma guerra na Europa (em 1936 a Alemanha ocupou a Renânia, em 1938 a Áustria e a Tchecoslováquia; no ano seguinte, em 1939, com a assinatura do Pacto Germano-Soviético e a invasão da Polônia, teve início a Segunda Guerra Mundial), conduziram o sistema de benefícios familiares e de seguridade social a uma “situação insustentável” (Dutton, 2002:222-3).

⁷⁴ Danos e Gibelin, 1972. O modo pelo qual o governo de Leon Blum desarrou a esquerda, tornando-a presa fácil da direita, é discutido por Miliband, 1969:96-106. O papel do PC francês no episódio é descrito por Claudin, 1986.

Em setembro de 1938 veio a derrota da Frente Popular. A estratégia sindical (tanto da social-democracia quanto dos stalinistas) de se apoiar no Estado como árbitro entre o capital e o trabalho revelou, então, sua principal debilidade. Com a derrota do governo da Frente Popular, o fortalecimento do Estado terminou se revelando importante arma nas mãos da burguesia para colocar as coisas de volta aos trilhos (Dutton, 2002:182-3). Sem que fosse aproveitado o momento da ofensiva para abolir o “salário vital”, este eficiente mecanismo de controle dos trabalhadores sobreviveu à maior greve da história da França. Passada a ofensiva, a burguesia estava ainda em melhores condições para dividir e controlar os trabalhadores, já que pela própria ação dos sindicatos e das centrais sindicais aumentara o peso do Estado no sistema. Agora, derrotada a ofensiva operária, era preciso colocar ordem na casa, utilizando o aumento do poder do Estado apoiado, pouco antes, pelos sindicatos!

A primeira providência do novo governo foi um novo Código da Família, o de 1939. No geral, o Código de 1939 foi uma grande vitória da burguesia, pois “reduziu o desembolso total dos empregadores significativamente enquanto manteve os benefícios familiares como um suplemento salarial” (Dutton, 2002:180). Dutton cita o exemplo dos trabalhadores das indústrias de aço, para os quais “menos de 13% (...) assistiram ao aumento do benefício familiar (...) e a maioria viu seus benefícios diminuir substancialmente” (Dutton, 2002: 179). O Código de 1939 também manteve a distinção entre os trabalhadores urbanos e os do campo, aumentando a autonomia local e possibilitando uma maior flexibilidade do sistema, devolvendo parte do poder de controle dos fundos às forças políticas locais (Dutton, 2002: 180-1).

Em setembro de 1939 teve início a Segunda Guerra Mundial. O PC francês já estava na ilegalidade por apoiar o Pacto Nazi-Soviético e propor uma aliança com a Alemanha nazista⁷⁵. Com a invasão da França em 1940 e o estabelecimento do governo Pétain em Vichy, as organizações sindicais e patronais foram colocadas na ilegalidade, dando início a uma “reorganização” nos moldes corporativos fascistas. As dificuldades crescentes para administrar um sistema nacional de benefícios familiares, assistência médica etc., que já se anunciavam antes de 1929 e que se agravaram após a crise, foram apenas

⁷⁵ Ainda a melhor exposição dos impasses gerados no movimento comunista pela aliança nazi-soviética é o texto de Fernando Claudin, *A crise do movimento comunista* (1986). Sobre as repercussões nas universidades americanas, cf. Schrecker, 1986:70-74.

parcialmente superadas pelo Código de 1939. A divergência no interior dos empresários voltou a explodir. A diferenciação tecnológica entre os diferentes ramos industriais colaborava para situações em que, por exemplo, o custo da seguridade social no setor têxtil chegasse a ser um terço do das indústrias pesadas (Dutton, 2002:187). Os grandes conglomerados eram os maiores interessados em um sistema único que cobrasse a todos pela média nacional. Os empresários dos ramos com menor custo em seguridade argumentavam que deveriam, então, adotar um sistema que equalizasse tudo pela média (taxa de lucro, custo do transporte da matéria-prima das fontes até as indústrias, salários etc.) (Dutton, 2002:187-8). Os diferentes setores do campo também apresentavam reivindicações particulares que complicavam ainda mais a administração do sistema.

O Governo de Vichy atraiu um líder da CGT, René Belin, para reorganizar todo o sistema de bem-estar com base nas doutrinas fascistas. Ele trouxe para o governo Pierre Laroque, e ambos propuseram um novo sistema nacional de bem-estar. Todos os órgãos locais e privados seriam estatizados e colocados sob controle direto e imediato de uma única agência nacional de bem-estar. As caixas de compensação seriam reorganizadas segundo critérios geográficos, eliminando todas as distinções entre elas (por ramos industriais, por empresas, por ramos profissionais etc.) Os empresários continuariam a contribuir com os recursos necessários ao sistema, mas não teriam mais qualquer controle sobre os recursos e sobre o emprego destes. As negociações seriam todas concentradas em *comités sociaux* compostos em partes iguais por empresários, assalariados não operários e operários. Belin e Laroque acreditavam que o discurso de Pétain sobre a nova unidade nacional, acima das classes, deveria ser levado à prática. A centralização proposta não desagradou apenas aos empresários. Também provocou reações intensas no campo e entre os médicos que, ao protestarem, tiveram seu sindicato nacional saqueado por forças policiais (Dutton, 2002:197).

Os dois, logo, perderam seus cargos. Laroque foi expulso do governo sob a alegação de sua ascendência judia, Belin não sobreviveu muito mais no cargo.

De Gaulle, de Londres, acompanhava com atenção as modificações introduzidas pelo governo Pétain. Elas significavam a eliminação do sistema privado de benefícios familiares sob controle da burguesia. À medida que ia se anunciando a derrota da Alemanha e o governo de Vichy desorganizava ainda mais profundamente a agricultura e o mercado de trabalho, acatando as exigências nazistas de enviar produtos agrícolas e trabalhadores para a Alemanha

(Dutton, 2002:195 e ss.), de Gaulle percebeu a possibilidade de uma ampla reforma em todo o sistema de bem-estar francês. Para estruturá-la trouxe para Londres o mesmo Laroque que, com Belin, há poucos meses fizera parte do governo fascista de Vichy. O grupo sofreu forte influência do Relatório Beveridge (Dutton, 2002:206-8) e também da iniciativa do governo estadunidense de desenvolvimento do vale do Tennessee. As teses keynesianas ganharam espaço no planejamento da França pós-guerra, inclusive a proposta de um sistema centralizado e obrigatório para todos, a ser custeado pelos empresários, trabalhadores e pela *collectivité*. Nisto, direita e esquerda se uniam. Alguns membros mais à esquerda do grupo de planejamento em Londres acreditavam que um Estado “dirigista” seria imprescindível não apenas para a reorganização da França, mas também para garantir ganhos aos trabalhadores (Dutton, 2002:205-6).

Derrotados os nazistas, Laroque foi nomeado por de Gaulle para o cargo de chefe da *Direction Générale de la Sécurité Sociale*, o ministério do bem-estar, respondendo diretamente à Presidência, o que lhe conferia grande autonomia (Dutton, 2002:209-10).

O conhecimento e, em muitos casos, o envolvimento íntimo de Laroque com os compromissos e atalhos das proteções sociais do período entreguerras e de Vichy claramente estiveram presentes nas reformas audaciosas que, no seu conjunto, se tornaram a *ordonnance* de 4 de outubro de 1945, que inaugurou o Estado de Bem-Estar francês do pós-guerra. (Dutton, 2002:210)

As linhas gerais da reforma coincidiam com o espírito otimista e conservador do pós-guerra. O Estado “dirigista” promoveria a estabilidade e a prosperidade econômica; a democratização da ordem econômica garantiria o crescente controle dos trabalhadores sobre a produção. O pleno emprego era tido como tão assegurado que não parecia necessário qualquer provisão de algo semelhante ao seguro desemprego (que apenas em 1958 foi implantado na França). Apesar de concessões terem de ser feitas ao campo e a alguns setores dos empresários, foram aprovados os fundamentos da reforma proposta por Laroque. Os sindicatos, principalmente por meio da CGT (Dutton, 2002:215), passaram a ter grande participação na administração do sistema – tornaram-se, na prática, corresponsáveis pela coordenação entre as políticas públicas e as políticas fiscais e monetárias do pós-guerra (Dutton, 2002:211, 213-4). Estava consolidada a coparticipação dos órgãos sindicais mais importantes da França na administração do mercado da força de trabalho (Dutton, 2002:215); deste lado não mais virão pressões para qualquer modificação radical da seguridade nacional. A lógica que articula o

equilíbrio no mercado da força de trabalho a partir das necessidades da reprodução ampliada do capital passa a compor a lógica da própria ação dos órgãos sindicais. “As lutas por reformas sociais se tornaram menos sobre estruturas fundamentais e mais sobre quem controla, quem administra, e sobre a equivalência dos benefícios” (Dutton, 2002:221).

Com a entrega aos sindicatos da administração dos recursos destinados às políticas de bem-estar, a integração destes à estrutura estatal francesa estava muito bem encaminhada. De representantes dos trabalhadores contra a burguesia, converteram-se de corpo e alma nos representantes do trabalho abstrato junto ao capital (Mészáros, 2002). Tratava-se agora de administrar, no sentido capitalista do termo, o mercado da força de trabalho. Que no discurso se afirma que esta administração é feita em nome dos trabalhadores não altera em nada o fato de serem, agora, meras personificações do capital.

5a. Os outros países

Não há dois países com histórias idênticas, evidentemente. Ainda assim, o caso francês está longe de ser exceção.

Iniciemos pela Inglaterra. Tom Nairn observou que

Tornou-se lugar-comum observar que em termos mensuráveis e materiais, o “Estado de Bem-Estar” britânico não é mais uma conquista notável. Os trabalhadores estão, em relação a ele, melhor na maior parte da Comunidade Europeia. Todavia, esta observação frequentemente omite algo fundamental. O que tem importância nas reformas do Partido Trabalhista foi o momento histórico em que foram executadas e a maneira como foram realizadas. Elas vieram na sequência de uma grande guerra patriótica em que – em contraste com a desintegração da década de 1930 – a unidade nacional foi recomposta a ferro e a fogo. Além disso, foram executadas de uma maneira que salientou a continuidade essencial desta experiência nacional – que transmitiu a ideia vívida para as massas de que as reformas representavam um desenvolvimento natural da “sociedade como um todo”, ao invés de uma ruptura do tecido social. É aqui, na esfera da ideologia, que repousa seu surpreendente sucesso. Como uma estrutura material, pode agora parecer medíocre. Mas representa, como nenhum outro sistema social-democrata fez, o reatamento dos trabalhadores ao Estado e à nação – a convicção persistente de que era a obra e a realização deles; de que, em certos aspectos, a nação de fato pertence a eles. (Nairn, 1971)

Em um outro texto de 1971, portanto nos anos finais do Estado de Bem-Estar, V. L. Allen comentou a alteração no *status* social dos

sindicalistas:

Os sindicatos são um fenômeno em geral bem-aceito na Grã-Bretanha. Eles têm direitos na lei que podem ser considerados em alguns aspectos como privilégios; estabeleceram relações com a grande maioria dos empregadores registrados em procedimentos constitucionais para dar conta de disputas na indústria; recebem reconhecimento público e governamental, enquanto grupos de pressão política, de tal modo que têm acesso aos ministros do governo e suas opiniões são consultadas em um leque de questões econômicas e políticas; suas opiniões são ouvidas ou lidas nos meios de comunicação de massa e eles estão formalmente envolvidos no processo de tomada de decisão política através do seu pertencimento aos comitês que assessoram o governo. Dificilmente há uma *Royal Commission* ou *government advisory board* que não inclua representação dos sindicatos. (...) (Allen, 1971:45)

Se as próximas palavras lembrarem ao leitor o Brasil petista, saiba que não é mera coincidência:

A integração dos sindicatos na estrutura da sociedade tem lhes dado importância em termos ocupacionais e sociais. Um membro do sindicato é agora bem-vindo em todos os níveis da administração industrial pública e privada devido aos seus conhecimentos e compreensão dos sindicatos, e ele não é necessariamente marginalizado se simpatiza com estes. Uma associação com os sindicatos não é mais uma desqualificação para a entrada em alguns antes muito fechados círculos sociais. (...) Informalmente, em alguns círculos sociais e em algumas circunstâncias, os sindicalistas são pessoas a ser cortejadas e bajuladas. (Allen, 1971:45-6)

A integração dos sindicatos à ordem burguesa “avançou em todos os países capitalistas, mas provavelmente foi mais longe e mais profundamente na Inglaterra que em qualquer outro lugar”.

O essencial desta integração é que os sindicatos agora não mais possuem significado revolucionário para quem toma as decisões políticas na Grã-Bretanha e são vistos como instituições que realizam funções politicamente necessárias e industrialmente úteis. (Allen, 1971:46)⁷⁶

Esta situação levou Robin Blackburn a constatar que

O movimento trabalhista britânico tem sempre recuado quando de um grave confronto com o poder do capital privado. Quer durante a greve geral de 1926, ou o governo trabalhista de 1945-51, no momento decisivo a cautela prevaleceu. Desse modo, as forças que promovem a desigualdade social permaneceram e permanecem incólumes. A propriedade privada, instalada no coração do sistema

⁷⁶ Para uma crítica, à esquerda, desta integração na Inglaterra, ver Hughes, 1960a.

produtivo, sobreviveu a gerar desigualdades. (Blackburn, 1967)

A integração do sindicalismo ao Estado burguês nos “30 anos dourados” é parte da crise mais geral do movimento comunista (Claudin, 1986). Seus primeiros movimentos podem ser identificados muito cedo. No crescimento do reformismo e da disposição a colaborar com o Estado nos grandes sindicatos e centrais sindicais ligados ao Partido Social-Democrata alemão nas últimas décadas do século 19, no austro-marxismo e no reformismo da II Internacional (Rocha, 2006); algumas décadas depois, o esforço tanto do Partido Comunista quanto do governo de Leon Blum para terminar com a greve de 1936 e desmobilizar o setor mais combativo do operariado e, em mais alguns anos, nos acordos de Yalta e Potsdam. Os exemplos poderiam continuar: o que assistimos foi à colaboração de classes substituir a luta revolucionária. Como esclarece Deutscher:

Muito antes da proclamação da doutrina Truman, Stálin havia de modo muito efetivo salvo a Europa ocidental para o capitalismo; ele salvou a Europa ocidental do comunismo.

Isto não é um paradoxo. Se estudar a história do pós-guerra na Europa, verá que nos governos clericais, conservadores, da Itália e França, os comunistas jogaram o papel de sócios menores. Eles desarmaram seus próprios comunistas e movimentos de resistência. Urgiram aos trabalhadores para agir de modo moderado, a não exigir salários elevados, para ajudar o capitalismo em sua reconstrução. Não haveria restauração do capitalismo na Europa ocidental sem Stálin. (...) Quando os comunistas gregos foram à luta e foram esmagados pelos tanques britânicos, Stálin não soltou um murmúrio de protesto. A imprensa soviética não escreveu uma palavra sobre a questão por semanas durante a guerra civil na Grécia. E a Iugoslávia! Na Iugoslávia nós agora sabemos que os comunistas levaram avanti a revolução sob a liderança de Tito apesar das obstruções de Stálin. Stálin fez tudo o que pôde para prevenir que isso ocorresse. (Deutscher, 1967:17-18)⁷⁷

Na mesma linha, M. Salvati, sobre a situação italiana no imediato pós-guerra:

Durante o período da reconstrução, as tensões sociais gradualmente foram diminuindo, graças em parte aos esforços fervorosos dos comunistas. Com poucas exceções, os antigos patrões voltaram para suas fábricas e a disciplina tinha sido restabelecida em todos os locais de trabalho. [Após a vitória dos Democratas Cristãos nas eleições de 1948] (...) teve início um período de

⁷⁷ Sobre a revolução grega, cf. Kousoulas, 1965; sobre a situação francesa, Miliand, 1969:113 e ss.

repressão deliberada do poder que o movimento dos trabalhadores ainda tinha na sociedade italiana. O racha do movimento sindical juntamente com o desemprego favoreceram uma discriminação sistemática da CGIL. Uma força policial “purificada” e reorganizada reprimia duramente toda manifestação de massa. Em breve, mesmo o mais tímido burguês rapidamente poderia ser convencido que o período de “desordem” chegara ao fim. (Salvati, 1972: 7-8)⁷⁸

Resta ainda mencionar Fernando Claudin, ex-dirigente do PCE e da III Internacional, autor de um dos estudos mais importantes sobre a III Internacional, *A crise do movimento comunista* (1986). Neste, com outras palavras, o mesmo e com muito mais detalhes é demonstrado: a política dos PCs aliados à URSS, tanto no período da guerra quanto nos anos seguintes, era de colaboração com as burguesias na Europa Ocidental. O que, logo depois, seria elevado à estratégia internacional: a coexistência pacífica⁷⁹. Mas, com isso, estamos já deixando nosso objeto de estudo e abrindo outro campo de investigação no qual não desejamos, nem vamos, entrar. O que nos interessa chamar a atenção, agora, é para a continuidade entre esta postura de colaboração estratégica do Estado soviético com os governos ocidentais e a relação “especial” que os grandes sindicatos e organizações trabalhistas (vários deles sob influência ou controle dos PCs) terão com os Estados de Bem-Estar nos anos de 1950 e 1960.

Uma vez estabelecida esta colaboração entre os trabalhadores e o capital, instala-se uma involução até o patamar atual: a rendição da burocracia sindical e de sua base social é tão intensa, que até mesmo se questiona a própria existência de classes. É como se, do ponto de vista ideológico, se passasse da colaboração de classes para a identificação dos trabalhadores com a burguesia em uma mesma e única classe social. Chegamos ao século 21 todos sendo “parceiros”. Entre a colaboração de classes do pós-guerra e a “parceria” capital e trabalho do século 21, encontramos a mediação da “relação especial” dos sindicatos com o Estado de Bem-Estar.

No início de 1970, com a crise banindo as perspectivas de uma rápida recuperação econômica, vários textos foram produzidos tentando não apenas explicar a situação econômica, mas também

⁷⁸ Informações sobre a intervenção estadunidense nas eleições italianas de 1948 estão em Chomsky, 1997:344-5. Nestas mesmas páginas, são discutidas as seguintes intervenções da CIA na política italiana até bem entrada a década de 1970.

⁷⁹ Há um texto interessante que demonstra o impacto desta “estratégia revolucionária” no debate de então: Macpherson, 1965. De uma perspectiva de esquerda, interessante a ilusão de autores mesmo do calibre de Deutscher (Deutscher, 1960). Cf. ainda Robinson, 1964. Um texto interessante de análise do stalinismo sem Stálin é “The failure of Khrushchevism”, de Deutscher, 1965.

adiantar alguns dos seus possíveis desdobramentos. Era um momento em que o elemento surpresa ainda se mostrava forte e as tentativas de compreender a crise eram frágeis e fugidias. Desses textos, o que nos interessa, agora, mais do que suas previsões ou as distintas caracterizações da crise, é como eles descrevem a relação dos sindicatos com o Estado nos últimos anos do Estado de Bem-Estar. Bill Warren, em um artigo na *New Left Review* em 1972, fortemente impactado pela virada “pró-planejamento” de Nixon em 1971 (equivocadamente tomada como uma mudança profunda no capitalismo, que passaria a ser compatível com um efetivo planejamento estatal das atividades privadas), avalia nestes termos a política salarial dos países industrializados avançados:

O sucesso ou o fracasso do planejamento capitalista não pode ser julgado apenas em termos econômicos. Suas finalidades sempre foram políticas tal como econômicas. Como observamos antes, o planejamento formal necessita de uma política de salários como um seu elemento essencial e que o movimento em direção à política salarial + planejamento (*wage policy plus planning*) foi nele próprio uma importante operação política. É importante realçar que o que estava envolvido nesta operação não era simplesmente uma tentativa de conter os aumentos salariais, com a desculpa do planejamento sendo jogada como uma promessa (*sop*) aos militantes da classe trabalhadora. Pelo contrário, eram divisados aumentos regulares de salários, a participação crescente dos sindicatos na máquina de planejamento (desde que os básicos pressupostos burgueses não fossem questionados), o alívio relativo das desigualdades regionais e ocupacionais, e assim por diante. A docilidade dos diversos proletariados nacionais quando tais ganhos lhes eram prometidos por líderes que eles confiavam era uma premissa do sucesso de tais políticas salariais. A adoção de tais políticas, por sua vez, permitira que os desequilíbrios no desenvolvimento dos Estados capitalistas (como nas, por exemplo, crises no balanço de pagamentos) fossem administrados por meios menos custosos que a deflação e, ainda, garantiriam vários outros ganhos, resultando em um crescimento econômico generalizado (*all-round*) mais rápido. A cooperação econômica internacional acerca da liquidez e do comércio facilitaria ainda mais a solução de não ruptura das contradições inter-imperialistas. Como o crescimento econômico se aceleraria em tais circunstâncias, os padrões de vida da classe trabalhadora poderiam ser elevados mais rapidamente, garantindo assim a segura adesão do proletariado ao sistema. Uma precondição essencial desta operação era que a classe trabalhadora fosse conduzida pelos seus “próprios” partidos e sindicatos; de outro modo, estaria destinada ao fracasso. Assim, enquanto antes da Guerra e imediatamente depois, nos maiores países capitalistas apenas relutantemente se admitia que os partidos social-democratas tomassem o poder dos desconfiados círculos dirigentes, na verdade porque estes não tinham alternativa, o período de 1960 os viu muito bem-vindos aos governos por vários grupos tradicionalmente conservadores. Isto era ainda mais importante para as classes governantes nos países católicos com um largo campesinato, já que a base social dos partidos de massa que apoiam o capitalismo — os camponeses e a baixa classe

média urbana – estava declinando rapidamente com a expansão industrial do pós-guerra. Nos casos da Alemanha Ocidental, Itália, Grã-Bretanha e Bélgica, os principais setores dos grupos econômicos dominantes ativamente promoveram a entrada no poder de governos social-democratas, precisamente para introduzir políticas econômicas mais modernas para o capitalismo, incluindo, claro e principalmente, a política salarial e o planejamento. Deste modo, o que parecia frequentemente uma virada à esquerda nos anos de 1960, do ponto de vista da classe trabalhadora, era visto pelos círculos capitalistas dominantes em geral como uma ocasião ideal para uma maior integração do proletariado no capitalismo do pleno emprego. Nos Estados Unidos, o desenvolvimento análogo foi a tentativa mais vigorosa, sob Kennedy, de reincorporar o trabalho organizado como um componente importante do Partido Democrata no poder. Esta tentativa foi facilitada pela longa tradição de hostilidade proletária em relação à anarquia capitalista (especialmente na Itália e Grã-Bretanha), pela relutância dos partidos de direita em abandonar – ou abandonar decisivamente – os fetiches econômicos liberais e pelas aparentes oportunidades que a administração pública da economia em uma democracia burguesa parecia apresentar aos avanços da classe trabalhadora dentro do capitalismo. (Warren, 1972)

Esta integração incluía, evidentemente, o controle das reações dos trabalhadores ao aprofundamento do fordismo, o apoio às políticas imperialistas típicas (ainda que não exclusivas) dos anos da Guerra Fria, e ainda, apoiar ativamente o desenvolvimento do complexo industrial-militar. Victor Perlo, em seu *Militarism and Industry* (1963), depois de demonstrar como os trabalhadores *perdiam dinheiro* com o complexo industrial-militar (os impostos que pagavam para mantê-lo era bem mais do que os salários pagos pelas indústrias bélicas), observa que os trabalhadores apoiavam os “investimentos” na indústria bélica,

devido à influência e ao poder dos maiores líderes sindicais. Por 15 anos eles têm agido politicamente como propagandistas da Guerra Fria e cultivaram entre seus membros o mito de que o emprego militar é um grande e indispensável benefício. (Perlo, 1963: 117-8)

De uma perspectiva político-ideológica inteiramente distinta, em texto típico da sociologia do trabalho dos anos de 1970-80, Michael Poole (1975) faz uma ampla exposição de como evoluiu a participação dos operários nas indústrias, principalmente na Inglaterra, mas não apenas lá. No quarto capítulo, “*Workers initiatives*”, ele descreve como em alguns momentos após a Segunda Grande Guerra cresceu a pressão para que os trabalhadores pudessem interferir no andamento da produção e na organização do ambiente das fábricas. Imaginava-se, por vezes, que o processo de nacionalização levado avante pelo governo trabalhista inglês no pós-guerra serviria para alavancar

o processo de democratização dos locais de trabalho. Ledo engano. As nacionalizações representavam nada mais, nada menos que “um modo muito bem-vindo de ampliar a racionalidade manipuladora do sistema capitalista” (Mészáros, 2002:1046). Em poucas palavras, pela estatização a democratização dos locais de trabalho não viria nunca!

Por isso, todas as vezes que a radicalização das lutas locais tocava na questão do controle dos trabalhadores sobre a produção, argumenta Poole, a reação da estrutura sindical foi muito prudente e cautelosa, mesmo quando os dirigentes eram, individualmente, socialistas ou muito progressistas. A razão dessa cautela advinha de diversos fatores. Temia-se a criação de uma organização e uma representação dos trabalhadores no local de trabalho que enfraquecesse o poder da burocracia sindical⁸⁰. Em segundo lugar, uma democracia na fábrica iria provavelmente requerer uma democracia sindical – e nem todos os dirigentes viam com bons olhos tal democratização das suas instituições. Em terceiro lugar, porque como por tal participação os operários de fato não podiam exercer o real controle sobre a produção e as condições de trabalho⁸¹ – cujos limites objetivos continuavam a ser ditados em suas linhas mestras pela concorrência no mercado –, os próprios trabalhadores, mais cedo ou mais tarde, desistiam de tal participação (Poole, 1975: 85 e ss.). Os movimentos espontâneos da base dos sindicatos para lutar, nos locais de trabalho, pelo controle da produção foram desarticulados também com a ajuda das estruturas sindicais. Desarticular tais lutas era de interesse dos patrões, por mais limitadas e ilusórias que estas fossem.

⁸⁰ Depoimentos esclarecedores, do ponto de vista pessoal, da visão do controle operário que predominava entre a burocracia sindical: Horner, A. (1960); e Daly, 1961. Hugh Scanlon, o presidente da *Amalgamated Engineering Union*, deu uma longa entrevista para a *New Left Review* (Scanlon, 1967). Sobre as ações da base que escapam ao controle da burocracia, ver o depoimento de Sam Spade (Spade, 1961).

⁸¹ Ken Coates não apenas expressa a ilusão, mas também os impasses, desta estratégia de se chegar ao socialismo pela expansão do “controle” operário no interior das fábricas: Coates, K. (1967). Cf. tb. Singleton, F, Topham, T. (1963:74-5) e “Politics and the Shopfloor” (*New Left Review*, I/80, 1973), uma entrevista com quatro importantes lideranças sindicais, todas *shop stewards* da indústria automobilística, em que transparecem os limites que enfrentam e, ainda mais, como são obrigadas a converter a necessidade em virtude para afirmar a importância de suas funções (“*Motor Stewards*”, 1973). E, por fim, Eaton, 1969. Para a função ideológica da alta burocracia sindical europeia é ilustrativa a coletânea *Industry’s democratic revolution* (Levinson, Ed., 1974): um elogio desmesurado do “avanço revolucionário” pelo controle da produção por meio da luta sindical mais economicista; e ainda, P.H., 1968:34.

Andrew Glyn e Bob Sutcliffe, em *British Capitalism, workers and the profit squeeze* (1972), apesar de divergirem em muito dos autores até aqui citados, tanto na análise que fazem da crise dos anos de 1970 quanto sobre a dinâmica evolutiva do Estado de Bem-Estar, assinalam que

O governo (...) [britânico] estabeleceu novas relações com a classe trabalhadora. A liderança sindical foi incorporada na estrutura do governo. Sua cooperação foi solicitada e ofertada em numerosas questões, a mais dramática sendo o congelamento de salários em 1958. Eles também aceitaram a queda no padrão de vida implícita na desvalorização [cambial] de 1949. A contenção sobre os salários praticada pelos sindicatos seguiu o crescimento dos salários reais a virtualmente zero nos anos de governo trabalhista. Mais importante que tudo, os líderes sindicais concordaram com a continuidade da *National Arbitration Order*, que tornava ilegais todas as greves (...) Durante o lustro 1945-50 o número de dias perdidos nunca subiu acima dos 2,5 milhões por ano, e as greves eram todas não oficiais. (Glyn e Sutcliffe, 1972:37)⁸²

Miliband, ao analisar a docilidade dos sindicatos diante do capitalismo, comenta como

(...) mesmo um líder sindical como Walther Reuther, que é com frequência tido como “à esquerda” da maior parte dos líderes sindicais americanos, pode proclamar que “nós devemos moldar nossas políticas pelo reconhecimento de que trabalho livre e empreendedorismo livre são menos antagonistas que parceiros, que eles têm mais em comum do que são conflitantes. Nós precisamos ampliar as áreas de entendimento e minimizar as áreas de conflito”. (Miliband, 1969:160, nota 1)

A consequência, apontada por Miliband, foi que esta postura dos sindicalistas

(...) facilitou em muito a relação dos líderes sindicais com os empregadores e o governo e forneceu uma base sólida para um processo de colaboração entre eles que tornou tais líderes sócios menores do empreendimento (*enterprise*) capitalista. Este processo agora assumiu um caráter muito mais oficial do que no passado: os sindicatos são agora regularmente “consultados” pelos seus governos, e seus representantes são também encontrados em vários organismos do sistema estatal. Os líderes sindicais acreditaram facilmente em que, porque foram reconhecidos como elementos necessários na operação do capitalismo, também atingiram paridade com os negócios na determinação das políticas. De fato, suas incorporações na vida oficial de seus países serviram

⁸² Os mesmos autores dão os seguintes números para os dias parados/ano: 8,4 milhões durante os anos da Primeira Grande Guerra (1914-18); 32,2 milhões de 1919-26; 10,6 milhões de 1927-38 (em meio à crise e logo antes da Segunda Grande Guerra); e 3,3 milhões de 1953-64 (Glyn e Sutcliffe, 1972:40).

principalmente para fazê-los assumir responsabilidades que enfraqueceram ainda mais suas posições de negociação e que ajudaram a diminuir sua efetividade. (Miliband, 1969:160-1; tb. Robinson, 1962)

Tratando de uma questão inteiramente diversa e se referindo ao período nos EUA anterior à Primeira Guerra Mundial, na qual a *Industrial Workers of the World* – uma central sindical bem à esquerda, a mais à esquerda que os trabalhadores estadunidenses já produziram – conheceu o apogeu, Melvin Leiman comenta em que medida a evolução do sindicalismo até o “sindicalismo por profissão (*craft unionism*)” dos anos de 1960 “divide a classe trabalhadora e ajuda a legitimar o capitalismo enquanto sistema” (Leiman, 1993:60-1)⁸³.

Ao longo dos “30 anos dourados”, o próprio ato de ser sindicalizado foi alterando seu significado – de um ato de luta converte-se em um ato de adesão e domesticação⁸⁴. Como cabe ao sindicato negociar a melhoria de vida, ser sindicalizado se converte em um processo de acomodação; pagar o sindicato vai deixando de ser um ato de rebeldia para se converter em uma atitude passiva, à sombra do sindicato (Mothé, 1965:99). Em 1966, Bob Rowthorn já questionava:

A participação dos sindicatos nas agências de planejamento representa um aumento do poder em tomar decisões para a classe trabalhadora, ou simplesmente significa um meio de absorvê-la sem dar a ela poder real? É possível radicalmente redistribuir a renda na economia mista⁸⁵ (...) sem provocar uma crise? Que tipos de alternativas sociais são construídos nesta economia mista? Por exemplo, são os bens sociais como a educação negligenciados em prol de produtos de consumos duráveis e de outros itens de consumo atomizado (*atomistic consumption*)? Onde estão os centros de poder real, diferente dos nominais, no neocapitalismo? (Rowthorn, 1966)

Os resultados desta evolução, também no que diz respeito à distribuição de renda, nos melhores casos, se limitaram, como diz Marx

⁸³ *Steel Rail Educational Publishing*, uma editora sem fins lucrativos criada no Canadá, publicou em 1977 *Capital & Labour: partners?*, de Victor Levante. O autor demonstra como o sindicalismo foi transformado, pela ação consciente de John D. Rockefeller II e seu ideólogo, Mackenzie King, de um órgão de luta em um órgão de colaboração de classe nos Estados Unidos e no Canadá, também pela criação da *Company Union*. (Levante, 1977).

⁸⁴ O que levou muitas décadas para ocorrer na Europa, no Brasil não levou mais do que um ou dois lustros. Da origem da CUT à atual CUT, ser sindicalizado mudou de significado inteiramente. Tumolo, 2002 e Iasi, 2007 são os títulos mais interessantes a respeito.

⁸⁵ Isto é, uma economia com setores estatizados ao lado do capital privado.

em *O capital*, a uma “vitória da economia política do trabalho” contra a “economia política do capital” (Paniago, 2003) [verificar citação de Marx]. Isto é, não foi além da busca por melhores condições de venda da força de trabalho. Todavia, a venda da força de trabalho, por sua essência, implica, sem direito a qualquer remissão, a regência do capital. O trabalhador, na luta por melhores salários, e a burguesia, em busca da maior extração da mais-valia, coincidem no reino da economia política, ou seja, na regência do capital⁸⁶. Tais vitórias logo e sempre são revertidas em favor do capital.

Exemplares deste estado de coisas – pela sua radicalidade, pela sua extensão e impacto internacional – foram as greves de 1968 na França. Glyn e Sutcliffe, comentando a situação naquele país após os aumentos salariais que resultaram do movimento grevista, assinalam que “de 1938 a 1953, o salário-hora na França caiu” (Glyn e Sutcliffe, 1972:81). Até meados de 1957, “provavelmente houve uma pequena queda a mais na parcela dos salários na renda nacional”.

Em meados de 1957 o governo abandonou sua política de estabilizar o custo de vida com subsídios, e a vantagem competitiva da desvalorização de 20% foi varrida quando os preços e salários subiram 18% no ano. Uma nova desvalorização de 17,5% em 1958 permitiu às firmas francesas manterem os preços (em franco) e, portanto, sua margem de lucros (...). O *boom* de exportações que se seguiu foi feito, portanto, às expensas da classe trabalhadora: o poder de compra dos ganhos médios por hora caíram 1,2% entre 1957 e 1959, enquanto a produtividade por hora subiu 5,5% – a parcela do trabalho caindo mais do que 1,5%. Não surpreendentemente, os investimentos cresceram cerca de 50% entre 1957 e 1961 – praticamente dobrando a taxa de aumento dos anos anteriores. (Glyn e Sutcliffe, 1972:81-2)

Nos anos de 1960, as pressões do mercado internacional, a modernização tecnológica e as derrotas no Vietnã e na Argélia possibilitaram um relativo aumento real dos salários, ao lado de um desemprego que, oscilante, ficou mais ou menos estável, associados à concentração da renda e da riqueza e ao aumento da porção miserável da sociedade. É nesta década que o problema dos imigrantes fez sua entrada no cenário francês (fenômeno que analisamos no Capítulo II), aumentando a complexidade de uma situação já permeada por insanáveis contradições e crescente instabilidade. Pela primeira vez desde 1930, houve um significativo crescimento real dos salários. Todavia, nos anos imediatamente anteriores a 1969, o “crescimento real dos salários diminuiu de 6% para 3%, com os ga-

⁸⁶ Cf. além de *Para além do capital* (2002), de Mészáros, também Paniago, 2003 e 2012.

nhos anteriores na participação do trabalho na renda nacional sendo parcialmente perdidos” (Glyn e Sutcliffe, 1972:82).

Este foi o pano de fundo econômico para as maiores greves de qualquer país em maio-junho de 1968, que resultaram na perda de 750 milhões de horas de trabalho (3% das horas anuais). O Protocolo de Grenelle, que terminou as greves e deu aos trabalhadores 10% de aumento de salário, reduziu as horas de trabalho e melhorou os benefícios indiretos (*fringe benefits*). O governo moveu-se para neutralizar estes ganhos: expandiu rapidamente a demanda para absorver o aumento dos salários numa maior produtividade, reduziu a taxação das companhias e organizou um crédito barato para as empresas poderem dar conta dos custos mais elevados dos salários. Esta política foi espetacularmente bem-sucedida. A produtividade aumentou muito rapidamente, de tal modo que os custos salariais aumentaram apenas 2% e as firmas foram capazes de manter sua promessa de segurar o aumento dos preços abaixo dos 3% entre abril e dezembro de 1968, sem colocar em risco sua margem de lucro. Houve apenas um aumento de fração na parcela dos salários [da riqueza nacional] em 1968 (2%), e absolutamente nenhuma em 1969. (Glyn e Sutcliffe, 1972:82)

A política econômica da França continuou no mesmo rumo nos anos seguintes. Em agosto de 1969 uma nova desvalorização do franco em 11% possibilitou que as empresas “elevassem os preços, e isto foi uma arma útil para redistribuir renda do trabalho para o capital” (Glyn e Sutcliffe, 1972:83). Ainda que novos aumentos tenham se verificado para os salários no ano seguinte, 1970, eles foram modestos também devido à tendência ao aumento do desemprego que já se fazia presente.

Em pouco mais de dois anos os ganhos econômicos das greves estavam perdidos, a produtividade do trabalho se elevava, e também a lucratividade do capital. Este é o resultado típico da vitória da “economia política do trabalhador” sobre a “economia política do capital”. Mesmo naqueles momentos mais favoráveis aos trabalhadores (como na França em 1936 e 1968, na Inglaterra de 1945-7 e de 1967-8 etc.), os ganhos econômicos são rapidamente revertidos em favor do capital, com uma maior ou menor participação do Estado.

Em um texto publicado em 1991 na França, *Da grande noite à alternativa*⁸⁷, Alain Bihl comentava com estas palavras a “integração” ao Estado do que ele denomina “movimento operário”:

(...) através de sua integração, o movimento operário seria progressivamente transformado em *estrutura mediadora do comando do capital sobre o proletariado*. Foi assim que, ao longo do longo período fordista, as organizações sindicais e

⁸⁷ Cito da edição brasileira, de 1998.

políticas tentaram canalizar a conflitualidade proletária, propondo-lhe e/ou impondo-lhe objetivos e perspectivas compatíveis com os termos do dito compromisso [entre o capital e o proletariado] e combatendo violentamente qualquer tentativa de explosão do quadro desse compromisso. Por exemplo, as organizações sindicais responderam às lutas, que alguns elementos do proletariado ocidental continuaram a conduzir contra a sua expropriação crescente em relação ao processo de trabalho, com reivindicações relativas aos salários, classificações, carreiras etc., tornando-se assim aliadas, se não cúmplices, das direções capitalistas. Além disso, o movimento operário não podia se integrar às estruturas de comando do capital senão com a condição de provar sua capacidade de “enquadrar” o proletariado.

Assim, se em certo sentido a integração do movimento operário estava de acordo com a estratégia majoritariamente seguida pelo proletariado ocidental durante a fase fordista, ao mesmo tempo transformava suas organizações em “cães de guarda” do capital (...). (Bihr, 1998:46)

O texto de Bihr possui grandes problemas aos quais nos voltaremos no Capítulo V. O importante é que mesmo um autor com um eurocentrismo tão pronunciado como o de Bihr, com uma análise permeada por um forte idealismo e que imputa aos “operários” uma responsabilidade significativa na criação dos Estados de Bem-Estar pela tese do “compromisso”, reconhece qual é o objetivo da integração ao Estado dos aparelhos sindicais e políticos dos trabalhadores: converteram-se em “cães de guarda” do capital.

Portanto (e concluindo o capítulo), o que vivemos durante os anos do Estado de Bem-Estar foi um coordenado movimento pelo qual os sindicatos abriram mão da luta contra o capital e, correspondentemente, o Estado abriu suas portas à participação em suas instâncias de várias lideranças dos trabalhadores⁸⁸. Os sindicatos passaram a fazer, no máximo, o que chamaríamos hoje de uma “oposição propositiva”: colaboraram com a classe dirigente e os burocratas do Estado em busca de alternativas aos graves e crescentes problemas do capitalismo. Essa colaboração de classe foi muito facilitada pelo aprofundamento da divisão dos trabalhadores entre a aristocracia operária e os trabalhadores de colarinho branco, de um lado, e, do outro, o “*residuum*” composto pelos operários, trabalhadores manuais, não especializados, trabalhadores parciais e demais assalariados

⁸⁸ Navarro é um autor com frequência citado quando se trata da tese que o Estado de Bem-Estar é uma vitória dos trabalhadores. Contudo, mesmo ele reconhece que “Durante os anos de 1950 e 1960, os sindicatos tinham obtido benefícios trabalhistas e bons salários em troca de sua colaboração no processo de racionalização técnica. Haviam colaborado com os empresários para melhorar a satisfação e a motivação” dos operários (Navarro, 1995).

de menor renda – além dos desempregados. A burocracia sindical investiu pesado nesta divisão (Bain, 1910:111 e ss.). Também foi útil à colaboração de classe a fragmentação dos trabalhadores em raças e gêneros, contrapondo os imigrantes aos trabalhadores autóctones, e as mulheres aos homens. Tal cizânia foi cuidadosamente semeada pelo Estado de Bem-Estar e pela burocracia sindical. Tudo isso articulado à burocratização da vida sindical e partidária.

Alguns poucos anos à frente, em meados de 1970, ao se iniciar a “crise estrutural”, para a manutenção da hegemonia burguesa foi decisivo este controle pela burocracia sindical e política da base e dos setores mais organizados e com maior tradição de luta dos trabalhadores. A cuidadosa e articulada ação do Estado burguês com seus aliados entre a aristocracia operária e o sindicalismo de colarinho branco, entre os setores pequeno-burgueses e a burocracia sindical e partidária, provou toda a sua utilidade ao impedir uma reação mais forte dos trabalhadores na década de 1970, ainda com os ecos da onda grevista na Europa em 1967 e 1968. Burocratização e controle, crescimento do peso do sindicalismo de colarinho branco e o desenvolvimento da aristocracia operária se articularam em um círculo vicioso em que, quanto mais burocratizada a vida sindical, mais divididos os trabalhadores e mais integrados os sindicatos ao Estado. A tendência que predominou na relação dos sindicatos com o Estado nos “30 anos dourados” foi a de uma vitória da estratégia da colaboração de classes – longe, portanto, de qualquer vitória dos trabalhadores.

O Estado, tal como no século 19, continuou sendo “o comitê que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa”, na definição clássica de *O Manifesto Comunista*. O que vivemos foi rigorosamente o oposto da democratização que prega o “mito” do Estado de Bem-Estar. Este cooptou o movimento operário, domesticando-o; aprofundou as divisões internas dos trabalhadores, enfraquecendo-os no confronto com o capital e com o Estado; fez refluir a consciência operária ao seu patamar mais economicista, possivelmente, da história do movimento dos trabalhadores. Com tudo isso, aplainou o terreno para os anos de neoliberalismo que estavam por vir. A entrada dos sindicatos no Estado não foi a alegada conquista de parte do poder pelos trabalhadores, mas a renúncia à luta revolucionária pelas suas lideranças políticas e sindicais mais importantes. Foi, em uma sentença, uma vitória histórica da burguesia sobre o proletariado, cujas nefastas consequências vivemos até hoje, meio século depois.

Capítulo IV – Democratizando a democracia?

Imaginamos, com enorme frequência, que haja incompatibilidade entre a ordem democrática e a tortura. Não seria impropriedade, por isso, perguntar se o Estado de Bem-Estar teria criado uma nova e diferente conexão entre o cidadão e o Estado, no que diz respeito à tortura. Os dados disponíveis parecem indicar que sim. Todavia, talvez não no sentido imaginado.

Coll e Miliband argumentam – cada um ao seu modo e com conclusões distintas – que, do pós-guerra até o início da década de 1970, diminuiu a democrática separação dos Poderes no Estado, e o Legislativo e o Judiciário passaram a sofrer interferências crescentes do executivo (Coll, 2008:189-90; Miliband, 1969:165 e 171). Coll, em particular, elogia o que ele acredita ser a maior eficiência trazida para a democracia pelo crescimento da burocracia e do seu poder autônomo de decisão. Um Estado que aplica políticas públicas necessitaria de uma maior burocracia e de uma maior autonomia do Executivo para aumentar a agilidade administrativa, segundo ele. As necessidades burocráticas trazidas pelas políticas públicas do período no Estado de Bem-Estar seriam o conteúdo do caráter democrático do fortalecimento do Estado pelo crescimento da burocracia e do Poder Executivo (Coll, 2008:166 e 187).

Miliband, em seu *State in the capitalist society*, também constata esta burocratização:

reformas sempre e necessariamente terminam muito aquém das promessas e (...) as cruzadas que deveriam (...) eliminar a pobreza, abolir a luta de classes, assegurar a justiça para todos, etc. etc. (...) regularmente empacam (*grind to a halt*), e o Estado vê-se sob novas e renovadas pressões. (Miliband, 1969: 271)

Para enfrentar tais pressões, o Estado recorre à repressão, “ou

melhor, reforma e repressão são tentadas simultaneamente”. “Todavia, na medida em que reformas se mostram incapazes de subjugar pressões e protestos, a ênfase muda para repressão, coerção, poder de polícia, lei e ordem, luta contra a subversão etc.”. Neste processo, aqueles “que controlam as alavancas do poder acham cada vez mais necessário erodir os traços da ‘democracia burguesa’ através das quais a pressão popular é exercida”.

O Estado deve se armar com meios mais extensivos e mais flexíveis de repressão, procurar definir de modo mais estreito a área da dissensão e oposição “legítimas”, e inculcar medo naqueles que tentam além destes limites. (Miliband, 1969:271-2)

Contudo, já que “a repressão, tal como a reforma, não alcança seus propósitos”, “este processo tem tendências cumulativas muito fortes”. “É neste percurso que reside a transição da ‘democracia burguesa’ ao autoritarismo conservador” (Miliband, 1969:271-2)⁸⁹. Miliband, o pai, enxergava longe. Para ele, tal “transição não necessita assumir um caráter dramático ou requer a violenta mudança nas instituições. Nem seu progresso ou resultado necessitam ser idênticos ao fascismo dos anos entre guerras”. Pelo contrário,

É facilmente possível conceber formas de autoritarismo conservador que não seriam “fascistas” no velho sentido, que seriam alegadamente “democráticas” precisamente porque não seriam “fascistas”, e cujo estabelecimento seria defendido como do próprio interesse da democracia enquanto tal. (...) A transição gradual do capitalismo para o socialismo pode ser um mito: mas a transição gradual da “democracia burguesa” a formas mais ou menos pronunciadas de autoritarismo, certamente não o é. (Miliband, 1969:272)

Para não deixar dúvidas:

De fato, a maior de todas as questões acerca dos regimes de tipo ocidental é por quanto tempo sua estrutura “democrático-burguesa” permanecerá (*is likely to remain*) compatível com as necessidades e finalidades do capitalismo avançado, já que suas contradições econômicas, sociais e políticas são de tal tipo a tornar impraticável a ordem política com a qual, até agora, em geral tem sido capaz de se acomodar. (...) As sociedades capitalistas avançadas estão

⁸⁹ Macpherson afirma algo semelhante: “Iniciamos nossa investigação acerca das mudanças na teoria liberal-democrática com a questão: mudou o suficiente para merecer um novo nome? Haveria, agora, uma nova teoria pós-liberal-democrática? A resposta é evidente. O que temos agora não é teoria pós-liberal-democrática, mas teoria liberal recessiva. Seria mais apropriado denominá-la de teoria liberal pré-democrática” (Macpherson, 1965).

submetidas a tensões mais agudas que por muito tempo no passado e (...) suas inabilidades para resolver tais tensões fazem suas evoluções para o autoritarismo conservador mais provável do que o oposto. (Miliband, 1969:267-8)

Ainda que não com a visão de longo prazo de Miliband, a editoria da *New Left Review* em 1967 avalia que as “disparidades de renda e riqueza são tão grandes como sempre o foram”, “nunca se necessitou [tanto] que os sindicatos fossem tão militantes”. Por isso lamenta, em meio à onda de greves na Inglaterra em 1967-8, o “vigor da atual ofensiva do governo contra o movimento sindical” (Editorial, 1967).

Para não nos alongarmos além do imprescindível, autores tão diferentes como István Mészáros (2002), Westeggard and Resler (1975:12) e Tom Nairn (1964b) assinalam que os anos de 1950-60 presenciaram um processo de crescimento da burocracia estatal, um aumento do poder do Estado diante dos cidadãos, um crescente controle político e repressivo sobre as oposições, em um sentido próximo à observação de Robin Blackburn: o “(...) governo britânico pode mover uma furiosa campanha de repressão sem de modo algum abandonar a democracia burguesa” (Blackburn, 1971:21-2).

Esta tendência à burocratização e ao autoritarismo, ao predomínio do Poder Executivo sobre o Legislativo e o Judiciário, caminhou passo a passo com o aumento do peso do complexo industrial-militar. É obra do Estado de Bem-Estar o desenvolvimento de um arsenal nuclear capaz de destruir a Terra 66 vezes (a URSS, por seu lado, podia destruir 33 vezes o planeta). Nunca antes a estabilidade do sistema do capital, para ficar com Mészáros, precisou tanto e tão amplamente da perdulariedade do complexo industrial-militar⁹⁰. Chomsky, em *Deterring democracy* (1991), cita o *Magazine of Wallstreet*, de 1951:

⁹⁰ “A vantagem da ‘guerra’, independentemente da sua temperatura [o autor se refere à distinção entre a guerra quente, com o emprego de armas nucleares, e a guerra fria], é que cria uma imensa demanda por bens duráveis que não pode ser saturada, ou porque os bens estão sendo constantemente destruídos ou porque, na imaginação dos planejadores militares, é sempre possível criar melhores sistemas de armas independentemente de seu uso efetivo no campo de batalha. As pessoas podem comer apenas uma quantia limitada, mas o apetite do Estado por bombardeiros é insaciável” (Lewontin, 1997:6). Mészáros argumenta sobre a necessidade ontológica do complexo industrial-militar para os “30 anos dourados”, bem como a fase posterior, que se inicia em 1970, quando da crise estrutural do capital (Mészáros 2002: Capítulos 15 e 18, principalmente). Reinaldo Carcanholo (2010) apresenta uma interessante hipótese da mediação do complexo industrial-militar na conversão do capital em capital fictício, ainda que não seja possível acompanhá-lo em todos os momentos (trabalho produtivo não assalariado etc.).

(...) é óbvio que as economias estrangeiras bem como a nossa própria são agora principalmente dependentes do escopo da continuidade dos gastos militares neste país [isto é, nos EUA]. (Chomsky, 1997:49)

No imediato pós-guerra, também para as recuperações europeia e japonesa, os contratos militares jogaram um papel fundamental. Não apenas ao consumir produtos destes países, mas também por possibilitar o financiamento americano para que tais países comprassem os produtos fabricados nos EUA (Chomsky, 1997:48-9). Gabriel Kolko, em *Century of War* (1994), argumenta com profusão de dados que o fator singular que mais afetou o desenvolvimento das sociedades no século 20 foram as guerras (1994:X).

Em *Imperialism* (1978), Harry Magdoff nos oferece uma análise do fenômeno do imperialismo muito interessante, ainda que típica de uma parcela da esquerda dos países capitalistas centrais na década de 1970, que tendia a desconsiderar a importância da exploração da força de trabalho dos países periféricos para a reprodução do capital “imperialista”. Neste texto, ele coloca nestes termos o peso do complexo industrial-militar para o equilíbrio da economia nos “30 anos dourados”:

O militarismo que opera para controlar o resto do mundo está ao mesmo tempo contribuindo para moldar a natureza da sociedade norte-americana. Alguma noção da imensidão deste impacto pode ser obtida ao se observar a importância dos gastos militares para a situação de desemprego/emprego. Nos primeiros três triênios de 1969, aproximadamente 8,3 milhões de pessoas foram empregadas como resultado dos programas militares: 3,5 milhões nas forças armadas, 1,3 milhões como empregados civis do Departamento de Defesa e 3,5 milhões envolvidos na produção e movimentação dos bens comprados pelas forças armadas. Ao mesmo tempo, havia ao menos 3,7 milhões de desempregados.

Consideremos por um momento o que aconteceria se os 8,3 milhões não estivessem engajados nas questões militares. Sem um emprego substituto, isto poderia significar mais de 12 milhões de desempregados, ou uma taxa de desemprego de 14,3%. A última vez que os EUA tiveram uma tal taxa de desemprego foi em 1937. A porcentagem da força de trabalho desempregada em 1931, o segundo ano completo da Grande Depressão, era menos que dois pontos percentuais mais elevada, 15,9%.

Isto sem levar em conta o efeito multiplicador. Estima-se que de cada dólar gasto em defesa, gera-se outro 1 a 1,40 dólar no produto nacional bruto. Aceita a estimativa mais baixa e também, por uma questão de mero argumento, uma equivalente produtividade nos setores civis e militares, alcançamos uma taxa de desemprego ao redor de 24,3% na ausência dos gastos militares. Compare este montante com o ponto mais profundo da Depressão, em 1932: 24,9% (Magdoff, 1978:207-8).

Quanto ao peso das compras estatais nos “30 anos dourados”, ainda se referindo aos Estados Unidos, Magdoff pondera:

(...) um dos principais atributos dos enormes gastos militares nos anos do pós-guerra é sua concentração no campo dos produtores duráveis e o estímulo à demanda por máquinas e equipamentos. Se combinarmos os gastos com os produtores de bens duráveis resultantes dos gastos militares e privados pelo mesmo tipo de mercadorias, encontraremos o seguinte: 36% da produção das indústrias produtoras de bens duráveis é direta ou indiretamente comprada pelo governo federal. (Estes dados são de 1963, antes do impacto da Guerra do Vietnã.) É aqui, eu sugiro, que podemos encontrar o papel peculiar dos gastos militares na elevação e sustentação da produção e do emprego em novos patamares. (Magdoff, 1978:209)

Magdoff observa que estes não são os únicos “impactos” dos gastos com o complexo militar. Devem-se acrescentar a eles, ainda, as “pesquisas estimuladas” pelos programas militar e espacial, o papel destes gastos na manutenção e crescimento das grandes corporações e empreendimentos capitalistas, o peso da força militar norte-americana na manutenção do dólar como moeda internacional etc., para então concluir:

Pelo menos, pode-se concluir, as análises e teorias econômicas que omitem o imperialismo e o militarismo de seus paradigmas fundamentais estão muito distantes da realidade do mundo atual. Mais realisticamente, podemos dizer que elas operam no sentido de obscurecer a verdade sobre os grandes problemas e perigos da segunda metade do século 20. (Magdoff, 1978:210)

É significativo que esta dependência para com o complexo industrial-militar não seja uma descoberta posterior aos “30 anos dourados”. Pelo contrário, a bibliografia entre 1945 e 1970 já assinalava que, sem o complexo industrial-militar, o Estado de Bem-Estar não poderia ter se desenvolvido. Defendendo que seria possível um corte significativo das despesas militares na economia inglesa, pois ela não dependeria tanto como os EUA do complexo industrial-militar (seus argumentos sobre este ponto não são muito convincentes, como ele mesmo reconhece poucas linhas depois), M. Artis, em “The defense burden”, argumentou:

O papel keynesiano da produção para defesa nos EUA é algo qualitativamente diferente [que na Inglaterra]: efeitos locais ainda são importantes, particularmente na Califórnia, mas são os efeitos gerais ou nacionais da produção para defesa os mais importantes. A manipulação dos programas da produção para defesa é um bem conhecido estabilizador da economia. Economistas americanos são, na maior parte, muito precisos sobre isso: Alvin

Hansen, por exemplo, em *The American Economy*, declarou categoricamente que “nossos gastos militares não nos fizeram pobres, eles nos colocaram para trabalhar”. (...) o rearmamento parcialmente resolveu o problema do desemprego para a América [os EUA], e fez com que, até 1949, a taxa de desemprego novamente atingisse a marca dos 5% (...)

Ao mesmo tempo, continua Artís, a economia americana está equilibrada precariamente: o problema da afluência traz consigo o problema que uma mudança no humor, uma “rebelião dos consumidores” (tal como a que resistiu à mudança nos modelos dos automóveis em 1958) pode disparar uma recessão econômica ante a qual as autoridades são impotentes, no curto prazo, para prevenir. É deste modo que as despesas com defesa vieram a assumir uma posição crucial na economia americana. Ao mesmo tempo, enquanto elevados níveis de produção para defesa atuam em alguma medida como preventivos contra flutuações nos negócios, a ausência de instrumentos alternativos de controle econômico significa que na eventualidade de uma queda abrupta (*down turn*), um ajuste no programa de defesa é convocado para salvar a situação.

Nas recessões de 1953-4 e 1958-9, reajustes das encomendas de defesa tiveram um efeito pronunciado em contrabalançar a tendência de queda (...); em 1948-9, a menor produção para defesa foi parcialmente responsável pelo início da queda, e apenas mais tarde o ímpeto da Guerra da Coreia serviu para acelerar os níveis de gasto com a defesa. (...) Parece evidente em demasia que nos EUA a produção para defesa tem sido crucial, tanto continuamente como um elemento contracíclico. Há razões muito boas por que os capitalistas toleram e aceitam um setor tão grande do setor público desde que esteja confinado à produção para defesa e, correspondentemente, ganha forma a teoria marxista tradicional segundo a qual os interesses entronados (*vested interests*) com sucesso inibirão qualquer tentativa real de se alcançar um desarmamento. (...) (Artís, 1960:44-6)

No mesmo sentido, Joan Robinson, em “Latter Day Capitalism” (1962):

Nos Estados Unidos, o orçamento militar declarado corresponde a cerca de 10% da renda nacional e é igual a 60% do investimento bruto. O que quer que tenha sido, a prosperidade keynesiana foi um produto colateral (*by-product*) da Guerra Fria. (...) Ainda não foi provado que recessões podem ser evitadas exceto por gastos militares, e já que, para justificar armamentos, a tensão internacional tem de ser mantida elevada, parece que a cura é bem pior do que a doença. Ainda não foi provado que prosperidade continuada é compatível com preços estáveis. Ainda não foi provado que um sistema tolerável de relações comerciais pode ser desenvolvido entre nações cada uma perseguindo sua própria política econômica. Acima de tudo, ainda não foi possível manter o ritmo de desenvolvimento sem o qual o sistema está continuamente em perigo de cair abaixo de sua velocidade de estol. (Robinson, 1962)

Primeiro aspecto que devemos fixar: a crescente burocratização e centralização do Estado após a Segunda Guerra Mundial foi acom-

panhada pelo crescimento do complexo industrial-militar. Veremos, agora, outro fenômeno concomitante: a generalização pelo planeta das transnacionais e das ditaduras (muitas, militares).

1. Ditaduras e transnacionais

É só porque a leitura deixou de ser um hábito que precisamos recordar alguns fatos bastante conhecidos há vinte ou trinta anos. Fosse, por exemplo, *As veias abertas da América Latina* de Eduardo Galeano um livro ainda frequentado, bastaria um parágrafo para sintetizar as próximas páginas.

Para a maior parte dos autores⁹¹, os países que conheceram o Estado de Bem-Estar eram, também, os países capitalistas mais desenvolvidos. São, exceto os EUA e os países nórdicos, as antigas metrópoles coloniais, nações em que o capitalismo se desenvolveu primeiro. Suas acumulações primitivas foram asseguradas também pelas riquezas naturais e pelo excedente de trabalho que retiraram de suas colônias.

Considerado em seu todo, o imperialismo passou por sucessivos estágios, cada qual com maior capacidade de concentrar riqueza nas metrópoles. Foi assim da passagem do mercantilismo para o imperialismo do final do século 19. E, depois, para a nova etapa que se consolidou com os Estados de Bem-Estar: as transnacionais e sua contrapartida política, as ditaduras, quase sempre militares, das décadas de 1950-80.

Sendo lacônico: com a superprodução trazida pelo fim da Segunda Guerra Mundial, era preciso um montante de riqueza cada vez maior para financiar os crescentes custos da reprodução do capital. Mais do que converter as riquezas naturais em capital, como tinha sido a regra desde o século 16, era agora imprescindível que as antigas colônias gerassem mais-valia absoluta para as economias dos países centrais – entre outras coisas, para financiar um mercado consumidor (também composto por suas aristocracias operárias) que ajudasse a administrar a superprodução que pairava como um fantasma no horizonte. A “modernização” de alguns dos países colonizados – aqueles que exigiriam investimentos menores para “receber” as transnacionais e que ofereciam segurança política para um retorno mais rápido do investimento – implicou quebrar a resistên-

⁹¹ Os autores da coletânea *The State of Social Welfare* (Dixon e Scheurell, 2002), por exemplo, não concordariam com esta afirmação.

cia de seus trabalhadores ao arrocho salarial e às duras condições de trabalho inerentes a tal “modernização”. Quase sempre, também, exigiu destruir economicamente setores da burguesia local que não teriam como concorrer com as transnacionais ou sobreviver no novo ambiente econômico. A forma predominante de realizar esta “adaptação modernizadora” foram as ditaduras. Em meados dos anos 1950, documentos como a NSC 5432 “U.S. Policy toward Latin America” postulavam que “a maior ameaça” para os interesses estadunidenses eram os “regimes populistas” que tendiam a responder às pressões para elevar “o baixo nível de vida das massas”, bem como “diversificar as economias” nacionais, já que tais medidas dificultavam a remessa de capitais ao exterior (Chomsky, 1997:49).

Na América Latina, como nos outros lugares, a “proteção de nossos recursos” deve ser a preocupação principal, explicava George Kennan. Já que a principal ameaça aos nossos interesses é autóctone, devemos tomar consciência, continuou ele, de que “a resposta final pode não ser agradável” – nomeadamente, “repressão policial pelo governo local”. “Duras medidas de repressão” não devem nos causar pruridos enquanto “o balanço dos resultados for favorável aos nossos propósitos”. Em geral, “é melhor ter no poder um governo forte que um governo liberal, se este for indulgente e relaxado, penetrado por comunistas”. O termo “comunista” é usado no discurso norte-americano em um sentido técnico, referindo-se a líderes trabalhistas, organizadores de camponeses, padres que organizam grupos de ajuda mútua e outros com “prioridades equivocadas”. (Chomsky, 1997:49)

Chomsky continua citando documentos oficiais do governo estadunidense do final da década de 1950 e início dos anos de 1960. Se os planos para os países sob domínio dos EUA não forem populares,

(...) não seriam necessárias medidas sutis. Sob a cobertura dos programas de ajuda do governo dos EUA (USAID), “missões de segurança pública” treinaram as forças policiais. A razão, assinalada pelo Departamento de Estado, é que a polícia é a “primeira a detectar descontentamento entre a população” e “deveria servir como um dos principais meios pelos quais o governo assegura sua aceitação pela maioria”. Uma força policial efetiva pode frequentemente abortar desenvolvimentos que, de outro modo, requereriam “grandes cirurgias” para “se contrapor a estas ameaças”. Mas as operações policiais podem não ser suficientes. Por isso os planejadores norte-americanos sublinharam a necessidade de se tomar o controle dos militares latino-americanos, descritos como o “grupo menos anti-americano dos agrupamentos políticos”. Sua tarefa, explicavam os “intelectuais de ação” do governo Kennedy, era “remover do posto líderes governamentais sempre que, segundo a avaliação dos militares, a condução de tais líderes fosse deletéria para o bem-estar da nação” – uma obrigação para a qual eles deveriam estar equipados, uma vez que o treino provido pelos EUA lhes possibilitava “a compreensão e a orientação dos objetivos dos Estados Unidos”. (Chomsky, 1997:50)

A missão dos militares da periferia do império passou da “defesa do hemisfério” para a “defesa interna” (Chomsky, 1997:50). Conhecemos bem demais o resultado deste processo para que seja necessário continuar a descrevê-lo.

Todavia, no início de 1970, impressionados pela capacidade dos capitais imperialistas em promover a industrialização de países periféricos, alguns autores passaram a questionar se, de fato, o imperialismo continuaria sendo “imperialista”. Os processos de industrialização associada ao capital estrangeiro, em vários países da periferia pareciam dar razão a tais teses. Promoviam o desenvolvimento das forças produtivas fora dos países centrais, com forte impacto sobre a formação das classes sociais pela conversão das antigas oligarquias agrícolas nas recém-surgidas burguesias industrial e bancária. Ao lado do tradicional campesinato e das relações de produção mais atrasadas no campo, desenvolviam-se uma classe operária urbana e um proletariado rural.

Em outras palavras, tal como houve ilusões de que o Estado de Bem-Estar significaria a superação do capitalismo pelo desenvolvimento do próprio capitalismo, também se imaginou que esta nova necessidade de o capital promover a industrialização de alguns dos países periféricos significaria o fim do imperialismo. Como diria Gareth Stedman Jones alguns anos depois, referindo-se ao imperialismo americano, em um comentário que poderia ser generalizado:

A invisibilidade do imperialismo americano, quando comparado como o colonialismo territorial dos países europeus, tem sido internalizada por seus historiadores em tal extensão que, com uma clara consciência, têm negado sua própria existência. Se isto é resultante do ouro do Departamento de Estado ou simples inabilidade de captar distinções conceituais, o produto final tem sido o mesmo: significa, nas palavras de Barrington Moore, astuta propaganda, mas má história e má sociologia. (Jones, 1970:61)

Em oposição às teses que afirmavam o fim do imperialismo nos “30 anos dourados”, há um número quase infindável de estudos que evidenciam como, em sua essência, a política externa dos países que conheceram o Estado de Bem-Estar continuou a mesma, com idêntica finalidade: retirar do restante do mundo a maior quantidade possível de riqueza⁹². Mesmo entre autores que se afastam de uma

⁹² Um balanço abrangente das intervenções nesse debate – ainda que não seja possível acompanhar o autor em todas as suas conclusões – pode ser encontrado em Bob Rowthorn, “Imperialism in the Seventies – Unity or Rivalry?” (1971); Brown, B. (1960), “Imperialism yesterday and today”, é típico das ilu-

posição mais nitidamente marxista ou leninista no emprego da categoria de imperialismo – como Arghiri Emmanuel ou Samir Amim – há um amplíssimo consenso de que a transferência de riqueza para os países mais desenvolvidos é a marca desta relação entre o “Primeiro” e o “Terceiro Mundo”, ou entre os países centrais e a periferia, como se queira.

sões da possibilidade de a política externa do Estado de Bem-Estar conduzir ao fim da miséria nas antigas colônias. Mandel, em uma resenha do livro de Baratt Brown, *After Imperialism*, faz uma série de considerações interessantes sobre as novas teses (Mandel, 1964). Sobre a relação entre a internacionalização econômica e os Estados Nacionais, conferir a polêmica entre Murray e Warren nas páginas da *New Left Review* (Murray, 1971; Warren, 1971). Também de Bill Warren, “Imperialism and Capitalist Industrialization” (1973). Arghiri Emmanuel se opôs às concepções de Warren em “Myths of Development versus myths of Underdevelopment” (Emmanuel, 1974). Uma exposição detalhada das concepções de Emmanuel está em “White-Settler Colonialism and the Myth of Investment Imperialism” (Emmanuel, 1972). Uma crítica certa e precisa das teses de Warren foi publicada na *New Left Review* por Philip McMichael, James Petras e Robert Rhodes, “Imperialism and the Contradictions of Development” (1974). Sobre o impacto dos “programas de ajuda” no desenvolvimento da periferia do sistema do capital, cf. C. R. Hensman em *Rich against Poor, the reality of aid* (1971): “*Todos os dias* mais casas são destruídas, mais oficinas, escolas, hospitais, fábricas, estradas, represas e pontes são explodidas, mais pessoas e animais são aleijados ou mortos, mais terras são convertidas em estêreis. Homens, mulheres e crianças são caçados em suas próprias terras por estrangeiros, como se fossem vermes; reservas de comida são saqueadas e destruídas; muitos dos capturados são violentados, torturados ou obrigados a fazer parte de exércitos contra seus próprios povos. *Todos os dias*, na terra dos ricos, trabalhadores industriais estão fazendo explosivos, helicópteros, navios de guerra, tanques, caminhões militares, bombas, granadas, balas, rifles, baionetas, napalm, armas químicas e biológicas, minas, aparelhos de detecção e outros equipamentos para serem usados contra os pobres. Políticos estão elaborando políticas para agir contra os pobres que se organizaram e começaram a romper com sua miséria. Padres estão invocando esperançosos os poderes divinos e aliviando o mal-estar dos que devem maltratar, jogar bombas, torturar ou matar os pobres. (...) Jornalistas estão fabricando histórias para mostrar como os pobres que resistem são cheios de artimanhas e agressivos. Cientistas estão fazendo armas cada vez mais mortais (...) [depois de mais e mais exemplos]. Não há nenhuma sinistra conspiração aqui: é apenas o funcionamento normal de um sistema internacional para o qual a revolta do pobre contra seu *status* subserviente é considerada um desastre” (Hensman, 1971:271-2). Um texto que teve um forte impacto nos EUA e no México foi o estudo do antropólogo Oscar Lewis, *The children of Sanchés* (1961), em que descrevia o dia a dia de uma família de trabalhadores mexicanos sob o impacto da política externa estadunidense. O livro foi proibido no México e, mesmo depois de ter sido derrubada a proibição, a Fundo de Cultura Econômica, a famosa casa editora, se recusou a publicá-lo (“Introduction to Oscar Lewis”, *New Left Review*, I/38, 1966).

O cerne da divergência se localizava 1) na importância, no peso histórico dessas transferências para a acumulação do capital nos países receptores desta riqueza, e 2) se continuariam sendo “imperialistas” as mediações e as formas destas transferências na etapa atingida pelo capitalismo após a Segunda Guerra (como os inúmeros “programas de ajuda”, patrocinados ou não pela ONU, dos países “mais ricos” para os “mais pobres” etc.). Divergências assinaladas, há também um vasto consenso de que a nova etapa do capitalismo mantinha a exploração das ex-colônias pelo capital das ex-metrópoles e que o caráter violento e brutal da dominação internacional se mantinha ou se intensificava. Eram anos da Guerra da Coreia, da Argélia, do Suez, do conflito Israel – Palestinos, do Vietnã, da repressão aos negros da então Rodésia (atual Zimbábwe) e da República Sul-Africana, da invasão do Camboja [atual Kampuchea] pelos EUA, do golpe militar no Chile, Argentina, Uruguai etc.

2. A política externa dos EUA

Sem desconsiderar as eventuais contradições pontuais entre os países capitalistas mais desenvolvidos, que podem ter maior ou menor peso nas disputas locais (por exemplo, a oposição da França de Charles de Gaulle à política estadunidense para a NATO), não é uma inverdade afirmar que os Estados Unidos ditaram a política externa dos Estados tipicamente considerados como de Bem-Estar. Uma rápida olhada no que se tornou o programa não oficial, mas real, da política externa nos anos de 1960 dos Estados Unidos pode ser elucidativa.

Walt W. Rostow, economista do MIT e Assessor Presidencial para Segurança Nacional do governo Kennedy (Montgomery, 1997:XXIX) e importante estrategista para a Guerra do Vietnã, em discurso na formatura da “turma do curso de contraguerrilha no Centro de Guerra Especial do Exército em Fort Bragg” (dos 80 formandos, 63 eram de vinte países diferentes – Rostow, 1962:464, nota), expõe a sua tese, desenvolvida quatro anos antes em *The stages of economic growth* (1958), segundo a qual “o que está ocorrendo em toda a América Latina, África, Oriente Médio e Ásia” é que “as velhas sociedades estão se transformando para criar e manter uma personalidade nacional na cena mundial e trazer aos seus povos os benefícios que a moderna tecnologia pode ofertar” (Rostow, 1962:465).

Este processo é verdadeiramente revolucionário. Toca todos os aspectos da vida tradicional: econômico, social e político. A introdução de moderna

tecnologia não apenas traz novos métodos de produção, mas um novo estilo de vida familiar, novas ligações entre vilas e cidades, o início de uma política nacional, e uma nova relação com o mundo exterior.

Como todas as revoluções – prossegue Rostow – a revolução da modernização é perturbadora. Os indivíduos ficam divididos entre suas obrigações para com seus antigos e familiares modos de vida e a atração do moderno estilo de vida. O poder de grupos sociais antigos – notadamente dos grandes proprietários de terra que dominam as sociedades tradicionais – é reduzido. O poder se desloca em direção àqueles que podem comandar as ferramentas da tecnologia moderna, incluindo as armas modernas. Homens e mulheres, nas vilas e nas cidades, sentindo que suas antigas formas de vida estão falindo e que novas possibilidades estão se abrindo, passam a expressar velhos ressentimentos e novas esperanças. (Rostow, 1962:465)

Os países mais pobres e nos quais a “revolução da modernização” está gerando as maiores tensões é a “grande arena que os comunistas estão explorando com muita energia”. Todavia, os comunistas

sabem que o período em que podem tomar o poder nas áreas subdesenvolvidas é limitado. Eles sabem que, conforme o movimento ganha força nas áreas subdesenvolvidas – e os problemas sociais fundamentais herdados da sociedade tradicional forem resolvidos –, diminuem suas chances de tomar o poder. É nas nações mais fracas – enfrentando seu momento de transição mais difícil – que os comunistas concentram sua atenção. Eles são os parasitas do processo de modernização. (Rostow, 1962:465-6)

Quais as finalidades da política externa estadunidense? “Nós também reconhecemos que um processo revolucionário está em andamento. Estamos comprometidos com a proposição de que este processo revolucionário de modernização deve prosseguir”. Nos seguintes termos:

As mesmas crenças filosóficas e religiosas que comandam que respeitemos o caráter único de cada indivíduo fazem com que naturalmente respeitemos a singularidade de cada sociedade nacional. Além disso, nós americanos [isto é, estadunidenses] estamos confiantes de que, se a independência desse processo for mantida nos próximos anos e décadas, tais sociedades escolherão suas próprias versões do que reconhecemos como uma sociedade aberta e democrática. (Rostow, 1962:466)

Resenhando a coletânea em que foi publicado o texto de Rostow acima (Osanka, 1962), Robin Blackburn (1963) ressalta que tal discurso é não apenas uma confissão das finalidades da política internacional do novo governo Kennedy, como ainda propugna o desenvolvimento ainda maior do poderio militar norte-americano e das intervenções clandestinas nos países do Terceiro Mundo. O po-

derio estadunidense careceria não de mísseis intercontinentais ou de bombas atômicas, diz um dos textos da coletânea, mas de “agentes provocadores”!

As mais absurdas das fantasias sobre agressão recebem o endosso indireto de pronunciamentos nas mesmas páginas pelos ideólogos e burocratas do regime [estadunidense]. Assim, em um ensaio Burnham advoga que os Estados Unidos deveriam adotar uma nova “ferramenta de guerra”, POLWAR ou guerra política (*political warfare*), um sistema baseado em “quadros blanquistas, manipulação das multidões, guerrilhas, guerra psicológica, operações paramilitares, subversão, corrupção, infiltração com unidades móveis especializadas tipo *rangers* (...)”. (Blackburn, 1963)⁹³

Blackburn acrescenta:

Numa POLWAR genuína, o sistema de ajuda internacional nada mais é que uma chave para abrir a porta para a conduta de operações de campo: informação e propaganda não são escola para ensinar a agradável verdade sobre como se é simpático, mas uma arma psicológica para minar, distrair e ferir o inimigo; bolsas de estudo para estudantes não são uma ajuda aos necessitados, mas uma cobertura para o treinamento de ativistas. (Blackburn, 1963)

A descrição da política externa do governo trabalhista inglês, em um editorial da *New Left Review*, mostra como não há grandes diferenças entre o que ocorre dos dois lados do Atlântico:

(...) as realidades da política externa trabalhista [*i.e.*, do Partido Trabalhista] não mais são de qualquer modo duvidosas. No curto espaço de seis meses, o governo Wilson manipulou as eleições contra o partido majoritário na Guiana Inglesa, participou da repressão belgo-norte-americana da revolta popular no Congo, ajudou a caçar opositorista em Nyasaland, metralhou estudantes e trabalhadores grevistas em Bahrein, reforçou sua ocupação militar na South Arabia [atual Iêmen], lutou uma guerra neocolonial contra a Indonésia e deu seu apoio aos bombardeios norte-americanos do Vietnã. Em todas as principais zonas subdesenvolvidas no mundo hoje – na América do Sul, na África, no Oriente Médio e na Ásia de Sul-sudeste – as tropas britânicas estão na linha de fogo, impondo o neoimperialismo armado aos povos de cor e despossuídos do Terceiro Mundo. Enquanto isso, a tirania racista da África do Sul recebeu armas britânicas e o regime dos colonizadores brancos da Rodésia foi assegurado de que a Inglaterra não recorrerá à intervenção militar caso declarasse sua independência. O contraste fala por si mesmo. “O imperialismo, hoje e amanhã, permanece o centro da nossa própria situação”,

⁹³ “Quantos homens e mulheres (mulheres são muito importantes no manejo de multidões) temos hoje – se é que temos algum – em treinamento para missões de explorar os conflitos de rua, multidões e bandos para nossa vantagem política?” (*apud* Blackburn, 1963).

escrevemos no último número da [*New Left Review*]. Toda a experiência política da administração trabalhista (*Labour Administration*) até agora testemunha esta verdade. (Editorial da *New Left Review* nº 31, de maio/junho de 1965⁹⁴).

Essa análise é confirmada por Tom Nairn:

A característica marcante (...) do neoimperialismo britânico é a extensão com que – após todas as derrotas políticas e econômicas dos últimos anos – preservou intactos seus órgãos centrais. Sob o arranjo heterogêneo de vestígios coloniais, protetorados, tratados, laços políticos e culturais, os rituais do *Commonwealth*, ainda subsiste a estrutura econômica e financeira da Zona da Libra Esterlina (*Sterling Area*). O papel de banqueiro mundial provou ser o mais difícil, mais resistente, setor do imperialismo, ainda suficientemente importante para governar a evolução da sociedade britânica. Tornou-se a realidade, a “profana estrutura que sustenta a sacrossanta superestrutura do *Commonwealth*”. (Nairn, 1965)

Assim foi feito: uma enorme cadeia de intervenções militares, paramilitares, POLWAR, por todo o Terceiro Mundo, foi levada a cabo pelos Estados de Bem-Estar. Uma enorme cadeia significa uma *enorme* cadeia: mais de uma centena de intervenções armadas envolvendo destacamentos militares acima de um batalhão apenas nos anos de 1950-60 (David Montgomery fornece o número de “194 guerras”). Entre elas, a guerra da Indochina, na qual os franceses são derrotados em 1954; a guerra da Argélia, na qual os mesmos franceses são derrotados em 1962; e a guerra do Vietnã, na qual os EUA são derrotados em 1975. Tivemos mais de três vezes este número de intervenções militares em menor escala e sabotagens.⁹⁵

⁹⁴ Cf. também o editorial da *New Left Review* nº 38, July-August 1966.

⁹⁵ Montgomery, 1997:XIX. Material muito interessante sobre as intervenções menos mencionadas são: O'Connor, H. (1962), *World Crisis in Oil*, em especial as partes IV e V (sobre as intervenções imperialistas americanas, inglesas e francesas, principalmente no Oriente Médio); Halliday, F. (1970) “Counter-revolution in the Yemen” (para as intervenções no Yemen); Jones (1965), acerca do imperialismo britânico no Oriente Médio; Petras, J. (1964), “Dominican Republic: revolution and restoration” (para a República Dominicana), e Petras, J. (1966), “Co-ordinated counter-revolution” (sobre a situação latino-americana). Sobre a guerra da Indochina e a intervenção francesa, ver Roy, 1984; sobre a Guerra do Vietnã, ver Burchett, 1967; Karnow, 1991; Fehrenbach, 1963 (ainda que este último trate da Coreia, traz interessantes reflexões sobre a crescente escalada americana no Vietnã). Sobre o golpe de Marcos nas Filipinas, Fast (1973); sobre os crimes de guerra e a moralidade do imperialismo, ver “Imperialist Morality – Interview with Jean-Paul Sartre on the War Crimes Tribunal” (Sartre, 1967), e também Russel, Dedijer (1970), *Estados Unidos no banco dos réus*; sobre a situação na Irlanda ao final da década de 1960 como uma extensão das políticas imperialistas desde o século 16, conferir Gibbon, 1969.

Pouca diferença de detalhes, quase nenhum na essência, entre Rostow e a doutrina oficial de Reagan-Bush, entre os trabalhistas ingleses dos anos de 1950-60 e os Toni Blairs da vida: onde se lia comunistas, escreve-se agora terroristas. Onde havia agentes sabotadores, fala-se agora em unidades de elite ou ações clandestinas... Iraque e Afeganistão são o Vietnã e Camboja dos novos tempos.

3. A repressão e a tortura

Encontrei M. Khebaili nas escadas do quartel-general da D.S.T. na Rue des Saussaies em uma manhã de dezembro no verão de 1958, quando eu estava sendo conduzido para o interrogatório. Jamais esquecerei a imagem, apesar de estar sob meus olhos não mais do que vinte ou trinta segundos. Há memórias que ficam gravadas na mente e é possível invocá-las a qualquer momento. Esta é uma delas. Eu estava subindo as escadas e M. Khebaili estava descendo; ele se movia tão vagarosamente que tive tempo suficiente para compor a forma – ou, melhor, a carência de forma (*formless*) de sua face. Era como um vasto ferimento e apenas seus olhos – pronunciados, escancarados – indicavam ser a face de um humano. Em vez de lábios, dois pedaços partidos de carne vermelha, grandes e grotescos; em vez do nariz, havia uma enorme e medonha caricatura de um apêndice, em alguns lugares inchado, esmagado em outros. Sua própria face tinha inchado a ponto de arrebentar e tinha a aparência de um pesadelo. Quando passei por ele, pude perceber por seu olhar de um homem perdido no espaço o quão terrivelmente ele havia sofrido. (VV. AA., 1960: 90-1)

Uma jornalista de um periódico cristão escreveu em 1960:

No coração de Paris, do outro lado da exuberante *Faubourg St. Honoré* e do

Uma discussão sobre a estratégia política a ser seguida na Irlanda por jovens líderes do movimento de contestação da hegemonia inglesa, a maioria eleitores do partido *People's Democracy*, com informações sobre a situação política e a percepção desta pelos jovens militantes e algumas das ilusões que brotaram naquele contexto de luta anti-imperialista, ver Baxter *et alii*, 1969. Ainda sobre a Irlanda, O'Brien, 1966. Sobre as muitíssimas intervenções imperialistas na África e a presença marcante das forças militares, cf. Murray, R., "Militarism in Africa" (1966). Sobre o imperialismo no Congo e a queda de Lumumba, ver O'Brien, "The Congo, the United Nations and Chatham House" (1965). O imperialismo na Arábia Saudita é discutido por Halliday, 1980. Sobre a relação de Israel e o imperialismo, o excelente artigo de Haim Hanegbi, H, Moshe, M., Orr, A. (1971). O golpe militar na Tailândia em 1971 é discutido por Lee, 1972. Sobre as intervenções imperialistas em Cuba, significativo do clima político da época é o entusiasmo artigo de Blackburn sobre a Revolução Cubana, "Prologue to the Cuban Revolution" (1963). Uma avaliação mais geral da ação imperialista na periferia capitalista pode ser encontrada em Buchanan, 1963.

Palácio do Eliseu, há uma pequena rua escura [Rue de Saussain]. Durante a ocupação nazista seus moradores reclamavam por não conseguirem dormir devido aos gritos daqueles homens da clandestinidade torturados pela Gestapo nos escritórios da *Sûreté Générale*.

O prédio hoje possui uma placa em memória daqueles patriotas franceses. Pois bem, os moradores fariam bem em se mudar, se de fato querem dormir, pois os gritos de patriotas torturados ressoam novamente. Só que, agora, eles são argelinos e a Polícia Secreta é a D.S.T. francesa. (Anne-Taillefer, *The Catholic Worker* apud Stuart, 1960:13)

Isto é Paris, 1958-62! Anos do governo de Charles de Gaulle e do apogeu de um dos “mais generosos” (Dutton, 2002) Estados de Bem-Estar.

Em 2008, a Princeton University Press, em sua coleção *Human Rights and Crimes Against Humanity*, publicou *Torture and the twilight of the Empire- from Algiers to Baghdad*, um estudo sobre a tortura na Guerra da Argélia (1955-62) por Marnia Lazreg. A finalidade da autora é mostrar a forte continuidade entre Argélia, Iraque e Afeganistão – também no que diz respeito ao emprego da tortura por países democráticos.

Meu propósito é levar acadêmicos conscientes (*concerned scholars*) a uma reflexão sobre a articulação entre a degradação humana patrocinada pelo Estado que teve lugar na Argélia em meados dos anos de 1950 sob o disfarce de “pacificação”, e os maus-tratos generalizados (*wanton*) de prisioneiros em, entre outros lugares, Abu Ghraib, Iraque, Baía de Guantânamo, Afeganistão e nos países em que a tortura é terceirizada (*outsourced*), incluindo Egito, Jordânia e Marrocos. São marcantes as similaridades entre os argumentos dos generais franceses acerca dos métodos de terror ostensivo para combater o terrorismo e aqueles do Pentágono, dos assessores legais da Casa Branca e intelectuais com acesso a informações privilegiadas. A lógica é a mesma (...), os méritos da tortura são debatidos e defendidos por políticos e advogados que alegam o realismo como sua desculpa. As similaridades entre a Guerra da Argélia e do Iraque não são fortuitas. (Lazreg, 2008:10)

Em todos os casos, segundo a autora, a “regressão” do Estado ao que ela imagina ser um “núcleo pré-democrático” (Lazreg, 2008:253; 261; 264-5; 266-9) conduz ao emprego da tortura como uma estratégia de controle social tanto na periferia (Vietnã, Irlanda, Israel, Argélia, Iraque, Afeganistão, África e América Latina) quanto nos países centrais (França e Estados Unidos) (Lazreg, 2008:5; 125; 128-9; 134; 137-8; 216; 237; 245-6; 250-1; 256; 267-9).

O que o Estado de Bem-Estar francês trouxe de inovação em se tratando da tortura, continua a autora, foi que deixou de ser um mecanismo para busca de informações relevantes para as operações

bélicas (“inteligência”) e se tornou um método de “engenharia social” (Lazreg, 2008:30-1; 43; 133-4; 137; 199, 217) com a finalidade de moldar os argelinos, uma raça “arracional” (Lazreg, 2008:31) e sub-humana (Lazreg, 2008:72 e ss.; 255), à civilização francesa. A tortura passou a fazer parte dos mecanismos de controle da sociedade pelo Estado – e foi adaptada para cumprir essa sua nova função. A tortura já existia antes – e mesmo os franceses já a empregavam na Argélia desde o século 19. “Mas não havia se elevado ao nível de um sistema, como ocorreu depois de 1954” (Lazreg, 2008:3). O controle da sociedade argelina pelo Estado de Bem-Estar francês passou a ter como núcleo decisivo o terrorismo de Estado (Lazreg, 2008:96). Criou-se a doutrina da “responsabilidade coletiva”: se os guerrilheiros cortavam os postes telegráficos próximos a uma aldeia, todos os seus moradores seriam coletivamente responsabilizados e punidos (Horne, 1987: 114; tb. 115). O terror, para ser eficaz, precisa ser aplicado em larga escala. Em uma população argelina de pouco mais de 7 milhões, 100 mil pessoas por ano foram internadas nos campos de concentração (num total de 700 mil nos sete anos de guerra, o que, se 50% da população total fosse adulta, corresponderia a um em cada cinco adultos)⁹⁶. Além disso, 50% da população rural foi deslocada para “vilas protegidas” com arames farpado e torres de vigilância, nas quais se fornecia uma ração alimentar de menos de 1.500 calorias por dia por adulto. Como as crianças não contavam para a distribuição de ração alimentar, estava garantido um elevadíssimo índice de mortalidade infantil (Lazreg, 2008:59).

O *Le Figaro*, jornal conservador de Paris, noticiava em 1958:

Amontoados em uma miséria completa, 15 em uma tenda desde 1957, esta massa humana está largada em um estado indescritível. Há 1.800 crianças vivendo em Bessombourg. (...) Atualmente, toda a população é alimentada apenas com semolina. Leite é distribuído duas vezes por semana, 400 ml por criança. Nenhuma ração ou gordura foi distribuída por oito meses. Nenhuma

⁹⁶ Rejali, mesmo salientando que os números não incluem os casos de tortura nos destacamentos e unidades militares, fornece dados impressionantes: “(...) Henri Polliot, que trabalhou como um tenente do DOP na Villa Susini [um conhecido estabelecimento de tortura], afirma que os soldados conduziam uma dúzia de sessões de tortura por dia (...). Ele estima entre 3 mil e 5 mil sessões durante seus três meses neste notório centro de tortura. Entre janeiro de 1957 e fevereiro de 1961, pelo centro de detenção Amezaine, também conhecido pela tortura, passaram 108.175 prisioneiros, incluindo 11.518 ‘nacionalistas’ e 787 ‘suspeitos’” (Rejali, 2007:485. Nas páginas 481 e seguintes mais dados são fornecidos sobre a generalização da tortura como método de terror de Estado.)

ração de grão de bico por um ano... Nenhuma ração de sabão por um ano... (*apud* Horne, 1987:221)

No ano seguinte, continua Horne, um padre ao retornar da Argélia para a França alegou que os “reagrupados” estavam recebendo “não mais do que um quarto ou um terço do mínimo de calorias necessárias para se manter a vida e contou sobre crianças morrendo de fome” (Horne, 1987:221)⁹⁷.

Além de aplicado em larga escala, o terror também necessita ser público. Para que o horror das câmaras de tortura se esparrame pela população, o suplício deve ser abertamente conhecido e complementado por execuções sumárias e públicas, pela exposição de corpos torturados, por “desaparecimentos” e ações de represália. Centros de detenção em massa foram organizados em todo o país (Lazreg, 2008:46 e ss.). Novas técnicas de tortura precisavam ser criadas, os métodos e procedimentos de tortura tiveram de ser modificados –deveriam ser fisicamente menos exaustivos para os torturadores do que os chicoteamentos, socos e pontapés, extração de dentes e unhas etc. do passado. Choques elétricos e água são as principais técnicas de tortura adaptadas aos novos tempos (Horne, 1987:197-8 e 200). A finalidade explícita era universalizar o medo (Lazreg, 2008:33; 53; 55; 56; 71-2; 84-5; 268). Foram criadas unidades de torturas e assassinatos (DOP) com carta branca (para agir como achassem necessário) e clandestinas (para garantir a impunidade) (Lazreg, 2008:43-5)⁹⁸.

A generalização do terror foi também realizada pela implantação de um padrão intimidador no contato do exército francês com a população. Os menores detalhes foram planejados. Por exemplo: uma ordem escrita para todos os soldados estabelecia que a identidade sexual de qualquer argelino aparentemente mulher fosse confirmada com um toque das mãos sobre a genitália. Toda e qualquer mulher cuja identidade fosse verificada por qualquer soldado receberia a mão dele entre suas coxas (Lazreg, 2008:156; 164-7). Uma violência para um muçulmano incomparável com a já grave ofensa que é para um ocidental. Ou, ainda, o estímulo ao estupro e a práticas assem-

⁹⁷ A destruição da Argélia pode ser avaliada pelo artigo sobre as condições econômicas logo após sua libertação; Fletcher, 1965.

⁹⁸ Instrução do General Allard: “Delego a vocês poderes para decidir, dependendo das circunstâncias, o emprego de metralhadoras, foguetes e bombas contra bandos na nova zona de rebelião. A responsabilidade coletiva é para ser vigorosamente aplicada. *Não haverá instruções escritas* dadas pelos governantes” (Horne, 1987:114).

lhadas, tanto nas câmaras de tortura quanto nas operações entre a população. “De fato, o estupro era uma parte essencial do terror de Estado, a sua parte mais eficiente” (Lazreg, 2008:167; também 126-7; 123 e ss. e 145 e ss.)⁹⁹.

O emprego da tortura em larga escala requer a “formação” de uma massa de torturadores, com todas as necessidades doutrinárias e ideológicas que isso implica (Lazreg, 2008:5-6). Os métodos de tortura, por esta razão, passam a fazer parte do currículo pedagógico das escolas e academias militares. As técnicas são teorizadas, desenvolvidas, e o seu conhecimento generalizado entre os militares. A “prática” e a “vida” dos novos torturadores – quase sempre jovens capitães com menos de 25 anos (Lazreg, 2008:120) precisavam ser legitimadas aos olhos deles mesmos e do público em geral. Os ideólogos a soldo do poder logo se colocaram em campo. Em 1955, o primeiro ano da guerra, um relatório produzido por um funcionário do Estado francês assinalava:

Os métodos de água e eletricidade, desde que empregados cuidadosamente, segundo se diz produzem um choque que é mais psicológico que físico e, portanto, não significam crueldade excessiva... o método de se bombear água para o estômago (...) não envolve risco para a saúde das vítimas. Este não é o caso com o método elétrico que envolve algum perigo para qualquer um que tenha o coração de algum modo afetado. Estou inclinado a avaliar que tais procedimentos podem ser aceitáveis e, desde que empregados na maneira controlada por mim descrita, não são mais brutais que a privação de comida, água e tabaco, que sempre aceitamos. (Horne, 1987:197)

O Estado de Bem-Estar francês elevou a tortura a um novo patamar que correspondia à nova função, a de “engenharia social”, para a qual “A subversão não é mais o problema. Destruir e inserir o medo no nativo o é” (Lazreg, 2008:56). Tal técnica e tal função social da tortura são até hoje conhecidas como o “método francês” e é a preferida desde a Argélia até Guantânamo, passando por Israel e as nossas ditaduras latino-americanas. A principal característica é que agora a tortura é dissociada da obtenção de informação e sua finalidade passa a ser generalizar o medo (Lazreg, 2008:56; 71-2; 84; 96). O torturador já não mais opera sob a pressão do tempo; a tortura não tem mais um limite de tempo a partir do qual deixa de ser útil ao Estado. Nestas novas condições, a extensão no tempo

⁹⁹ Lazreg indica ainda a possibilidade de incestos forçados terem sido utilizados como método de tortura. (Lazreg, 2008:9). Le Sueur (2006:18) traz mais informações sobre o estupro como instrumento de tortura.

do sofrimento é um novo e importante elemento no desenvolvimento das técnicas de tortura. Apesar de tão ou mais dolorosas que no passado, elas agora deixam poucas marcas – e podem atuar por qualquer período de tempo, até que seja quebrada a personalidade dos indivíduos ou o grau de terror desejado tenha sido alcançado (Lazreg, 2008:6).

As descrições dos horrores das torturas perpetradas pelo Estado de Bem-Estar deixam poucas dúvidas do quanto a capacidade humana para produzir sofrimentos foi desenvolvida nos “30 anos dourados” (Lazreg, 2008:117-8; 126-7; 123 e ss., 145 e ss.; 245-6). Nas palavras de Lazreg, o

Estado democrático em crise é especialmente atraído pela tortura. (...) Ainda que onerosa do ponto de vista político, engajar em torturas fornece às democracias liberais também um expediente e uma resposta instantânea a uma crise tida por “de segurança”. (Lazreg, 2008:7)

A tortura se converteu em um “imperativo estrutural” (Lazreg, 2008:15¹⁰⁰) dos países imperialistas após a Segunda Guerra Mundial e, por isso, a adaptação jurídico-legal imprescindível para legitimar a nova função do suplício segue – sem maiores dificuldades – os preceitos e as formalidades legais¹⁰¹. Paulo Sergio Pinheiro mostrou como a estrutura jurídico-política do Estado de Direito na América Latina nunca foi um obstáculo à conversão da ordem democrática em ditaduras e, do mesmo modo, quando da passagem inversa, da ditadura à democracia. Opera-se, em todos esses casos, sem rupturas institucionais significativas (Pinheiro, 2010). O mesmo pode ser observado em países como a França e os Estados Unidos¹⁰². No caso do Estado de

¹⁰⁰ Rejali (2007:487) confirma o mesmo.

¹⁰¹ Impotência semelhante é observável na relação entre a legislação e os tratados internacionais e a prática da tortura. Cf. Hathaway, 2004: 200-210.

¹⁰² O livro de Schrecker (1986) ilustra inúmeros casos em que provisões da Constituição Americana, como a Primeira Emenda, que garante liberdade de opinião, manifestação e organização, ou mesmo a Quinta Emenda, que garante o direito a qualquer cidadão de se negar a responder a uma pergunta que poderia incriminá-lo, eram sistemática e publicamente desrespeitadas com o apoio da Suprema Corte. Em 1959, no que é conhecido como a “*Barenbaltt decision*”, a Suprema Corte declarou que, no contexto da Guerra Fria, o Congresso poderia questionar a filiação política de qualquer cidadão – uma ação que, “em um diferente contexto, certamente levantaria problemas constitucionais do mais grave caráter” (*apud* Schrecker, 1986:220). Assim, por exemplo, Joseph MacCarthy podia rasgar a Quinta Emenda, sem ser desautorizado. “A recusa de uma testemunha em responder se é ou não um comunista com base em que

Bem-Estar francês na Argélia, a adaptação jurídico-política não exigiu mais do que 11 meses (Lazreg, 2008:253). “O Estado democrático permitiu e facilitou a militarização da política” (Lazreg, 2008:37), a qual foi alcançada com a “ativa cooperação do Estado” democrático (Lazreg, 2008:34, 120 e Rejali, 2007:485) – e tal militarização da política e do poder era imprescindível (Lazreg, 2008:33; 34) para a nova “engenharia social” centrada no terror e na tortura (Lazreg, 2008:43; 133-4; 137; 156; 167; 199; 217; 255). Isto, todavia, não se limita ao caso francês. Nas “democracias estáveis” como a Inglaterra e os EUA (Parry, 2004:156 e ss.), bem como em Israel e na França, a prática da tortura é muito mais frequente do que imaginamos ou somos informados (Langbein, 2004:110). As câmaras secretas de tortura e os deslocamentos internacionais e clandestinos de prisioneiros no continente europeu é apenas uma outra face da reconhecida e denunciada leniência da Corte Europeia para os Direitos Humanos para com tais práticas (Parry, 2004:145 e ss.; Aoláin, 2004:223 e ss.).

O afastamento da tortura da busca de informações e seu emprego como terror de Estado para controlar as populações reapareceriam na invasão estadunidense do Vietnã. Em vez do DOP, o Projeto Phoenix. Levado a cabo pela CIA no Vietnã do Sul de meados de 1960 até a derrota do exército americano em 1975, teve por objetivo declarado identificar e assassinar insurgentes. Na prática, foi instrumento de terror generalizado. Os dados do próprio Projeto Phoenix mostram que, dos indivíduos identificados como revolucionários, 94% haviam escapado. Mas, dos indivíduos alvo que não eram ligados à insurreição, apenas 25% haviam escapado à prisão, tortura e/ou morte. Ou seja, de cada 100 revolucionários, 94 conseguiam escapar ao Projeto Phoenix – mas a população em geral tinha 24 vezes mais possibilidade de ser presa e cinco vezes mais chances de ser morta (Rejali, 2007:470 e ss.). Ou, ainda, para cada guerrilheiro morto no projeto Phoenix, foram presos, torturados e/ou mortos de 38 a 78 inocentes (de acordo com as estimativas e a forma de cálculo). O Projeto foi levado à prática não porque era eficiente na persegui-

sua resposta poderia incriminá-lo é a prova mais positiva que se pode obter que a testemunha é um comunista” (*apud* Schrecker, 1986:176). No mesmo espírito, a *Board of Trustees* da *Rutgers University* declarou por escrito e publicamente que qualquer professor que se recusasse, com base na Quinta Emenda, a responder se era comunista, seria demitido – e assim o fez imediatamente com dois de seus professores. O que ocorre hoje, com a recusa da Suprema Corte daquele país em interferir nos *affairs* do centro de tortura de Guantânamo, é uma continuidade desta característica maleabilidade do Estado de Direito para com as cotidianas necessidades repressivas do capital.

ção aos revolucionários, mas porque generalizava o terror; seu verdadeiro alvo era a população, não os insurgentes (Rejali, 2007:472). O mesmo tipo de terror de Estado é levado à frente pelo Estado de Israel (Rejali, 2007:515-7), onde também a finalidade da tortura é o controle da população mais do que a obtenção de informação.

Lazreg coloca uma questão das mais graves:

até que ponto os meios antidemocráticos tolerados em nome da democracia resultam na própria destruição da democracia que ostensivamente pretende preservar? (...) [até que ponto a democracia] não seria uma forma transitória de governo precariamente equilibrada na borda de um totalitarismo aceitável (...) [?] (Lazreg, 2008:248-9)

Pois:

O limite entre a democracia, a justificação da tortura e o império torna-se menos nítido. A tortura transforma-se em uma arma com a qual se defende a política do império. (Lazreg, 2008:252)

A nova função da tortura não se limita aos países coloniais; o Estado¹⁰³ que a utiliza para sua “engenharia social” na periferia dos impérios não precisa sequer de um passo para fazer o mesmo em casa. O Estado de Bem-Estar francês “tolerou o uso da tortura na França” (Lazreg, 2008:216), e foi sob os governos de Charles de Gaulle e François Mitterrand que se anistiarão os torturadores franceses (Alleg, 2006:98; Le Sueur, 2006:13). Darius Rejali relata, com vários exemplos, como

as tropas que retornavam trouxeram técnicas de tortura de guerras coloniais ou internacionais para o policiamento doméstico. Os soldados trouxeram tais procedimentos para sua vida civil como detetives, oficiais correcionais e guardas de segurança privada. Técnicas coloniais francesas usadas em 1930 apareceram nas mãos da Gestapo francesa nos anos de 1940. Torturas do exército francês no Vietnã apareceram na Argélia (...) e eventualmente atingiram a *Suretè* de Paris no início de 1960. (Rejali, 2007:436)

A tortura passou a ser empregada em Paris, as cadeias ficaram repletas de argelinos e militantes de esquerda (Lazreg, 2008:5). Citando os casos de Henri Alleg e Maurice Auden, Lazreg observa que a “tortura como ferramenta de governo transcende raça e etnia” (Lazreg, 2008:178).

¹⁰³ Lazreg fala de um mesmo “Estado colonial” “na França” e “na Argélia” (Lazreg, 2008:11).

Um estudante argelino, Benaissa Souami, narrou sua tortura em uma delegacia de polícia em Paris nestes termos: “Eles me forçaram a sentar sobre uma das garrafas. Eu gritei por toda a noite... De manhã o torturador encontrou um novo método: bater em meus órgãos sexuais com uma régua de madeira”. Sentar prisioneiros em garrafas era um velho método de tortura empregado contra o Viet Minh¹⁰⁴. A garrafa perfura os intestinos, frequentemente causando a morte. (...) Outro estudante, Moussa Khebaili, contou que “eletrodos foram aplicados em todos os lugares em meu corpo até em minha boca, ânus e coração (...) ainda tenho cicatrizes hoje (...) ao redor do meu ânus, nas minhas partes sexuais, no meu peito esquerdo e nas partes de dentro de meus dedos”. Depois de desmaiar várias vezes, foi obrigado a se ajoelhar e foi ridicularizado por um policial que lhe dizia ao colocar o pé em seus lábios: “Acabei de sair da privada: vou lhe dar um gosto da merda francesa”. (...) Um terceiro estudante, Khider Seghir, torturado no mesmo lugar que os outros dois, escreveu com raiva: “Então eles me chutaram e me esmurraram, me agarraram e torceram meus braços e pernas. Eles até enfiaram seus dedos em meu traseiro”. Estes são raros momentos, continua Lazreg, em que homens estão dispostos a descrever, mesmo que em linguagem evasiva, o núcleo sexual da tortura. Tais métodos manuais de gratificação-degradação sexual eram mais comuns do que se imagina. (Lazreg, 2008:125)

E, ainda:

Ferramentas de sexo simulado e representado incluíam eletricidade gerada durante operações militares por telefones de campanha e chamados na gíria de *gégène*, garrafas, a mão, régua de madeira, barras de metal, correntes, chicotes, cassetetes (*cubs*) e pomadas. Os estudantes acima referidos, presos e torturados em Paris em 1959, foram submetidos ao *la broche*, um termo que sugere assar uma galinha ou um carneiro. Os pés e mãos das vítimas são atados juntos e uma barra de metal é passada pelos nós, de tal modo que seu corpo fica dependurado. A barra é colocada sobre uma mesa. Nesta posição, eletrodos são aplicados na genitália da vítima. Um oficial de polícia ao aplicar a tortura explica para a vítima: “Vamos tomar sua pressão antes de te foder”. Há também referências ao uso de Dolpic, uma pomada analgésica empregada na França em lesões esportivas para estimular a circulação pela liberação de calor. Instrução para sua aplicação alerta contra o uso em tecidos macios, pois pode produzir queimaduras severas. Estórias pornográficas baratas francesas aludem a sua capacidade de potencializar dor/prazer quando empregada no ânus. (Lazreg, 2008:128-9. Cf. ainda pp. 134; 137; 216-7)¹⁰⁵

Em 17 de outubro de 1961, em pleno Estado de Bem-Estar, a

¹⁰⁴ A “Liga pela Independência do Vietnã”, ampla frente política liderada pelos comunistas, que atuou na luta contra os japoneses, franceses e norte-americanos.

¹⁰⁵ Um artigo não assinado, “The trial”, publicado pela *New Left Review* n° 6, em 1960, é uma excelente descrição do clima político e das perseguições aos opositores da Guerra da Argélia na França do Estado de Bem-Estar. Para a tortura na Irlanda pelo Estado de Bem-Estar inglês, conferir Lazreg, 2008:245.

prefeitura de Paris assassinou e jogou no Sena mais de 200 argelinos (Lazreg, 2008:5). Seus corpos, boiando, atravessaram a “Cidade Luz”! É assim que se generaliza o terror no terreno doméstico.

Lazreg, além de acentuar a continuidade entre Argélia, Iraque e Afeganistão, entre os campos de tortura franceses no deserto argelino e Abu Ghraib e Guantânamo, salienta também como a restrição das liberdades democráticas na França foi uma consequência imediata e necessária do “método francês” – tal como ocorre hoje, nos EUA, com o Ato Patriótico (*Patriotic Act*). O Estado de Bem-Estar francês justificou a tortura e os torturadores, hoje nos EUA. A “tortura é redefinida de tal modo que estimula seu uso com impunidade” (Lazreg, 2008:265; cf. em p. 264-6). Há, também aqui, muito mais de continuidade entre o Estado de Bem-Estar e os nossos dias do que normalmente é assumido. Como diz Lazreg:

Um completo tratamento da tortura desde o 11 de setembro está para além do escopo deste livro. Eu apenas desejo apontar a continuidade no tempo e culturas políticas do emprego e justificação da tortura. Tal como mostrado na França colonial e nos Estados Unidos atual, em situações de crise, os constrangimentos democráticos ao poder do Estado são facilmente removidos. (Lazreg, 2008:266)

Outro estudo, de 2008, publicado na Argentina e Espanha, de Baltasar Garzón e Vicente Romero, *El alma de los verdugos*, investiga longamente (o livro tem quase 600 páginas) como foi possível a produção de uma quantidade tão grande de torturadores em um país tão pequeno como a Argentina (Garzón e Romero 2008: 48-9; 312 e ss.; 318; 320-1; 324; 324 e ss.).

Das investigações de Garzón e Romero evidencia-se, sem lugar a dúvidas, que esse macabro processo não teria ocorrido sem o apoio efetivo das democracias ocidentais. Neste caso, efetivo apoio não significa apenas suporte político ou propagandístico, como aquele do jornal francês *Le Monde* ao golpe militar argentino, mas militar e econômico, como foi o da Alemanha e dos Estados Unidos. Ainda mais, sem o desenvolvimento das técnicas de repressão e tortura pelos franceses na Argélia e pelos estadunidenses na Coreia e no Vietnã – sem a Escola das Américas mantida por estes últimos no Panamá, a ditadura argentina nunca poderia ter sido o que foi (Garzón e Romero, 2008:57-8, entre muitas passagens).

De todos os dados históricos por eles levantados sobre a ditadura argentina, o que nos interessa mais de perto é a exposição da forte continuidade entre a ordem democrática e o terror. E não apenas na

ordem interna à Argentina, mas também na ordem internacional. Garzón e Romero são explícitos: há uma corrente

internacional de terror cujos métodos continuam vigentes em novos centros de detenção e tortura, como demonstram as fotos tiradas por soldados estadunidenses em Abu Ghraib e o testemunho dos escassos sobreviventes dos cárceres secretos estadunidenses em distintos países. (...) São agora [os] sistemas democráticos que cometem e propiciam tais aberrações. (Garzón e Romero, 2008:48-9; 56 e ss.)¹⁰⁶

Antes da literatura que estamos a citar, em 1994, Kate Millet, a conhecida feminista estadunidense, publicou *Politics of Cruelty*. O livro é um libelo enfurecido contra a estética da violência que ela identifica no pensamento pós-moderno. Em tudo e por tudo, um livro importante. Mas, o que agora nos interessa, é sua denúncia de como os Estados modelos de democracia, como a França, a Inglaterra e os Estados Unidos, empregaram sistematicamente a tortura no período posterior à Segunda Grande Guerra. E, ainda mais, como as instâncias jurídicas destes e outros países passaram a aceitar, com frequência crescente, o emprego de tortura nos processos judiciais, algo que estava em desaparecimento desde o final do século 19¹⁰⁷. Susan Sontag, alguns anos depois, publicou *Diante da dor dos outros* (2003), um protesto recheado de humanismo e dor. Denúncias de envolvimento dos Estados democráticos com a tortura durante os “30 anos dourados” não faltaram – bem como não faltam em nossos dias.

O início do século 21, todavia, trouxe textos fundamentais para a análise da relação entre a democracia e a tortura. Por um lado, porque a democratização das ditaduras das décadas de 1960-80 demonstrou a maleabilidade do arcabouço jurídico-institucional tanto para favorecer a vinda dos regimes ditatoriais como para converter a ordem autoritária em democracia. A democracia e sua estrutura legal-jurídica se revelaram muito mais moldáveis e funcionais às ditaduras do que supunham em um primeiro momento alguns liberais. Por outro lado, porque a manutenção de Guantânamo e a revelação

¹⁰⁶ Rejali aponta o número de 3.000 pessoas apanhadas pela CIA e agências aliadas de 2001 a 2007, data da publicação do livro (Rejali, 2007:504). A transferência de prisioneiros da CIA para outros países, para serem torturados, “*extraordinary rendition*”, é discutida nas páginas 504 e seguintes deste mesmo livro.

¹⁰⁷ Langbein (2004) é um instrutivo ensaio da evolução da legislação envolvendo a prática da tortura. A primeira vez que se discute a legalização da tortura, desde o Iluminismo, nos dias em que vivemos, principalmente (mas não apenas) nos Estados Unidos. Cf., por exemplo, Sandford (2004).

do emprego (e da escala deste emprego) de estruturas clandestinas de prisões e torturas pelas democracias ocidentais (Inglaterra, Alemanha, França e Estados Unidos principalmente) evidenciavam como e em que medida os regimes mais democráticos são perfeitamente condizentes com – e, mesmo, requerem – a tortura.

Se Miliband previa que a democracia dos anos de 1960 migraria de modo democrático (isto é, sem requerer alguma ruptura institucional ou legal, política ou administrativa) para uma feição mais autoritária (Miliband, 1969:272), não poderia ter, naquele momento, ideia do quanto estava equivocado. Não porque teria errado na sua previsão de um conservadorismo crescente – nisto ele estava certo. Também não se equivocou ao prever o modo democrático de implantação do novo autoritarismo/conservadorismo. Mas equivocou-se em dois aspectos. Em primeiro lugar, ao ignorar o quanto os aparelhos e mecanismos de repressão e tortura já vinham sendo criados e desenvolvidos nos “30 anos dourados”. Depois, nunca passou pela sua cabeça a possibilidade da excrescência democrática de algo como Guantânamo. Isto é, que um Estado democrático comportasse a institucionalização de um pedaço do planeta que, controlado por ele, não estivesse sob a autoridade da sua Constituição, dos acordos internacionais sobre os direitos humanos e a condenação da tortura – um pedaço do planeta submetido exclusivamente ao estatuto *ad hoc* criado pelos chefes torturadores. O equívoco do teórico inglês, se podemos chamar de equívoco, foi subestimar até que ponto chegaria a democrática degenerescência da democracia.

Por que a estrutura jurídica democrática é tão incapaz em face da tortura, mesmo quando de sua generalização? Isto nos conduz ao cerne da questão: o Direito nada mais é que o “reconhecimento oficial do fato”. O “fato” é a base material da sociedade, seu processo reprodutivo fundante; o “reconhecimento” assinala o caráter do Direito enquanto reflexo do mundo objetivo na consciência; e, por fim, por “oficial” assinala a mediação do Estado como sujeito deste reconhecimento do fato¹⁰⁸. O Estado, por rigorosa necessidade on-

¹⁰⁸ Esta formulação Lukács retira de Marx ao discutir o complexo do direito na reprodução da sociedade de classes, no capítulo de sua *Ontologia* dedicado à reprodução social. Além dessa passagem, o direito também é tratado em *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx* (Lukács, 1979:128-33), e nas páginas 476-9, 603-4, 666-8 do volume II de *Per una Ontologia dell'Essere Sociale* (Lukács, 1981). Recentemente lançado é o texto *Lukács e a crítica ontológica do direito* (2010), de Vitor Sartori. Também fundamental é *Marxismo e direito* (2000), de Márcio Naves; de Engels, F. e Kautsky, K. *Socialismo jurídico* (2012), e, por fim, de Marx, *Crítica aos programas de Gotha e Eiffurt*.

tológica, é a força pública encarregada da aplicação e administração da violência imprescindível à exploração do homem pelo homem; é a organização política da sociedade de classe, ou seja, o Estado burguês é a organização política da sociedade burguesa. Que a democracia seja moldável à evolução dos métodos de repressão e tortura inerentes às sociedades de classe não deveria ser, portanto, nenhuma surpresa. Que o Direito seja permeável à violência imprescindível à reprodução da propriedade privada – seja esta ordem jurídica de qualidade democrática ou mais autoritária – é uma decorrência do seu próprio ser. Trata-se de uma sua determinação ontológica, para sermos precisos.

Contudo, para a concepção democrática, marcada também pela ilusão de que o mundo real é o mundo organizado pelas leis, tal complementaridade entre a ordem democrática e a tortura ganha a estatura de um “enigma” (Pinheiro, 2010:9) que os liberais honestos são obrigados, ao menos, a constatar. Pereira (2010), em seu *Ditadura e repressão*, depois de um estudo dos “casos” argentino, brasileiro e chileno e de referências às demais ditaduras pelo mundo afora, reconhece que

(...) a distinção clássica entre democracias constitucionais *de jure* e regimes autoritários *de facto* e baseados na força obscurece uma imensa área cinzenta da legalidade praticada por regimes ao mesmo tempo autoritários e legalistas. Esses regimes usam a lei de maneira desconcertante, assustadora e, às vezes absurda, e, ao longo do tempo, evoluíram em direção a um maior ou menor emprego de meios legais. (Pereira, 2010: 293)

Segundo ele, isto coloca a necessidade da “consciência da possibilidade do desenvolvimento de uma legalidade autoritária numa democracia” (Pereira, 2010:276), uma quase literal repetição de Miliband (1969:272) E, citando Andrew Arato e Lawrence Tribe, continua:

(...) o Poder Executivo norte-americano vem reivindicando prerrogativas novas e sem precedentes de monitorar, deter e punir pessoas em todo o mundo, de maneira que, claramente, fere o cerne dos princípios democráticos do próprio país. Se, como afirma Andrew Arato, “as limitações constitucionais ao poder eletivo... são a única conquista verdadeiramente americana” na esfera política, não fica claro se essa conquista conseguirá sobreviver incólume ao ataque da “guerra ao terrorismo”. O professor de direito americano Lawrence Tribe invocou o exemplo de um regime militar do Cone Sul ao falar do tratamento dado aos cidadãos [pelo governo dos EUA] acusados de “combatentes inimigos”. Segundo ele, nesses casos, o governo está “afirmando um poder muito semelhante ao exercido por ditaduras como a Argentina, no qual pessoas simplesmente ‘desapareciam’ de suas casas, sem acesso a advogado, e em que não

havia listas dos presos ou das pessoas executadas”. (Pereira, 2010:274)

Com o que chegamos à situação aparentemente – mas só aparentemente – paradoxal em que “As comissões militares criadas para julgar os presos de Guantânamo são, em muitos aspectos, mais draconianas que os tribunais brasileiros do regime militar” (Pereira, 2010:272).

O estudo mais completo sobre a relação entre as democracias mais avançadas e a tortura, durante e após os “30 anos dourados”, é o de Darius Rejali, *Torture and Democracy* (Rejali, 2007). Um pesquisista o qualificou de “monumental, definitivo, devastador”. Muito provavelmente seja tudo isso e algo mais. Por mais de 800 páginas, 250 apenas de referências documentais – sem citar qualquer caso ou documento para o qual não tenha ao menos três confirmações independentes (o que limita muitíssimo o universo de fatos a que pode recorrer) – Rejali persegue a história da gênese e do desenvolvimento do “método francês de tortura” pelos governos democráticos dos EUA, Inglaterra, França, Alemanha, entre outros. Mostra como o “método francês de tortura” evoluiu para a *stealth torture*, a tortura que não deixa marcas, cuja tecnologia é desenvolvida e oferecida aos órgãos de segurança do mundo inteiro pelo complexo industrial-militar.

Comprova Rejali que a contribuição dos Estados democráticos para o complexo da tortura não foi a sua eliminação ou a sua limitação, mas o desenvolvimento de técnicas que não deixam marcas e são mais difíceis de ser denunciadas. “Historicamente, diz ele, o monitoramento público e a *stealth torture* têm uma incômoda afinidade”. Prossegue:

(...) é uma relação que tem sido auxiliada pelas tecnologias modernas (...). Onde há eleições livres, onde as agências de fiscalização [dos direitos humanos] abriram suas filiais e os jornalistas ocupam as ruas e as ondas de rádio, eles foram seguidos por cassetetes elétricos e aparelhos de eletrochoque, torturas por meio de água e gelo, drogas das variedades as mais sinistras e instrumentos sonoros – e também por métodos que são menos técnicos, mas não menos sofisticados ou dolorosos; o moderno torturador democrático sabe como bater até a inconsciência um suspeito sem deixar marcas. (...) A maioria das pessoas não tem noção (...) das dolorosas, porém limpas torturas que agora caracterizam tanto do policiamento por todo o mundo. E poucos reconheceriam a tortura do homem encapuzado de Abu Ghraib ou seus efeitos se a polícia empregasse os mesmos procedimentos em alguém de sua vizinhança. (Rejali, 2007:3)

Depois de descrever como a “tortura limpa” e as “torturas fí-

sicas” têm sua gênese nos instrumentos para punição na Marinha Britânica e na escravidão nos Estados Unidos, situações em que a dor não deveria ser seguida de uma incapacitação para o trabalho, continua:

Há uma longa, ininterrupta, apesar de largamente esquecida, história de tortura nas democracias, em casa e no exterior, uma história em que tais técnicas [de tortura limpa] foram transmitidas e que se estende por cerca de 200 anos no passado. Esta afirmação (...) emprega a designação convencional de França, Inglaterra e Estados Unidos como as principais democracias da história moderna (...). Ao final do século 20, as técnicas limpas que primeiro apareceram nas principais democracias podem ser encontradas em países por todo o globo. (...) [apesar de em países autoritários também estarem aparecendo com maior frequência as técnicas limpas de tortura, os] torturadores das democracias permanecem, de longe, os que empregam de modo mais consistente as técnicas limpas. (...) Por fim, e em poucas palavras, policiais e militares nos principais estados democráticos foram líderes em adaptar e inovar as técnicas limpas de tortura. (...) as técnicas que hoje são usualmente empregadas em salas de interrogatório e prisões ao redor do mundo tiveram suas raízes nos principais estados democráticos. (Rejali, 2007:4-5. Cf. também pp. 8 e ss.; 266; 568)

Da página 63 à página 405 (portanto, em 342 páginas), este autor demonstra que “a tortura limpa (*clean torture*) e a democracia caminham de mãos dadas” (Rejali, 2007:44). E o demonstra contando a história do uso de banheiras, chicotes, técnicas de torturas psicológicas, choques elétricos (com a entrada da Bell Telephone e o emprego na Argentina de cassetetes elétricos usados em gado), afogamentos etc. etc. Ele lamenta que não se imponha o reconhecimento do fato de que “(...) estados democráticos legalizaram a tortura, tratando-a como um procedimento investigativo quase legal, ou a praticam rotineira e caladamente, apesar de uma proibição formal” (Rejali, 2007:46).

O argumento de que a tortura é o método mais eficaz para a obtenção rápida de informações tem sido negado sistematicamente, pela teoria e pela prática. Um capítulo inteiro, o de número 21, é dedicado a comprovar, com muitíssimos exemplos de muitos países, e por muitos anos seguidos, como a tortura é, dos métodos de busca de informações, o menos preciso e produtivo do ponto de vista do Estado, bem como que o desenvolvimento da *stealth torture* só faz sentido – e faz cada vez mais sentido – enquanto forma de controle da sociedade pelo terror de Estado. Rejali, citando as memórias dos torturadores franceses na Argélia, argumenta que “a inteligência produzida pela tortura durante a batalha [de Argel] era inferior ao trabalho realizado pelos informantes e outras atividades policiais” (Rejali, 2007:24). Além de sempre escapar a qualquer con-

trole, prender mais suspeitos e empregar técnicas mais duras do que o “administrativamente” aprovado,

a precisão das informações obtidas com tortura é incrivelmente pobre, em alguns casos menos acurada do que jogar uma moeda, e os sucessos importantes em casos conhecidos vieram de outros métodos, especialmente o cultivo da cooperação do público e de informantes. (Rejali, 2007:24)¹⁰⁹

Nas palavras de Sartre, as torturas dão um “retorno” ruim: “os próprios alemães terminaram percebendo isto em 1944; a tortura custa vidas humanas, mas não as salva” (Sartre, 2006:XXXVIII).

Por que, então, a tortura com suas técnicas limpas, *stealth*, se generalizou? Para Rejali o grande enigma (lembramos do “paradoxo” a que se refere Paulo Sergio Pinheiro, logo acima) coloca-se nestes termos: “Como podem democracia e tortura coexistir?” (Rejali, 2007:22). O mais próximo de uma explicação que ela nos oferece é o paralelo que realiza com o emprego da tortura em Atenas, na Grécia clássica.

Os atenienses, os primeiros democratas, também praticavam a tortura. O exemplo deles oferece um modelo diferente de como a tortura se encaixa na vida democrática, um exemplo que auxilia a compreender muitos exemplos de tortura hoje.

Na Atenas antiga, a tarefa de prender e processar as pessoas cabia a cidadãos comuns. O estado convocava o júri, mas os cidadãos tinham de realizar o processo. Neste contexto, a tortura era um arranjo pré-judicial, uma resposta à acusação envolvendo a honra e a família do acusado. O acusado oferecia um desafio: “Se não acreditam em mim, torturem meus escravos”. Por que torturar escravos? Os escravos eram importante parte do sistema social de Atenas. Eles auxiliavam em todos os aspectos da vida. Se algo acontecesse, os escravos provavelmente teriam visto ou escutado. (...) quando um cidadão oferecia seus próprios escravos, estava ofertando alguém que todos acreditavam *saberia* o que realmente aconteceu. (Rejali, 2007:55)

Já que todos os cidadãos podiam passar por uma situação em que teriam de oferecer seus escravos à tortura, todos tinham de “agir de modo muito correto mesmo na privacidade do seu lar”.

Havia, de fato, olhos em toda a parte. Legalizar a tortura dos escravos

¹⁰⁹ Em um livro pró-imperialista, Alistar Horne, descrevendo a Batalha de Argel, narra em detalhes, com nomes, datas e locais, como as informações obtidas da população por uma rede de espões e informantes levaram às principais “fábricas” de armamentos e esconderijos dos revolucionários (Horne, 1987:183 e ss.) –, e não as informações colhidas por meio da tortura.

promoveu boa disciplina cívica. Promoveu virtude cívica e reduziu o vício em uma democracia descentralizada que não contava com uma grande burocracia ou força policial. (Rejali, 2007:55-6)

Na página seguinte, Rejali prossegue:

Não é provável que os modernos estados democráticos venham a ser tão fracos quanto a democracia ateniense. Ainda assim, a tortura em algumas democracias pode se assemelhar ao modelo ateniense mais do que se poderia imaginar. Hoje, a tortura inclui não apenas terroristas e criminosos, mas crianças de rua, vagabundos, pessoas que ficam nas ruas (*loiterers*) e imigrantes ilegais. Nós não nos referimos a eles como escravos, mas eles se encaixam em uma classe de quase cidadãos que é percebida como degradada. (Rejali, 2007:57)

Nós vivemos em um mundo no qual a tortura está retornando a ter o papel que tinha na Grécia antiga, induzindo disciplina cívica e moldando a ordem cívica nas democracias liberais. É, portanto, um equívoco argumentar, como o antropólogo Talal Asad o faz, que o uso de tortura pelos Estados liberal-democráticos “não pode ser atribuído a técnicas de governo para disciplinar os cidadãos”. Esta visão não explica por que a tortura ocorre nas grandes cidades das democracias maduras (*established democracies*) (Estados Unidos, Venezuela, Índia), entre populações imigrantes (Áustria, Bélgica, França, Grécia, Hungria, Itália, Suíça) ou em democracias emergentes com recursos institucionais limitados (Rússia, países da Europa Oriental, África do Sul, Brasil). O que move a tortura nestes casos nem é a guerra nem um ambiente legal permissivo, mas um arranjo informal para moldar a paisagem urbana entre polícia, residentes e os *businesses*. (Rejali, 2007:59-60)¹¹⁰

A coisa funciona assim:

Desde a Segunda Guerra Mundial, uma regra rotineira de interrogatório é que as organizações de guerrilha alteram todas as informações críticas entre 24 a 48 horas após a prisão de seus membros. Esta é a razão de os oficiais os torturarem brutalmente num primeiro momento e, então, aliviarem. Técnicas úteis para gerar falsas confissões, privação do sono, por exemplo, são inúteis. Os interrogadores buscam por técnicas como tortura elétrica, que são rápidas. Para vagabundos e marginais, a brutalidade é ainda mais curta, a sensação de

¹¹⁰ Rejali comenta um exemplo estarrecedor. Quando, em 1994, no julgamento em Chicago dos policiais acusados, com provas sólidas, da prática de torturas contra Wilson, um cidadão, o júri: 1) reconheceu e condenou as torturas; 2) reconheceu a ilegalidade das torturas, 3) reconheceu que Wilson, o cidadão que movia a ação, fora torturado e tivera seus direitos violados; 4) absolveu todos os policiais com que Wilson tivera contato durante o seu encarceramento com o argumento de que eles não o haviam torturado. Ou seja, os jurados reconheceram que o cidadão Wilson foi torturado enquanto preso e, ao mesmo tempo, absolveram todos os policiais que o poderiam ter torturado. Os torturadores continuaram soltos e impunes... por um júri popular! (Rejali, 2007:544-5)

insegurança, intensa, e as técnicas empregam o que se tem à mão. Os oficiais não estão interessados em informação ou confissão. Eles apenas querem que as pessoas saibam o seu lugar e, então, deixam-nas ir. (Rejali, 2007:61)

Na Argélia, como vimos, pela primeira vez em larga escala a tortura foi desvinculada da busca de informações. A técnica de “engenharia social” lá, pela primeira vez empregada, se generalizou. “Dentro de uma década do fim da Guerra da Argélia, a tortura por magneto se esparramou para a Ásia, África, América do Sul, América do Norte, Europa e Oriente Médio. (...) Se há um estilo particularmente *moderno* na tortura, é o estilo francês moderno” (Rejali, 2007:167). Pobre, como método de obtenção de informação, a tortura entra na vida cotidiana das democracias tal uma forma de controle social, como uma “engenharia social”. Trata-se não apenas de se obter confissões – falsas ou não – para crimes e eventos passados, mas de inculcar pelo medo um determinado padrão de comportamento nos “de baixo” e nos dissidentes de todos os tipos. Por isso, Guantânamo.

Mesmo em um país democrático como os EUA, a presença da tortura na vida cotidiana não é tão ilegal quando poderia parecer à primeira vista. Rejali cita o advogado de direito civil nos EUA e defensor de legalização da tortura¹¹¹, Alan Dershowitz, que afirmou que a tortura não é, constitucionalmente, proibida em seu país.

Toda e qualquer técnica de interrogatório, incluindo o uso de soro da verdade ou mesmo tortura, não é proibida; o que é proibido é a introdução [nos processos legais], como evidências, dos frutos de tais técnicas em julgamento criminal contra a pessoa contra a qual tais técnicas tenham sido empregadas. A evidência poderia ser empregada contra o suspeito em um caso não criminal – tal como os processos de deportação – ou contra uma outra ação pessoal. (Dershowitz *apud* Rejali, 2007:37)

E, ainda mais: a “tortura está acontecendo em toda delegacia de polícia nos Estados Unidos. É denominada de terceiro grau” (Dershowitz, *apud* Rejali, 2007:241). Ainda que isso possa ser um exagero, há relatos comprovando que a generalização das torturas na vida cotidiana chegou a tal ponto que serve como demonstração de em que medida “A tortura pode ser um segredo de polichinelo em uma sociedade democrática” (Rejali, 2007:241-2).

Em outra passagem:

¹¹¹ Propõe um mandato de tortura, tal como um mandato de prisão (Rejali, 2007:523 e ss., 532). Em Dershowitz (2004) temos uma defesa de sua tese.

Espancamento sem deixar marcas (*clean beating*) parece ter sido uma especialidade da polícia de Chicago nos anos de 1970 e 1980. (...) Espancamento sem deixar marcas era também rotina em vários centros de detenção juvenil, nos quais “meninos eram frequentemente esmurrados no estômago ou estapeados na cara como uma forma de punição”. O *Royal Ulster Constabulary* (RUC) também empregava espancamentos sem deixar marcas regularmente em prisioneiros da Irlanda do Norte nos anos de 1970, incluindo golpes nos genitais, murros e *straight finger prods* no abdomen, uma técnica que “não deixa marcas”. (Rejali, 2007:336-7. Cf. tb. 473.)

Em 1970, “privação de sono era parte padrão do interrogatório britânico no norte da Irlanda” (Rejali, 2007:292).

Hoje, preferimos relembra o bombeamento [de água para o estômago e intestino] e privação de sono como torturas da Inquisição, não como torturas modernas. Contudo, os torturadores modernos praticam essas técnicas muito mais do que os inquisidores jamais tentaram (...) (Rejali, 2007:292)

A CIA

fez coisas terríveis usando cientistas, especialmente nos anos de 1950 e 1960. Ela patrocinou *Bluebird*, *Artichoke* e MKULTRA, projetos de pesquisas que selecionaram e destruíram a vida de inocentes nos Estados Unidos, Canadá e França. (Rejali, 2007:384)¹¹²

Por fim:

Na verdade, eletrotortura tem mais a ver com os estados democráticos¹¹³ –

¹¹² *The New Yorker* em sua edição de 17 de dezembro de 2012 publicou “Operation Delirium”, por Raffi Khatchadourian, um assustador artigo sobre James Ketchum e as experiências com drogas e psicotrópicos na base militar de Edgewood, na Califórnia, entre o final da Segunda Guerra Mundial e a década de 1970. Milhares de soldados dos EUA foram submetidos às mais diversas drogas experimentais, em doses variadas, sem um controle médico adequado, sem assistência para os anos posteriores aos testes e, ainda mais assustador, sem sequer um controle eficiente dos dados do ponto de vista dos resultados obtidos. A finalidade das experiências era a guerra química, em especial o desenvolvimento de drogas capazes de incapacitar os exércitos inimigos sem matar as pessoas e destruir as propriedades. O sofrimento dos indivíduos era de tal ordem que celas acolchoadas eram necessárias para evitar que se ferissem com as contorções e convulsões. Uma percentagem elevada, a reportagem menciona 16%, dos submetidos a determinados testes, sofreram graves problemas nos anos vindouros. A reportagem revela uma realidade macabra que se aproxima dos horrores das experiências com seres humanos pelos nazistas nos campos de concentração. (Khatchadourian, 2012:46-64)

¹¹³ “Prefeitos – como os de Cincinnati e Denver – que apregoam o *stun* [isto é,

com suas fracassadas aventuras coloniais e com seu desejo de parecer humanos quando exercem violência em casa. A vigilância com que advogados defendem seus clientes, comunidades que denunciam a brutalidade policial, e os ativistas de direitos humanos que amplamente monitoram a tortura – mesmo esta nobre preocupação conduz torturadores a adotarem eletrotortura por todo o globo¹¹⁴. Numa era em que estamos propensos a articular todas as coisas ruins à globalização e todas as coisas boas à democratização e ao monitoramento dos direitos humanos, é importante perceber que a eletrotortura é mais intimamente articulada aos últimos que à primeira. Eletrotortura diz mais sobre nossa própria civilização do que gostaríamos de saber. (Rejali, 2007:257)

Neste processo de normalização do emprego da tortura na vida cotidiana, cabe um papel importante à expansão dos serviços privados de segurança após a Segunda Grande Guerra. “Os Estados, hoje, parcelam o trabalho sujo da violência, com atores não estatais” (Rejali, 2007:37). Em *The political police in Britain* (1976), Tony Bunyan descreveu como se generalizaram (Inglaterra é o seu objeto, mas ele comenta também o que ocorria nos EUA e no restante da Europa) os serviços de segurança e como os

produtos tecnológicos desenvolvidos para policiamento (tanto no Reino Unido quanto nos Estados Unidos da América) têm sido aplicados com estardalhaço à área da segurança privada. (Bunyan, 1976:230. Cf. tb. 231-9)

Rejali confirma Bunyan. “A privatização do policiamento, diz ele, também cria pressões pela tortura (...)” (Rejali, 2007:59). Na mesma proporção em que o Estado democrático concede direitos e privilégios às firmas de vigilância, “cortam as verbas para as delegacias locais e as encorajam a entrar em associação com as firmas locais de segurança privada” (Rejali, 2007:59). Em outras palavras, os Estados democráticos estimulam a terceirização da segurança pública. Este desenvolvimento levou,

armas que paralisam ou incapacitam pelo emprego de choques elétricos como disparadores de dardos que são carregados eletricamente, cassetes com eletricidade etc.] não estão simplesmente trocando a má publicidade de um recente tiroteio da política por uma ação para favorecer a tortura no futuro. Estão criando as condições para que a *stun technology* venha a servir como um referencial cívico (...). Cidadãos menos cidadãos (*lesser citizens*) saberão quem são e onde é o seu lugar” (Rejali, 2007:255). “(...) Hoje, onde encontramos democracias torturando, também mais provavelmente encontraremos a tortura invisível (*stealthy torture*)” (Rejali, 2007:262).

¹¹⁴ “O monitoramento de direitos humanos é hoje uma luta agonizante (...) e deter a tortura requer muito mais do que o simples monitoramento” (Rejali, 2007:265).

nos anos de 1980, o mercado da segurança privada [a se] expandi[r] rapidamente nas democracias industrializadas. A relação da polícia privada para a polícia pública é de dois para um na Austrália e nos Estados Unidos. O maior crescimento ocorreu nas novas democracias (...) [África do Sul e Rússia]. (Rejali, 2007:59)

O desenvolvimento desta tendência que já se afirma como predominante no final dos “30 anos dourados” é conhecido. Rolf Uessler, em um estudo de 2008, argumenta que são várias as razões para que tenha se expandido como o fez a privatização da segurança. Articularam-se a situação social criada pelo crescente desemprego a partir dos anos de 1970, o deslocamento de uma parte significativa das empresas, principalmente as de menor poder econômico, ao “mercado informal”; a intensificação da exploração da mão de obra, dos recursos minerais e matérias-primas dos países periféricos (com os crescentes conflitos militares que isto implica) à crescente facilidade do deslocamento dos capitais pelas fronteiras nacionais (Uessler, 2008).

A esses fatores, Uessler acrescenta a entrada dos grandes capitais transnacionais na agricultura, responsável imediato pela expulsão da população rural em direção às cidades. Não porque, como no pós-guerra, nos centros urbanos havia melhores empregos e condições de vida, mas porque já não era mais possível sobreviver no campo. As favelas são o resultado imediato. Segundo Mike Davis (Davis, 2007), 2/3 da população urbana já vive hoje em favelas, e a tendência é de crescimento. Com o aumento do desemprego e das empresas forçadas à informalidade, o crescimento das favelas compõe um quadro geral no qual a segurança pública passa a contar com três áreas típicas, a crermos em Rolf Uessler (2008). A primeira são as áreas ocupadas pelas classes dominantes e que contam com a proteção do Estado. Nas outras duas o Estado não tem nenhum papel significativo: os condomínios de todas as classes e as favelas, dominadas pelas gangues e pelo crime organizado. Nestas duas últimas áreas impera a segurança privada: das empresas privadas, nos condomínios; e das gangues e milícias de todos os tipos, nas favelas.

Em vários países da periferia do sistema (os mais citados são as Filipinas, a Colômbia e os países subsaarianos), as grandes multinacionais empregam as empresas de segurança privada – com resultados mais do que satisfatórios, em muitos casos. Nos 116 países que conhecem o fenômeno das “maquiladoras”¹¹⁵ este processo está

¹¹⁵ As “maquiladoras” são empresas que gozam do direito de extraterritorialidade nos países em que se estabelecem. Quase sempre em territórios delimitados

mais avançado que no resto do mundo.

O Estado vai perdendo o monopólio do emprego da violência em favor quer das empresas privadas de segurança, quer das gangues e das milícias. Esta situação evolui paralelamente para o crescente envolvimento das forças policiais do Estado com o crime organizado e com as empresas privadas de segurança – com toda a corrupção, com a transferência de parte dos lucros do crime organizado para as “forças da ordem” e, ainda, com o desenvolvimento de um mercado clandestino (ou não) de armas que abastece tanto o lado da “ordem”, como também o crime organizado e as milícias. Em 2005, estimou-se que o “volume das atividades mais ou menos ilegais atingiu 2 trilhões de dólares – ou 20% do total do comércio mundial” (Uessler, 2008:137).

Tudo isto, contudo, apenas é possível – dada a magnitude dos valores envolvidos – com o desenvolvimento e a manutenção de um complexo sistema de lavagem de dinheiro, de transferências de capitais pelas fronteiras internacionais, da fabricação de armas, munições (e novas tecnologias etc.), fardamentos, sistema de comunicações, de coleta e processamento de dados (o setor da “inteligência”), do transporte de maciços volumes, de muitas toneladas, por aviões de carga de grande porte ou navios. Este enorme complexo voltado para manter em funcionamento as forças de segurança privadas, paraestatais, bem como os milicianos e os criminosos organizados, é uma excelente fonte de lucros¹¹⁶ e tem seu lugar no sistema financeiro internacional e no processo de reprodução do capital em escala planetária.

Os paraísos fiscais são a principal conexão institucional, mas não a única, entre o crime organizado, as gangues e milícias, e os grandes bancos, legítimos, legais e com prestígio social. A articulação entre os dois setores é tão íntima e explícita, que administradores

por cercas eletrificadas, o regime de trabalho é imposto diretamente pelas empresas, sem nenhuma mediação estatal. Nestes locais de trabalho, nem as leis do país nem os acordos internacionais possuem qualquer validade. A segurança, neste caso, não é apenas para garantir a propriedade privada das indústrias, mas também para garantir o controle da força de trabalho submetida a níveis de exploração dos mais violentos do mundo. Na Colômbia, por exemplo, pelo assassinato sistemático das lideranças dos trabalhadores, a Coca-Cola conseguiu, “no espaço de uma década,” “reduzir o salário médio de 700 para 150 dólares por mês e o número de trabalhadores com contrato regular de 10 mil para 500” (Uessler, 2008:152).

¹¹⁶ Envolve ao redor de 1,5 milhão de empregados no mundo todo e circularam cerca de US\$ 30 bilhões em 2005 (Uessler, 2008:31).

importantes das empresas de segurança privada não raramente se convertem em figuras de proa da política externa de países tão importantes quanto os EUA e a Inglaterra. Mark Thatcher, o filho de Margareth Thatcher, organizou em 2004 um golpe de Estado contra o governo da Guiné Equatorial para a empresa *Executive Outcomes*; Dick Cheney e Condoleezza Rice se tornaram vice-presidente dos Estados Unidos e secretária de Estado, respectivamente, depois de terem sido funcionários da Chevron e da Halliburton¹¹⁷.

É nessa perspectiva mais ampla e de longo prazo que devemos compreender como a carência de verbas e de pessoal suficiente para o policiamento interno dos países contribuiu para que a tortura e a corrupção passassem a ser muito “tentadoras”. A segurança privada faz da violência e da tortura algo privado, práticas para as quais o Estado democrático pode ter a desculpa de não ser diretamente responsável, mesmo quando é delas conivente (Rejali, 2007:59; Uessler, 2008: 172 e ss.). A ordem democrática é não apenas compatível, mas conivente com a tortura.

Portanto, a democracia tortura. Policiais e soldados de estados democráticos têm usado eletrotortura, tortura com água, técnicas de estresse e fadiga (*stress and duress*), drogas, espancamentos. Estes agentes públicos têm usado estas e muitas outras técnicas para intimidar, gerar falsas confissões e obter informações estratégicas. Eles o fizeram algumas vezes por conta própria, outras vezes em conluio com cidadãos locais, e outras vezes com a aprovação tácita, se não com a autorização explícita, de seus governos. (Rejali, 2007:405)

Claro que os regimes autoritários torturam – torturam quase sempre mais do que os regimes democráticos. Todavia,

(...) as democracias têm uma diferente história de tortura, não uma *ausência* de história. As democracias torturam, mas elas torturam diferentemente, preferindo técnicas limpas que evitam escândalos e potencializam sua legitimidade. A história da tortura democrática moderna é parte da história da *stealthy torture*. (Rejali, 2007:405)

Podemos, agora, compreender todo o significado do despuddorado reconhecimento, por prestigiados ideólogos da burguesia estadunidense como Walter Lipman, de que “a própria essência do processo democrático” é a “liberdade de persuadir e sugerir”. A isso ele denomina de “engenharia do consenso”. “Se vier a acontecer de a liberdade de persuadir estar concentrada em algumas poucas mãos,

¹¹⁷ Uessler, 2008:175. Nas páginas seguintes, mais casos de interpenetração de executivos das empresas de segurança com o aparelho governamental.

devemos reconhecer ser esta a natureza da sociedade livre.” Walter Lippman descreveu uma “revolução” na “prática da democracia” e o modo pelo qual a “manufatura do consenso” se tornou “uma arte autoconsciente e um órgão do governo popular” (*apud* Chomsky, 1997:366-7).

Relembremos Esping-Andersen. Os “30 anos dourados” seriam marcados por Estados que, em uma ruptura com o passado, passaram a ser democráticos e “instituições predominantemente preocupadas (...) com o Bem-Estar”, em tudo opostos aos “Estados vigilantes, Estados de lei e ordem, Estados militaristas ou (...) órgãos repressivos de uma ordem totalitária” (Esping-Andersen, 1997:1). Dificilmente poderia haver uma tese mais divorciada da realidade. O que ocorreu na história foi algo muito diferente. De um lado, conhecemos a crescente absorção dos sindicatos ao Estado e sua consequente domesticação, o crescimento do aparato burocrático e o crescente peso do poder Executivo na relação com o Judiciário e o Legislativo; de outro lado, o crescimento do complexo industrial-militar, a generalização das ditaduras no Terceiro Mundo como parte da estratégia da política externa dos países democráticos mais desenvolvidos, e, por fim, mas não por último, o crescimento das ideologias conservadoras que reconhecem e justificam a tortura como uma necessidade para a defesa do *status quo*. Referindo-se aos Estados Unidos, numa observação que pode ser generalizada, comenta Chomsky como os “30 anos dourados”, os anos da Guerra Fria, foram

uma história de subversão, agressão e terrorismo de Estado em escala mundial, com exemplos demais para serem citados. A contrapartida doméstica foi o fortalecimento do “complexo industrial-militar” de Eisenhower, em essência um Estado de Bem-Estar para os ricos com uma ideologia de segurança nacional para controle da população (emprestando o jargão da contrainsurgência) segundo as prescrições da NSC68.

A NSC68, de 1950, continua Chomsky, além de anunciar a história daqueles dias como a luta da liberdade contra o demônio totalitário, também pregava a necessidade de se eliminar o excesso de “tolerância”, de “mentes abertas”, e a necessidade de sua “justa supressão” para isolar os “sindicatos, iniciativas civis, escolas, igrejas e todas as mídias” das “opiniões” perniciosas do Kremlin. “Uma larga porção de sacrifício e disciplina será exigida do povo americano” etc. (Chomsky, 1997:12-3, tb. 22 e ss.)

Esse quadro serve para descrever tanto os “30 anos dourados” como as décadas posteriores; são uma fiel descrição do Estado de Bem-Estar, bem como do “Estado mínimo” neoliberal. Não há descontinuidade no desenvolvimento e emprego das técnicas de

repressão e de tortura entre o Estado de Bem-Estar e as décadas posteriores. A realidade que hoje vivemos – a presença crescente da *clean torture* também nos países capitalistas centrais, a promoção da tortura articulada ao desenvolvimento de técnicas de controle social pelo suplício de seres humanos – teve nos Estados de Bem-Estar um elo decisivo de sua evolução, e não, como sugere o “mito” do Estado de Bem-Estar, um obstáculo a esta mesma evolução.

Em quase todas as instituições, um banho imediato era uma regra invariável. Como um vigia explicava, “eles tinham de ser quebrados quando entram num espaço comunal”. Eu fico com a voz embargada por dizer isto, mas é a verdade. Há uma equipe de três homens nos banheiros: um seca, o outro os despe, e o terceiro os banha. Ele queria dizer que o banho era uma espécie de iniciação. E representava mais do que um desejo de impor uma limpeza pessoal. Representava a mudança para um estilo totalmente novo de vida. Por isso vinha acompanhado por outras ações. O cabelo e as unhas muitas vezes eram cortados. As frágeis malas velhas e os poucos pertences pessoais eram guardados em um depósito. Suas roupas frequentemente eram retiradas e substituídas. Um terno disforme ou um vestido estampado era, muitas vezes, dado como esmola. Às vezes eram roupas novas, mas muitas vezes já tinham prestado serviço a muitos moradores anteriores e tinham sido lavadas, mas não passadas. Outras vezes cada artigo de vestuário tinha o nome da instituição, o nome ou o número de ala ou bloco costurado em vermelho ou com tinta em preto. As camisas ou paletós tinham os nomes de antigos moradores que já estavam mortos. (...) Esta atitude leva a uma desvalorização da personalidade humana (...)

Prisão? Antes fosse. Essa é a descrição por Peter Townsend do primeiro dia de vida em um asilo para idosos mantido pelo Estado de Bem-Estar na Inglaterra (*apud* Lynes, 1963:94-5).



Capítulo V – O que é, mesmo, o Estado de Bem-Estar?

A resposta não poderia ser mais fácil, aparentemente: o Estado que, por inspiração keynesiana, ampliou-se para abrigar em seu interior as necessidades dos trabalhadores. Diferentemente dos Estados do passado, o Estado de Bem-Estar se caracterizaria por uma nova modalidade, mais humana e mais ética, de intervenção estatal na economia com a utilização em larga escala de políticas públicas voltadas aos mais carentes: o “Estado social”, o “Estado Providência” para outros o Estado desmercadorizador ou ético, etc.

Por esse critério, os Estados de Bem-Estar mais típicos seriam os da Alemanha nazista e o da União Soviética. Neles, as políticas públicas foram empregadas com uma universalidade e generalidade que nenhum outro país jamais conheceu. As iniciativas soviéticas voltadas aos “mais carentes” são imbatíveis no confronto com qualquer dos denominados Estados de Bem-Estar. Estas realizações, a seu tempo, foram empregadas com grande sucesso na propaganda do regime soviético. Logo atrás temos o Estado nazista. Seus programas de geração de empregos, educação e formação dos trabalhadores, aposentadorias e pensões, de construção de moradias etc. também são incomparáveis com os programas similares de então, como o *New Deal* ou as iniciativas tomadas pelos governos da França e da Inglaterra. Analogamente ao caso soviético, também esta “superioridade” do regime nazista foi diligentemente empregada em sua propaganda. Seguindo ainda o critério da adoção de políticas públicas, até o Brasil, sob a ditadura militar dos anos de 1960-1980, teria passado por um processo de “consolidação do Estado de Bem-Estar” (Draibe, 2002:43), ou, segundo outros, estaria se aproximando de um Estado de Bem-Estar com a Constituição de 1988. Bem pesados os acontecimentos, definir o Estado de Bem-Estar pela adoção de políticas públicas o torna tão amplo e abrangente que englobaria praticamen-

te todos os Estados do planeta, já que a grande maioria, em algum momento do século 20, implementou políticas públicas. Chegou-se mesmo a aventar que o Estado de Bem-Estar seria comum a todas as economias industrializadas, fossem “comunistas” ou “capitalistas” (Wedderburn, 1965).

Para se excluir dos classificados como de Bem-Estar os Estados soviético e nazista, além de casos como Brasil (Getúlio Vargas e/ou ditadura militar), a Argentina de Perón etc., algumas vezes dois critérios são acrescidos. Deveriam ser Estados democráticos, regidos por uma economia de livre mercado e, em segundo lugar, teriam existido no período posterior à Segunda Grande Guerra. Novamente, há problemas para ambos os critérios.

Podemos definir como democráticos Estados como os da França e dos Estados Unidos, que discriminavam os argelinos e os negros, respectivamente, de suas cidadanias? Poderiam ser democráticos Estados que favoreceram com suas políticas urbanas a especulação imobiliária e condenaram milhões de seus cidadãos aos guetos, *slums*, cortiços e favelas de todos os tipos? Que financiaram a transformação da saúde em *big business* nas mãos da indústria farmacêutica e afins? Que converteram a educação em mercado consumidor de livros e outros materiais didáticos para maior glória de grandes corporações? Que organizaram a sala de aula como centro de lavagem cerebral e doutrinação de suas juventudes? Seriam democráticas as ações da Inglaterra na Irlanda, dos EUA no Vietnã, da França na Indochina e na Argélia, em uma lista de intervenções imperialistas que poderia se alongar por algumas páginas? Em que definição de democracia seriam aceitáveis Estados que, durante os “30 anos dourados”, desenvolveram, empregaram e disseminaram o uso da *clean torture*, como a França, os Estados Unidos, a Inglaterra e a Alemanha? Deportar milhares de suas crianças e adolescentes às ex-colônias para servirem de mão de obra escrava qualifica um Estado como democrático? Para aqueles que definem os Estados de Bem-Estar como democracias, não lhes restam mais do que duas alternativas: devem redefinir a democracia para torná-la compatível com a tortura, com as políticas públicas a serviço da ampliação da lucratividade do capital e com o imperialismo, ou, então, não mais definir como democráticos os Estados de Bem-Estar.

Quanto ao segundo critério, o de que os Estados de Bem-Estar teriam existido após a Segunda Grande Guerra, os problemas não são menores. No período entreguerras, países como a França, os Estados Unidos, a Austrália, a Nova Zelândia, o Uruguai, a Costa Rica, além da Suécia, da URSS, da Alemanha, entre muitos outros, adota-

ram com maior ou menor intensidade diversas políticas públicas na área da seguridade, da educação, da moradia, para a infância etc., que serão típicas das políticas keynesianas dos “30 anos dourados”.

Uma simples enumeração das políticas públicas implementadas antes de 1945 é suficiente para demonstrar como não está muito longe da verdade Avelãs Nunes ao afirmar que “As primeiras manifestações do estado social poderão assinalar-se no período imediatamente posterior à Primeira Guerra Mundial (...)” (2010:48).

Iniciemos pela Inglaterra, cujas raízes das políticas públicas são frequentemente datadas das Leis dos Pobres, anteriores à Revolução Industrial. O século 19 conheceu várias e comentadas intervenções do Reino Unido voltadas ao “bem-estar”, não por último para “facilitar a atividade econômica livre e saudável” (Page, 2002:159), como o *Factory Act* (1844), o *Ten Hours Act* (1847) e medidas voltadas ao saneamento básico, moradia etc. Ao final do século, a preocupação na Inglaterra com o crescimento da Alemanha de Bismarck, que adotava políticas sociais, aumentou a pressão pela busca de uma maior eficiência e maior estabilidade da economia mediante uma intervenção estatal que centralizasse e potencializasse os esforços localizados na reprodução da força de trabalho, na sua educação e treinamento profissional (Page, 2002:160-1). Somem-se a esses fatos as explosões trabalhistas em Londres ao final da década de 1880.

Este “crescente apetite por um Estado mais intervencionista foi incrementado” pela Guerra dos Boers (1899-1902) e, depois, pela “Grande Guerra de 1914-18” (Page, 2002:162). O primeiro conflito mundial ampliou consideravelmente a intervenção do Estado na economia, como ocorreria também durante a Segunda Guerra Mundial (Page, 2002:165; Avelãs Nunes, 2010:93; Schaffer, 1991). Logo depois do armistício de 1918, pensões para os dependentes do pessoal mobilizado, benefícios para as viúvas e órfãos, algum controle do preço dos aluguéis foram logo seguidos pela percepção de que as encomendas estatais durante a guerra reduziram o desemprego de mais de 3 milhões de trabalhadores para menos de 1 milhão em 1917, com um aumento de salário para aqueles diretamente envolvidos na produção bélica (Page, 2002:163). Fortaleceram-se as pressões para que o Estado abandonasse a postura liberal clássica a favor de uma maior intervenção. Os burgueses começaram a se dar conta do montante de lucros que poderia advir de um Estado “comprador”. Do final da Primeira Guerra até 1938, teve lugar uma longa série de alterações das leis voltadas a tratar do problema dos desempregados, marcadas sempre pelo cuidado em desvincular os trabalhadores “respeitáveis” (que procuravam, mas não encontra-

vam empregos), daquele “*residuum*” carente de virtudes, que não mereceria nenhuma ajuda pública (Jones, 1971:317). Beveridge, então assessor de Lloyd George, escreveu em 1906:

a linha divisória entre independência e dependência, entre o eficiente e o inimpregável (*unemployable*), deve se tornar mais clara e maior (...) [Estes, os inimpregáveis] devem se tornar os reconhecidos dependentes do Estado, afastados da livre indústria e adequadamente mantidos em instituições públicas, mas com uma completa e permanente perda de todos os direitos de cidadania, incluindo não apenas o direito ao voto, mas também as liberdades civis e a paternidade. (*apud* Jones, 1971:335)

O resultado foi a aprovação, em 1934, do *Unemployment Act*, que resultou na criação das *Unemployment Assistance Boards*, financiadas pelo Estado, superando as ações localistas por uma iniciativa central. Além do desemprego, medidas também foram tomadas na área da saúde e da moradia (Page, 2002:164).

Da Inglaterra para a Austrália. Ocupada por colonizadores ingleses mais intensamente desde o final do século 18, esta contava, um século depois, com 3,7 milhões de habitantes e havia conhecido o sucesso econômico. Graças à destruição da civilização aborígene e à exploração dos enormes recursos naturais, era a “nação mais rica do mundo”. Sua renda *per capita* era “38% mais rica do que o Reino Unido, 53% mais rica que os Estados Unidos, aproximadamente duas vezes mais afluente que o Canadá, três vezes mais rica que a Suécia e duas vezes mais afluente do que a França ou a Alemanha” (Jones, 2002:5). Os conflitos trabalhistas que se intensificaram com este desenvolvimento, e os problemas de uma população que envelhecia rapidamente, se associaram a uma economia com uma carência permanente de força de trabalho. Entre 1901 e 1912, foram adotadas políticas para os idosos (em 1901, nas províncias de Victoria e New South Wales, e em 1909, para todo o país). Em 1907 foi criada uma pensão para inválidos em New South Wales, que em 1910 foi estendida para todo o país. E em 1912 criou-se uma gratificação de natalidade para todo o país. Além dessas medidas oficiais, desde o final do século anterior inúmeras associações entre trabalhadores e moradores de pequenas e médias cidades criaram mecanismos de proteção das mais variadas formas. Assim, “(...) em 1910 a Austrália tinha formado a base de seu Estado de Bem-Estar” (Jones, 2022:9). A Primeira Guerra Mundial, a crise de 1929 e, em seguida, a Segunda Guerra introduziram modificações. Entre 1930 e 1945, os custos do desemprego (Jones, 2002:22-3), da manutenção das viúvas e das gratificações para as famílias com muitos filhos tiveram de ser

absorvidos pelo Estado e, também lá, a justificativa era claramente keynesiana. Isto é, um sistema de seguridade que, além de promover os benefícios aos cidadãos, garantiria uma estabilidade econômica que faria com que os benefícios se tornassem, cada vez mais, raramente necessários (Jones, 2002:12-3).

No Canadá, o processo de industrialização (estradas de ferro e indústrias de processamento de lã, madeira etc.), associado a uma forte tradição presbiteriana, conduziu à adoção de um “complexo processo de financiamento da educação pública”. Já no final do século 19, o comparecimento das crianças à escola era obrigatório; em 1872 uma enorme greve dos gráficos conduziu à adoção de uma legislação federal sobre os sindicatos e, uma década depois, às primeiras tentativas de regulamentar o trabalho infantil e feminino. Em 1914 é adotada em Ontário, e logo se generalizou pelo país, o *Workman's compensation Act*, que indenizava os trabalhadores acidentados com um pagamento mensal em dinheiro. Após a Primeira Grande Guerra, “numerosos programas de assistência social para os veteranos lançaram as bases para a expansão do Estado de Bem-Estar para o setor civil”, principalmente na área da saúde e desemprego, assistência às mães solteiras, viúvas e suas crianças. Em 1943, com o Relatório Marsh (um professor do curso de Serviço Social), o Estado canadense rapidamente evolui para o que Graham denomina, na típica linguagem dos burocratas, como um “Estado de Bem-Estar” “institucional”: “as instituições de bem-estar se tornaram a defesa primária contra as adversidades, e o Estado é claramente o instrumento para responder aos riscos universais ao bem-estar humano, característicos de uma sociedade industrial”. A partir desse momento se generalizam a proteção ao desemprego, às famílias de baixa renda, o financiamento da educação pública e, por último, o atendimento à saúde (Graham, 2002:85-90).

O desenvolvimento do Estado de Bem-Estar na Suécia tem suas raízes já no século 19, e é intensificado com o processo de industrialização na passagem ao século seguinte. Com um passado peculiar (nunca foi conquistada pelos romanos, não fez parte do modo de produção feudal e muito cedo se tornou uma monarquia protestante, com as classes dominantes mantendo o país sob controle político centralizado), até hoje a Suécia está nas mãos de cerca de duas dezenas de famílias que controlam o Estado e os grandes negócios. Esta base social muito peculiar possibilitou que um governo socialista se mantivesse no poder do final da Segunda Grande Guerra até 1976, com base em uma sólida aliança entre o grande capital e os grandes sindicatos (Korpi, 1980). Ao final do século 19, a aliança articulada

por Bismarck entre as classes dominantes da Alemanha teve forte impacto na Suécia, que passou a adotar uma política semelhante nos primeiros anos de 1890 (Hort, 2002:129). Em 1901, a criação da *National Insurance Agency* reforçou as medidas sociais ainda tímidas levadas a cabo pela *Factory Inspectorate*, de 1892. A partir de então são articuladas diversas políticas de proteção aos acidentados no trabalho, aos trabalhadores idosos, bem como estimulada a criação de associações corporativas para a proteção de seus membros¹¹⁸. Em 1913 o Parlamento aprovou um sistema de aposentadoria geral “que incluía praticamente todas as pessoas, compondo o primeiro sistema de segurança universal nacional do mundo” (Hort, 2001:129). Alerta Hort, corretamente, que não é verdadeira a tese de que “as políticas sociais universais” começaram nos anos de “1930 ou 1940” – ou mesmo após a Segunda Grande Guerra, acrescentamos. A “Suécia estava tomando a liderança neste campo já em 1910” (Hort, 2002:130). Em 1913 introduziu uma pensão para as famílias com mais crianças e um sistema de financiamento de moradias para os trabalhadores (Hort, 2002:131). A exceção no caso sueco é que o seguro desemprego será criado e mantido não pelo Estado, mas pelos sindicatos e pelas centrais sindicais (Hort, 2002:133-4).

Já vimos, no Capítulo III, como a França estruturou o fundamental do seu Estado de Bem-Estar antes da Segunda Guerra Mundial. O que ocorreu neste país, depois de 1945, não foi além de “manter e estender a estrutura de serviços que havia sido construída desde o final do século 19” (Spiker, 2002:109). O caso alemão, com sua precocidade, será abordado logo abaixo, ainda neste capítulo.

Este rápido panorama de alguns poucos países deve ser suficiente para demonstrar como, ao longo de meio século, entre 1890 e 1940, os Estados capitalistas imperialistas e vários dos países da periferia do sistema vinham adotando com frequência cada vez maior uma prática de intervenção do Estado por meio de políticas públicas. Das encomendas bélicas, das obras de infraestrutura até os setores da educação e saúde, o Estado aumentou a sua presença. As diferenças muito significativas entre os países, que não devem ser ignoradas, também não devem velar o fato de que antes de 1945 já estava em ação uma tendência de fundo e de longo prazo no sentido

¹¹⁸ Dado que as municipalidades mantinham uma elevada autonomia para a criação de impostos voltados à política de bem-estar, neste momento muitas instituições locais foram criadas e mantidas, não raramente com recursos apenas da municipalidade, outras vezes também com recursos do governo federal (Hort, 2002:132; 137).

de uma maior intervenção do Estado na economia. A maior parte da bibliografia acerca do Estado de Bem-Estar não hesitaria em classificar, houvessem ocorrido após 1945, tais intervenções como keynesianas. Há linhas de continuidade muito intensas entre o Estado capitalista antes e depois da Segunda Grande Guerra. Em poucas palavras, a generalização de políticas públicas em um espaço de tempo tão alargado (desde o século 19, com Bismarck, até o Estado neoliberal dos nossos dias) e em países com trajetórias históricas tão distintas, é forte indício de que as teorizações que limitam o Estado de Bem-Estar ao período posterior à Segunda Grande Guerra estão distantes da realidade.

Definir o Estado de Bem-Estar apenas e tão somente pela adoção de políticas públicas conduz a dificuldades teóricas insanáveis. Restringi-lo a países democráticos leva a dificuldades não menores. Limitá-lo ao período dos “30 anos dourados” também não é uma solução. Cada estudioso, por isso, termina com frequência propondo uma definição própria. A melhor e mais sistematizada tentativa neste sentido é a de Esping-Andersen em *The three Worlds...* Outra tentativa bastante típica é a de Coll em *Las democracias*. Já vimos alguns dos graves problemas dessas duas tentativas no Capítulo I. Outros autores como Bihr e Avelãs Nunes, e numa chave distinta, Crosland (1956), Giddens (2000) e Ota Šik (1977) poderiam também ser mencionados. Ainda que suas teses sejam distintas, compartilham de um distanciamento semelhante para com a história ao postularem que o Estado nos “30 anos dourados” teria conhecido uma ruptura com o seu passado, abrindo novas possibilidades ao futuro da humanidade. À esquerda, nesse campo, temos textos como o de Corrigan e Leonard, *Social Work Practice under capitalism – a Marxist approach* (1978). Os autores postulam que “O tipo universal de Estado nas sociedades capitalistas contemporâneas é, de fato, o Estado de Bem-Estar” (Corrigan e Leonard, 1978:96). Eles chegam a essa conclusão após terem feito uma exposição bastante razoável, para a finalidade a que se propõe o livro, sobre a produção e reprodução em Marx e Engels. Reconhecem que, para os dois pensadores e também para Lenin, o Estado é instrumento da classe dominante contra os trabalhadores. Mas, argumentam, no capitalismo contemporâneo teria ocorrido uma ruptura histórica: o Estado de Bem-Estar seria a expressão da luta dos trabalhadores e teria adquirido tal autonomia em face do capital, que poderia representar os trabalhadores contra o capitalismo. O elogio ao Estado de Bem-Estar, inerente a tal tese,

castra toda a potência crítica de Corrigan e Leonard¹¹⁹.

Tantas e tantas tentativas infrutíferas de precisar a definição de Estado de Bem-Estar, das mais diferentes perspectivas, sugerem fortemente que as dificuldades não decorrem de uma falha no conceito enquanto tal; decorrem da tentativa de explicar um complexo da reprodução social, o Estado, desvinculado de seu solo fundante, a reprodução material da sociedade, a economia.

Ponderadas bem as coisas, pode ser que Esping-Andersen tenha alguma razão, ao final das contas. Depois de postular ser o Estado de Bem-Estar um “novo fenômeno”, “moralmente” superior, pois teria colocado o “humano como máxima prioridade”, através da infundada tese da “desmercadorização”, a realidade forçou Esping-Andersen a um *mea culpa*. Na Introdução a *Social Foundations of Post-Industrial Economies* (1999), pondera que

Nós, os cientistas sociais, temos alguma dificuldade em acompanhar o andamento da história. Muitos de nós foram nutridos com a noção de que este teria sido o século do pluralismo vitorioso, cidadania social, e capitalismo de bem-estar. Contudo, agora, olhamos para trás com pesada nostalgia para as décadas da Era Dourada do Capitalismo, quando tudo parecia funcionar melhor. (...) O Estado de Bem-Estar, defensável como uma das realizações reformistas mais espetaculares da história moderna, pode não mais ser mantido no tipo de economia que está se desenvolvendo. (...) A sociedade pós-industrial pode conter as promessas de muitas maravilhas, mas a igualdade provavelmente não está entre elas. Daí a nossa nostalgia pela Era Dourada. (Esping-Andersen, 1999:1)

E, um pouco mais abaixo, sua observação decisiva:

O capitalismo de bem-estar se tornou a economia política dominante nas economias avançadas no último meio século. Seria provavelmente fútil buscar uma definição precisa deste conceito, considerando que ele basicamente serve para capturar o *Zeitgeist* de uma era. (Esping-Andersen, 1999:7-8)

O “conceito” de Estado de Bem-Estar... não foi bem assim um conceito. Seria “fútil” “buscar uma definição precisa” dele; por isso mesmo assume diferentes conteúdos em cada autor e nos diversos

¹¹⁹ Devemos assinalar, ainda, que a concepção de bem-estar não se limita a este espectro. Autores como Potyara Pereira propõem uma concepção marxista de bem-estar que implicaria uma superação da exploração do trabalho pelo capital (Pereira, 2010a). A distinção entre os reinos “da liberdade” e da “necessidade” e sua articulação com o trabalho emancipado talvez coloquem questões para esta formulação de Potyara Pereira, mas isso é algo a ser demonstrado.

contextos. Não serve para designar um fenômeno objetivo, senão para “capturar” o “*Zeitgeist*”, como diria Howe, “a mais traiçoeira das ilusões” (1993:ix-x), dos “anos dourados”. Quando se trata de investigar o que ocorreu com a sociedade, a economia, o Estado, a política, a saúde, os negros, as mulheres e migrantes, com as crianças e adolescentes, com a educação, a segurança e o complexo industrial-militar no período entre o final da última grande guerra e o início da crise estrutural do capital, as teses acerca do Estado de Bem-Estar não podem mais do que proceder de tal modo que (permitam-me repetir a citação, pela sua concisão)

(...) argumentos e indícios indistintamente têm sido com frequência assumidos como evidentes, ao invés de expostos de modo claro e submetidos a cuidadoso escrutínio. Retórica tem obscurecido tanto os elos quantos as falhas na cadeia de argumentos. Palpites, impressões e pressupostos (*assumptions*) são equiparados a fatos. Mudanças pequenas são infladas até se tornar decisivas. Indicações inseguras são convertidas em provas inquestionáveis. (Westergaard, 1964:1-2)

Que isso ocorra com uma quantidade tão grande de autores e por décadas seguidas é um exemplo de como o *Zeitgeist* tem esta característica peculiar de fazer as pessoas “crerem” no que não existe. Uma das várias funções sociais das ideologias no sentido restrito é precisamente esta: a de produzir um “falso socialmente necessário” para justificar um *status quo*¹²⁰. O “falso socialmente necessário” comprova a sua pretensa veracidade teórica pela sua utilidade prática, imediata, na justificação da ordem. Chomsky, no livro *Detering Democracy*, já várias vezes citado, comentando como os sucessivos governos estadunidenses criaram as mais esdrúxulas, infundadas e falsas teorias para justificar, como defesa do mundo livre, os seus atos imperialistas, ironiza o fato de que “somos forçados a aceitar a conclusão de que uma forma de loucura é uma condição para a respeitabilidade e o poder” (Chomsky, 1997:57).

Defender o “Estado de Bem-Estar” como uma vitória dos trabalhadores e um avanço para uma sociedade mais justa requer uma “forma de loucura” análoga. Deve-se esquecer a história e, mais ainda, substituí-la por fantasias e conceitos que servem para justificar, *a posteriori*, os axiomas tomados como pressupostos. O mito de que entre o Estado absolutista do século 18 e o “Estado totalitário” do século 20 se ergueu o Estado democrático, que teria no Estado de Bem-Estar seu marco decisivo (Lefort, 1987; Chauí, 1987:11), não

¹²⁰ Lukács, 1981:58, 69, 70-1, 436-439; e, também, Costa, 2011 e 2012, e Vaismam, 1989.

passa de uma destas “formas de loucura”. Imaginar um Estado que “desmercadoriza” a reprodução social por aplicar políticas keynesianas é outra destas “formas de loucura”; também não tem nenhuma justificativa racional ignorar que a principal e mais importante das políticas públicas nos “30 anos dourados” foram os enormes investimentos no complexo industrial-militar, principal responsável pelo aquecimento da economia, pela geração de empregos; impulsionador direto e indireto do desenvolvimento tecnológico, científico, das universidades etc. Não faz o menor sentido postular que houve uma distribuição de renda e de poder nas sociedades que conheceram o Estado de Bem-Estar, pois os dados mais consistentes indicam precisamente o oposto. E o que dizer do Estado “pós-materialista” que, a acreditarmos em Coll, caracterizaria o Estado depois dos “30 anos dourados”? Sem alguma “forma de loucura” – Chomsky tem toda razão – não seria possível que o conceito do Estado de Bem-Estar pudesse expressar o “conservador” “*Zeitgeist*” do pós-guerra com a intensidade e a amplitude que tem feito até hoje.

O Estado de Bem-Estar, ao fim e ao cabo, não passa de uma falsa categoria para explicar um fato criado pela própria teoria. Afirmar-se a existência do Estado de Bem-Estar (um Estado “ampliado” que teria rompido com um pretense Estado “restrito” do passado, que democratizaria a sociedade, distribuiria riqueza e desmercadorizaria a vida cotidiana) para, depois, enfrentar-se o problema do que viria a ser, ao final das contas, este mesmo Estado de Bem-Estar. Como a “lógica” das transformações da relação do Estado com a economia está nesta, e não naquele; como a “autonomia relativa” do Estado para com a sua base material apenas existe no interior da determinação predominante da economia sobre o complexo estatal, buscar no Estado de Bem-Estar sua própria lógica não pode senão conduzir – como tem conduzido – a teorias que substituem a história por variadas “formas de loucura”.

Em pouquíssimas palavras, os conceitos correntes, predominantes, acerca do Estado de Bem-Estar não dão conta dos seguintes fatos históricos básicos:

- 1) praticamente todos os considerados típicos Estados de Bem-Estar (França, Inglaterra, Estados Unidos etc.) investiram mais recursos no desenvolvimento do complexo industrial-militar que em todas as outras políticas públicas. Estudos vários (já citados) indicam que os gastos militares foram a principal e mais importante política pública dos “30 anos dourados”;

- 2) todas as políticas públicas adotadas pelos assim ditos Estados

de Bem-Estar (saúde, educação, transporte, seguro desemprego, segurança, moradia, cuidados dos idosos e crianças, e assim por diante) tiveram como móvel primeiro na sua estruturação e implantação aumentar a lucratividade do sistema do capital. Quer convertendo o Estado em um grande comprador¹²¹, quer promovendo uma reforma urbana que potencializou a renda da terra e promoveu a especulação imobiliária, quer ampliando o mercado consumidor, quer socializando os custos da produção científica e tecnológica, quer fornecendo verbas para o desenvolvimento da saúde como um *big business* ou, ainda, montando um sistema de controle ideológico e doutrinação, através da educação pública mais ou menos universalizada (cuja importância na manutenção da ordem não deve ser subestimada), quer exportando mão de obra barata de crianças e adolescentes, as políticas públicas sempre foram um bom negócio ao capital;

3) o assim dito processo de democratização das relações sociais nos Estados de Bem-Estar entre os anos de 1945-75, simplesmente não ocorreu. Os sindicatos foram domesticados também pela sua incorporação ao Estado, a burocratização dos partidos e sindicatos dos trabalhadores forneceu novos meios de controle das lutas de classe. Aumentou o peso do Poder Executivo sobre o Legislativo e o Judiciário; e a repressão política recrudescceu, com o emprego em larga escala de novas formas de tortura e repressão. Abre-se, com os “30 anos dourados”, o mais prolongado e profundo período sem uma grande revolução (a última foi a Revolução Chinesa de 1949), ou seja, inaugura-se a mais prolongada e profunda vitória do capital sobre o trabalho em toda a história. Longe de uma vitória, os “30 anos dourados” representam uma derrota histórica dos trabalhadores;

4) todos os países ditos típicos dos Estados de Bem-Estar (da Suécia aos Estados Unidos) promoveram, após a Segunda Grande Guerra, uma nova rodada de exploração das antigas áreas coloniais do globo através da generalização das chamadas empresas multinacionais. Além da exploração das matérias-primas e energias, também a exploração da força de trabalho dos países menos desenvolvidos passou a fazer parte dos objetivos imperialistas, com o efeito colateral da generalização de ditaduras e torturas por quase todo o “Terceiro Mundo”;

¹²¹ “Em 1958, por exemplo, as compras pelo governo federal [dos EUA] foram responsáveis pelas seguintes percentagens da demanda total em importantes indústrias em crescimento: rádio, televisão e equipamento de comunicação, 41%; componentes eletrônicos e acessórios, 39%; instrumentos de controle e científicos, 30%; aviões, 87%” (Magdoff, 1965:5).

5) tal como não houve uma ruptura na essência do Estado com a adoção das políticas públicas, também não houve uma nova ruptura com sua essência após a passagem ao período neoliberal. Tanto antes, como durante e depois dos “30 anos dourados”, o Estado continuou sendo “o comitê que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa”. Há muito mais continuidades do que rupturas nas alterações da relação entre o Estado e o conjunto da sociedade do que o mito do Estado de Bem-Estar sugere.

Como foi possível que uma noção como a de Estado de Bem-Estar, tão parcial e incapaz de refletir a totalidade do fenômeno que pretende descrever, tenha se tornado tão amplamente aceita? Suas contradições teóricas internas, seu afastamento do mundo, são tão evidentes, que não deixa de aparentar um mistério o fato de continuar convencendo a tantos, por tanto tempo. Para, ao menos em linhas gerais, elucidar este “mistério” é preciso uma investigação – ainda que provisória, aproximativa e inicial – da função ideológica da noção de Estado de Bem-Estar.

1. A gênese do conceito

Como pôde se desenvolver e se generalizar uma concepção tão distante da realidade e tão incapaz de descrever a essência das transformações ocorridas na relação do Estado com a economia ao longo do século 20, como a noção de Estado de Bem-Estar? Dentre as falsas ideologias que a vida alienada sob o capital produz incessantemente, seria difícil encontrar nas ciências humanas uma mais constante, generalizada e distante da realidade do que o mito do Estado de Bem-Estar.

Este “falso socialmente necessário”, como sempre nestes fenômenos ideológicos, tem seus fundamentos na própria vida social. O “falso” requer, para ser assumido como verdadeiro, uma base material que lhe forneça a aparência de verdade. No nosso caso, esta base material são as transformações nas necessidades da reprodução ampliada do capital monopolista ao longo do século 20. Na gênese e desenvolvimento do conceito de Estado de Bem-Estar, este é o fator fundante, de longe o mais importante. Em segundo lugar, temos as operações teóricas que foram imprescindíveis para que o conceito de Estado de Bem-Estar fosse elaborado e pudesse se sobrepor aos não poucos indícios que assinalavam, já nos “30 anos dourados”, sua falsidade. Tanto quanto podemos entender, estes fatores objetivos e ideológicos, articulados, foram decisivos para a gênese e a generalização desta “forma de loucura” representada pelo mito do Estado de Bem-Estar.

1.1. Capital monopolista e Imperialismo

O primeiro fator na gênese da noção de Estado de Bem-Estar, a sua base fundante, está na necessidade de o capitalismo monopolista resistir à tendência de queda da taxa de lucro pela ampliação da mais-valia relativa. Dito assim, parece ser algo mais complicado de ser compreendido do que, de fato, o é.

Com a Revolução Industrial, o desenvolvimento das forças produtivas possibilitou à humanidade superar a carência e adentrar na fase da abundância. A produção tornou-se maior do que a necessária para atender a todas as necessidades de todas as pessoas do planeta. A ironia da história é que esta abundância, o sonho bíblico do maná finalmente tornado realidade, conduz o capitalismo a crises sucessivas que travam o desenvolvimento das forças produtivas. A causa básica de tais crises é que, com a abundância, a oferta de mercadorias torna-se maior do que a demanda (as necessidades humanas) e, com isso, os preços tendem a cair, inviabilizando a produção. As crises cíclicas nada mais são do que a manifestação do fato de que, com a abundância, o mercado deixou de funcionar. Até a Revolução Industrial, a carência garantia preços tendencialmente elevados, já que a demanda era sempre maior do que a oferta; com a abundância, a situação se inverteu e o mercado deixou de operar a favor das classes dominantes. A burguesia, após a Revolução Industrial, tem de conviver com a inconveniência de a acumulação de sua riqueza conduzir inevitavelmente a crises sucessivas que prejudicam até mesmo a reprodução do capital.

Esta é a razão básica para o fato de, desde o final da Revolução Industrial (1830) até hoje, haver mais anos de crise do que de prosperidade econômica.

As crises cíclicas, por sua vez, tendem a se tornar cada vez mais avassaladoras. Nos períodos de crise, mais do que nos de expansão, o grande capital tende a absorver o pequeno. As pequenas e médias empresas são as primeiras a quebrar. A tendência é uma concentração do capital que possibilita investimentos cada vez maiores nos períodos de retomada da economia – o que conduz, por sua vez, a crises envolvendo um capital social total crescente e mais concentrado, ou seja, a crises de proporções cada vez maiores.

Desde muito cedo a burguesia buscou formas de ampliar artificialmente o consumo (por exemplo, espartilhos que incorporam o ferro em sua estrutura (Kunzle, 2004:296 e ss.), uma tendência que atinge níveis paradoxais nos dias em que vivemos. O complexo

industrial-militar, com sua gigantesca capacidade de destruir o fruto do trabalho, é a expressão concentrada desta tendência. Esta foi uma das muitas maneiras que se buscou para postergar o início das crises e, quando elas se tornavam inevitáveis, para amenizar seus efeitos.

Outra maneira, importante para nosso estudo, foi ampliar a extração da mais-valia por uma combinação superior e mais articulada entre a mais-valia absoluta e a relativa.

A apropriação do trabalho excedente pelo capital ocorre pela mediação da mais-valia. Dada a concorrência inerente ao modo de produção capitalista, é também a ele inerente a necessidade de ampliar o trabalho excedente apropriado pela burguesia. E há duas formas desta ampliação: a forma absoluta e a relativa. A forma absoluta, ou mais-valia absoluta, é a ampliação da jornada de trabalho, mantendo-se o mesmo salário ou, então, a redução do salário, mantendo-se a mesma jornada. Esta é a forma básica, fundante, da ampliação do trabalho excedente expropriado pelo capital.

Muito cedo no desenvolvimento do capitalismo surgiu, também, a outra forma, pela redução do valor da força de trabalho. Com a redução da proporção da riqueza destinada à reprodução da força de trabalho¹²², uma parcela maior irá compor a mais-valia. A redução do valor da força de trabalho pode se dar pelo aumento da capacidade produtiva do trabalhador (uma tecnologia mais avançada, uma forma gerencial mais desenvolvida etc.) ou, então, pela queda no valor das mercadorias que entram na reprodução da força de trabalho. Em ambos os casos, quer pelo aumento da capacidade produtiva do trabalho, quer pela redução do seu valor devido à queda do valor das mercadorias que entram em sua reprodução, uma maior parcela da riqueza produzida será apropriada pelo burguês, a mais-valia relativa.

Não há um abismo entre as mais-valias relativa e absoluta (Marx,

¹²² “Para que diminua o valor da força de trabalho, o aumento das forças produtivas têm de atingir ramos industriais cujos produtos determinam o valor da força de trabalho, que, portanto, pertençam à esfera dos meios de subsistência costumeiros ou possam substituí-los.” (Marx, 1983:251) Na sequência Marx fornece o exemplo de “uma camisa”. Em *A miséria da filosofia*, Marx já escrevia com todas as letras: “Sem dúvida, se o preço de todas as mercadorias se reduz - e esta baixa é a consequência necessária do livre-câmbio -, eu posso comprar por um franco muito mais coisas que antes. E o franco do operário vale tanto como qualquer outro. Portanto, o livre-câmbio será muito vantajoso para o operário. Aqui, há somente um pequeno inconveniente: é que o operário, antes de trocar o seu franco por outras mercadorias, tem, primeiro, que trocar o seu trabalho contra o capital.” (Marx, 1985b:189)

1985:105-112). Como o que importa para o burguês é o seu lucro, e não a classificação como relativa ou absoluta da mais-valia que expropria de seus trabalhadores, é frequente uma combinação entre as duas maneiras de ampliação da mais-valia, tanto nas empresas tomadas isoladamente como em setores econômicos (ramos industriais ou agricultura). Ainda que as formas germinais desta combinação entre as mais-valias absoluta e relativa possam ser encontradas antes, foi com a passagem do capital concorrencial ao capital monopolista, ao redor de 1870, que ela se generalizou e ganhou a sua verdadeira importância para a reprodução do capital.

O processo de concentração do capital implicou que, com a crise de 1870-71, as principais economias capitalistas passassem a ser dominadas por grandes grupos econômicos. São os cartéis, monopólios etc. fazendo a sua entrada em cena de modo triunfal. Enquanto existir capitalismo, será em suas mãos (e das suas formas contemporâneas mais desenvolvidas e poderosas) que repousará o leme da economia mundial.

O capital monopolista possui uma capacidade de investimento, de manipulação dos mercados, e um poder de pressão política sobre o Estado, incomparáveis a qualquer fortuna burguesa anterior; os cartéis e monopólios passam, virtualmente, a controlar a política econômica e a política externa dos seus Estados nacionais. Para nosso objeto de análise, o fundamental é que, agora, há a possibilidade de se empregar o Estado de modo muito mais imediato que no capitalismo concorrencial para atender às necessidades de reprodução do grande capital. Crescem a intervenção do Estado na economia e o emprego do poderio militar nacional para decidir a concorrência internacional entre os grandes cartéis e monopólios. Ainda que sem a pujança futura, já no século 19 surgiram as primeiras políticas públicas. Como, concomitantemente, a política externa das nações passou a gravitar ao redor da disputa entre os interesses de seus respectivos monopólios, as disputas econômicas entre os grandes capitais tendem a se converter em disputas bélicas entre países. Da Partilha da África Negra (a divisão do continente africano subsaariano entre as potências europeias na virada do século 19 ao 20 (Brunschwig, 1974) às duas Grandes Guerras, sempre a política externa dos Estados coincide e é impulsionada pelos interesses econômicos dos monopólios e cartéis.

1.1.1. A Alemanha

O caso alemão será o primeiro campo de provas deste novo pa-

pel do Estado, tanto no cenário doméstico quanto no internacional.

A “miséria alemã”, como dizia Marx, foi marcada pela sobrevivência de grandes propriedades de terra pré-capitalistas que se adaptaram ao mercado ao se converter, desde muito cedo no Renascimento Comercial e Urbano (séculos 13 e 14), em fornecedoras de cereais para as cidades em crescimento. Mesmo as guerras napoleônicas não foram capazes de destruí-las. Esta a origem dos *junkers*, os grandes proprietários de terra que controlavam o Exército e a burocracia e que jogavam um papel político decisivo nos pequenos Estados germânicos do século 19.

A sobrevivência desta propriedade fundiária pré-capitalista, contudo, ocorreu ao preço de os Estados germânicos não desenvolverem plenamente as relações de produção capitalista, resultando em uma burguesia incomparavelmente mais débil que a francesa e a inglesa. Sucessivas derrotas da burguesia para os *junkers* impuseram limites muito fortes ao seu desenvolvimento. O resultado foi que, em 1870, a Alemanha ainda não havia se unificado e os pequenos Estados germânicos serviam de campo de disputas entre o Império Francês e o Império Austríaco (e, depois, Austro-húngaro).

Na segunda metade do século 19, tanto a burguesia quanto os *junkers* se dão conta de que suas sobrevivências em uma Europa crescentemente industrializada e capitalista dependiam da unificação do país; não seria possível manter seus privilégios de classes dominantes expostos como estavam à sanha dos impérios francês e austríaco. A unificação da Alemanha, contudo, somente seria possível mediante um acordo entre a burguesia e os latifundiários – e o principal obstáculo estava na política do futuro Estado alemão, concernente aos cereais. A burguesia, para derrubar o valor da força de trabalho, precisava importar o trigo francês e russo, muito mais baratos do que o cereal produzido na Alemanha. Abrir o mercado alemão aos cereais estrangeiros, contudo, destruiria o cerne do poder econômico dos *junkers* que, até então, tinham conseguido reservar o mercado interno para seus produtos. Os *junkers*, por isso, defendiam uma tarifa de importação dos cereais que os protegesse da concorrência internacional. Entre as duas classes parecia não haver espaço para negociações, muito menos para uma aliança duradoura. É aí que entram Bismarck e Von Moltke. O primeiro articulou uma política econômica capaz de contentar tanto a burguesia quanto os *junkers*. A estes, garante que o Estado comprará os cereais a um preço superior ao do mercado internacional; à burguesia, assegura que o Estado venderá no mercado interno os cereais a preços subsidiados equivalentes ao do mercado internacional.

A unificação alemã necessitava, também e desde o primeiro momento, de um exército capaz de derrotar o Império Austro-Húngaro e a França. Von Moltke foi decisivo para preparar militarmente a nova nação. Bismarck passou a contratar da burguesia a produção de armamentos, uniformes e todos os bens indispensáveis a um moderno exército. A burguesia e os *junkers* passam a ter em Bismarck um ponto de convergência de seus distintos interesses: os *junkers* venderão seu trigo caro, e o Estado fornecerá este trigo subsidiado aos trabalhadores. A burguesia terá, assim, uma força de trabalho mais barata e contará com o lucrativo negócio das encomendas estatais; e os trabalhadores ficarão gratos a um Estado que lhes possibilita alimentos mais em conta. Tem início, assim, a “submissão real” do trabalho ao capital (Marx, 1985:106).

Ao mesmo tempo que essas alianças políticas iam surgindo e se desenvolvendo, internacionalmente o Estado alemão perseguia uma política ofensiva para a conquista de mercados fornecedores de matérias-primas e energia. Diferentemente da França, Inglaterra, Bélgica, Holanda etc., nações que haviam colonizado parcelas significativas do globo, o desenvolvimento tardio da Alemanha fez com que esta não contasse com colônias. A ofensiva alemã por todo o globo, mas mais notadamente no Marrocos e na África subsaariana por ocasião da Partilha da África Negra, são antecedentes que conduzirão à Primeira Guerra Mundial, em 1914. Até a derrota alemã de 1918, esta política expansionista foi fundamentalmente bem-sucedida.

As novas fontes de mais-valia absoluta nas colônias possibilitaram a manutenção e o fortalecimento da aliança entre a burguesia e os *junkers*. Mas, para além do fortalecimento desta aliança, o desenvolvimento econômico alemão aumentou o poder de atração do Estado em relação a um setor muito importante dos operários e trabalhadores. Já vimos como, ao garantir um trigo a preço subsidiado aos trabalhadores, o Estado podia se apresentar como um protetor dos mais necessitados.

A expansão industrial e colonial fortaleceu ainda mais esta aparência de que o Estado representa, também, os interesses dos trabalhadores. Por um lado, a expansão industrial, por suas necessidades próprias, faz surgir um setor mais desenvolvido, de produtos refinados e com tecnologia avançada, que emprega uma força de trabalho mais especializada e, por isso, de maior valor. Tecnologias mais avançadas tendem a atuar em um duplo sentido. Se, por um lado, simplificam as operações a cargo dos operários e demais trabalhadores, possibilitando o emprego de uma força de trabalho não

especializada, por outro lado ampliam a demanda por alguns poucos trabalhadores especializados, imprescindíveis a alguns nódulos do processo de produção (a distinção entre os ferramenteiros e o restante dos “peões” nas metalúrgicas fordistas etc.). Os salários deste setor tendem a ser os mais elevados de toda a cadeia produtiva. Ao mesmo tempo, a produção dos produtos mais refinados e com tecnologia superior requer a produção de matérias-primas, componentes, energia etc. que empregam uma força de trabalho muito mais rudimentar e menos especializada. Tal como ocorrerá em todos os países que se industrializaram¹²³, também a Alemanha vai assistir ao surgimento de um setor operário mais especializado, com ganhos melhores, maior capacidade de articulação e ação política devido à sua maior cultura e melhor formação profissional, ao lado de um outro setor, mais numeroso, composto de trabalhadores não especializados, com menos estabilidade no emprego, menor consciência política e menor capacidade de organização. Não será mero acaso que os maiores sindicatos e partidos operários tenderão, e não apenas na Alemanha, a ser liderados pelos operários e trabalhadores dos setores mais desenvolvidos da indústria. A mera expansão do parque industrial tende a criar empregos e, também, empregos mais bem remunerados – e a ativa política de desenvolvimento industrial do governo Bismarck podia ser apresentada como voltada a gerar os empregos de que os trabalhadores necessitavam.

Além disso, um mecanismo ainda mais profundo e com consequências muito mais duradouras atua no sentido de apresentar o Estado como aliado dos trabalhadores. Referimo-nos à gênese e ao desenvolvimento da aristocracia operária. A mera expansão industrial, com a concentração de capitais e o crescimento dos centros urbanos, espontaneamente cria um mercado consumidor de produtos de primeira necessidade (roupas, comidas, remédios etc.). Enquanto a concentração de capitais não atingir seu patamar monopolista e as tendências que conduzem às crises cíclicas ainda não se intensificarem o suficiente, os investimentos na produção de bens de primeira necessidade serão de pequena monta. Isto se alterou na passagem para a fase monopolista, quando a produção de bens de primeira necessidade passou a receber inversões cada vez maiores. Uma nova fonte de mais-valia absoluta vai se desenvolvendo em um setor que, anteriormente, tinha o consumo atendido por artesãos ou pequenas empresas, quando não pelo trabalho doméstico (roupas, remédios etc.). Ao lado deste novo montante de mais-valia absoluta, o va-

¹²³ Vimos, no Capítulo IV, como algo semelhante ocorreu na França e na Inglaterra.

lor dos bens de primeira necessidade agora industrializados tende a diminuir, reduzindo proporcionalmente a porção da jornada destinada à reprodução da força de trabalho. A queda do valor da força de trabalho pela industrialização dos bens de primeira necessidade amplia, deste modo, a mais-valia relativa (Marx, 1983:249-5). O sistema do capital se revitaliza ao contar, por meio da industrialização da produção dos bens de primeira necessidade, com uma nova fonte de mais-valia absoluta que, também, potencializa a extração da mais-valia relativa.

Similar ao caso inglês e francês, também na Alemanha esta articulação entre a mais-valia absoluta e relativa será potencializada com a expansão imperialista. O acesso a fontes de matérias-primas e energias mais baratas também possibilitou a produção de bens de primeira necessidade com menores custos, ampliando assim o poder de compra de parte dos trabalhadores alemães. Estes passam a tirar vantagens da brutal exploração dos trabalhadores das colônias. Quanto mais baratos os produtos coloniais, melhor para eles! Um setor dos operários e dos trabalhadores alemães, justamente aquele mais especializado e de melhores salários, com maior tradição de luta e experiência política, participa de um mercado consumidor em expansão e se integra ao bloco formado pelos *junkers* e pela burguesia na defesa dos interesses expansionistas e belicosos do império germânico. No interior do Partido Social-Democrata da Alemanha, é impressionante como, desde 1870, há uma resistência cada vez maior dos sindicatos controlados pelo partido às posições de esquerda que se opunham às políticas imperialistas e belicistas¹²⁴. Não muito depois, como desenvolvimento natural desta aliança, aprofunda-se a cisão entre tais trabalhadores e operários que têm acesso ao mercado consumidor e a massa de operários e trabalhadores que produzem a mais-valia absoluta e recebem salários bem mais baixos. Pois, quanto menor o custo de produção dos bens de primeira necessidade (portanto, também quanto menor a remuneração dos operários e trabalhadores nestes setores), maior o acesso ao mercado dos assalariados de maior poder aquisitivo. Próximo do final do século 19, Engels já constata o desenvolvimento de um setor da classe operária que tende a ser antes um aliado que um antagonista da burguesia nas lutas de classe, e o denomina de aristocracia operária. Lenin, no Prefácio às edições francesas e alemã de *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*,

¹²⁴ Muitas informações sobre o crescente apoio dos sindicatos operários alemães às políticas imperialistas desde Bismarck até a Primeira Guerra Mundial podem ser encontradas em Haupt, 1972, Salvadori, 1979, e Schorske, 1955.

definiria deste modo a aristocracia operária:

Essa camada de operários aburguesados ou de “aristocracia operária”, inteiramente pequeno-burgueses pelo seu gênero de vida, pelos seus vencimentos e por toda a sua concepção do mundo, constitui o principal apoio da II Internacional e, hoje em dia, o principal apoio social (não militar) da burguesia. Porque são verdadeiros agentes da burguesia no seio do movimento operário, lugar-tenentes operários da classe capitalista (*labor lieutenants of the capitalist class*), verdadeiros veículos do reformismo e do chauvinismo. Na guerra civil entre o proletariado e a burguesia colocam-se inevitavelmente, em número considerável, ao lado da burguesia, ao lado dos “versalheses” contra os “communards”. (Lenin, 1984:585)

1.1.2. A aristocracia operária e o reformismo

Este processo de integração da expropriação da mais-valia nas colônias com a dos países imperialistas ganhou um significativo impulso durante os “30 anos dourados”. A generalização das transnacionais por praticamente todo o planeta possibilitou uma massa de mais-valia absoluta que, entre outras consequências, compôs a base material para a ampliação da extração da mais-valia relativa dos trabalhadores dos países centrais. A rigor, este não é um processo novo. Desde a expansão imperialista no final do século 19 ele já se fazia presente. O que há de novo é o montante e a intensidade da expropriação da mais-valia absoluta produzida no “Terceiro Mundo” e a importância que esta riqueza jogou – e joga – na reprodução do capitalismo nos países centrais. As novidades – e as linhas de continuidade com o passado – desta situação foram objeto de longo e vasto debate, também na *New Left Review*.

Em um texto com alguma repercussão no início da década de 1970, Arghiri Emmanuel, ao discutir a divisão internacional de trabalho após a Segunda Guerra, argumentava que, entre “o fim do século 19 e nossos dias”, não foi

(...) o conservadorismo dos líderes que conteve o elã revolucionário das massas, como se tem acreditado no campo marxista-leninista; é o lento, porém constante, crescimento da consciência das massas de que elas pertencem às privilegiadas nações exploradoras que obrigou os líderes de seus partidos a revisar suas ideologias de tal modo a não perderem suas clientelas. (Emmanuel, 1972:180)

Isso não quer dizer que a contradição capital/trabalho tenha desaparecido, continua ele, mas que foram alteradas profundamente as relações políticas quando os trabalhadores do Primeiro Mundo

passaram a receber, via aumento de salários, uma parte da riqueza extorquida dos trabalhadores dos países pobres.

Daqui para frente, um *de facto* unido *front* dos trabalhadores e capitalistas dos países que se deram bem (*well-to-do countries*), dirigido diretamente contra as nações pobres, coexiste com uma luta trade-unionista interna sobre a divisão do butim. Nestas circunstâncias, as lutas sindicais necessariamente se tornam mais e mais um tipo de acerto de contas entre sócios, e não é acidental que nos países mais ricos, tal como os Estados Unidos – com tendências similares já aparentes nos outros grandes países capitalistas –, a luta sindical militante esteja degenerando primeiro em um trade-unionismo de tipo britânico clássico, em seguida em corporativismo e, finalmente, em gangsterismo. (Emmanuel, 1972:181. Conferir tb. Emmanuel, 1974)

Emmanuel prossegue relatando casos: estivadores americanos que *não entraram* em greve para colaborar com a agressão americana contra o Vietnã, estivadores que entraram em greve nos EUA para *não carregar* navios que iam a Cuba, Kennedy considerando como “pressão da minha direita” os encontros mantidos com sindicalistas etc. (Emmanuel, 1972:181 e ss.). Noam Chomsky, em seu *Detering Democracy*, lembra como, nos anos logo após a Segunda Guerra Mundial,

Na Itália, (...) líderes sindicais americanos, principalmente oriundos da AFL, jogaram um papel ativo em dividir e enfraquecer o movimento dos trabalhadores, e em induzir os trabalhadores a aceitarem as medidas de austeridade enquanto os empregadores angariavam enormes lucros. Na França, a AFL furou greve dos estivadores ao importar da Itália trabalhadores fura-greves pagos pelos negociantes americanos. (...) O resultado foi a subordinação da classe trabalhadora e dos pobres aos tradicionais dirigentes. (Chomsky, 1997:345)

Em uma posição próxima, ainda que não idêntica, à de Emmanuel, está Albert-Paul Lentin. Também para ele o sindicalismo dos países mais desenvolvidos estava domesticado pelo capital e se resumia à luta corporativa. “Concessões (e algumas importantes)” seriam conquistadas, mas “O sistema permanece e não se levanta mais nenhuma questão sobre suas finalidades últimas” (Lentin, 1975:123-4, tb. p. 118). Deste modo, a distância entre os trabalhadores dos países desenvolvidos e os do Terceiro Mundo “não tem alternativa senão aumentar” (Lentin, 1975:123).

Apesar das divergências com Emmanuel e Lentin na avaliação do imperialismo, Samir Amin também argumentou algo semelhante. Segundo ele, a passagem do capital mercantil da acumulação primitiva ao capitalismo industrial pré-monopolista e, finalmente, ao capitalis-

mo monopolista, não foi o resultado de uma necessidade econômica inerente à reprodução do capital, mas sim decorrência da passagem do processo de lutas de classe para patamares mais elevados.

Se Imperialismo, etapa superior do capitalismo permanece o principal trabalho revolucionário que ainda define o essencial do sistema contemporâneo, isto é porque Lenin estabeleceu a conexão objetiva entre monopólios e revisionismo (aquele da Segunda Internacional de sua época). (...) O ponto essencial é que a extensão deste papel hegemônico dos monopólios em uma escala mundial, e a divisão da classe trabalhadora no centro, que aceitou a hegemonia revisionista, ocorreu simultaneamente. (...)

Lenin chamou atenção para essa simultaneidade, pois denunciou as raízes objetivas da hegemonia da “aristocracia operária” sobre a classe, a redução do marxismo a uma expressão ideológica economicista e a burocratização e a traição nacionalista dos partidos da classe trabalhadora da Segunda Internacional (...). (Amin, 1977:107-8)

James O'Connor nos oferece outra hipótese. Concebe a economia estadunidense e europeia composta por quatro grandes setores: as grandes estruturas sindicais (“o trabalho organizado”), o capital monopolista, o “setor estatal” e o “setor competitivo” (a parcela da economia não monopolizada). Sua tese tem por centro a afirmação de que “houve um acordo forçado” “pelo capital sobre o trabalho organizado nas indústrias monopolistas” (O'Connor, 1973:43-4), mediante o qual o “capital monopolista e o trabalho organizado ‘exportaram’ seus conflitos para o setor estatal e o setor competitivo” (O'Connor, 1973:41). Não teria sido a base material da ampliação da aristocracia operária a mais-valia absoluta produzida na periferia do sistema pela massa de trabalhadores mais pobres, mas sim a exploração dos trabalhadores nos setores não monopolista e estatal da economia europeia e estadunidense. De acordo com ele,

Do ponto de vista do capital monopolista, quanto maior a socialização dos custos dos investimentos sociais, maiores os lucros. Do ponto de vista do trabalho organizado, quanto maior a socialização destes gastos, maior o aumento da produtividade e dos salários. (O'Connor, 1973:41)

Essa confluência de interesses teria feito com que a “indústria monopolizada” e o “trabalho organizado” (em contraposição à massa de trabalhadores mais mal paga, negros, imigrantes etc., com maiores dificuldades para sua organização sindical) apoiassem conjuntamente a “socialização dos custos” com a saúde, a educação e as aposentadorias. Desse modo, “Ambos têm sido ardentes defensores do orçamento militar e do desenvolvimento de novos programas

militares” (O’Connor, 1973:41; tb. Perlo, 1063:117-8). O sindicalismo da aristocracia operária e o capital monopolista, “ambos [...] favoreceram a existência do sistema de bem-estar” (O’Connor, 1973:41-2), o que agravou

os antagonismos entre os “*mainstream workers*” nos setores monopolista e estatal e os trabalhadores dos setores concorrenciais periféricos. Os trabalhadores dos setores estatal e monopolista clamam por prioridades nos orçamentos que lhes favoreçam e redução na carga de impostos. Os trabalhadores nos setores concorrenciais crescentemente exigem uma mudança orçamentária a seu favor. O único modo de a classe trabalhadora conseguir o que ela quer é estabelecer uma aliança contra o capital monopolista. Mas isto é impraticável precisamente devido à colaboração entre o *big business* e o trabalho organizado: os trabalhadores dos setores monopolistas têm garantida sua parcela no aumento da produtividade, o grande negócio tem garantido mais do que um *modicum* de paz com os seus trabalhadores. (O’Connor, 1973:43-4)

Portanto, continua, “a relação de produção nos setores monopolista e estatal opera para a absoluta desvantagem dos trabalhadores dos setores concorrenciais” (O’Connor, 1973:43-4; tb. 21-2), situação que contribui para “bifurcar a classe trabalhadora ainda mais profundamente” (O’Connor, 1973:22).

Desnecessário dizer que o *big business* não começou a garantir aumentos anuais, ajustes aos custos de vida, benefícios indiretos (*fringe benefits*) adicionais, e assim por diante, sem um *quid pro quo*. (...) os sindicatos concordaram não apenas em não combater a mecanização, mas, também, em colaborar ativamente quando inovações importantes exigissem reorganizações em larga escala do processo de trabalho. (...) Do ponto de vista do capital monopolista, a principal função dos sindicatos era (e é) inibir atividades espontâneas dos peões (*rank-and-file*) que interrompam a produção (por exemplo, greves selvagens e operações tartaruga) e manter a disciplina do trabalho em geral. Em outras palavras os sindicatos eram (e são) os fiadores das “prerrogativas gerenciais”. (...) Portanto, os sindicatos são agentes de progresso técnico e planejamento racional (em termos de lucro) da força de trabalho pelo capital monopolista. (O’Connor, 1973:22-3)

As teses de Emmanuel, Amin, O’Connor e Lentin acerca do fundamento da riqueza que financiou o crescimento da aristocracia operária diferem bastante. Alguns o situam no imperialismo, outros na exploração dos trabalhadores das indústrias não monopolizadas e do Estado. Talvez ambas as explicações se integrem em uma complexa malha de extração da mais-valia absoluta para financiar a expansão do peso e da importância da mais-valia relativa na reprodução do “capital social total” (Marx). Não temos competência para tomar uma posição nesta discussão. Para nós, agora, decisi-

vo é o reconhecimento generalizado de que o desenvolvimento do capitalismo monopolista deu origem a um setor da classe operária que politicamente se distingue do conjunto do operariado pela sua maior disposição à aliança com o grande capital: a aristocracia operária¹²⁵. Já vimos, no Capítulo III, como a aristocracia operária forneceu a base social para o desenvolvimento do reformismo no interior do movimento operário e como isto facilitou a integração dos sindicatos ao Estado durante os “30 anos dourados”. Vimos, também, como o desenvolvimento do capitalismo se encarregou de um outro processo que fortaleceu a base social do reformismo: o gigantesco deslocamento da força de trabalho das indústrias para o setor de serviços. Uma camada de trabalhadores – tipicamente mais estáveis, com salários melhores e menores jornadas de trabalho – engrossou o mercado de consumo de produtos fabricados em série, contribuindo para a queda de seus preços pelo aumento da produção. Com isso, o círculo se realimenta: queda do valor dos bens que entram na reprodução da força de trabalho, consequente queda do valor da força de trabalho, maior lucratividade no emprego de novas tecnologias no sentido fordista, ampliação da mais-valia relativa pela produção de uma massa maior de mais-valia absoluta nos setores industriais movidos principalmente pelos operários não especializados (peões), maior exploração dos trabalhadores do “Terceiro Mundo”. E a vida continua!

1.1.3. A Alemanha, novamente

Vimos como o desenvolvimento do imperialismo e do parque

¹²⁵ Ao chegarmos no início da década de 1980, esta sólida base social composta pela aristocracia operária, os setores assalariados pequeno burgueses e a burocracia sindical e operária que era a expressão mais visível dos interesses que se articulavam ao redor da estratégia de colaboração de classes têm, em Adam Przeworski, um seu digno “intelectual orgânico”. Com uma arrogância toda peculiar àqueles cuja superficialidade teórica lhes possibilita converter o aqui e agora em verdades eternas, postula que “A social-democracia tem sido a forma predominante de organização dos trabalhadores sob o capitalismo. Os Partidos Reformistas têm recebido o apoio dos trabalhadores. Talvez ainda mais: para melhor ou pior, a Social Democracia é a única força política da esquerda que pode demonstrar um volume de reformas a favor dos trabalhadores.” O mito do Estado de Bem-Estar é integralmente assumido por ele. Continua: o que a história estaria demonstrando ser vitoriosa é a estratégia de, ao invés “de enfrentar a burguesia diretamente, sem qualquer mediação”, busca “o avanço do socialismo através das instituições políticas da sociedade capitalista”, “conta com apoio multi- e, até mesmo, supra-classe”, e “busca melhorias, reformas, dentro dos limites do capitalismo”. (Przeworski, 1980)

industrial conduziram ao desenvolvimento da aristocracia operária e, por esta via, ao surgimento de um setor importante do operariado disposto à colaboração de classe. Este fenômeno mais geral de integração de um setor do operariado à política burguesa teve, no caso germânico, um fator que contribuiu para sua precocidade e particularidade. Referimo-nos, novamente, ao atraso histórico da Alemanha.

A debilidade da burguesia alemã, que se expressava em sua incapacidade de promover a industrialização sem a intervenção em larga escala do Estado, fez com que fosse necessária a intervenção estatal para socializar os custos de reprodução de uma força de trabalho que se urbanizava. Com significativos investimentos em saneamento, na urbanização, nos meios de transporte etc., o Estado diversificou a sua iniciativa, já bem-sucedida, de subsidiar a reprodução da força de trabalho pela venda mais barata dos cereais. Os custos de formação de uma força de trabalho moderna, industrial e urbana são em parte assumidos pelo Estado. E, pela mesma iniciativa, a burguesia é uma vez mais favorecida, já que os investimentos estatais serão também novas fontes de lucro. Ao subsidiar o alimento dos trabalhadores, forneceu à burguesia uma força de trabalho de menor valor. Agora, ao ampliar a educação pública, ao instituir os primeiros programas de moradia para os trabalhadores, ao criar os primeiros sistemas de aposentadoria e seguro saúde, ao subsidiar os sistemas de transporte, estas e outras iniciativas estatais significam que uma parcela menor da jornada de trabalho deveria ser alocada para a reprodução da força de trabalho, ampliando assim o trabalho excedente a ser apropriado pelo capital.

A debilidade da burguesia alemã, nesta medida e sentido, contribuiu para que fosse ela a experimentar pela primeira vez a intervenção sistemática e em larga escala do Estado na economia a fim de diminuir o valor da força de trabalho pela adoção de políticas públicas. Já vimos como, ao assim proceder, o Estado não apenas favoreceu a acumulação do capital, como ainda fortaleceu sua aparência de representante dos trabalhadores.

Já antes da Primeira Grande Guerra, o sucesso da unificação alemã e o seu desenvolvimento econômico posterior indicavam, pela primeira vez, como uma nova articulação entre Estado e economia poderia conduzir a uma reprodução mais lucrativa do capital. Será preciso, contudo, que as instabilidades e contradições do capital se intensifiquem ainda mais para que este novo papel econômico do Estado se generalize nos anos posteriores a 1940. Entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, possivelmente, o experimento mais importante tenha sido o da França na montagem de suas políticas

públicas (como vimos com algum detalhe no Capítulo III), mas de modo algum foi o único. As pressões econômicas e sociais geradas pela Primeira Grande Guerra levaram o governo dos EUA a adotar diversas medidas de coordenação de investimentos, da produção e, também, na área social, que, mais tarde, seriam classificadas como keynesianas (Schaffer, 1991). O mesmo ocorreu com a Inglaterra, com os gastos do Estado somando cerca de “80% do rendimento nacional” (Avelãs Nunes, 2010:93). Algo similar encontramos em praticamente todos os países envolvidos no conflito. Keynes é muito mais a expressão teórica destas transformações que a reprodução do capital já vinha incorporando que a causa da pretensa “virada” do Estado para um “Estado social” no pós-guerra, como quer o mito do Estado de Bem-Estar.

Iniciamos este capítulo pela pergunta do que seria, ao final das contas, o Estado de Bem-Estar. Adentramos, na busca da resposta, à análise da função social da noção de Estado de Bem-Estar. E, então, levantamos a hipótese de que as transformações nas necessidades inerentes à reprodução do capital seriam fundantes da gênese e desenvolvimento deste “falso socialmente necessário” que é a noção de Estado de Bem-Estar. Demonstrado como, a reprodução do capital em sua fase monopolista conduz à uma articulação superior entre a mais-valias relativa e absoluta, com a geração de uma aristocracia operária e um mercado consumidor que absorve parte dos assalariados, podemos concluir este nosso percurso.

A base material que forneceu a aparência de verdade ao “mito” do Estado de Bem-Estar foram as transformações na reprodução do capital. A crescente instabilidade do sistema exigiu o desenvolvimento de uma forma superior de extração da mais-valia que combinasse, mais intensamente que no passado, a extração da mais-valia absoluta com a relativa. Isto conduziu às alterações que conhecemos no século 20 na relação do Estado com a economia, fundou o desenvolvimento da aristocracia operária, cindiu a classe revolucionária e forneceu uma base social entre os trabalhadores para as burocracias sindicais e partidárias, sempre reformistas ou abertamente contrarrevolucionárias¹²⁶. Foi a partir dessas transformações

¹²⁶ Uma discussão introdutória e muito competente (qualidades raras de serem associadas em um só texto) sobre estas questões pode ser encontrada em Avelãs Nunes (2010: 84 e ss). Interessante também são as informações sobre o desenvolvimento da aristocracia operária na África do Sul, um exemplo de tal fenômeno na periferia dos impérios (Davies, 1973 e Mhlongo, 1974).

da base material da reprodução social que o “falso socialmente necessário” consubstanciado nas teses acerca do Estado de Bem-Estar pôde surgir e se desenvolver. Se, contudo, a evolução da reprodução do capital é o solo social em que se desenvolve a noção do Estado de Bem-Estar – não é mais do que isso. A elaboração teórica desta noção exigiu ao menos uma operação ideológica de grandes proporções. É esta operação que passamos agora a expor.

1.2. O Estado carente de fundamentos

Na gênese e difusão do “mito” do Estado de Bem-Estar colaboram as muitas teses que, no interior do movimento dos trabalhadores e partidos revolucionários, tendem a substituir a exploração do homem pelo homem como fundante do Estado por uma concepção de transição ao comunismo que se daria pela mediação do Estado. O segundo elemento, intimamente articulado ao primeiro, será a negação do caráter de classe do Estado. Analisaremos cada um separadamente.

Não é mais que uma constatação o fato de todas as revoluções que postulavam a transição ao socialismo terem sido derrotadas e, em segundo lugar, que desde a Revolução Chinesa (terminada em 1949) não mais ocorreram revoluções capazes de abalar o capital. Cuba, Argélia, Nicarágua (Jung, 1979), Irã, a independência das colônias portuguesas na África¹²⁷ etc. não chegaram a ameaçar o domínio planetário do capital. Tantas e tão variadas revoluções derrotadas, com táticas, estratégias e perspectivas políticas, teóricas e ideológicas distintas, indicam que as derrotas não possuem seu fundamento em eventuais equívocos de direção e concepção (que, não obstante, certamente existiram), mas sim nas determinações fundantes do período que se abre com a Revolução Russa (1917) e conclui com a Revolução Vietnamita (1975). Estando István Mészáros correto, até os anos de 1970, com o início da crise estrutural do capital, ainda eram possíveis alternativas nacionais, termidorianas¹²⁸,

¹²⁷ Perry Anderson publicou um longo artigo em três partes na *New Left Review* nos 15, 16 e 17, em 1962, com uma interessante análise sobre a crise e as peculiaridades do colonialismo português na África; as informações sobre o movimento de libertação nacional nas colônias são muito interessantes (Anderson, 1962).

¹²⁸ O 9 Termidor é a data em que, pelo calendário adotado pelos revolucionários franceses, a Revolução de 1789 inicia o seu refluxo, que terminaria na consolidação da nova ordem burguesa. A expressão “termidoriano” desde então tem servido para assinalar o momento, ou a possibilidade, de revoluções socialistas refluírem e se transformarem em revoluções nacionais, necessariamente dentro dos marcos do capital.

para as revoluções na periferia do capitalismo. As revoluções russa, chinesa, vietnamita etc. puderam promover o desenvolvimento das forças produtivas em marcos nacionais e em situação de carência, ao preço de manterem a exploração de seus trabalhadores (e de seus operários) através do trabalho assalariado. O fato de a personificação do capital possível nestas circunstâncias não ser a burguesia clássica, de corte europeu ou estadunidense, mas um Estado e sua burocracia que servem de mediação para a extração e acumulação da riqueza produzida pelos trabalhadores, é um fator da maior importância para a evolução destas sociedades – mas que, para nosso estudo do Estado de Bem-Estar, não ocupa um lugar central. O que nos importa é que, ao encontrarem uma via isolada, nacional, para o desenvolvimento das forças produtivas, as revoluções não puderam romper com o capital e, portanto, não puderam prescindir da presença do Estado, órgão da repressão dos trabalhadores indispensável ao trabalho alienado.

A destruição do Estado nos anos de 1920-30 na antiga URSS, ou na China durante a Revolução Cultural, por exemplo, não teria conduzido ao socialismo. Mais possivelmente, teria reconduzido ao poder forças sociais incapazes sequer de desenvolver as forças produtivas naqueles países. O contrário, portanto, se afirma como uma indiscutível verdade, pois baseada na experiência cotidiana (da qual os sociais-democratas e stalinistas tendem a ser adoradores incondicionais, acríticos): o fortalecimento, e não o desaparecimento do Estado, seria condição imprescindível à transição socialista.

Do ponto de vista estritamente teórico, temos aqui uma enorme contradição. O trabalho, o intercâmbio material com a natureza, é o fundamento da vida social por ser o produtor da totalidade do “conteúdo material da vida social” (Marx, 1983:46); a expropriação pelas classes dominantes da riqueza gerada pelo trabalho requer a criação e a reprodução do Estado. Todavia, com o stalinismo, “A dialética, nos lembrou Semprún, se converteu na arte e na maneira de sempre se cair de pé”. Isto que seria válido para toda a história, já não se aplicaria à transição ao socialismo. A revolução teria dado origem a um Estado que, ao concentrar a propriedade dos principais meios de produção, ao se fortalecer, crescer, aumentar suas forças repressivas e seus campos de concentração, potencializar todos os mecanismos de controle da sociedade, seria a superação da sociedade de classes e, portanto e necessariamente, da exploração do homem pelo homem. Por esta “via dialética”, o “socialismo real” se converteu em falsa ideologia que se pretende ciência, em propaganda que se apresenta como a generalização, à teoria, da experiência revolucionária: o ne-

cessário é convertido em virtude. Neste horizonte, toda e qualquer possibilidade crítica está eliminada; o exame de experiências revolucionárias que terminaram isoladas em seus países não pode ir além do elogio simplório que se limita a descrever o que os olhos veem. Agora, o Estado, o mercado, o dinheiro, o trabalho assalariado – e poderíamos continuar, o patriarcalismo, a propriedade privada, as alienações tipicamente fundadas pelo capital etc. – passam a ser, sob a direção do Estado “revolucionário”, realizações do socialismo e, depois de 1953, como nos ensinou Stálin, “vitórias” do comunismo.

Há ampla e variada bibliografia a este respeito¹²⁹. O que agora importa é que o realismo político e administrativo, não apenas entre os revolucionários, mas também de parte dos cientistas sociais, sociólogos, jornalistas, filósofos, assistentes sociais etc., se reduz à constatação de que todas as tentativas de superar o Estado resultaram no seu exato oposto, no fortalecimento do próprio Estado que se propunham a destruir. Para esta concepção de mundo primitivamente empírica, a vida teria demonstrado ser o Estado uma insuperável mediação da vida social. Haveria, pois, que repensar o comunismo para nele incorporar o Estado.

Esta mesma concepção de transição é reforçada pelo seu aparente antípoda ideológico: a social-democracia. A avaliação, largamente predominante entre os sociais-democratas, de que o descaminho das revoluções deveu-se à desconsideração da importância das instituições políticas democráticas (do Parlamento ao Estado, da liberdade individual aos direitos humanos), conduz a um ponto de chegada muito similar ao “socialismo real”: não se trata de destruir o Estado, já que todas as tentativas de destruí-lo resultaram em seu oposto, no “totalitarismo”. O socialismo deveria, segundo esta receita, ser construído pela ampliação da democracia através da conquista pelos trabalhadores dos “altos postos de comando do Estado”. A crítica da experiência soviética pelo viés liberal conflui com o autoelogio stalinista: o Estado, em ambos os casos, é a mediação que conduzirá das misérias do capitalismo à emancipação socialista. Que seja o Estado “democrático” (dos sociais-democratas) ou o Estado “socialista” (do stalinismo), é uma divergência dentro de um mesmo campo: a transição se dará sempre e por todos os lugares pela mediação do Estado.

A negação do caráter de classe do Estado – e, portanto, a afirmação da tese de que a transição se fará pela maior presença do Estado na reprodução da sociedade – contribuiu para a ampla aceitação das

¹²⁹ Por exemplo e com pressupostos e conclusões distintas, Dobb (1969), Nove (1989), Varga (1970) e Brus (1972).

afirmações de que o Estado teria deixado de ser (se é que teria sido algum dia, a depender do autor) o instrumento repressivo a favor das classes dominantes e teria se convertido em expressão da correlação de forças sociais, em um contexto em que o último Poulantzas é muito citado¹³⁰. Entre muitos seguidores de Gramsci, uma dada interpretação do que seria a hegemonia de classes conduz a ilusões sobre a possibilidade de um “controle social” sobre o Estado e o capital¹³¹. Em outros momentos, encontramos teses que postulam a ilusão de uma “tomada do poder sem tomar o Estado”¹³². Em outras vertentes, ainda, o fato de a sociedade ser um todo contraditório comparece, na interpretação do que seria o Estado, como “demonstração” da tese de que ele seria de tal modo contraditório que, por e através dele, tudo seria possível... a depender da mediação a ser empregada. Por exemplo: um governo neoliberal em um Estado burguês poderia ser a via para o desenvolvimento de relações de produção socialistas, como afirmam muitos dos que defendem a “economia solidária” e outras políticas típicas do período neoliberal (Singer, 2008; Castro, 2012). A perda do fundamento ontológico, genético, do Estado faz com que ele possa ser, na esfera das elucubrações teóricas, manipulado da forma que se deseje – o que não significa que possa ser feito o mesmo quando das lutas de classes, nas quais o seu verdadeiro caráter emerge com força e dureza.

Na constituição do mito do Estado de Bem-Estar, um primeiro elemento teórico adveio do cancelamento do caráter de classe do Estado ao convertê-lo em mediação para a superação da ordem

¹³⁰ Conferir, sobre a evolução de Poulantzas, Codato, 2008.

¹³¹ A rigor, esta é uma tese que tem uma longa ascendência. Já nas primeiras críticas dos autonomistas e anarquistas à evolução do Regime Soviético nos anos finais da Guerra Civil (1918-1921) o componente teórico decisivo desta vertente -- o elogio desmensurado do controle pelos “de baixo” -- já se fazia presente. Tantos anos depois, com a crise do estalinismo e da social-democracia e no contexto do refluxo da luta de classes nas últimas décadas, os teóricos do controle social perderam muito do seu caráter revolucionário, a maior parte deles perdeu até mesmo qualquer pulsão contestadora da ordem do capital, se resumindo a pobres críticas administrativas (no sentido que Marx (2010) confere a este termo em *As Glosas Críticas*) envolvendo a organização pelo Estado do “controle social”. Um dos textos mais antigos e que todas estas características se fazem presentes é o de Sposati e Lobo (1992). Valéria Correia (2002, 2003, 2004) parece ser das mais expressivas da geração pós-ditadura militar. Também Arretche (2003), Jacobi (2002).

¹³² John Holloway, sob o impacto do movimento zapatista (que, naqueles dias, era assumido como sendo uma “revolução”), publicou *Mudar o mundo sem tomar o poder* (2003). A crítica de Ivo Tonet (2005) é certa.

burguesa. Por vias teóricas distintas, o stalinismo e a social-democracia confluíram nesta questão: a transição se faria pelo Estado. Este poderia servir tanto à burguesia quanto aos trabalhadores, a depender das circunstâncias. Nesta empreitada teórica, jogaram, e jogam ainda hoje, papel importante as inúmeras e variadas teses que, da esquerda à direita, postulam que a transição ao socialismo se fará por meio e através do Estado.

No mesmo sentido de desarticular Estado e trabalho alienado contribuíram as teses que, da antropologia à ciência política, de Pierre Clastres a Lefort, desvinculam o Estado da propriedade privada, em um movimento ideológico que ganha a aparência de ciência porque distante – ao menos assim se apresentam – das disputas políticas envolvendo a transição para além do capital. As teses de Clastres e de Lefort, tomadas aqui como exemplos de um largo campo¹³³, possuem um endereço ideológico preciso: o elogio do Estado democrático como a máxima realização possível da liberdade. Clastres pretende ter descoberto um Estado em sociedades primitivas. Isso lhe fornece o argumento para sua tese de que história e Estado coincidiriam. Lefort concebe a história como uma morsa, cada um de seus dentes sendo absolutismos (o Absolutismo de Direito Divino do *Ancien Régime* e o absolutismo do “totalitarismo soviético”) que tentam sufocar a experiência democrática surgida entre a Revolução Francesa e as lutas dos trabalhadores no século 20 (Lefort, 1987). A defesa da democracia seria, assim, o ponto nevrálgico da luta revolucionária – e a defesa do Estado de Bem-Estar deveria partir do reconhecimento de que este seria uma conquista da luta dos trabalhadores contra as forças absolutistas e reacionárias dos nossos tempos (entre estas forças, lembremos, ele incluía os PCs de linha soviética ou maoísta) (Chauí, 1987:11). A superioridade política da

¹³³ Um campo muito largo: de Bobbio a Negri, ou seja, das concepções liberais contemporâneas até às novidades trazidas pela teoria do trabalho imaterial (o Estado sem nenhum caráter de classe, por integrante da produção imaterial); de Giddens a Chico de Oliveira, os quais conferem, cada um ao seu modo, uma autonomia à política que faz do Estado ordenador da reprodução material; do Poulantzas próximo ao eurocomunismo a Burawoy (1985), que postula o político como um complexo tão amplo que abarcaria mesmo as categorias inerentes à exploração econômica, as relações entre as classes sociais na própria esfera da economia etc. Que inclui, ainda, em um debate com confluências múltiplas com a negação do caráter de classe do Estado, as tentativas de dissociar a família monogâmica (o patriarcalismo) da propriedade privada. Em uma vertente que se pretende de esquerda, cf. Adovasio, Page e Soffer (2008) e, pela direita, Roudinesco, 2002. Uma discussão mais circunstanciada deste tema pode ser encontrada em Lessa, 2012c e 2012d.

forma democrática do Estado viria do fato de ser, *ad aeternum*, um projeto inacabado, que sempre poderia ser aprofundado, desenvolvido: imperfeita, a democracia talvez seja; seguro é que seria sempre aperfeiçoável. As teses de Boaventura de Souza Santos sobre democratizar a democracia não estão tão distantes dessas formulações.

1.2.1. O “compromisso” entre capital e trabalho

Em uma versão com forte aparência de esquerda, este desenraizamento do Estado de sua base material e a consequente negação do seu caráter de classe se fazem presentes nas teses que afirmam como fundante do Estado de Bem-Estar um “pacto” ou “compromisso” entre os patrões e os trabalhadores. Não são poucos os autores, no Brasil e no exterior, que procuram explicar o Estado de Bem-Estar por esta via. Muitas das teses que postulam ser o neoliberalismo uma contrarrevolução ou uma contrarreforma se baseiam na hipótese de que o “compromisso” do passado estaria sendo revertido por um conservadorismo que substituiria o caráter progressista do “pacto” ou das “reformas”. Dos autores que examinamos neste estudo, Alan Bihr e Avelãs Nunes são as tentativas mais relevantes neste sentido.

Alan Bihr, em *Da grande noite à alternativa*, apesar de reconhecer algum papel “da ‘lógica’ do desenvolvimento anterior do capitalismo” (Bihr, 1998:36) na efetivação do “compromisso”, explica-o pela “*impregnação do fetichismo do Estado* no próprio seio do proletariado e do movimento operário”. Seria esta “*impregnação*” ideológica a responsável por ter predominado a corrente social-democrata, pró-“compromisso”, contra as correntes mais à esquerda, o “sindicalismo revolucionário” (Bihr, 1998:30-1). Tal “influência” do “fetichismo do Estado” teria dependido, fundamentalmente, do seu encontro com “um intermediário de qualidade na personificação da *classe do staff administrativo*” (Bihr, 1998:32). Seriam eles que, na política cotidiana, operam o domínio ideológico e prático do fetichismo do Estado que terminou conduzindo os trabalhadores ao “compromisso” com a burguesia. Este “compromisso” teria sido decisivo: “o modelo de desenvolvimento que o capitalismo ocidental pós-guerra seguiu foi fundamentalmente condicionado pelo compromisso entre a burguesia e o proletariado, em que a precedente crise estrutural dos anos de 30 e 40 desembocara” (Bihr, 1998:36).

António Avelãs Nunes, em *As voltas que o mundo dá...*, questiona se o “compromisso” teria tido um caráter de “equilíbrio de forças”, mas não duvida de que teria havido um compromisso que implicou a “(...) integração, na nova ordem jurídica do capitalismo, de princí-

pios contrários aos dogmas da ordem liberal, mas, logicamente, não contrários à essência do capitalismo”. O fundamento dessa integração estaria no “aprofundamento dos conflitos sociais nos países capitalistas e na emergência de experiências socialistas” (Avelãs Nunes, 2010:47). Em sendo assim,

No quadro do capitalismo monopolista, o conceito de *estado social* trouxe consigo (...) maior autonomia da *instância política* e um certo *domínio do político sobre o econômico*, também com o objetivo de satisfazer determinadas aspirações sociais, na tentativa de reduzir o campo de ação do movimento revolucionário (...). (Avelãs Nunes, 2010:46, tb. 91)

Avelãs Nunes não poderia estar mais equivocado. Não houve uma autonomização, ainda que muito relativa, da política em relação à economia. Precisamente o contrário aconteceu: para deslocar suas crescentes contradições na esfera econômica, o capital exigiu e impôs à esfera política o complexo industrial-militar, as guerras localizadas, a emigração de crianças e adolescentes, a política urbana que promove a especulação imobiliária, a transformação da saúde e da educação em grandes fontes de lucro para o capital, a integração dos sindicatos e partidos de origem entre os trabalhadores ao mecanismo de controle social que é o Estado, a maior exploração de crianças, minorias raciais e mulheres, o desenvolvimento e a aplicação sistemática e generalizada de novos métodos de tortura, um sistema de transporte cuja única lógica é o lucro das grandes montadoras e toda a cadeia produtiva a elas associada etc. Já vimos como foi a mesma exigência da economia para com a política que aumentou o peso do Poder Executivo diante do Legislativo e do Judiciário, que promoveu o crescente autoritarismo democraticamente imposto ao conjunto da sociedade, que tornou mais poderosa e forte a burocracia sobre a “sociedade civil”.

A pressão das experiências socialistas, por sua vez, não era tão grande assim. Já ressaltamos como a opção estratégica dos PCs de linha soviética, bem como da própria URSS desde os momentos finais da Segunda Grande Guerra, foi a de facilitar a estabilidade de governos burgueses, capitalistas, nas áreas de influência das potências ocidentais. A estratégia da “convivência pacífica” é apenas a expressão mais escandalosa de uma prática que já vinha desde antes. A pressão das “experiências socialistas”, que Avelãs Nunes menciona, não encontra apoio nos fatos.

Por outro lado, a hipótese de um compromisso entre capital e trabalho como o fundamento dos Estados de Bem-Estar possui di-

versos aspectos muito atraentes para o reformismo contemporâneo. Em primeiro lugar, permite reafirmar a tese de que o Estado de Bem-Estar foi uma vitória da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho, bem como o “protagonismo” dos trabalhadores nos “30 anos dourados”. Ao mesmo tempo, pela “contraditoriedade” inerente a todo acordo, compatibiliza-se a “vitória” dos trabalhadores com a lucratividade e a estabilidade (um tanto exagerada, por vezes) da economia nos “30 anos dourados”. Seria uma vitória dos trabalhadores o que teria possibilitado à burguesia três décadas de grande prosperidade. Ou seja: 1) teríamos assistido a uma vitória dos trabalhadores contra o capital que também foi vantajosa ao capital; em poucas palavras, o antagonismo histórico entre a burguesia e o proletariado teria sido superada por um campo comum no qual coincidiriam os interesses de ambas as classes; 2) isto teria sido levado a cabo por um Estado que seria agora portador deste compromisso e representaria – claro, sempre contraditoriamente – a convergência de interesses entre o trabalho e o capital.

Além disso, a tese do “compromisso” entre capital e trabalho tem um forte traço de idealismo, o que também a torna atraente ao reformismo dos nossos dias. Substitui como fundante da sociedade nos “30 anos dourados” a reprodução do capital pelo alegado “compromisso”. Seus defensores pretendem estar tão somente rejeitando o “economicismo” ao resgatar a subjetividade e a força da ideologia nos processos históricos. Na verdade, substituem o trabalho por um complexo ideológico como fundamento da reprodução social. Em nome da defesa da força da subjetividade na história, jogam fora o bebê com a água do banho e transitam para o idealismo.

Em terceiro lugar, postular um “compromisso” entre o capital e o trabalho como fundamento do Estado de Bem-Estar tem ainda um efeito prático não negligenciável para o horizonte reformista: serve para defender um “apoio crítico” ao Estado e suas políticas públicas. Qualquer apoio ao Estado, “crítico” ou não, significa, na luta de classes, colocar-se ao lado do capital contra o proletariado. A indefinição da noção de Estado de Bem-Estar que mencionamos acima e as teses acerca do “compromisso” se complementam em uma concepção reformista de mundo. É o equivalente ideológico contemporâneo das teses sobre a possibilidade de o capitalismo evoluir, de “selvagem”, a um “capitalismo de face humana.”

Apesar de útil às concepções reformistas, as teses centradas na hipótese de um “compromisso” de classes como fundante do Estado de Bem-Estar não deixam de colocar problemas consideráveis aos seus defensores. Colocam, logo de início, um problema de ordem histó-

rica. Como vimos, a implementação de políticas públicas pelos mais diversos Estados não se limitou ao período em que tal “compromisso” teria hipoteticamente vigorado, do final da Segunda Grande Guerra aos anos de 1970, nem em países com uma forte e organizada classe trabalhadora (pensemos na Austrália ou no Canadá, por exemplo).

Em segundo lugar, são de um eurocentrismo a toda prova. Desconsideram, em suas análises, o caráter imperialista dos países que conheceram o Estado de Bem-Estar, a bárbara exploração dos países menos desenvolvidos, a promoção de ditaduras e torturas para possibilitar a exploração dos recursos naturais e da força de trabalho destes países etc.

Em terceiro lugar, homogeneizam trabalhadores assalariados e proletariado em uma mesma classe social. Por esta operação, o discurso da burocracia sindical e partidária pode ser apresentado como expressão política da totalidade dos trabalhadores e proletários. Em outras palavras, não levam em consideração que, graças às tendências inerentes à reprodução ampliada do capital, uma cisão política fundada em uma crescente diferenciação das condições de vida e trabalho se instala e é ativamente incentivada no seio da classe operária. Já vimos como as tendências materiais para a gênese e o desenvolvimento da aristocracia operária são habilmente aproveitadas pela burguesia e seus aliados na burocracia sindical e partidária a fim de controlar mais eficazmente as revoltas dos trabalhadores. Nenhum desses elementos se faz presente nas teses do “compromisso” ou do “pacto”.

Em quarto lugar, as teses acerca de um hipotético “compromisso” entre os trabalhadores e o capital não podem indicar quando tal compromisso teria sido realizado. Não podem precisar o momento em que a “subjetividade do trabalho” e a “subjetividade do capital” firmaram o compromisso. Na falta de tal episódio, devem postular que o “compromisso” é um processo pelo qual, com avanços e recuos, com idas e vindas, com movimentos “contraditórios”, foi-se delineando um pacto pelo qual algumas vantagens materiais são concedidas aos trabalhadores em troca do seu apoio à manutenção do capital. A questão decisiva, contudo, é esta: porque, na evolução dos conflitos cotidianos entre o capital e o trabalho, este “compromisso” se tornou a tendência predominante? Por que a história dos “30 anos dourados” teria evoluído neste sentido, e não em um sentido inteiramente distinto? Qual a razão mais profunda para que esta tenha sido a tendência predominante nos países capitalistas centrais nos anos do pós-guerra? O predomínio ideológico do “fetichismo do Estado”, a que Bihr se reporta, não resolve o problema. Pois, novamente, por que teria predominado, ideologicamente, este fe-

tichismo e não outras posições políticas? O que o “fetichismo do Estado” teria de superior às outras ideologias?

A resposta não está nas ideologias particulares enquanto tais, mas sim nas relações que mantêm com a sua base material, a reprodução da sociedade a que pertencem. Como vimos, a necessidade para a reprodução do capital de um patamar superior de articulação entre as mais-valias absoluta e relativa, com o consequente desenvolvimento do imperialismo e da aristocracia operária forneceram os elementos imprescindíveis para o predomínio da colaboração de classes sobre as propostas políticas mais à esquerda. Cancelado o seu solo na reprodução material da sociedade, o predomínio de uma ideologia sobre outras se converte em um verdadeiro mistério. Mas, se trouxermos para a análise a alteração nas necessidades da reprodução ampliada do capital, a hipótese de um “pacto” ou “compromisso” entre capital e trabalho como fundante do Estado de Bem-Estar perde qualquer sentido.

Em quinto lugar, as teses que tentam explicar o Estado de Bem-Estar a partir de um “compromisso” entre trabalho e capital partem do pressuposto de que as políticas públicas dos Estados imperialistas no pós-guerra estavam verdadeira e genuinamente voltadas a atender aos interesses dos trabalhadores e às necessidades dos mais carentes. Vimos como isso jamais ocorreu; não houve política pública que não tenha sido, acima de tudo e prioritariamente, um bom negócio para o capital. As teses que se apoiam no pretense “compromisso” entre o trabalho e o capital não podem, por isso, fazer muito mais do que fantasiar o papel histórico das políticas sociais dos Estados imperialistas – nisto coincidindo com as posições políticas e as concepções ideológicas mais “conservadoras”. Nesse aspecto, coincidem com aquele *Zeitgeist* a que se referem, aos seus modos muito distintos, Howe e Esping-Andersen. As teses acerca do “compromisso” ou do “pacto” perdem contato com a história em nome da conquista de um reino de fantasias.

Ainda que não trate especificamente das questões relativas ao Estado de Bem-Estar, Rui Braga, em sua análise da Escola da Regulação – que também tem na tese do “compromisso” um dos seus pilares centrais –, lança um argumento que poderíamos estender aos autores que estamos examinando. Trata-se, diz Rui Braga, de certo “reformismo envergonhado” “que consiste em citar ritualmente os ‘mestres’ – Marx e Gramsci, notadamente –, para apontar uma política em tudo contrária a seus ensinamentos”. Serve para restaurar “as narrativas reformistas tradicionais, cuja essência radica na sublimação do processo de desmobilização permanente da classe trabalhadora, produzido pela difusão daquilo que Benjamin chamou de ‘cultura burocrática da resignação’.” (Braga, 2003: 228-9)

As teses acerca do “compromisso” entre capital e trabalho como fundante do Estado de Bem-Estar são muito atrativas para um dado campo teórico, “envergonhadamente” reformista. Fornece as bases para o reconhecimento do que de “progressista” e de “avanço democrático” haveria no Estado de Bem-Estar, ao mesmo tempo que deixa aberta a possibilidade para reparos pontuais e parciais. Possibilita ainda postular ser o “neoliberalismo” uma “contrarrevolução” em face do pretenso conteúdo progressista do Estado de Bem-Estar¹³⁴. Temos, então, as consequências políticas mais desencaminhadoras. Defender as políticas públicas ou o “Estado social” dos “30 anos dourados” seria defender os trabalhadores da sanha do capital. Por esta mediação, a luta pelos direitos passa a ser o alfa e o ômega da luta pela emancipação dos trabalhadores. Eis aqui o reformismo em sua plenitude.

Todavia, por mais sérias que sejam as consequências políticas das teses centradas no “compromisso”, o mais grave é que tais teses não podem ir além da falsificação da história. Devem ser eurocêtricas: em suas análises, os países da periferia do sistema do capital nem sequer existem; o fato de que todos os assim denominados por tais teorizações de Estados de Bem-Estar foram Estados imperialistas não pode ao menos ser reconhecido. Devem substituir a realidade por falsas ideologias: as políticas públicas são apresentadas como uma vitória do “trabalho” e os “30 anos dourados” significariam um avanço para a democratização do Estado. Devem substituir a ciência por fantasias: o Estado de Bem-Estar não foi fundado pela evolução das necessidades da reprodução ampliada do capital, mas sim pelo encontro de duas “subjektividades” e de seus “protagonismos”, a do trabalho e a do capital.

A raiz de todos esses equívocos (e vários outros de menor monta) é uma só: desconsideram que em todo e qualquer processo, justamente por serem processos, a contraditoriedade apenas pode estar presente pela afirmação de um momento predominante. Não há processo que não exiba, na interação contraditória de suas partes, um momento predominante que consubstancie a sua continuidade e que dirige o processo em uma dada direção, e não em outra. Na relação entre Estado e sociedade ao longo do século 20, e em especial entre os anos de 1945 e 1975, o momento predominante

¹³⁴ Bihr: “contrarrevolução ‘moderada’, que levou à inversão completa da correlação de forças que prevalecia no início dos anos de 1970.” (1998:10) A concepção de uma contrarrevolução “moderada” só é equivalente à de uma revolução “moderada”, em sua sandice.

foi exercido pela necessidade imperiosa de o capital promover uma articulação superior entre as formas relativas e absolutas de extração da mais-valia, a fim de “deslocar” para o futuro sua crise estrutural (Mészáros, 2002). Sem isto, o sistema do capital não poderia ter continuado a se expandir como o fez. Foi isto que possibilitou a gênese e o desenvolvimento da aristocracia operária, base social imprescindível ao desenvolvimento do reformismo, e que está na gênese e no desenvolvimento da intervenção do Estado na economia por meio das políticas públicas – antes, durante e depois dos “30 anos dourados”. Foi isto que possibilitou que o Estado ao mesmo tempo abrisse suas portas aos sindicalistas e políticos reformistas e desenvolvesse seus mecanismos de repressão e tortura. Foi isto que possibilitou ao Estado portador do “compromisso” deportar crianças, maltratar velhos e idosos, promover a concentração da riqueza, investir trilhões no complexo industrial-militar, promover guerras como nenhum outro Estado, transformar os centros urbanos em paraísos para a especulação imobiliária, condenando milhões de seus cidadãos às moradias mais precárias etc.

Como tudo na vida é contraditório – e isso é uma verdade –, as necessidades em evolução da reprodução do capital se afirmam como momento predominante no confronto entre o capital e o trabalho. Com elevadíssima frequência, a luta economicista (Lenin) dos trabalhadores e operários é respondida pelo capital com políticas públicas que aparentemente servem aos trabalhadores quando, bem pesadas as coisas, servem à ampliação da mais-valia deles expropriada. É esta aparência que possibilita, ainda hoje, que o discurso reformista soe como verdadeiro. Esta aparência de verdade possui alguma veracidade na medida em que, ao menos em parte, corresponde ao mundo real: a “submissão real” do trabalhador ao capital inclui o aumento da participação no mercado consumidor de uma parcela dos trabalhadores e operários. Este fato, contudo, não cancela o que vimos: o fundante deste processo é a reprodução do capital e não a vitória dos trabalhadores contra a burguesia. E, muito menos, o encontro de duas subjetividades, a do trabalho e a do capital, em um “compromisso”.

As teses acerca do “compromisso” entre trabalhadores e burgueses como fundamento do Estado de Bem-Estar são tão problemáticas e incapazes de explicar a história porque compartilham do mito do Estado de Bem-Estar. Bem pesadas as coisas, são ecos mais distantes daquele *Zeitgeist* “conservador” que Howe menciona (Howe, 1993:ix-x). É esta distância para com o processo histórico que impossibilita, às teses do “compromisso”, explicar a inexistência de

qualquer reação considerável por parte dos trabalhadores quando da transição, de um Estado portador do “compromisso” e uma vitória dos trabalhadores, à sua negação, o Estado neoliberal. Um texto de Francis Fox Piven e Richard Cloward, *The new class war* (1982), é um exemplo deste equívoco: prevê uma intensificação da luta dos trabalhadores em oposição à “contrarreforma” do neoliberalismo de Reagan. O oposto estava mais próximo à verdade: Reagan foi um dos governos mais populares entre os trabalhadores. Os trabalhadores não saíram em defesa do Estado de Bem-Estar porque este nunca foi uma conquista dos trabalhadores.

É também esta distância para com o mundo real que conduz a se falar de uma “contrarrevolução” ou “contrarreforma” neoliberal, uma consequência previsível das teses de que o Estado de Bem-Estar seria um processo revolucionário *sui generis*, que articularia reforma e revolução pela mediação das políticas públicas que, por exemplo, demercadorizariam a vida cotidiana. Postular o neoliberalismo como “contrarrevolução” é, pelo mesmo ato e pelo mesmo momento, arguir ser uma reforma progressista (ou, mesmo, uma transformação revolucionária) o Estado de Bem-Estar. Nenhuma contrarrevolução ou contrarreforma, pela sensata razão de que não estava em marcha, nos “30 anos dourados”, nenhuma reforma progressista ou processo revolucionário.

O apoio dos trabalhadores aos governos neoliberais, no exterior e no Brasil, associado ao fato de que as políticas públicas não desaparecem depois dos “30 anos dourados”, não se encaixa no esquema teórico articulado ao redor de ser o Estado de Bem-Estar uma vitória dos trabalhadores ou um “compromisso” entre os patrões e os assalariados. Um amplo setor da esquerda é aprisionado em uma mortal incapacidade de reconhecer o que ocorre no mundo objetivo. O resultado, também no Brasil, foi a decisão de apoiar criticamente – isto é, de se apoiar envergonhadamente – os “aspectos positivos” dos governos neoliberais, nomeadamente na fase em que passaram às mãos de partidos social-democratas (no Brasil, às mãos do PT). A potência crítica ao capitalismo, de que estes setores da esquerda já foram portadores, estará, a partir de então, irremediavelmente comprometida.

Retomemos nosso raciocínio. Argumentamos que a gênese e o desenvolvimento da noção de Estado de Bem-Estar tiveram seu fundamento na reprodução material da sociedade: uma superior articulação entre as mais-valias absoluta e relativa, a aristocracia operária,

o sindicalismo de colarinho branco e o imperialismo. Apontamos, em seguida, como a operação teórica de cancelar o trabalho alienado como fundamento do Estado forneceu elementos teóricos imprescindíveis ao mito do Estado de Bem-Estar. Referimo-nos, por fim, às consequências políticas do mito do Estado de Bem-Estar: fundamenta a “crença” (pois não é mais do que isso, uma crença) na capacidade de o Estado, pelas políticas públicas, mitigar ou superar as misérias contemporâneas. Posto isso, podemos responder à questão: qual a função social do mito do Estado de Bem-Estar?

A função social da noção de Estado de Bem-Estar é, em primeiro lugar, “explicar” como evolução democrática em direção à justiça social e as repercussões na totalidade social das transformações na reprodução do capital em sua fase monopolista. Acima de tudo, realçar os “aspectos positivos” da necessidade de uma superior articulação entre as mais-valias relativa e absoluta com a geração de um mercado consumidor que inclui parte dos trabalhadores. Em segundo lugar, “explicar” a disposição à colaboração com a burguesia da aristocracia operária e da pequena burguesia como consequência do fato de que o Estado teria se ampliado de modo a perder seu caráter de classe e se converter, sempre contraditoriamente, em expressão da totalidade da sociedade. Feito isso, o mito do Estado de Bem-Estar converte-se em expressão acabada do *Zeitgeist* “conservador” já mencionado: possibilita que se cale sobre o caráter de classe das políticas sociais, sobre como elas servem para uma maior exploração dos trabalhadores¹³⁵ e, ainda, possibilita “esquecer” o caráter imperialista dos Estados de Bem-Estar. Para este *Zeitgeist* “conservador”, o mito do Estado de Bem-Estar é uma concepção ideologicamente muito útil. Contudo, não passa de um “falso socialmente necessário”, pois não tem serventia quando se trata de compreender o que de fato sucedeu neste período histórico.

Não é casual, portanto, que seja uma “futilidade”, como diz Esping-Andersen, buscar uma definição para o Estado de Bem-Estar. Não porque o mundo real seja indefinível ou incognoscível, mas porque não é verdade que houve uma ruptura, uma descontinuidade, na evolução da relação do Estado com o conjunto da sociedade após a Segunda Guerra Mundial. O Estado não se ampliou ou perdeu seu caráter de classe. O que ocorreu é que alterações

¹³⁵ Carlos Lima, em “Trabalho e política social no mundo do capital em crise” (Lima, 2010), é um dos poucos textos mais recentes que conhecemos que explora esta conexão. As indicações são interessantes e incorporam vários argumentos que aqui sequer mencionamos.

nas necessidades para a reprodução do capital tornaram necessário que o Estado democrático promovesse a tortura (ainda que com novas tecnologias), ampliasse a exploração dos trabalhadores (ainda que pela ampliação do mercado consumidor também de parcela dos assalariados), cooptasse a aristocracia operária para melhor controlar os seus trabalhadores, ampliasse as encomendas para o setor privado pela implantação das políticas públicas etc. etc. E, acima de tudo, que dirigisse enorme parcela da riqueza para dois grandes complexos: a indústria bélica e a indústria automobilística (se Kolko estiver correto, a primeira recebeu o dobro da segunda). O Estado continuou sendo “o comitê encarregado de administrar os negócios do conjunto da burguesia”, continuou sendo burguês – seu caráter de classe não se alterou. O que se modificou com o tempo foram as necessidades para a reprodução de um capital com contradições cada vez mais agudas, antagônicas.

Podemos, agora, concluir.

Desde o final do século 19, a acumulação do capital e a agudização das contradições a ela inerentes (que se manifesta mais visivelmente pela crescente superprodução) tornaram imprescindível a potencialização da extração da mais-valia pela articulação superior entre a mais-valia absoluta e a relativa. Concomitantemente, a passagem ao capitalismo monopolista associou esta articulação entre as mais-valias relativa e absoluta à crescente exploração dos países menos desenvolvidos, com a transferência de processos industriais inteiros a serem manipulados por uma força de trabalho não especializada, oprimida política, social e culturalmente, sem tradição de lutas sindicais ou políticas. Toneladas de tecido, ferro, grãos, pedras preciosas, madeira etc. serão canalizadas para o mercado dos países imperialistas, numa transferência de riqueza que inclui a transferência da mais-valia absoluta produzida em uma escala que seria inimaginável em países da Europa ou nos Estados Unidos.

Por sua vez, as mercadorias (matérias-primas, produtos industrializados ou componentes) oriundas das colônias potencializam a extração da mais-valia relativa e a “subsunção real do trabalho ao capital” (Marx, 1985:106). Não apenas derrubam os custos da produção, como ainda auxiliam na queda do valor da força de trabalho – e, ainda uma vez mais, expandem o mercado consumidor pela queda dos preços das mercadorias, dada a ampliação da escala da produção. Novas tecnologias tornam-se lucrativas, o valor da força de trabalho tende a cair ainda mais e, ao mesmo tempo, atua a tendência à diferenciação entre a aristocracia operária e os demais operários; o consumo perdulário contribui para gerar novas demandas,

massas de trabalhadores são deslocadas para o setor secundário etc. E a reprodução do capital continua, *comme il faut*.

É neste contexto que foram surgindo, do final do século 19 até o início da crise estrutural do capital na década de 1970 (Mészáros), os traços que usualmente são empregados para caracterizar o Estado de Bem-Estar. Tal surgimento é marcado pelos traços históricos locais, específicos ao desenvolvimento de cada país, mas é predominantemente determinado pela necessidade comum de ampliar o circuito da mais-valia relativa. Deste cruzamento de determinações locais e universais resultam fenômenos que podem parecer paradoxais: sindicatos de trabalhadores dos países imperialistas apoiando ativamente a exploração dos trabalhadores das colônias; Partidos Comunistas apoiando guerras imperialistas (lembramos o triste caso do PCF na Guerra da Argélia¹³⁶), sindicatos de trabalhadores administrando os benefícios pagos às famílias pelo Estado de modo a ampliar a lucratividade do capital; centrais e sindicatos de trabalhadores apoiando a introdução de novas tecnologias e novas técnicas tayloristas de controle da força de trabalho; um crescimento da miséria em vastos setores dos assalariados ao mesmo tempo que se desenvolvia a aristocracia operária, a “nova classe operária”, ou a nova classe média etc. (Mallet, 1963; Belleville, 1963). A limpeza e a beleza das cidades dos centros dos impérios (Roma, Paris, Washington etc.) são um feito dos mesmos Estados que lançam o planeta em direção à situação ecologicamente catastrófica em que nos encontramos. Os paradoxos continuam: Estados democráticos, com eleições e mercado “livres”, promovem o desenvolvimento e a aplicação de novas técnicas de tortura; Estados democráticos ampliam a presença do mercado “livre” pela implantação de ditaduras militares em suas áreas de influência – e Henri Oleg, o cidadão francês torturado por franceses na Argélia, é apenas o cruzamento em uma única pessoa desta massa de contradições que perpassa o que comumente se denomina Estado de Bem-Estar¹³⁷. E a lista dos “paradoxos” poderia prosseguir.

¹³⁶ Cf. artigo não assinado (1960), “The trial”, publicado na *New Left Review*.

¹³⁷ Se ainda fossem necessários mais argumentos, há uma fortíssima correlação entre a “(...) ajuda norte-americana e a tortura. A razão não é que os dirigentes políticos norte-americanos gostam de tortura. Ao contrário, isto é algo irrelevante. O que importa é barrar desenvolvimentos independentes ou com as prioridades erradas. Para estes propósitos frequentemente é necessário (lamentavelmente) matar padres, torturar líderes sindicais, “desaparecer” com camponeses e outras formas de intimidar a população em geral. Governos com as prioridades corretas serão conduzidos, então, a adotar tais medidas” (Chomsky, 1997:58).

Ao cancelarmos a gênese e o desenvolvimento do trabalho alienado (o trabalho explorado) como momento predominante na gênese e desenvolvimento do Estado, torna-se impossível descrever a evolução do Estado enquanto tal. Exageram-se rupturas onde predominam continuidades; falsificam-se ou ignoram-se dados estatísticos; silencia-se quando o tópico são torturas, desrespeito aos direitos civis ou o imperialismo. O mito do Estado de Bem-Estar requer um silêncio não menos constrangedor quando da exportação de milhares de crianças pelo Reino Unido para servirem de força de trabalho barata no Canadá e, sobretudo, na Austrália; quando do tratamento desumano dos idosos nos asilos e instituições estatais; quando a expectativa de vida dos operários é muito menor que a das profissões de colarinho branco ou da classe dominante, devido às condições de trabalho – ou mesmo quando cai a expectativa de vida a níveis comparáveis aos da Segunda Guerra Mundial, como ocorreu com os metalúrgicos alemães. No mito do Estado de Bem-Estar não cabe a domesticação e a burocratização dos sindicatos que, entre outras coisas, possibilitou a bárbara exploração dos imigrantes, dos trabalhadores do chamado Terceiro Mundo, da mão de obra infantil e feminina não apenas em países como as Filipinas e a Índia, mas até nos países capitalistas centrais. Neste mito, apenas a fantasia tem lugar. Por isso ele ignora que a autonomia relativa do Estado burguês para com a reprodução do capital apenas pode ser realidade em uma relação na qual a reprodução do capital é o momento predominante na gênese e no desenvolvimento deste mesmo Estado.

São precisamente os traços de continuidade entre as diferentes estratégias econômicas adotadas pelo Estado ao longo dos primeiros três quartos do século 20 que possibilitam entender por que a desmontagem dos ditos Estados de Bem-Estar pela estratégia neoliberal ocorreu de modo tão suave, sem maiores rupturas ou resistências dos trabalhadores; e, ainda, compreender como e por que foram os partidos social-democratas que, mesmo nos considerados mais puros Estados de Bem-Estar, se prestaram a continuar a efetivação das políticas neoliberais no momento em que as primeiras resistências sociais se fizeram presentes.

O mito do Estado de Bem-Estar serve para velar a continuidade histórica entre o desenvolvimento de uma articulação superior entre as formas absoluta e relativa de extração da mais-valia e as novas modalidades de intervenção do Estado na economia pela mediação das políticas públicas. Serve para velar a continuidade entre o Estado antes e depois dos “30 anos dourados”. O neoliberalismo não trouxe “contrarrevolução” alguma, simplesmente porque não

estava ocorrendo, antes, uma revolução. O quanto o mito do Estado de Bem-Estar desarmou muito das forças de esquerda ainda restante ao final do século 20 é um tópico que não cabe no presente estudo. Exigiria uma história da involução destas forças políticas, o que, por sua vez, requereria uma nova e vasta pesquisa. Apenas assinalaremos que uma enorme parcela da esquerda, iludida pelo mito do Estado de Bem-Estar e impressionada além das medidas pela adesão da aristocracia operária e setores assalariados não operários ao horizonte burguês, se converteu, de comunista, em democrata. Uma vasta parcela da esquerda abandonou a finalidade estratégica de substituir o modo de produção capitalista pelo comunista. Limitou seu horizonte à luta pelas melhorias parciais, progressivas, gradualistas, por dentro do Estado, em direção a uma, necessariamente imprecisa, “sociedade mais justa”.

Abandonado o horizonte comunista, todos os gatos tornam-se pardos. Esping-Andersen argumenta, lembremos, que a “desmercadorização não deve ser confundida com a completa erradicação do trabalho como mercadoria; esta não é uma questão de tudo ou nada” (Esping-Andersen, 1997:37). Michael Löwy sugere a estratégia de buscarmos a “supremacia do valor de uso sobre o valor de troca” (Löwy, 2009:36). Autores com trajetórias tão distintas terminam coincidindo no fundamental. Buscar a “supremacia do valor de uso sobre o valor de troca” não é apenas um contrassenso, é ainda a afirmação da perenidade do valor de troca – do mercado e de tudo o que o campanha (o Estado, a política, o patriarcalismo, a propriedade privada etc.). Tanto para Esping-Andersen quanto para Löwy, não se trata de “uma questão de tudo ou nada”, mas de gradações. Este o destino da esquerda que adota o horizonte reformista: ser o outro lado da moeda de autores como Esping-Andersen. Entre comunistas e democratas há uma insuperável distinção de classe; entre democratas há uma igualmente insuperável identidade de propósitos, sejam eles mais ou menos radicais.

Esping-Andersen e Löwy referem-se, no fundo, ao mesmo projeto: colocar o capital (a mercadoria, o valor de troca) sob o controle do Estado “democrático”. O mito do Estado de Bem-Estar joga, aqui, um poderoso efeito ideológico. Dois autores com posições políticas distintas e trajetórias pessoais ainda mais diferenciadas terminam confluindo no mesmo horizonte e compartilhando uma mesma “forma de loucura” – a qual, por sua vez, faz parte das “formidáveis defesas” “da sabedoria convencional” (Galbraith, 1958:281-3): a ilusão de que o Estado contemporâneo não possuiria seu fundamento na exploração do homem pelo homem. Nada na

história indica que os projetos fundados nessa “forma de loucura” sejam historicamente viáveis – tudo, em contrapartida, indica exatamente o oposto. Não é possível mitigar a miséria, podemos apenas superá-la; não é possível mitigar a exploração do trabalho pelo capital, podemos apenas superá-la; não é possível democratizar o Estado, podemos apenas destruí-lo.

Precisar o quanto o mito do Estado de Bem-Estar contribuiu para aprisionar ideologicamente parte ponderável da esquerda contemporânea aos limites burgueses é, repetimos, algo que ultrapassa os horizontes desta pesquisa. O que podemos afirmar, neste momento, é que certamente esta contribuição foi das mais importantes.



Epílogo – Aos Assistentes Sociais

Os últimos parágrafos deste livro são voltados aos assistentes sociais, de todos os profissionais os mais diretamente vinculados, para o bem e para o mal, ao Estado de Bem-Estar. Além disso, no Brasil, após 1979, os assistentes sociais compuseram um dos campos profissionais mais progressistas e mais comprometidos com as lutas dos trabalhadores. Isto fez dos assistentes sociais em nosso país um caso muito peculiar se comparado com outros países e, também por isso, pôde concentrar em si parte importante da capacidade crítica ao neoliberalismo em seus primeiros anos. Lamentavelmente, contudo, com o passar do tempo, e principalmente com a chegada dos petistas ao poder, esta potência crítico-progressista foi perdendo sua força.

José Paulo Netto, no clássico *Ditadura e Serviço Social* (1990), ao analisar a entrada do marxismo no Serviço Social, demonstrou como esta foi marcada por fortes limitações: a presença de uma concepção mecanicista, estruturalista, de um corte althusseriano mal assimilado, favorecia uma concepção simplória da reprodução social. A sociedade contemporânea, segundo esta concepção, seria composta por dois grandes blocos em oposição antagônica (a burguesia e os trabalhadores – o proletariado nesta concepção se confunde com os assalariados), em uma dinâmica na qual o atendimento às necessidades dos trabalhadores implicava a perda de riqueza equivalente pelos capitalistas. Esta observação de José Paulo sobre o Serviço Social é precisa, também, para caracterizar a concepção de mundo que, pela esquerda, advoga serem os “30 anos dourados” uma vitória dos trabalhadores.

Em um maniqueísmo análogo, segundo uma tese que Régis Debray popularizou entre setores da esquerda (Debray, 1977, 1965,

1967; Quartim, 1970, Peredo, 1968 e, ainda, Editorial NLR, 1967), o fato de a burguesia ter imposto ditaduras por todo o mundo significaria que estaria superada a era em que o capital e a democracia seriam compatíveis. Neste contexto, lutar pela democracia colocaria em xeque o poder burguês, as lutas democráticas seriam antagônicas ao capital e, por isso, seriam, de fato, lutas em prol do socialismo. O socialismo, por sua vez, além da estatização dos meios de produção, seria a democracia burguesa levada às últimas consequências. Afirmava-se, sem maiores problematizações, a luta pela democracia como socialista. Nesta concepção maniqueísta, se a burguesia sustentava a ditadura, o oposto desta, a democracia, apenas poderia interessar aos trabalhadores. Como os trabalhadores eram os portadores históricos do socialismo, então a luta antiditatorial se identificaria com a luta pelo socialismo. Foi neste momento que um texto de Mao Tse-Tung, “A nova democracia”, e os manuais de marxismo de Politzer e Marta Harnecker se popularizaram: a concepção maniqueísta das lutas de classe se faz presente em todos eles¹³⁸.

Muitos elementos desta concepção constam das avaliações do Estado de Bem-Estar alicerçadas no pressuposto de ser ele uma vitória dos trabalhadores ou um “compromisso” entre o capital e o trabalho. As políticas públicas, ao generalizarem serviços como transporte, educação, saúde, moradia etc., implicariam necessariamente uma vitória dos trabalhadores contra a burguesia. O Estado de Bem-Estar deveria ser defendido e aprofundado, pois o aprofundamento das vitórias dos trabalhadores necessariamente seria um passo em direção ao socialismo. A defesa dos “direitos sociais” deixa de ter qualquer elemento de crítica ao Estado e à propriedade privada. Forte presença entre nós, ainda que não de modo tão generalizado, foram as teorizações que levaram avante esta concepção até atingirem as suas últimas consequências: se o Estado no capitalismo era capaz de ser portador das necessidades dos trabalhadores e, portanto, poderia servir de mediação para a transição ao socialismo, ele não mais poderia ser o “o comitê que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa”. Clássicas se tornaram as teses de Carlos Nelson Coutinho acerca do Estado ampliado e outras variantes do gramscianismo. Tiveram significativa influência, a seu tempo, as teses de Claude Lefort, Clastres, Castel, Rosanvallon¹³⁹ etc.

¹³⁸ Tratamos dessa concepção social e política e seu peso na evolução do Serviço Social em Lessa, 2011a.

¹³⁹ Para Rosanvallon e Castel, conferir a certa crítica de Pimentel (2012) em uma interessantíssima contraposição a Mészáros.

A crítica das políticas públicas, desta perspectiva e deste horizonte, não mais pode ser a crítica de seu conteúdo de classe. Limita-se aos aspectos técnicos, sua maior ou menor universalidade, às questões administrativas na destinação dos recursos e na seleção dos cidadãos elegíveis, ao montante maior ou menor das verbas sociais em relação ao PIB etc.

Coates e Silburn, em 1973, comentavam como a passividade dos assistentes sociais era ainda mais impressionante do que a cegueira geral que predominou no *Zeitgeist* do pós-guerra:

Mais digno de nota, talvez, foi a prolongada recusa dos assistentes sociais através de toda esta década [de 1960], a reconhecer a contínua existência de uma pobreza generalizada e institucionalizada: uma reação impressionantemente míope, compartilhada por muitos outros que estavam direta e profissionalmente em contato muito próximo com os problemas sociais. (Coates e Silburn, 1973: 25-30)

O que será que escreveremos sobre nossa profissão, daqui a alguns anos, quando formos avaliar nossa atitude diante do neoliberalismo petista? Como foi possível, provavelmente questionarão as novas gerações, que uma profissão que por décadas combateu as desigualdades sociais compreendendo-as como resultante do desenvolvimento do capitalismo; uma profissão que estava na frente das denúncias do aprofundamento das iniquidades a serem promovidas pelo neoliberalismo montante na década de 1990 e no início do século 21; como foi possível que uma profissão que declarou seu compromisso para com os trabalhadores e contra os exploradores – como foi possível que a capacidade crítica desta profissão tenha involuído para o apoio crítico, ou a crítica construtiva, ao petismo?

Talvez o texto de Galbraith, *The affluent society*, possa nos ajudar a pensar o que ocorre neste campo. Galbraith tinha por finalidade questionar o lugar-comum de que o aumento da produção deveria ser o objetivo econômico prioritário. Seus argumentos sobre a necessidade de uma reversão moral dos imperativos econômicos não possuem maior interesse. Suas observações sobre a força do senso comum, contudo, são bem mais interessantes. Começa por assinalar como, quando de questionamentos de verdades solidamente estabelecidas, exige-se que aquele que questione também forneça uma “alternativa”. Curioso, diz ele, como àquele que liberta o escravo (algo não menos nobre do que libertar os indivíduos das ilusões que os aprisionam) não é exigido que diga ao liberto o que fazer com seu tempo livre. Continua:

Precisamos ver um propósito em nossos esforços. Este propósito pode não fazer o menor sentido e, algumas vezes, um elaborado absurdo (*elaborately nonsense*) pode ser tomado como o bem maior. Pode-se esforçar para conferir sentido a passos simples em direção a uma finalidade, sem jamais se pausar para refletir como a própria finalidade é ridícula. Jamais se deve questionar a finalidade, contudo. Pois fazê-lo implica iniciar uma busca por algo que tenha maior utilidade. Por isso, um ensaio como o nosso é muito mais importante pelo que ele destrói (...) do que pelo que cria.

Isto entra em forte contradição com a sabedoria convencional. Esta última confere grande valor ao que denomina de crítica construtiva. Serve para desdenhar o que, possivelmente, vai classificar como posição puramente destrutiva ou negativa. Nisto, como ocorre com frequência, manifesta-se seu profundo instinto de autopreservação. O ataque ao pensamento conservador ou convencional é descartado como inferior e, até mesmo, como uma atividade ameaçadora e, enquanto tal, não deve ser levado a sério. Ao mesmo tempo, “alternativas construtivas” são bem-vindas. Estas são de uma ordem de perigo muito mais baixa. Contudo, a ameaça à sabedoria convencional é, sempre, a sua própria irrelevância [para com os fatos], não o apelo por uma alternativa relevante [para com os fatos]. (...) As defesas da sabedoria convencional são formidáveis. (Galbraith, 1958:281-3)

Também quando se trata de questionar os mitos que cercam os “30 anos dourados”, as “defesas da sabedoria convencional são formidáveis”. Seu “instinto de autopreservação” faz com que, quando se trata de explicar a realidade, procure disfarçar sua “irrelevância” colocando uma questão imediatamente política: o que fazer na relação com o Estado, já que a revolução não está na ordem do dia? A resposta, movida pelo mesmo espírito de autopreservação, já está dada pela própria pergunta: fazer do Estado neoliberal um Estado com preocupações sociais, ou alguma fórmula igualmente inócua. Não são necessários grandes esforços teóricos para conferir “sentido a passos simples” postulando que são aproximações à finalidade desejada, “sem jamais pausar para refletir como a própria finalidade é ridícula”. Converter o Estado dos nossos dias em Estados de Bem-Estar em nome dos trabalhadores é, de fato, uma “finalidade ridícula”. Pois apenas em mito o Estado de Bem-Estar serviu aos trabalhadores e apenas na fantasia mais descompromissada com o mundo real poder-se-ia fazer do Estado atual um Estado de Bem-Estar. O mito do Estado do Bem-Estar é, apenas, um mito, uma “forma de loucura” (Chomsky). Não existiu nos “30 anos dourados” e não poderá ser obra futura da humanidade. O Estado, com uma dureza ontológica tão marcante quanto o fato de que um submarino não serve para voar, não presta para finalidade alguma que não seja a dominação dos trabalhadores pela classe dominante.

As poucas exceções à parte, triste é constatar que, no início da se-

gunda década do século 21, os assistentes sociais enquanto categoria nos resumimos à “colaboração crítico-constructiva” com o Estado. Isto é, pautamo-nos por uma aceitação geral dos marcos globais da política econômica e social do governo burguês com críticas pontuais para promover o aperfeiçoamento destes mesmos marcos mais gerais.

Como foi possível que se tornasse presa da estratégia ideológica neoliberal uma profissão que possui um contato direto e imediato com a miséria crescente, com o desemprego, com a conversão dos centros urbanos em zonas de guerra (uma violência brutal e assustadora), com o doloroso abandono, em uma indignação pior que a dos cachorros vira-latas, de crianças e adolescentes, velhos e grávidas, nas ruas? Como foi possível que nós, os assistentes sociais deste início do século 21, tenhamos perdido nossa potência crítica e desenvolvido tal resignação a ponto de nos iludir com as migalhas do sistema, como o bolsa família e o bolsa escola?

Um dos elementos desta ideologia de acomodação ao petismo governante é o mito do Estado de Bem-Estar. Suas políticas públicas teriam levado a uma melhor e mais equitativa distribuição de renda, a uma diminuição do peso das classes sociais na reprodução da sociedade e a uma democratização da ordem capitalista. Como – para vários autores de ampla circulação nas ciências humanas do país e no exterior – esta foi uma conquista dos trabalhadores, então isso significaria que a sociedade se democratizou, que o Estado passou a ser mais permeável às demandas da maioria, que o Estado de Bem-Estar não mais seria o comitê executivo da classe dominante, mas sim a coagulação das pressões dos diversos grupos sociais (as classes, a esta altura, já estão saindo de moda). E, de aprofundamento da democracia em democracia mais democrática, finalmente chegaríamos ao socialismo democrático – a panaceia universal para a tragédia soviética, chinesa etc.

O que emerge dessa ideologia (no sentido pejorativo do termo) é a “evidente verdade” (pois, não é esse o papel das ideologias enquanto falsa consciência, isto é, fornecer certezas inquestionáveis?) de que a luta contra o neoliberalismo deveria ter por eixo a reconquista do Estado de Bem-Estar. A reversão do Estado neoliberal em Estado de Bem-Estar seria conquistada pela luta dos “trabalhadores” em busca do retorno das políticas públicas. Os programas federais de esmola, então, fornecem todos os elementos ideológicos para ganhar os “corações e as mentes” dos nossos batalhadores pelo retorno dos “30 anos dourados”. Como a reconquista do Estado de Bem-Estar seria um passo na direção do socialismo, da igualdade

que queremos, não possuiria também um conteúdo ético? Nesse diapasão, programas como o Bolsa Família, o Bolsa Escola, a conquista do direito legal de uma jornada de 20 horas para os assistentes sociais etc. só podem ser uma vitória da ética contra... contra o que mesmo? Não temos mais claro sequer contra o que lutamos, e como diz um revolucionário espanhol, aquele que não conhece precisamente contra quem luta não tem nenhuma chance de vitória. Abandonada a luta contra a essência da ordem burguesa, contra a exploração do homem pelo homem, o Estado e a família monogâmica, resta aos assistentes sociais pouco mais do que enxugar gelo: lutar pelo retorno do Estado de Bem-Estar, imaginando ser ele a consubstanciação da democracia enquanto um processo em eterno aperfeiçoamento.

Está mais do que na hora de, na reflexão acerca do Estado de Bem-Estar, os cientistas sociais (os assistentes sociais, entre eles) substituírem as diversas “formas de loucura” que brotam do “*Zeitgeist* conservador” pelos fatos mais palmares. Só assim poderão ocupar um lugar, na história, ao lado dos trabalhadores.

Bibliografia

Abel-Smith, B. (1958). "Whose welfare State?" *In* Mackenzie, N. (org.) (1958) *Conviction*. MacGibbon & Kee, Londres.

Adovasio, J.M.; Page, J. e Soffer, O. (2008) *O sexo invisível*. Ed. Record, São Paulo.

Alleg, H. (2006) *The Question*. University of Nebraska Press, Lincoln e Londres.

Allen, V. L. (1971) *The sociology of industrial relations*. Longman, Londres.

Amin, S. (1977) *Imperialism and unequal development*. Monthly Review Press, Nova Iorque.

Anderson, P. (1961a e 1961b). "Sweden: Mr. Crosland's dream". *New Left Review*, n. 7 e n. 9, Londres.

Anderson, P. (1962) "Portugal and the End of Ultra-Colonialism", *New Left Review*. Part I, n.15, Part II, n.16 e Part III, n. 17, Londres.

Anderson, P. (1964) "Origins of the present crisis". *New Left Review*, n.24, Londres.

Anderson, P. (1965). "The Left in the Fifties". *New Left Review*, n.29, Londres.

Anderson, P. (1966) "Socialism and Pseudo-Empiricism". *New Left Review*, n.35, Londres.

Anderson, P. e Hall, S. (1961) "Politics of Common Market". *New Left Review*, n.10, Londres.

Anne-Taillefer. (1960) "Introduction" *in* VV.AA. (1960). *The Gangrene*. Lyle Stuart, Nova Iorque, USA.

Aoláin, F. N. (2004) "The European Convection on Human Ri-

ghts and its Prohibition on torture” in Sandford, L. (Ed.) (2004) *Torture: a collection*. Oxford University Press, Nova Iorque, EUA.

Armstrong, D. (1961). “Meaning in Work”. *New Left Review*, n.10, Londres.

Arretche, M. (2003) “Financiamento federal e gestão local de políticas sociais: o difícil equilíbrio entre regulação, responsabilidade e autonomia”. *Ciência & Saúde Coletiva* 8(2), Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

artigo não assinado. (1960) “The trial”. *New Left Review*, n.6, Londres.

artigo não assinado. (1966) “Introduction to Oscar Lewis”, *New Left Review*, I/38, Londres.

Artis, M. (1960) “The defense burden”. *New Left Review*, n.4, Londres.

Atkinson, a. B. (1974) *Unequal shares, wealth in Britain*. Penguin, Londres.

Avelãs Nunes, A. (2010) *As voltas que o mundo dá ... reflexões a propósito das aventuras e desventuras do Estado Social*. Edições Avante!, Lisboa.

Bailey, T. (1950) *A diplomatic history of the American People*. Appleton-Century-Crofts, Nova Iorque.

Bain, G, S, (1970) *The Growth of White-Collar Unionism*. Oxford University Press, Londres.

Barratt Brown M .B. (1974) *The economics of Imperialism*. Penguin, Londres.

Barratt Brown, M e Harrison, R. (1966) “Incomes Policy — a reply” *New Left Review*, n.,37 Londres.

Baxter, L; Devlin, B; Farrell, M.; McCann, E.; Toman, C. (1969) “People’s Democracy: a Discussion on Strategy”. *New Left Review*, n.55, Londres.

Behring, E. e Boschetti, I. (2006) *Política Social, fundamentos e história*. Cortez Editores, São Paulo.

Belleville, P. (1963) *Une Nouvelle Classe Ouvrière* . Rene Julliard, Paris.

Ben, P. e Melville, J. (1989) *Lost children of the Empire*. Unwin Hyman Ltd., Londres.

Bihr, A. (1998) *Da grande noite à alternativa*. Boitempo, São Paulo.

Blackburn, R. (1963) “Guerilla Warfare”. *New Left Review*, n.18,

Londres.

Blackburn, R. (1963) "Prologue to the Cuban Revolution". *New Left Review*, 21, Londres.

Blackburn, R. (1967) "Inequality and Exploitation", *New Left Review*, n.42, Londres.

Blackburn, R. (1971). "The Heath Government: A New Course for British Capitalism". *New Left Review*, n.70, Londres.

Bosquet, M. (1972) "The 'Prison Factory'". *New Left Review*, n.73, Londres.

Botsaris, A. (2001) *Sem anestesia*. Ed. Objetiva, São Paulo.

Braga, R. (2003) *A nostalgia do fordismo*. Ed.Xamã, S. Paulo.

Braverman, H. (1981) *Trabalho e capital monopolista*. Zahar ed., Rio de Janeiro.

Brown, B. (1960) "Imperialism yesterday and today". *New Left Review*, n.5, Londres.

Brown, E. R. (1979) *Rockefeller Medicine Men- medicine and Capitalism in America*. University of California Press, Berkeley.

Brunschwig, H. (1974) *A partilha da África negra*. Ed. Perspectiva, São Paulo.

BS. (1967) "On the Line". Série *Work* (Ronald Fraser org.). *New Left Review*, n.41, Londres.

Buchanan, K. (1963). "The Third World —Its Emergence and Contours". *New Left Review*, n.18, Londres.

Bunyan, T. (1976) *The political police in Britain*. Julian Friedman Publishers, Londres.

Burawoy, M. (1985). *The Politics of Production: Factory Regimes Under Capitalism and Socialism*. Verso, Londres.

Burchett, W. (1967) G. *Vietnã, a guerrilha vista por dentro*. Ed. Record, Rio de Janeiro.

Brus, W. (1972) *The market in a Socialist Economy*. Routledge & Keagan Paul, Londres.

Butt, Denis. (1960) "Men and Motors". *New Left Review*, n.3, Londres.

Butt, Denis. (1961). "Workers Control". *New Left Review*, n.10 , Londres.

Carcanholo, R. (2010) "Crisis económica, riqueza ficticia y gastos militares: uma interpretação marxista." In Pereira, P. A. P. e Pereira, C. P.(orgs). *Marxismo e política social*. Ícone Gráfica e Editora, Brasília.

Carvalho, R. de Q. (1987) *Tecnologia e Trabalho Industrial*. L.P&M, Porto Alegre.

Castles, S. e Kosack, G. (1973) *Immigrant Workers and Class Structure in Western Europe*. Oxford University Press and the Institute of Race Relations, Londres.

Castro, B. (2012). “Notas críticas sobre o projeto político de Paul Singer: economia solidária e transição ao socialismo.” In Galvão, A.; Amorim, A.; Gomes e Souza, J.; Galestri, L. (orgs). *Capitalismo: crise e resistências*. CEMARX/Outras Expressões, São Paulo.

Chauí, M (1987) “Apresentando o livro de Lefort” in Lefort, C. (1987) *A invenção democrática*. Ed. Brasiliense, São Paulo.

Chomsky, N. (1997) *Detering Democracy*. Hill and Wang, Nova Iorque.

Chomsky, N. (org.) (2003) *The cold war and the university: toward an intellectual history or the Post-war years*. New Press, Nova Iorque.

Claudin, F. (1986) *A crise do movimento comunista*. Ed. Global, São Paulo.

Coates, K e Silburn, R. (1973) *Poverty: the forgotten Englishmen*. Pelican, Londres.

Coates, K. (1965) “Income Policy. *Socialist Register*, MerlinPress, Londres.

Coates, K. (1967) “The Motor Industry”. *New Left Review*, n.46, Londres.

Coates, K. (1967). “The state of AEU”. *New Left Review*, n.42, Londres.

Cockcroft, J. e G. (1965) “The High Cost of Dissent in the U.S.A.” *New Left Review*, n.30, Londres.

Codato, A. (2008) “Poulantzas, o Estado e a Revolução”. Revista Crítica Marxista, EDUNESP, São Paulo.

Coll, F. R. (2008) *Las democracias*. Editorial Ariel, Barcelona.

Cornia, G., Addison, T., Kiiski, S. (2003) “Income Distribution Change in the Post-World War II Period”. World Institute for Development Economics Research of the United Nations University (UNU/WIDER).

Correia, M. V. C. (2002) “Que controle social na política de assistência social?” Serviço Social e Sociedade, Ano XXIII, 72, Cortez Ed., São Paulo.

Correia, M. V. C. (2003). *Que Controle Social? Os conselhos de saúde*

como instrumento. 1ª reimpressão. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro.

Correia, M. V. C. (2004). “A relação estado e sociedade e o controle social: fundamentos para o debate.” Serviço Social e Sociedade, Ano XXIV, 77, Cortez Ed., São Paulo.

Corrigan, P. e Leonard, P. (1978) *Social Work Practice under capitalism – a Marxist approach*. Palgrave Macmillan, Nova Iorque.

Costa, G. (2011) *Serviço Social em Debate: ser social, trabalho e ideologia*. EDUFAL, Maceió.

Costa, G. (2012) *Indivíduo e sociedade – sobre a teoria da personalidade em Georg Lukács*. Instituto Lukács, São Paulo.

Cowan, G. L. et alii (1958) “Report of the Committee on African Studies”, preparado pela Ford Foundation, 1; apud Nader, 1997.

Crosland, C. A. R. (1956) *The future of socialism*. Cape, Londres.

D.J. (1965) “Factory time”. Série *Work* (Ronald Fraser org.). *New Left Review*, n.31, Londres.

Daly, L. (1961). “Elastic Conscience?”. *New Left Review*, n.9, Londres.

Daly, L. (1962) “Scotland on the Dole”. *New Left Review*, n.17, Londres.

Danos, J. e Gibelin, M. (1972) *Juin 1936* (tomos I e II). Petite Collection Maspero, Paris.

Davies, R. (1973) “The White Working-Class in South Africa”. *New Left Review*, n.82, Londres.

Davis, M. (1980a) “The Barren Marriage of American Labour and the Democratic Party”. *New Left Review*, n.124, Londres.

Davis, M. (1980b) “Why the US Working Class is Different”. *New Left Review*, n.123, Londres.

Davis, M. (2007) *Planeta Favela*, Boitempo, São Paulo.

Debray, R. (1965) “Latin America: the long March”. *New Left Review*, 33, Londres.

Debray, R. (1967) “Problems of Revolutionary Strategy in Latin America”. *New Left Review*, n. I/45, Londres.

Debray, R. (1977) “Marxism and the National Question. Interview with Régis Debray”. *New Left Review* n. I/105, Londres.

DeGroot, G. (2005) *The bomb – a history of hell on Earth*. Pimlico, Randon House, Londres.

Dershowitz, A. (2004) “Tortured Reasoning” in Levinson, S. (2004). *Torture: a collection*. Oxford University Press, Nova Iorque.

Deustcher, I. (1967) *Stalin: a political biography*. Oxford University Press, EUA.

Deutscher, I. (1960) *The Great Contest*, Oxford University Press, EUA.

Deutscher, I. (1965) "The failure of Khrushchevism". *Socialist Register*, Merlin Press, Londres.

Diamond, S. (1992) *Compromised Campus: the collaboration of the Universities with the Intelligence Community, 1945-55*. Oxford University Press, Nova Iorque.

Dixon, J. e Sheuerell, R. P. (2002) *The State of Social Welfare in Cross-National Review*. Praeger, Londres.

Dobb, M (1969) *Welfare Economics and the Economics of Socialism*. Cambridge University Press, Londres.

Donne, H. (1962) "Single person accommodation". *New Left Review*, n.13-4, Londres.

Draibe, S. M. (2002) "Brazil", in Dixon, J. e Sheuerell, R. P. (2002) *The State of Social Welfare in Cross-National Review*. Praeger, Londres.

Duncan, M. (1960) "The Motor Industry". *New Left Review*, n.1, Londres.

Dutton, P. V. (2002). *Origins of the French welfare State*. Cambridge University Press, New York.

Eaton, J (1969) "Industrial Democracy in Great Britain". *New Left Review*, n.49, Londres.

Editorial (1961) "Learning revolution". *New Left Review*, n.11, Londres.

Editorial (1965) *New Left Review* n. 31, Londres.

Editorial (1966) *New Left Review* n. 38, Londres.

Editorial (1967). *New Left Review*, n.42, Londres.

Editorial NLR. (1967) "The Marxism of Régis Debray". *New Left Review*, n. I/45, Londres.

Emmanuel, A. (1972) "White-Settler Colonialism and the Myth of Investment Imperialism". *New Left Review*, n.85, Londres.

Emmanuel, A. (1972). *Unequal Exchange*. Monthly Review Press, Nova Iorque.

Emmanuel, A. (1974) "Myths of Development versus myths of Underdevelopment". *New Left Review*, n.85, Londres.

Engels, F e Kautsky, K. (2012) *Socialismo jurídico*. Boitempo, São Paulo.

Esping-Andersen, G. (1994) *After the golden age: the future of the welfare state in the new global order*. United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD), Genebra, 1994.

Esping-Andersen, G. (1997) *The three worlds of Welfare Capitalism*. Polity, Press, Oxford, Grã-Bretanha. (primeira edição 1990)

Esping-Andersen, G. (1999). *Social foundations of postindustrial economies*. Oxford University Press, Nova Iorque.

Esping-Andersen, G. (ed.) (1993) *Changing Classes – stratification and mobility in Post-industrial Societies*. SAGE/International Sociological Association, Newbury Park, California, EUA.

Fast, J. (1973), “Imperialism and Bourgeois Dictatorship in the Philippines”, *New Left Review*, n.78, Londres.

Fehrenbach, T. (1963) R. *This kind of war*. The Macmillan Co., Nova Iorque.

Fletcher, R. (1965) “The Algerian economy”. *Socialist Register*, Merlin Press, Londres.

Frankling, J.H. (1974) *From Slavery to freedom: a history of Negro Americans*. Alfred A. Knopf, Nova Iorque.

Fraser, R. (1969) “Work”. *New Left Review*, n.53, Londres.

Galbraith, J. K. (1958) *The Affluent Society*. Houghton Mifflin, Boston, EUA.

Garzón, B. e Romero, V. (2008) *El alma de los verdugos*. Del nuevo extremo, Espanha.

George, V. e Wilding, P. (1976) *Ideology and social welfare*. Routledge and Kegan, Paul. Londres.

Gibbon, P (1969). “The Dialectic of Religion and Class in Ulster”. *New Left Review*, n.55, Londres.

Giddens, A. (2000) *A terceira via*. Ed. Record, Rio de Janeiro.

Glyn, A. e Sutcliffe, B. (1972) *British Capitalism, workers and the profits squeeze*. Penquin, Londres.

Gorz, A. (1970) “Immigrant Labour”. *New Left Review*, n. 61, Londres.

Gorz, A. (1980). (org) *Crítica da Divisão do Trabalho*. Martins Fontes, São Paulo.

Gough, I. (1979) *Political Economy of the Welfare State*. MacMillan Publishing Co., EUA.

Gounet, T. (1999) *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. Boitempo, São Paulo.

Grahan, J. R. (2002) “Canadá”, in Dixon, J. e Sheuerell, R. P. (2002) *The State of Social Welfare in Cross-National Review*. Praeger, Londres.

H.R. (1966) “Primary School”. Série *Work* (Ronald Fraser org.). *New Left Review*, n.35, Londres.

Haim Hanegbi, H, Moshe, M., Orr, A. (1971) “The Class Nature of Israeli Society”. *New Left Review*, n.71, Londres.

Hall, S. (1961) “The new frontier”. *New Left Review*, n., Londres.

Halliday, F. (1970) “Counter-revolution in the Yemen”. *New Left Review*, n. 63, Londres.

Halliday, F. (1980). “Saudi Arabia: Bonanza and Repression”. *New Left Review*, n.73, Londres.

Halsey, A. H. (1961) “Intelligence and Ideology”. *New Left Review*, n.11, Londres.

Hanson, H. (1960). “Socialism and affluence”. *New Left Review*, n.5 Londres.

Harrington. M. (1993) *The other America – poverty in the United States*. Scribner Ed, Nova Iorque.

Harrison, R. (1965). *Before the socialists*. Routledge & Kegan Paul. Londres.

Harvey, A. (1960) “Casualties of the Welfare State”. Fabian Publications, Londres.

Harvey, A. (1962) “Medical Rehousing”. *New Left Review*, n.13-4, Londres.

Harvey, D. (1973) *Social Justice and the city*. John Hopkins University Press, Baltimore, EUA.

Hathaway, O. A. (2004) “The Promise and Limits of the International Law of Torture” in Sandford, L. (Ed.) (2004) *Torture: a collection*. Oxford University Press, Nova Iorque, EUA.

Haupt, G. (1972) *Socialism and the Great War. The collapse of the Second International*. Oxford University Press, Londres.

Hensman, C.R. (1971) *Rich against Poor, the reality of aid*. Allen Lane, Londres.

Hinton, J. (1965) “The labour aristocracy”. *New Left Review*, n.32, Londres.

Hirata, H. (2002) *Nova divisão sexual do trabalho?* Boitempo, São Paulo.

Hoare, Q. (1965) “Streaming and its supporters”. *New Left Review*

view, n.29, Londres.

Hoare, Q. (1965a) "Education: Programmes and men". *New Left Review*, n. 32. Londres.

Hobsbawm, E. (1961) "Parliamentary Cretinism?". *New Left Review*, n.12, Londres.

Holloway, J. (2003). *Mudar o mundo sem tomar o poder*. Boitempo, São Paulo.

Hopkins, E. (1991) *The rise and decline of the English Working Class – 1918-1990*. George Weidenfeld & Nicolson, Londres.

Horne, A. (1987) *A savage war of peace. Algeria 1954-1962*. Penguin, Londres.

Horner, A. (1960) *Incorrigible Rebel*. MacGibbon & Kee, Londres.

Horsfall, A. (1961) "Wolfenden in the wilderness". *New Left Review*, n.2, Londres.

Hort, S. E. O. (2002). "Sweden", in Dixon, J. e Sheuerell, R. P. (2002) *The State of Social Welfare in Cross-National Review*. Praeger, Londres.

Howe, I. (1993) "Introduction" in Harrington. M. (1993) *The other America – poverty in the United States*. Scribner Ed. Nova Iorque.

Hughes, J. (1960) "Railways And The Transport Muddle". *New Left Review*, n.3, Londres.

Hughes, J. (1960a) "The commanding heights". *New Left Review*, n.4, Londres.

Humphreys, M. (1994) *Empty Cradles*. Doubleday, Londres.

Iasi, M. (2007). *As metamorfoses da consciência de classe*. Expressão Popular, São Paulo.

Irvine, J; Miles, I. e Evans, J. (eds) (1979) *Demystifying social statistics*, Pluto Press, Londres.

J. P. (1969) "The Toolmaker". Série *Work* (Ronald Fraser org.). *New Left Review*, n.53, Londres.

J.N.K. (1966). "On the dole." Série *Work* (Ronald Fraser org.). *New Left Review*, n.37, Londres.

Jackson, B. (1961) "Notes on Two primary schools". *New Left Review*, n.11, Londres.

Jackson, G. (1999) *Civilization and Barbarity in 20th Century*. Humanity Books, Nova Iorque.

Jacobi, P. (2002) "Políticas sociais locais e os desafios da participação cidadina." *Ciência & Saúde Coletiva* 7(3), Associação Brasilei-

ra de Saúde Coletiva (Abrasco).

JL. (1967) "The Railway Technician". Série *Work* (Ronald Fraser org.). *New Left Review*, n.44, Londres.

Johnson, P (1958) "A sense of outrage" in MacKenzie, N. (org.) *Conviction*, MacGibbon & Kee, Londres.

Jones, D. A. N.(1965) "Arabta – The British Sphere". *Socialist Register*, Merlin Press, Londres.

Jones, G. S. (1970) "The Specificity of US Imperialism". *New Left Review*, n.60, Londres.

Jones, G. S. (1971) *Outcast London: study in the relationship between classes in Victorian Society*. Oxford, England.

Jones, M. (2002) "Australia", in Dixon, J. e Sheuerell, R. P. (2002) *The State Social Welfare in Cross-National Review*. Praeger, Londres.

Jung, H. (1979) "The fall of Somoza: behind the Nicaraguan revolution". *New Left Review*, n. 177, Londres.

Kamata, S. (1983) *Japan in the passing lane*. Pantheon, Nova Iorque.

Karnow, S. (1991) *Vietnã- a history*. Penguin Books, Nova Iorque e Londres.

Kaseke, E. (2002) "Zimbabwe", in Dixon, J. e Sheuerell, R. P. (2002) *The State Social Welfare in Cross-National Review*. Praeger, Londres.

Katznelson, I. (1997) "The subtle politics of developing emergency" in Chomsky, N. *et alii*. *The cold war & the university*. The New Press. Nova Iorque.

Khatchadourian, R. (2012) "Operation Delirium". *The New Yorker* de 17 de dezembro, Nova Iorque.

Kincaid, J. (1979) "Poverty in the Welfare State", in Irvine, J; Miles, I. e Evans J.(eds) (1979) *Demystifying social statistics*, Pluto Press, Londres.

Kinnersly, P. (1974) *The hazards of work: how to fight them*. Pluto Press, Londres.

Kolko, G. (1994) *Century of War*. The New Press, Nova Iorque.

Korpi, W. (1980). *The working Class in Welfare Capitalism. Work, unions and politics in Sweden*. Routledge & Keagan Paul, Londres.

Kousoulas, D. G. (1965) *Revolution and defeat. The story of the Greek Communist Party*. Oxford University Press, Londres.

Kuczynski, J. (1969) "Karl Marx et la analyse scientifique de la condition des travailleurs", in *Marx and contemporary cientific thought*.

International Council for Philosophy and Humanistic Studies, Ed. Mouton, Paris e Haia.

Kunzle, D. (2004) *Fashion and Fetishism*. Sutton Publishing limited, Gloucestershire, Inglaterra.

Langbein, J. H. (2004). "The legal history of torture" in Sandford, L. (Ed.) (2004) *Torture: a collection*. Oxford University Press, Nova Iorque, EUA.

Laurell, A. C. (1995) "Avançando em direção ao passado." In Laurell, A. C. (org) *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. CEDEC, São Paulo.

Lazreg, M. (2008), *Torture and the twilight of the Empire- from Algiers to Baghdad*. Princeton University Press. Princeton, EUA.

Le Sueur, J. D. (2006) "Introduction" in Alleg, H. (2006) *The Question*. University of Nebraska Press, Lincoln e Londres.

Lee, D. (1972) "The Thai Coup ". *New Left Review*, n.71, Londres.

Lefort, C. (1987) *A invenção democrática*. Ed. Brasiliense, São Paulo.

Leiman, M. M. (1993) *The political economy of racism*. Pluto Press, Londres.

Lenin, V. U. (1984) *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Obras Escolhidas em Três Tomos, Editorial Progresso, Moscou.

Lentin, A.-P. (1975) *Politique d'aujourd'hui*. Ed. Association politique d'aujourd'hui en Europe.Paris.

Lessa, S. (2011). *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. 2ª edição, Ed. Cortez, São Paulo.

Lessa, S. (2011a) "Serviço Social, trabalhadores e proletários: dos 'práticos' e dos 'teóricos'." Revista Temporalis, Brasília.

Lessa, S. (2012a) *Serviço Social e Trabalho: porque o Serviço Social não é trabalho*. 2ª. Edição. Instituto Lukács, São Paulo.

Lessa, S. (2012c) *Abaixo a família monogâmica!* Instituto Lukács, São Paulo.

Lessa, S. (2012d) "A atualidade da abolição da família monogâmica". Revista Crítica Marxista, n. 35, Ed. Unesp, São Paulo.

Lessa, S. e Tonet, I. (2012) *Proletariado e Sujeito Revolucionário*. Instituto Lukács, São Paulo.

Levante, V. (1977) *Capital & Labour: partners?* Steel Rail Educational Publishing, Ontario, Canada.

Levinson, C. (1974) "An Overview". In Levinson, C. (ed.) *Industry's democratic revolution*. Gerge Allen & Unwin, Londres.

Levinson, S. (2004). *Torture: a collection*. Oxford University Press, Nova Iorque.

Lewis, S. (1961) *The children of Sanchés*. Randon House, Nova Iorque.

Lewontin, R.C. (1997) "The Cold War and the transformation of the Academy" in Chomsky, N. *et alii*. *The cold war & the university*. The New Press. Nova Iorque.

Lima, C. (2010) "Trabalho e política social no mundo do capital em crise". In Pereira, P. A. P. e Pereira, C. P.(orgs). *Marxismo e política social*. Ícone Gráfica e Editora, Brasília.

Lipton, M. (1966) "The Mythology of Affluence". *New Left Review*, n.35, Londres.

Llewellyn Smith, H. e Nash, V. (1889) *The Story of the Docker's Strike*. T. Fisher Unwin, Londres.

Löwy, M. (2009). "Ecosocialismo e planejamento democrático". *Revista Crítica Marxista*, n. 28, São Paulo:Ed. Unesp.

Lukács, G. (1979) *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. S. Paulo, Ciências Humanas.

Lukács, G. (Vol I, 1976, Vol II, 1981) *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*. Ed. Rinuti, Roma.

Lundberg, F. (1968) *The rich and super-rich*. L Stuart Ed., Nova Iorque.

Lynd, S. (1960) "The Health Service Revisited". *New Left Review*, n.3, Londres.

Lynes, T. (1963) "The Workhouse Revisited". *New Left Review*, n.18, Londres.

Macbeth, D. (1960) "Picadilly Goldmine". *New Left Review*, n.2, Londres.

Macpherson, C. B. (1965) "Post-Liberal-Democracy?" *New Left Review*, n.33, Londres.

Magdoff, H. (1965) "The problems of United States capitalism". *Socialist Register*. Merlin Press, Londres.

Magdoff, H. (1978). *Imperialism: from the Colonial Age to the Present*. Monthly Review Press, Nova Iorque.

Mallet, S. (1963) *La nouvelle classe ouvrière*, Éditions du Seuil, Paris.

Malta, C. (2009). *A (in)visibilidade de crianças e adolescentes: o avesso da regulação social e os caminhos da resistência*. Edufal, Maceió, Alagoas.

Mandel, E. (1964) "After Imperialism?". *New Left Review*, n.25,

Londres.

Mandel, E. (1969). "Where is America Going?" *New Left Review*, n.54, Londres.

Marcuse, H. (1964) *One dimensional man*. Beacon Press, Nova Iorque.

Marx, K. (1983, Tomo I, 1985, Tomo II) *O Capital*. Vol I, Ed. Abril Cultural, São Paulo.

Marx, K. (2010) *Glosas Críticas marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma social" de um prussiano*. (Introdução de Ivo Tonet). Ed. Expressão Popular, São Paulo.

Marx, K. (s/d) "Discurso sobre el libre cambio" in *Miseria de la filosofia*, Editorial Progressio, Moscou.

McMichael, P.; Petras, J; Rhodes, R. (1974) "Imperialism and the Contradictions of Development", *New Left Review*, n.85, Londres.

Menahem, G. (2007). "The decommodified security ratio: A tool for assessing European social protection systems". *International Social Security Review*, 60: 69–103.

Mészáros, I. (2002) *Para além do capital*. Boitempo, São Paulo.

Meyer, J. R. (1968) "Urban Transportation" in Wilson, J. Q. (Ed.) (1968) *The Metropolitan enigma*. Cambridge University Press, EUA.

Mhlongo, S. (1974). "Black Workers' Strikes in Southern Africa". *New Left Review*, n.83, Londres.

Miliband, R. (1969) *The State in capitalist society- an analysis of Western system of power*. Weidenfeld and Nicolson, Londres.

Miliband, R. (1970) "The Capitalist State – reply to N. Poulantzas". *New Left Review*, n.59, Londres.

Miliband, R. (1973) "Poulantzas and the Capitalist State". *New Left Review*, n.82, Londres.

Millett, K. (1994) *Politics of Cruelty*. Norton, N.York.

Mitchell, J. (1964) "Women's Education". *New Left Review*, n.28, Londres.

Montgomery, D. (1977) "Introduction" in Chomsky, N. et alii. *The cold war & the university*. The New Press. Nova Iorque.

Mothé, D. (1965) *Militant chez Renault*. Éditions du Seuil, Paris.

Motor Stewards. (1973) *Politics and the Shopfloor*. (Entrevista por RB). *New Left Review*, n.80, Londres.

Murray, D. S. (1971) *Why a National Health Service-? The part played by the Socialist Medical Association*. Pemberton Books, Londres.

Murray, R. (1966). "Militarism in Africa". *New Left Review*, n.38, Londres.

Murray, R. (1971) "The Internationalization of Capital and the Nation State". *New Left Review*, n.71, Londres.

Nader, L. (1997) "The phantom factor" in Chomsky, N. *et alii. The cold war & the university*. The New Press. Nova Iorque.

Nairn, T. (1964) "The nature of the Labour Party—1". *New Left Review*, n.27, Londres.

Nairn, T. (1964a) "The nature of the Labour Party—2". *New Left Review*, n.28, Londres.

Nairn, T. (1964b) "The English Working Class". *New Left Review*, n.24, Londres.

Nairn, T. (1965) "Labour Imperialism". *New Left Review*, n.32, Londres.

Nairn, T. (1970). "The fateful meridian". *New Left Review*, n.60, Londres.

Nairn, T. (1971) "British Nacionalism and the EEC". *New Left Review*, n.69, Londres.

Nairn, T. (1973) "Immigration under capitalism". *New Left Review*, n. 80, Londres.

Navarro, V. (1995) "Produção e Estado e Bem-Estar: o contexto das reformas." In Laurell, A.C. (org) *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. Cedec, São Paulo.

Naves, M. (2000) *Marxismo e Direito*. Boitempo, São Paulo.

Netto, J. (1990) *P. Ditadura e Serviço Social*. Ed. Cortez, São Paulo.

Norman, W. (1961). "Signposts for the Sixties". *New Left Review*, n.11, Londres.

Nove, A. (1989) *A economia do socialismo possível*. Ed. Ática, São Paulo.

Nulan, S. (1994) *How we die – reflections of life's final chapter*. Knopf, Nova Iorque.

O'Brien, C. C. (1965) "The Congo, the United Nations and Chatham House". *New Left Review*, n.31, Londres

O'Brien, C.C. (1966) "The Embers of Easter 1916-1966". *New Left Review*, n.37, Londres.

O'Connor, H. (1962) *World Crisis in Oil*. Monthly Review Press, Nova Iorque.

O'Connor, J. (1966) "Monopoly Capital". *New Left Review*, n.40,

Londres.

O'Connor, J. (1973) *The fiscal crisis of the State*. St. Martin Press, Nova Iorque.

Osanka, F. M. (1962) *Modern Guerrilla Warfare: Fighting Communist Guerilla Movements: 1941-61*. Free Press of Glencoe (MacMillan). Nova Iorque.

P. H. (1968) "The convenor". *New Left Review*, n.48, Série *Work* (Ronald Fraser org.), Londres.

P.C. (1966) "At the office – I". Série *Work* (Ronald Fraser org.). *New Left Review*, n.38, Londres.

Page, R. (2002) "The Unidetd Kingdom", in Dixon, J. e Sheue-rell, R. P. (2002) *The State of Social Welfare in Cross-National Review*. Praeger, Londres.

Paniago, C. (2003). "As Lutas Defensivas do Trabalho: contribuições problemáticas à emancipação." *Serviço Social e Sociedade*, n°76, Cortez Editora, São Paulo.

Paniago, C. (2012) *Mészáros e a incontrolabilidade do capital*. Instituto Lukács, São Paulo.

Parry, J. T. (2004) "Escalation and Necessity: defining torture at home and abroad" in Sandford, L. (Ed.) (2004) *Torture: a collection*. Oxford University Press, Nova Iorque, EUA.

Pen, J. (1974) *Income distribution*. Penguin, Londres.

Peredo, I. (1968). "Guerrilla warfare in Bolivia is not dead: it has just begun". *New Left Review*, n. I/51, Londres.

Pereira, A. P. P. (2010). "Concepção de bem-estar (social) em Marx." In Pereira, P. A. P. e Pereira, C. P.(orgs). *Marxismo e política social*. Ícone Gráfica e Editora, Brasília.

Pereira, A. W. (2010) *Ditadura e Repressão – o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. Ed.Paz e Terra, São Paulo.

Perlo, V. (1963) *Militarism and Industry*. International Publishers, Nova Iorque

Petras, J. (1964) "Dominican Republic: revolution and restoration" *New Left Review*, parte I n. 40, e parte II,n. 41, Londres.

Petras, J (1965) "Berkeley and the new conservative backlash". *New Left Review*, I/31, Londres.

Petras, J. (1966) "Co-ordinated counter-revolution". *New Left Review*, n. 38 ,Londres.

Petrie, J. (1965) Berkeley and the new conservative Backlash. *New*

Left Review, n.31, Londres.

Pimentel, E. (2012) *Uma “nova questão social”? raízes materiais humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje*. Instituto Lukács, São Paulo.

Pinheiro, P. S. (2010) “Prefácio à edição brasileira: o enigma da legalidade do autoritarismo” in Pereira, A. W. (2010) *Ditadura e Repressão – o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. Ed.Paz e Terra, São Paulo.

Piven, F. F (1998). *The breaking of American social contract*. New Press, Nova Iorque.

Piven, F. F., Cloward, R. A. (1982) *A new class war*. Pantheon Books, Nova Iorque.

Poole, M. (1975) *Workers Participation in Industry*. Routledge & K. Paul, Nova Iorque.

Poulantzas, N. (1969) “The problem of the Capitalist State”. *New Left Review*, n.58, Londres.

Poulantzas, N. (1976) “The capitalist State: a reply to Miliband and Laclau”. *New Left Review*, n.95, Londres.

Przeworsky, A. (1980) “Social Democracy as a historical phenomenon”. *New Left Review*, n. I/122, Londres.

Quartim, J. (1970) “Régis Debray and the Brazilian Revolution”. *New Left Review*, n. I/59, Londres.

R.F. (1965) “Producing the news”. Série *Work* (Ronald Fraser org.). *New Left Review*, n.32, Londres.

Raphael, S., Kincaid, J. e Slater, E. (1962) “But nothing happens”. *New Left Review*, n. 13-4, Londres.

Rejali, D. (2007) *Torture and democracy*. Princeton University Press, New Jersey, EUA.

Rex, J. (1960) “Weekend in Dinlock: a discussion”. *New Left Review*, n.3, Londres.

Richman, G. (1966) “On ‘Socialist Health Service?’”. *New Left Review*, n.38, Londres.

Robinson, J. (1962) “Latter Day Capitalism”. *New Left Review*, n.16, Londres.

Robinson, J. (1964) “The Final End of Laissez-faire”. *New Left Review*, n.26, Londres.

Rocha, R. (2006) *O movimento socialista no limiar dos impérios financeiros – crônica da II Internacional*. O Lutador, Belo Horizonte.

Rose, H. (1974) “Up against the Welfare State: the claimant

unions". *The Socialist Register*, 1973, Merlin Press, Londres.

Rossdale, M. (1963) "Health and the efficiency criterium". *New Left Review*, n. 19, Londres.

Rossdale, M. (1965). "Health in a sick society". *New Left Review*, n.34, Londres.

Rossdale, M. (1966) "Socialist Health Service?" . *New Left Review*, n.36, Londres.

Rostow, W.W. (1971) *The stages of economic growth: a non-Communist Manifesto*. Cambridge University Press, EUA.

Rostow, WW. (1962) "Countering Guerrilla Attack". in Osanka, F. M. (1962) *Modern Guerilla Warfare: Fighting Communist Guerrilla Movements: 1941-61*. Free Press of Glencoe (MacMillian). Nova Iorque. [Foi publicado pela primeira vez em 1961 com o título de "Guerrilla Warfare in underdeveloped Countries"]

Roudinesco, E. (2002) *La familie em désordre*. Fayard, Paris.

Rowthorn, B. (1965) "The Trap of an Incomes Policy". *New Left Review*, n.34, Londres.

Rowthorn, B. (1966) "Capitalism and the Modernizers". *New Left Review*, n.37, Londres.

Rowthorn, B. (1971) "Imperialism in the Seventies—Unity or Rivalry?". *New Left Review*, n.69, Londres.

Rowthorn, Bob (1966) "Reply". *New Left Review*, n.37, Londres.

Roy, J. (1984) *The Battle of Dienbienphu*. Carrl & Graf Publishers, Inc., Nova Iorque.

Russel, B; Sartre, J.P., Dedijer, V. (1970) *Estados Unidos no banco dos réus*. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

Rustin, M. (1980) "The New Left and the Present Crisis". *New Left Review*, n.121, Londres.

Salvadori, M. (1979) *Karl Kautsky and the Socialist Revolution 1880-1938*. New Left Books (NLB), Londres.

Salvati, M. (1972) "The Impasse of Italian Capitalism". *New Left Review*, n.76, Londres.

Samuel R., Kincaid, J. e Slater, E. (1962) "But nothing happens". *New Left Review*, n.13-14, Londres.

Sandford, L. (Ed.) (2004) *Torture: a collection*. Oxford University Press, Nova Iorque, EUA.

Saran, R. (1973) *Policy Making in Secondary Education*. Oxford University Press, Inglaterra.

Sartori, V. (2010) *Lukács e a crítica ontológica do direito*. Cortez Editores, São Paulo.

Sartre, J.P. (1967) “Imperialist Morality -Interview with Jean Paul Sartre on the War Crimes Tribunal”, *New Left Review*, n.41, Londres.

Sartre, J.P. (2006) “Preface” in Alleg, H. (2006) *The Question*. University of Nebraska Press, Lincoln e Londres.

Saville, J. (1965). “Labour and Income redistribution”. *Socialist Register*. Merlin Press, Londres.

Scanlon, H. (1967).”The role of the militancy”. *New Left Review* I/46. Londres.

Schaffer, R. (1991). *America in the Great War. The rise and fall of the war welfare state*. Oxford University Press, Nova Iorque.

Schorske, C. E. (1955) *German Social Democracy 1905-1917*. John Wilwy & Sons, Nova Iorque.

Schrecker, E. (1986) *No Ivory Tower. McCarthyism and the Universities*. Oxford University Press, Oxford e Nova Iorque.

Siever, R. (1997) “Doing Earth Science Research during the Cold War”, in Chomsky, N. et alii. *The cold war & the university*. The New Press. Nova Iorque.

Šik, O. (1977) *La Tercera Via*. Fondo de Cultura Economico, México, D. F.,

Singer, P. (2008) “Uma discípula de Marx que ousava criticar Marx”, in Loureiro, Isabel (org.) *Socialismo ou Barbárie – Rosa Luxemburgo no Brasil*. editora Estação das Artes, São Paulo.

Singleton, F, Topham, T. (1963) .”Yugoslav Workers’ Control: The Latest Phase”. *New Left Review*, n.18, Londres.

Sontag, S. (2003) *Diante da dor dos outros*. Cia das Letras, São Paulo.

Spade, S. (1961) “The docks”. *New Left Review*, n.10, Londres.

Spicker, P. (2002). “France”, in Dixon, J. e Sheuerell, R. P. (2002) *The State of Social Welfare in Cross-National Review*. Praeger, Londres.

Sposati, A. e Lobo, E. (1992) “Controle Social e Políticas de Saúde”. *Cadernos de Saúde Pública*, V.8(4), Rio de Janeiro.

Stuart, L. (1960) *The Gangrene*. World Wide Edition, Nova Iorque.

Suddaby, J. (1979) “The Public Sector Strike in Camden: Winter ’79”. *New Left Review*, n.116, Londres.

T.C.N. (1965) “The Nightwatchman”. Série *Work* (Ronald Fraser org.). *New Left Review*, n.34, Londres.

Taylor, C. (1960) “What’s Wrong With Capitalism?—1”. *New Left*

Review, n.2, Londres.

Thompson, E. P. (1960) "Revolution". *New Left Review*, n.3, Londres.

Thompson, E. P. (1960a) "Revolution Again!" *New Left Review*, n.6, Londres.

Thompson, E. P. (1965) "The peculiarities of the English". *The Socialist Register*, vol. 2, Londres.

Titmuss, R. (1964) "The limits of the Welfare State". *New Left Review*, n.27, Londres.

Tonet, I. (2005) "Mudar o mundo sem tomar o poder, de John Holloway". *Revista Novas Rumos*, ICP, São Paulo.

Topham, (1965). "Incomes policy". *Socialist Register*. Merlin Press, Londres.

Topham, T. (1964) "Shop Stewards and Workers' Control". *New Left Review*, n.25, Londres.

Townsend, P. (1958) "A society for people". In Mackenzie, N. (org.) (1958) *Conviction*. MacGibbon & Kee, Londres.

TS. (1966) "Secondary Modern". Série *Work* (Ronald Fraser org.). *New Left Review*, n.35, Londres.

Tumolo, P. S. (2002) *Da contestação à conformação- a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Ed. Unicamp, Campinas.

Turner, G. (1964) *The car makers*. Pelican Books, Londres.

Uessler, R. (2008) *Servants of war – private military corporations and the profit of conflict*. Soft Skull Press, Brookling, Estados Unidos.

Vaisman, E. (1989) "A ideologia e sua determinação ontológica". *Rev. Ensaio* 17/18, Ed. Ensaio, S. Paulo.

Varga, E. (1970) "Political Testament". *New Left Review*, 62, Londres.

VV.AA. (1960) *The Gangrene*. Lyle Stuart, Nova Iorque, USA.

Wallerstein, I. (1997) "The unintended consequences of cold war área studies" in Chomsky, N. et alii. *The cold war & the university*. The New Press. Nova Iorque.

Warren, B. (1971) "The Internationalization of Capital and the Nation State: a Comment". *New Left Review*, n.68, Londres.

Warren, B. (1972) "Capitalist Planning and the State". *New Left Review*, n.72, Londres.

Warren, B. (1973) "Imperialism and Capitalist Industrialization", *New Left Review*, n.73, Londres.

Wedderburn, D. (1964) "Pensions, Equality and Socialism". *New Left Review*, n.24, Londres.

Wedderburn, D. (1965) "Facts and theories of the Welfare State". *Socialist Register*. Merlin Press, Londres.

Weir, J. e D. (1962) ."Scotland: the houses that last 1,000 years". *New Left Review*, n.13-14, Londres.

Westergaard, J e Resler, H. (1975) *Class in a capitalist society, a study of Contemporary Britain*. Penguin, Londres.

Westergaard, J. H. (1964) "Capitalism without classes?" *New Left Review*, n. 26, Londres.

Williams, R. F. (1960) "Can Negroes Afford to be pacifists?" *New Left Review*, n. 1, Londres.

Wilson, E. (1980) "Marxism and the 'Welfare State'". *New Left Review*, n.122, Londres.

Wood, E. (1995) *Democracy against capitalism*. Cambridge University Press, EUA.

Yaffe, D. (1973) "The crisis of profitability: a critique of Glyn-Sutcliffe thesis". *New Left Review*, n.80, Londres.

Zinn, H. (1997) "The politics of history in the era of the Cold War" in Chomsky, N. *et alii. The cold war & the university*. The New Press. Nova Iorque.

OBRAS PUBLICADAS PELO INSTITUTO LUKÁCS

www.institutolukacs.com.br

Abaixo a Família Monogâmica!

Sérgio Lessa

Capital e Estado de Bem-Estar: o caráter de classe das políticas públicas

Sérgio Lessa

Educação Contra o Capital

Ivo Tonet

Estética e Ética na Perspectiva Materialista

Artur Bispo dos Santos Neto

Indivíduo e Sociedade: sobre a teoria de personalidade em Georg Lukács

Gilmaisa Macedo da Costa

“Livro” Didático: a simplificação e a vulgarização do conhecimento

Maria Lucia Paniago

Marx, Mészáros e o Estado

Edivânia Melo, Maria Cristina Soares Paniago (Org.) e Mariana Alves de Andrade

Método Científico: uma abordagem ontológica

Ivo Tonet

Mészáros e a Incontrolabilidade do Capital

Maria Cristina Soares Paniago

Mundo dos Homens: trabalho e ser social

Sérgio Lessa

Proletariado e Sujeito Revolucionário

Sérgio Lessa e Ivo Tonet

Racismo e Alienação: uma aproximação à base ontológica da temática racial

Uelber B. Silva

Serviço Social e Trabalho: porque o serviço social não é trabalho

Sérgio Lessa

Sobre o Socialismo

Ivo Tonet

Trabalho, Educação e Formação Humana Frente à Necessidade Histórica da Revolução

Edna Bertoldo, Luciano Accioly Lemos Moreira e Susana Jimenez (Orgs.)

Trabalho e Tempo de Trabalho na Perspectiva Marxiana

Artur Bispo dos Santos Neto

Uma “Nova Questão Social”? Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje

Edlene Pimentel